



CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

**ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA**
(ORGANIZADOR)



Editora Poisson

VOLUME 12

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 12

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2026

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares
– Volume 12 / Organização: Anderson Lincoln Vital da
Silva – Belo Horizonte MG: Editora Poisson, 2026. 194 p.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-687-5

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas. 1.
SILVA, Anderson Lincoln Vital da 2. Título

CDD-300

SÔNIA MÁRCIA SOARES DE MOURA – CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: A regulação da inteligência artificial no Brasil: desafios jurídicos e propostas de proteção aos direitos fundamentais..... 06

Feliph Kevin Gonçalves Mota, Anderson Lincoln Vital da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.01

Capítulo 2: Inteligência artificial generativa aplicada ao UX Discovery: integração entre arquitetura da informação, pesquisa de usuários e prototipagem 20

Charlley Luz

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.02

Capítulo 3: Implicações do reconhecimento facial como prova no processo penal: uma análise de teses vinculantes sobre o tema 40

Fabrcio Luiz Lima Cavalcante de Oliveira, Milvânia Maria Vieira de Oliveira, Ricardo Chagas Fernandes, Tyssia Régia Rayol Cavalcante de Oliveira, Mariana Faria Filard

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.03

Capítulo 4: A Caixa das emoções como instrumento Psicopedagógico na Educação Infantil: mediação afetiva e autorregulação..... 53

Anna Jenifer Silva de Paula Vargas

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.04

Capítulo 5: O direito à inoponibilidade do espírito humano: educação como instrumento para afirmação dos cuidados paliativos 60

Helíssia Coimbra de Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.05

Capítulo 6: Ambientes saudáveis e inclusivos: o alicerce para saúde mental, produtividade e sustentabilidade corporativa 73

Eliana Sousa Trevisan

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.06

Capítulo 7: A comunicação intercultural da religiosidade brasileira e o reencantamento das sociedades contemporâneas: a umbanda conquista a Europa nas narrativas jornalísticas..... 89

Renato de Almeida Vieira e Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.07

Capítulo 8: A mineração em Goiás no século XVIII: a formação espacial do Arraial de Pilões 98

Hyago Ernane Gonçalves Squiave

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.08

SUMÁRIO

Capítulo 9: Entre a memória e a informação: contribuições da Museologia e da Ciência da Informação em Museus Indígenas do Amazonas 109

Thaís Lima Trindade

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.09

Capítulo 10: Clareza e complexidade no Barroco: retórica, teologia e autoridade no diálogo entre Sor Juana Inés de la Cruz e Padre Antônio Vieira 123

Mírian Raquel Nepomuceno de Oliveira Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.10

Capítulo 11: A escada como metáfora da imobilidade social em Historia de Una Escalera, de Antonio Buero Vallejo..... 140

Mírian Raquel Nepomuceno de Oliveira Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.11

Capítulo 12: Monção do Vaz: um elo entre o passado e o presente..... 151

Hyago Ernane Gonçalves Squiave

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.12

Capítulo 13: A constituição do sujeito entre poder, discurso e ideologia: aproximações e deslocamentos entre Michel Foucault e Michel Pêcheux..... 160

Mírian Raquel Nepomuceno de Oliveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.13

Capítulo 14: Trayectorias de las izquierdas colombianas y emergencia de nuevas subjetividades políticas: del fin de la Guerra Fría al Estallido Social de 2021 170

Juan Felipe Quintero Leguizamon, Alba Lucía Lucumí Silva, Estefan Baleta López

DOI: 10.36229/978-65-5866-687-5.CAP.14

Autores 191

Capítulo 1

A regulação da inteligência artificial no Brasil: desafios jurídicos e propostas de proteção aos direitos fundamentais

Feliph Kevin Gonçalves Mota

Anderson Lincoln Vital da Silva

Resumo: A expansão da Inteligência Artificial (IA) no Brasil coloca em evidência a necessidade de regulação capaz de equilibrar inovação e proteção de direitos fundamentais. O artigo analisa a insuficiência das normas vigentes, como a LGPD, diante de problemas como discriminação algorítmica, violação de privacidade, opacidade em decisões automatizadas e responsabilização civil. Propõe-se um modelo regulatório baseado em transparência, explicabilidade, não discriminação e *accountability*, com atualização do Código Civil e da legislação consumerista, além da criação de órgãos fiscalizadores e auditorias independentes. O estudo dialoga com experiências internacionais, especialmente o Regulamento Europeu de IA, indicando boas práticas adaptáveis ao contexto brasileiro. Conclui que a efetiva proteção de direitos demanda governança participativa e multissetorial, assegurando que o desenvolvimento da IA atenda ao interesse coletivo sem comprometer liberdades individuais.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Direitos Fundamentais, Regulação Jurídica, Responsabilidade Civil;

1. INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) emergiu como um pilar fundamental da tecnologia contemporânea, exercendo vasta influência em diversos setores, como finanças, segurança, saúde e, inevitavelmente, o Direito. Este avanço tecnológico, que se iniciou logo após a Segunda Guerra Mundial e se consolidou na capacidade da IA de desenvolver aprendizado autônomo e reconhecimento de padrões, gera otimismo por inúmeros avanços, mas também suscita dilemas complexos relacionados à ética, à responsabilidade e, sobretudo, à proteção dos direitos fundamentais.

A natureza disruptiva da IA reside na sua predisposição à interação dinâmica com o ambiente, permitindo que o sistema construa um caminho próprio para a solução de problemas, cujas entregas podem se revelar surpreendentes e imprevisíveis até mesmo para o programador original (MELO; CARDOSO, 2022 citado em MANSO; CALIXTO, 2023)¹. Essa imprevisibilidade levanta a questão central: quem deve ser responsabilizado por danos gerados a terceiros?

No cenário jurídico brasileiro, há uma crescente necessidade de fixar parâmetros gerais de conduta e responsabilização para a atividade de IA. O país encontra-se imerso em discussões sobre a regulamentação, materializadas principalmente no Projeto de Lei nº 2.338/2023, que visa estabelecer o desenvolvimento, fomento e uso ético e responsável da inteligência artificial, pautado na centralidade da pessoa humana.

Embora a regulação pela ética e por mecanismos de *soft governance* sejam importantes, o debate jurídico aponta para a sua insuficiência como único instrumento de governança. Argumenta-se que o marco legal é essencial para proporcionar um ambiente flexível, estimulante e seguro, capaz de garantir o equilíbrio regulatório sociotécnico e a proteção dos direitos. A legislação, ao se apoiar nos fundamentos de direitos humanos e constitucionais, pode assegurar o monitoramento e a proteção desses direitos.

Um dos maiores desafios jurídicos na regulação da IA é a definição dos regimes de responsabilização civil por danos. O PL nº 2.338/2023 propõe um modelo baseado na classificação de risco (dual, abrangendo risco excessivo/alto e demais riscos). Assim, para sistemas de risco excessivo ou alto, o regime seria a responsabilidade objetiva, garantindo a reparação integral do dano. Já para os sistemas de risco mais reduzido, aplica-se o regime da culpa presumida, com inversão do ônus da prova em favor da vítima. Adicionalmente, as relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade objetiva e solidária previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC), independentemente do grau de risco do sistema de IA.

Contudo, a aplicação prática do modelo de responsabilização desenhado pelo PL nº 2.338/2023 pode ser complexa. Mesmo nos regimes mais favoráveis à vítima, a necessidade de individualizar a conduta e o nexo de causalidade de cada agente (fornecedor ou operador) na cadeia de desenvolvimento e operação, aliada à dificuldade de acesso à informação e à complexidade da tecnologia *black box*, pode materialmente comprometer o princípio da reparação integral (MANSO; CALIXTO, 2023)².

Nesse contexto, a proposta brasileira (PL nº 2.338/2023) tem forte influência do Regulamento da União Europeia (EU IA Act), o primeiro ato legislativo global sobre o

¹ MANSO, Adriano Marques; CALIXTO, Marcelo Junqueira. Os regimes de responsabilização civil no novo Marco Legal para Inteligência Artificial (IA): o Projeto de Lei nº 2.338/23. *International Journal of Digital Law – IJDL*, Belo Horizonte, ano 4, n. 3, set./dez. 2023. p. 111.

² MANSO; CALIXTO, Os regimes de responsabilização civil, p. 120.

tema. Ambas as legislações sublinham a necessidade de um equilíbrio entre a inovação tecnológica e a proteção dos direitos humanos fundamentais.

Diante do exposto, o presente artigo visa examinar a fundo a Regulação da Inteligência Artificial no Brasil, identificando os principais desafios jurídicos e avaliando as propostas de proteção aos direitos fundamentais contidas no PL nº 2.338/2023. Para tal, este trabalho se propõe a analisar criticamente: (1) a adequação do arcabouço normativo proposto, que combina o policentrismo regulatório e o equilíbrio sociotécnico (PINHEIRO, 2024)³; e (2) a efetividade e as dificuldades de implementação dos regimes de responsabilização civil baseados em risco, de modo a garantir a reparação integral dos danos.

2. QUANTO AO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO E A CARÊNCIA PELA REGULAÇÃO DA IA

O cenário jurídico brasileiro, no que tange à sua capacidade de lidar com o acelerado avanço da Inteligência Artificial (IA) e combater seus potenciais abusos, tem sido historicamente inadequado, mas encontra-se em um processo de transição regulatória. A IA, por sua natureza, representa uma disrupção tecnológica, marcada pelo desenvolvimento de aprendizado autônomo, imprevisibilidade dos resultados e opacidade (*black box*) de seu funcionamento, elementos que os regimes de responsabilidade civil tradicionais não foram concebidos para gerenciar.

A fragilidade inicial dessa inaptidão foi evidenciada pela proposta do Projeto de Lei nº 21/2020, que, para casos não consumeristas, sinalizava uma preferência pela responsabilidade subjetiva dos agentes da cadeia de IA. Essa exigência de comprovação da culpa era considerada pela doutrina como "demasiadamente gravosa ou pesada para essa vítima", pois a complexidade da tecnologia torna extremamente difícil para a parte lesada individualizar a conduta culposa do desenvolvedor ou operador. Críticos argumentaram que, em face da doutrina, da jurisprudência e das disposições do Código Civil brasileiro, a IA, como atividade de risco, deveria atrair o regime de responsabilidade civil objetiva. Soma-se a isso o consenso de que a regulação pela ética ou por mecanismos de *soft governance* é insuficiente como instrumento único para controlar o desenvolvimento e aplicação da IA.

Em resposta a essas críticas e visando criar um marco legal mais resiliente, o Projeto de Lei nº 2.338/2023 (PL nº 2.338/23) buscou avançar, estabelecendo uma estrutura de responsabilização civil baseada no risco. O PL adota um modelo dual que visa a reparação integral dos danos: para sistemas de risco excessivo ou alto, aplica-se a responsabilidade objetiva; para os demais sistemas, aplica-se a culpa presumida com inversão do ônus da prova em favor da vítima. Além disso, em relações de consumo, a responsabilidade objetiva e solidária prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC) é mantida, independentemente do nível de risco do sistema de IA.

Contudo, a crítica reside no fato de que, mesmo sob o regime de responsabilidade objetiva, o PL nº 2.338/23 exige que o agente responda "na medida de sua participação no dano". Isso implica que o ente vitimado ainda carrega o ônus de individualizar a conduta e o nexo de causalidade de cada agente (fornecedor ou operador) na cadeia. Essa tarefa se revela "extremamente dificultosa", podendo ser materialmente comprometida pela

³ PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Vol. 29, n. 2, maio/ago. 2024. p. 124.

complexidade e opacidade do sistema (o problema da black box). Tal barreira probatória faz com que a reparação integral se torne um "mero farol longínquo a que poucos poderão alcançar", limitando a eficácia da lei no combate ao abuso.

Para que o marco regulatório seja capaz de garantir justiça material e proteger os direitos fundamentais, é essencial dar efetividade aos princípios dispostos no PL nº 2.338/23, especialmente os vetores de transparência, explicabilidade, inteligibilidade, auditabilidade e rastreabilidade das decisões. O comprometimento e a observância desses deveres pelos desenvolvedores e operadores são cruciais para que a vítima tenha acesso às informações suficientes para a individualização da conduta, garantindo, assim, que o novo sistema de responsabilização baseado em risco não se torne ineficaz na prática.

3. A IMPORTÂNCIA DESSA REGULAÇÃO NO BRASIL DIANTE DOS RISCOS À DIGNIDADE, PRIVACIDADE E IGUALDADE

O crescente emprego da Inteligência Artificial (IA) em diversas atividades e setores da sociedade contemporânea, aliada à sua capacidade de processar e analisar grandes volumes de dados (*Big Data*), representa uma transformação digital de profundidade inédita. No contexto jurídico, essa evolução tecnológica impõe a necessidade premente de um marco regulatório que harmonize os avanços da IA com a salvaguarda dos direitos fundamentais dos indivíduos. A relevância deste tema justifica-se pela urgência em mitigar os riscos significativos que a tecnologia, se desregulada ou mal aplicada, oferece à dignidade humana, à privacidade e à igualdade.

A ausência de uma legislação específica e robusta no Brasil para o uso da IA gera insegurança jurídica e dificuldades práticas para o controle e a supervisão dessas tecnologias. Reconhecendo essa lacuna, o PL 2338/2023 surge como uma iniciativa crucial, buscando estabelecer diretrizes gerais para o uso ético e responsável da IA, pautadas na centralidade da pessoa humana. O debate legislativo deve, necessariamente, focar na proteção dos valores humanos fundamentais, como dignidade, justiça e autonomia.

A proteção de dados tornou-se um tema central devido ao crescente interesse nos dados dos usuários no ecossistema tecnológico. A IA depende fundamentalmente da manipulação de dados e informações, sendo a disponibilidade de extensas bases de dados o principal ativo para tecnologias de aprendizado automático (OLIVEIRA, 2022)⁴. No entanto, é essa mesma dependência que suscita controvérsias e perigos, especialmente a facilidade de transferência e acesso a informações altamente pessoais, o que pode resultar em violações do direito à privacidade.

O ordenamento jurídico brasileiro confere à privacidade e à intimidade o status de Direito Fundamental, resguardado pela Constituição Federal e considerado uma cláusula imutável. A inclusão do inciso LXXIX no Art. 5º da Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional n. 115/2022, que reconhece a proteção de dados pessoais (inclusive nos meios digitais) como direito fundamental, reforça a importância desse tema para o controle da atividade privada e estatal (BRASIL, 2022)⁵.

Nesse cenário, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD — Lei nº 13.709/2018) atua como um marco regulatório essencial para preservar a privacidade e a liberdade dos

⁴ OLIVEIRA, I. B. A inteligência artificial e o impacto da LGPD. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2022, p. 34.

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

cidadãos em um contexto digital. Ao regular minuciosamente as práticas de processamento de dados, a LGPD tem o potencial de reforçar a efetividade do direito fundamental à privacidade (PAULO; JACOBSEN, 2022)⁶.

A complexidade da IA agrava a fragilidade dos dados em uma sociedade interconectada, onde o direito à privacidade pode ser violado mesmo à distância, por meio de dispositivos de alta tecnologia (PAULO; JACOBSEN, 2022, p. 14). Isso é particularmente visível na área de segurança pública, onde o uso crescente de sistemas de vigilância, como o reconhecimento facial em tempo real, levanta o risco de vigilância massiva. Tais práticas podem colidir frontalmente com o direito à intimidade e ao devido processo legal. Portanto, a regulação da IA é crucial para garantir que a tecnologia seja utilizada de forma segura e responsável, protegendo o direito fundamental à privacidade.

Além disso, é também possível apontar algum dos riscos à igualdade e a discriminação algorítmica. Um dos desafios jurídicos e éticos mais proeminentes da IA é o viés algorítmico. A discriminação algorítmica constitui padrões sistemáticos de tratamento desigual que resultam do uso de algoritmos e sistemas de IA, produzindo resultados enviesados ou injustos contra determinados grupos sociais (OLIVEIRA JÚNIOR, 2025)⁷.

Os algoritmos de *machine learning* aprendem a partir de vastas bases de dados. Se esses dados de treinamento refletem preconceitos históricos ou padrões sociais discriminatórios, os sistemas de IA podem reproduzir e até intensificar desigualdades e preconceitos no acesso à justiça, a serviços e a oportunidades. Por exemplo, sistemas de reconhecimento facial podem apresentar disparidades significativas de precisão relacionadas ao gênero e à cor da pele (Buolamwini; Gebru, 2018; Grossi, 2025)⁸, evidenciando o racismo estrutural em sistemas automatizados (Laranjeira, 2020)⁹.

Para o Direito, essa questão é central, pois a Constituição Federal brasileira proíbe qualquer forma de discriminação, garantindo o princípio da igualdade. A LGPD combate os vieses algorítmicos por meio do princípio da não discriminação (Art. 6º, IX) e do direito à revisão de decisões automatizadas (Art. 20). O PL 2338/2023, alinhado a essa preocupação, estabelece o princípio da não discriminação ilícita ou abusiva e garante o direito a tratamento justo e isonômico, vedando o uso de sistemas de IA que possam acarretar discriminação.

A importância de um marco regulatório reside, portanto, na necessidade de ir além dos princípios éticos (que podem ser genéricos e insuficientes) para estabelecer mecanismos específicos de controle, como a exigência de avaliações de impacto algorítmico, transparência e auditabilidade dos sistemas, garantindo que o avanço tecnológico esteja aliado à justiça social.

Além dessas considerações, também é necessário apontar para o risco à dignidade humana, pondo em foco a centralidade do indivíduo. O princípio da dignidade da pessoa humana é o fundamento da República Federativa do Brasil. No contexto da IA, a regulação é justificada como um imperativo de preservação desse valor constitucional supremo.

⁶ PAULO, M. A.; JACOBSEN, G. Desafios à Lei Geral de Proteção de Dados na era da inteligência artificial: entre o direito à privacidade e as robocalls. Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, [Florianópolis], v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, p. 15

⁷ OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cosmo de. Discriminação algorítmica e a violação dos direitos fundamentais. Migalhas de Peso, 6 jun. 2025.

⁸ BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY, AND TRANSPARENCY, 2018. Proceedings of Machine Learning Research, v. 81, p. 1–15.

⁹ LARANJEIRA, Camila. Racismo algorítmico: o preconceito na programação: sistemas que dependem de algoritmos podem perpetuar ou esconder preconceitos raciais. Colab PUC Minas, 2020.

A preocupação central reside na possibilidade de que decisões automatizadas reduzam os indivíduos a perfis estereotipados, negando-lhes o reconhecimento pleno como sujeitos de direitos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2025). O uso de IA em setores sensíveis, como o judicial ou a segurança pública, pode resultar na delegação de atos decisórios complexos a sistemas automatizados sem o devido amparo legal ou sem considerar a sensibilidade e o contexto humano específico.

A regulação proposta no Brasil, notadamente o PL 2338/2023, baseia-se na centralidade da pessoa humana, um princípio que significa que o ser humano deve ser o foco de todas as decisões envolvendo IA (GROSSI, 2025)¹⁰. Isso implica que o uso da IA deve promover a igualdade, a liberdade e a justiça, e jamais poderá substituir o olhar sensível do juiz e dos operadores do Direito, que compreendem as nuances do conflito humano (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025)¹¹.

Ademais, a regulação deve buscar o equilíbrio entre a inovação tecnológica e a proteção dos direitos humanos, prevenindo abusos decorrentes do uso inadequado da IA. A vigilância automatizada contínua, se não controlada, favorece o surgimento de uma sociedade marcada pela autocensura e pela perda de liberdade individual, ameaçando a própria estrutura democrática e a dignidade.

Em síntese, a regulação da IA no Brasil é imperiosa para estabelecer um arcabouço normativo robusto e atualizado que assegure que a inovação tecnológica sirva aos direitos fundamentais, e não os subjugue. É um passo decisivo para estruturar um ambiente jurídico que concilie eficiência e segurança, garantindo que o desenvolvimento e a aplicação da IA ocorram de forma ética, justa e responsável, respeitando os direitos individuais e a dignidade de todos os envolvidos.

4. O PANORAMA DOS MODELOS REGULATÓRIOS INTERNACIONAIS E A DISCUSSÃO DO DIREITO COMPARADO EM RELAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO NO BRASIL

A complexidade e a natureza transfronteiriça da Inteligência Artificial (IA) impõem que a construção de um marco regulatório nacional, como o proposto pelo Projeto de Lei nº 2.338/2023 no Brasil, seja necessariamente informada pelo Direito Comparado e pelos padrões de governança estabelecidos em fóruns globais (GROSSI, 2025)¹². A regulação da IA tem se desenvolvido em diferentes paradigmas normativos, refletindo valores políticos e institucionais distintos em cada jurisdição (GROSSI, 2025). Essa análise comparativa é crucial para que o Brasil desenvolva um arcabouço normativo que, ao mesmo tempo que proteja os direitos fundamentais, promova a competitividade e a soberania tecnológica (BRASIL, 2024, p. 187; TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025)¹³.

¹⁰ GROSSI, Alexandre Viezzer. A aplicação da Inteligência Artificial na Segurança Pública Brasileira: O caso de São Paulo e a análise do PL nº 2338/2023. *Revista Jurisdictio*, v. 14, n. 4, 2025. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n4-72-2025>.

¹¹ TIRADENTES DE SOUZA, Barbara Lucia; VAZ, Thalles Jarehd. Inteligência Artificial e o Direito: inovações, riscos e desafios para o ordenamento jurídico brasileiro. *Anais do Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia*, v. 2, n. 1, 2025, p. 192.

¹² GROSSI, A aplicação da Inteligência Artificial..., 2025, p. 49

¹³ BRASIL. Plano IA para o Bem de Todos Proposta de Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028. Reunião do Pleno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, 29 de Julho de 2024, p. 187; TIRADENTES DE SOUZA, Barbara Lucia; VAZ, Thalles Jarehd. Inteligência Artificial e o Direito: inovações, riscos e desafios para o ordenamento jurídico brasileiro. 2025.

4.1. UNIÃO EUROPEIA – AI ACT

O Regulamento (UE) 2024/1689, conhecido como AI Act, da União Europeia, destaca-se como o primeiro marco regulatório abrangente no mundo a regular o uso da IA com base em uma abordagem centrada no ser humano e na proteção dos direitos fundamentais. Este regulamento estabelece um regime jurídico uniforme para o desenvolvimento, a colocação no mercado e o uso de sistemas de IA na União, em conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, promovendo valores como a democracia e o Estado de Direito. Sua inspiração remonta à necessidade de regulamentação diante do crescente interesse nos dados dos usuários, seguindo a lógica estabelecida anteriormente pelo Regulamento Geral Europeu de Proteção de Dados (GDPR) (UNIMAR, [s.d.], p. 28)¹⁴.

O AI Act adota uma abordagem baseada em risco (*ex-ante*) como fundamento para um conjunto de regras vinculantes proporcionais e eficazes (GROSSI, 2025; BIONI; GARROTE; GUEDES, 2023)¹⁵. Essa classificação se divide em quatro categorias: risco inaceitável, que proíbe sistemas que causem danos significativos à autonomia, explorem vulnerabilidades ou realizem classificações sociais discriminatórias (incluindo, com restrições rigorosas, a identificação biométrica à distância em tempo real); risco alto, que abrange sistemas aplicados em áreas sensíveis como segurança pública, recrutamento e gestão migratória, exigindo avaliação de conformidade, documentação técnica, gestão de riscos e supervisão humana contínua; risco limitado, que demanda transparência mínima, como o dever de informar o usuário que está interagindo com um sistema de IA (*chatbots*); e risco mínimo, que se aplica a aplicações comuns sem exigências regulatórias específicas.

Os deveres de conformidade impostos aos fornecedores e operadores de sistemas de IA de alto risco são rigorosos, abrangendo requisitos de solidez técnica, exatidão, cibersegurança e rastreabilidade, sendo essenciais para o desenvolvimento de uma IA confiável e centrada no ser humano. O regulamento também exige que os responsáveis pela implantação de sistemas de IA de alto risco realizem avaliações de impacto sobre os direitos fundamentais e notifiquem a autoridade de fiscalização competente.

As lições aplicáveis ao Brasil são notórias, visto que o Projeto de Lei nº 2.338/2023 (PL 2.338/2023) é claramente inspirado no modelo europeu, propondo igualmente uma classificação de riscos (baixo, moderado, alto e excessivo) e estabelecendo princípios como a centralidade da pessoa humana, não discriminação, explicabilidade e supervisão humana. O modelo de responsabilização do PL 2.338/2023, que adota a responsabilidade objetiva para sistemas de risco excessivo ou alto, também reflete a gestão de risco assimétrica proposta internacionalmente. No entanto, o debate brasileiro reconhece que a importação do modelo não pode ser integral, sob pena de a regulação, excessivamente orientada à proteção, inibir os potenciais benefícios da tecnologia e a inovação (RODRIGUES, 2024; CUNHA; NASCIMENTO, 2025, p. 3191)¹⁶. A proposta brasileira, ao buscar um ambiente regulatório adaptado à sua realidade (CUNHA; NASCIMENTO, 2025, p. 3191), segue a tendência de estabelecer um sistema policêntrico, que combina

¹⁴ UNIMAR. A inteligência artificial e a Lei Geral de Proteção de Dados. Marília, [s.d.], p. 28.

¹⁵ GROSSI, A aplicação da Inteligência Artificial..., 2025; BIONI, Bruno; GARROTE, Marina; GUEDES, Paula. Temas centrais na regulação de IA: o local, o regional e o global na busca da interoperabilidade regulatória. São Paulo: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, 2023.

¹⁶ RODRIGUES, Jamille P. Novo marco da IA no Brasil: Desafios e perspectivas em uma análise crítica. Migalhas, 24 abr. 2024; CUNHA, Fábio Alessandro Neves da; NASCIMENTO, Márcio de Jesus Lima do. Aspectos jurídicos da inteligência artificial no Brasil: comparativo entre o Projeto de Lei 2.338/23 e o Regulamento da União Europeia. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE, São Paulo, v. 11, n. 6, jun. 2025, p. 3191.

regulação estatal, autorregulação regulada e ética autoimposta (PINHEIRO, 2024, p. 135, 142)¹⁷.

4.2. OUTROS MODELOS ESTRANGEIROS

Em contrapartida ao modelo da União Europeia, a China representa um paradigma antagônico, caracterizado pelo uso intensivo de IA para vigilância estatal e controle social. O modelo chinês prioriza a eficiência administrativa e o controle político em detrimento dos direitos individuais, aplicando tecnologias de monitoramento e análise de dados pessoais em larga escala, como o Sistema de Crédito Social. Tal abordagem se distingue pela baixa transparência e pelas graves implicações para os direitos humanos. A China, inclusive, exporta suas tecnologias de vigilância para outros países (HICKS, 2022)¹⁸. Contudo, mesmo nesse contexto, a China avançou na governança informacional ao aprovar regulamentações que exigem o rótulo obrigatório para conteúdos gerados por IA, em um esforço para combater a desinformação, seguindo uma tendência adotada também pela União Europeia e pelos Estados Unidos (WU, 2025)¹⁹.

Outras jurisdições têm explorado a regulação de risco, muitas vezes seguindo a lógica do AI Act.

A título de exemplificação, o Canadá utiliza uma abordagem de risco híbrida, incorporando a Ferramenta de Avaliação de Impacto Algorítmico do Canadá, o que demonstra o alinhamento com a necessidade de revisão periódica e controle social dos sistemas de alto risco, assim como faz o PL 2.338/2023 no Brasil (BIONI; GARROTE; GUEDES, 2023)²⁰.

Por sua vez, na América Latina, países como Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai estão em diferentes estágios de formulação de políticas de IA, com foco em ética, responsabilidade, privacidade e transparência algorítmica (COLOMBELLI, 2024, p. 32-36)²¹. O Peru, por exemplo, avança com uma regulamentação inspirada na UE, classificando riscos em inaceitáveis, elevados, limitados e insignificantes. O Chile, com o PL 15869-19, também busca regulamentar sistemas de IA com base na avaliação de riscos.

A partir dessa conjectura, é necessário que sejam citadas as Diretrizes Internacionais e *Soft Law*, uma vez que o arcabouço regulatório global da IA é amplamente suportado por instrumentos de *soft law* e diretrizes de organismos internacionais, que fornecem o consenso ético e principiológico que influencia a legislação dura, como o AI Act e o PL 2.338/2023 no Brasil (UNIMAR, [s.d.], p. 30; PINHEIRO, 2024, p. 129)²².

Além disso, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em maio de 2019, aprovou a Recomendação do Conselho sobre Inteligência Artificial, à qual o Brasil e outros países latino-americanos aderiram. Os Princípios da OCDE promovem o desenvolvimento de uma IA inovadora e confiável, baseada em valores centrados no ser

¹⁷ PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 29, n. 2, p. 124-147, maio/ago. 2024, p. 135, 142.

¹⁸ HICKS, J. Export of Digital Surveillance Technologies from China to Developing Countries. Institute of Development Studies, 1 ago. 2022.

¹⁹ WU, D. Contra a desinformação, China adota regra para rotular conteúdo criado por IA. Bloomberg Línea, 14 mar. 2025.

²⁰ BIONI, Bruno; GARROTE, Marina; GUEDES, Paula. Temas centrais na regulação de IA, 2023.

²¹ COLOMBELLI, Wagner Godinho. Regulamentação da IA (Inteligência Artificial) na administração pública brasileira: análise do Projeto de Lei Nº 21 de 2020 e Projeto de Lei Nº 2338 de 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024, p. 32-36.

²² UNIMAR. A inteligência artificial e a Lei Geral de Proteção de Dados. Marília, [s.d.], p. 30; PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 29, n. 2, p. 124-147, maio/ago. 2024, p. 129.

humano, na equidade, na transparência, na robustez/segurança e, crucialmente, na responsabilização (*accountability*). O PL 2.338/2023 incentiva a adoção de padrões e certificações reconhecidas internacionalmente, como as da OCDE.

Já a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) quando define a sua “Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial” (adotada em 2021) enfatiza a necessidade de uma governança global que priorize os direitos humanos, a dignidade, a inclusão e a sustentabilidade. A UNESCO defende que a IA deve promover a igualdade, a liberdade e a justiça e evitar vieses algorítmicos. A preocupação com o alinhamento a essas diretrizes é evidente na pauta brasileira, que busca participar ativamente dos debates internacionais para garantir o uso responsável e ético da IA.

É importante citar a atuação da IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers) que, embora os documentos de *soft law* de entidades como ela sejam por vezes extensos e detalhados, eles contribuem para a padronização e a criação de diretrizes éticas e técnicas que podem ser traduzidas em regras e práticas de compliance pelas organizações (HAGENDORFF, 2020, p. 91)²³.

Em resumo, a regulação da IA no Brasil, materializada principalmente pelo PL 2.338/2023 e complementada pela LGPD (inspirada na GDPR), está solidamente ancorada no modelo garantista e de gestão de riscos da União Europeia, em claro contraste com o modelo de controle estatal chinês. O Brasil busca, assim, estabelecer uma regulação equilibrada, transparente e democrática (GROSSI, 2025;), que utilize os princípios de *soft law* de organismos internacionais como a OCDE e a UNESCO para garantir que a inovação tecnológica se harmonize com a proteção dos direitos fundamentais, da dignidade humana e dos valores democráticos.

5. ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA ERA DA IA. DESAFIOS, MODELOS POSSÍVEIS DE RESPONSABILIZAÇÃO E PROPOSTAS LEGISLATIVAS.

O debate sobre a Responsabilidade Civil na Era da Inteligência Artificial (IA) representa um dos maiores desafios para o Direito contemporâneo, visto que os sistemas autônomos e opacos desafiam os pilares tradicionais de culpa e causalidade (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 145). A necessidade de regulação surge com o objetivo de equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos direitos humanos, sendo fundamental a definição clara de quem e como deve responder pelos danos causados pela IA (CUNHA; NASCIMENTO, 2025, p. 3184).

5.1. DESAFIOS DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O principal desafio na atribuição de responsabilidade na era da IA decorre de sua complexidade e capacidade de operação independente. A autonomia dos sistemas de IA, que podem “adquirir novas estratégias por conta própria e buscar evidências adicionais para análise”, e são capazes de realizar tarefas “sem a necessidade de intervenção humana direta ou controle externo”, leva a uma imprevisibilidade inerente aos seus resultados. Consequentemente, esses sistemas são comumente denominados “autônomos” (LIMA; SÁ, 2020)²⁴.

²³ HAGENDORFF, Thilo. The Ethics of AI Ethics: An Evaluation of Guidelines. *Minds & Machines*, v. 30, n. 1, p. 99-120, 2020, p. 91.

²⁴ LIMA, T. M. M.; SÁ, M. F. F. Inteligência artificial e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: o direito à explicação nas decisões automatizadas. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 26, p. 227-246, out./dez. 2020, p. 238

O problema central da responsabilidade é agravado pela opacidade algorítmica, ou a “caixa-preta”, que reside na dificuldade de compreender os critérios e procedimentos utilizados nas decisões automatizadas (VASCONCELOS, 2024, apud TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 158). Essa opacidade “dificulta a compreensão sobre os critérios adotados nas decisões judiciais, comprometendo o princípio da publicidade e o direito à ampla defesa” (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 158). No contexto da discriminação algorítmica, que constitui “padrões sistemáticos de tratamento desigual” que geram “resultados enviesados ou injustos contra determinados grupos sociais” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2025)²⁵, a complexidade técnica torna a prova do nexo causal entre a ação do agente e o dano sofrido extremamente difícil para a vítima.

Além disso, a responsabilidade se dilui ao longo de uma cadeia de valor composta por múltiplos agentes, incluindo fornecedores, operadores e implementadores. O risco da IA, que pode variar em grau de autonomia e, conseqüentemente, em previsibilidade de suas entregas, implica a necessidade de variar o regime de responsabilidade (MANSO; CALIXTO, 2023)²⁶.

5.2. MODELOS POSSÍVEIS DE RESPONSABILIZAÇÃO

A evolução regulatória brasileira tem se movido de um foco inicial na culpa para um modelo híbrido e baseado no risco, buscando a reparação integral do dano (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 203).

Pode-se citar o instituto da Responsabilidade Subjetiva, conforme elencado pelo Projeto de Lei nº 21/2020 (PL 21/2020), que propôs que as normas sobre responsabilidade dos agentes de IA se pautassem, via de regra, na responsabilidade subjetiva (dependente da comprovação de culpa). Essa abordagem foi severamente criticada na doutrina por impor à vítima um ônus probatório “demasiadamente gravoso ou pesado” (CJSUBIA, 2022, apud MANSO; CALIXTO, 2023, p. 200). Segundo essa crítica, a opacidade da tecnologia tornaria quase impossível para o lesado comprovar a conduta culposa do desenvolvedor (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 200).

Mas também há uma grande inovação com o instituto dos Modelos Baseados em Risco trazidos pelo Projeto de Lei nº 2.338/2023 (PL 2338/2023), que resultou da Comissão de Juristas (CJSUBIA), em que é adotado um sistema híbrido de responsabilização, alinhado à gestão de riscos:

Sistemas de Risco Excessivo ou Alto: Para fornecedores ou operadores de sistemas de IA classificados como de risco excessivo ou alto, aplica-se o regime de responsabilidade objetiva (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 203; PL 2338/2023, Art. 27). O fornecedor ou operador respondem pelos danos causados.

Demais Riscos (Subjetiva com Inversão do Ônus): Para os sistemas de IA de risco mais reduzido, aplica-se a responsabilidade subjetiva com a inversão do ônus da prova (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 205). Neste caso, a culpa do agente é presumida, mas este pode se eximir se comprovar que observou o padrão normativo de conduta e adotou as providências adequadas para evitar o dano (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 205).

²⁵ OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cosmo de. Discriminação algorítmica e a violação dos direitos fundamentais. Migalhas de Peso, 6 jun. 2025.

²⁶ MANSO, Adriano Marques; CALIXTO, Marcelo Junqueira. Os regimes de responsabilização civil no novo Marco Legal para Inteligência Artificial (IA): o Projeto de Lei nº 2.338/23. International Journal of Digital Law – IJDL, Belo Horizonte, ano 4, n. 3, p. 111-129, set./dez. 2023, p. 202.

Além desses panoramas, também é importante destacar acerca da Responsabilidade nas Relações de Consumo. O PL 2.338/2023 estabelece que a responsabilidade civil por danos causados por sistemas de IA no âmbito das relações de consumo permanece sujeita às regras do Código de Defesa do Consumidor (CDC) (PL 2.338/2023, Art. 35). A Lei nº 8.078/90 (CDC) adota a responsabilidade objetiva e, mais importante, permite a solidariedade entre todos os que contribuíram para a ofensa (CDC, Art. 7º, Parágrafo único, apud MANSO; CALIXTO, 2023, p. 209), oferecendo maior proteção ao consumidor.

5.3. PROPOSTAS DE REFORMA LEGISLATIVA

A principal proposta de reforma é o PL 2.338/2023, que tenta preencher a lacuna normativa existente ao propor uma regulação baseada em risco (GROSSI, 2025; BRASIL, 2025). O objetivo é garantir que o uso da IA seja “ético, seguro e compatível com os direitos fundamentais”.

Para isso, é necessário adotar uma Centralidade da Transparência e da *Accountability*. Para mitigar os riscos e viabilizar a responsabilização, é imprescindível que os sistemas de IA sejam regidos por diretrizes claras de governança, conforme exigido pelos princípios do PL 2.338/2023. O arcabouço normativo se apoia na transparência e *accountability* (responsabilidade e prestação de contas).

O PL 2.338/2023 garante à pessoa afetada o direito à explicação sobre a decisão, a recomendação ou a previsão feitas pelo sistema. Esta explicação deve incluir “informações suficientes, adequadas e inteligíveis” (PL 2.338/2023, Art. 17, § 1º). Além disso, o projeto torna obrigatória a avaliação de impacto algorítmico para sistemas de IA de alto risco.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD — Lei nº 13.709/2018) também atua como um mecanismo de controle contra vieses discriminatórios, destacando o princípio da não discriminação (Art. 6º, IX) e o direito à revisão das decisões automatizadas (Art. 20, § 2º). As empresas têm a responsabilidade de adotar medidas de *accountability*, como auditorias regulares e avaliações de impacto, para garantir a conformidade com a LGPD e evitar práticas discriminatórias (GONÇALVES; BARBARESCO, 2024)²⁷.

No entanto, não é possível se excluir um ponto fulcral, que ainda segue sendo necessário: a supervisão humana e o papel do Judiciário.

Em alinhamento com a abordagem de que a IA é apenas um instrumento auxiliar, o Judiciário brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabeleceu normas setoriais. A Resolução nº 332/2020 do CNJ já estabeleceu diretrizes para a ética e a governança da IA, destacando que a supervisão humana é uma “necessidade essencial para o funcionamento seguro da IA” (FREITAS; FREITAS, 2020, p. 117, apud UNIMAR, [s.d.], p. 32; BRASIL, 2020, Art. 17)²⁸.

O PL 2.338/2023 reforça essa proteção, prevendo o direito à revisão humana das decisões, levando-se em conta o contexto e o risco (PL 2.338/2023, Art. 17, III). A doutrina conclui que, por mais sofisticada que a IA seja, ela “jamais poderá substituir o olhar sensível do juiz e dos operadores do Direito” (TIRADENTES DE SOUZA; VAZ, 2025, p. 170).

²⁷ GONÇALVES, Rafaela Vilela; BARBARESCO, Rogério Ananias. Discriminação em algoritmos de inteligência artificial: estudo da LGPD como mecanismo de controle dos vieses discriminatórios. Revista Científica da UNIFENAS, v. 6, n. 8, 2024.

²⁸ FREITAS, Juarez; FREITAS, Thomas Bellini. Direito e inteligência artificial: em defesa do humano. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 117, apud UNIMAR. A inteligência artificial e a Lei Geral de Proteção de Dados. Marília, [s.d.], p. 32; BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 332/2020, de 21 de agosto de 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020, Art. 17.

Há, ainda, que se destacar a Crítica à Teoria do Risco-Proveito. Embora o PL 2.338/2023 adote a responsabilidade objetiva para o alto risco, há preocupação com a redação das excludentes de responsabilidade. O projeto prevê isenção se o agente comprovar que não colocou em circulação, não empregou o sistema ou não “tirou proveito” dele.

A inclusão da expressão “tirar proveito” no dispositivo que trata das excludentes (MANSO; CALIXTO, 2023, p. 208) levanta a discussão sobre se o legislador estaria adotando a teoria do risco-proveito (que exige que o agente tenha auferido vantagem) em vez da teoria do risco criado (que basta que a atividade seja de risco). Manso e Calixto (2023, p. 208) argumentam que, embora o dispositivo encontre inspiração no CDC, o ideal é que a redação seja alterada para não fazer constar a expressão “tirar proveito”, a fim de evitar alusão à citada teoria e não comprometer a plena reparação do dano.

6. CONCLUSÃO

A ascensão da Inteligência Artificial consolida-se como uma das maiores transformações tecnológicas do século XXI, impactando diretamente o modo como o Direito é concebido, interpretado e aplicado no Brasil. Este estudo confirma que, embora a IA configure um fenômeno crescente com potencial para aprimorar a eficácia estatal em áreas como a segurança pública (e.g., Programa Smart Sampa, que gerou resultados operacionais relevantes na captura de foragidos) e o Judiciário (e.g., sistemas de prompts inteligentes para análise processual), o seu desenvolvimento e uso exigem uma regulação robusta para mitigar riscos significativos.

O debate regulatório brasileiro, sintetizado no Projeto de Lei nº 2.338/2023, representa um passo decisivo e promissor na tentativa de estruturar um ambiente jurídico seguro e confiável. O PL 2.338/2023 adota uma regulação baseada na avaliação de riscos (baixo, moderado, alto e excessivo), um modelo inspirado no AI Act da União Europeia. Contudo, há um consenso de que não se deve “importar integralmente o modelo europeu”, pois um modelo excessivamente orientado à proteção pode acabar inibindo os potenciais benefícios da tecnologia e a competitividade nacional. O marco brasileiro deve, portanto, buscar um equilíbrio regulatório sociotécnico e se basear em um modelo policêntrico, que combine regulação estatal, autorregulação regulada e ética autoimposta, dado que depender apenas da ética é insuficiente.

A eficácia desse arcabouço normativo depende da correta atribuição de responsabilidade civil, um dos maiores desafios jurídicos impostos pela IA. A dificuldade reside na opacidade algorítmica e na autonomia dos sistemas, que podem “adquirir novas estratégias por conta própria” e realizar tarefas “sem a necessidade de intervenção humana direta”, gerando resultados imprevisíveis e tornando a prova do nexo causal extremamente difícil para a vítima. Para contornar a fragilidade do regime subjetivo (culpa), o PL 2.338/2023 propôs um sistema dual: responsabilidade objetiva para sistemas de risco excessivo ou alto, e responsabilidade subjetiva com inversão do ônus da prova para os demais sistemas. Nas relações de consumo, a responsabilidade permanece sujeita às regras do Código de Defesa do Consumidor (CDC), independentemente do grau de risco do sistema de IA. Contudo, a redação do PL, ao isentar o agente que não “tirou proveito” do sistema, levanta preocupações doutrinárias e é recomendado que essa alusão seja alterada para não comprometer a plena reparação do dano.

A regulação brasileira se apoia em marcos existentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados, que atua como um mecanismo de controle fundamental contra vieses

discriminatórios. A LGPD assegura o princípio da não discriminação (Art. 6º, IX) e o direito à revisão das decisões automatizadas (Art. 20, § 2º). A nível setorial, o Poder Judiciário já atua por meio da Resolução nº 332/2020 do CNJ, que estabeleceu diretrizes para a ética e a governança, destacando que a supervisão humana é uma “necessidade essencial para o funcionamento seguro da IA”. O PL 2.338/2023 consolida essa abordagem ao estabelecer o direito à explicação sobre a decisão, a recomendação ou a previsão feitas pelo sistema, exigindo “informações suficientes, adequadas e inteligíveis” (PL 2.338/2023, Art. 7º).

Como contribuições do estudo, reforça-se a necessidade de que os agentes de IA adotem medidas de *accountability* (prestação de contas), como auditorias regulares e avaliações de impacto, para garantir a conformidade e evitar “padrões sistemáticos de tratamento desigual” que levam à discriminação algorítmica. Dentre as limitações, a regulação precisa de um modelo dinâmico e iterativo, que permita a reclassificação contínua dos sistemas de risco.

Por fim, as recomendações finais prioritárias para a proteção dos direitos fundamentais incluem: (1) a criação do Centro Nacional de Transparência Algorítmica e IA Confiável para desenvolver estudos sobre riscos e transparência; (2) o fortalecimento da supervisão humana efetiva e o direito à revisão das decisões automatizadas; e (3) o fomento à literacia algorítmica crítica na educação, conforme proposto no Plano IA para o Bem de Todos, garantindo assim que a IA seja utilizada de forma ética, segura e compatível com os direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

- [1] ARAÚJO, E. S.; SIMIONI, R. L. Decisão jurídica e inteligência artificial: um retorno ao positivismo. *Revista de Direito*, Viçosa, MG, v. 12, n. 2, p. 1-20, 24 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32361/2020120210568>.
- [2] BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 1/10/2025.
- [3] BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY, AND TRANSPARENCY, 2018. *Proceedings of Machine Learning Research*, v. 81, p. 1-15.
- [4] CNJ. Resolução nº 332/2020, de 21 de agosto de 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020.
- [5] GONÇALVES, Rafaela Vilela; ANANIAS BARBARESCO, Rogério. Discriminação em Algoritmos de Inteligência Artificial: Estudo da LGPD como Mecanismo de Controle dos Vieses Discriminatórios. *Revista Científica da UNIFENAS*, vol. 6, nº. 8, 2024.
- [6] GROSSI, Alexandre Viezzer. A aplicação da Inteligência Artificial na Segurança Pública Brasileira: O caso de São Paulo e a análise do PL nº 2338/2023. *Revista Jurisdictio*, v. 14, n. 4, 2025.
- [7] LARANJEIRA, Camila. Racismo algorítmico: o preconceito na programação: sistemas que dependem de algoritmos podem perpetuar ou esconder preconceitos raciais. *Colab PUC Minas*, 2020. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/racismo-algoritmico-o-preconceito-na-programacao/>. Acesso em: 1/10/2025
- [8] MANSO, Adriano Marques; CALIXTO, Marcelo Junqueira. Os regimes de responsabilização civil no novo Marco Legal para Inteligência Artificial (IA): o Projeto de Lei nº 2.338/23. *International Journal of Digital Law – IJDL*, Belo Horizonte, ano 4, n. 3, p. 111-129, set./dez. 2023.
- [9] OLIVEIRA, I. B. A inteligência artificial e o impacto da LGPD. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Direito) – Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2022.

[10] OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cosmo de. Discriminação algorítmica e a violação dos direitos fundamentais. Migalhas de Peso, 6 jun. 2025.

[11] PAULO, M. A.; JACOBSEN, G. Desafios à Lei Geral de Proteção de Dados na era da inteligência artificial: entre o direito à privacidade e as robocalls. Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, [Florianópolis], v. 8, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2022.

[12] PINHEIRO, Guilherme Pereira. A regulação pela ética e a proposta de Marco Legal para a Inteligência Artificial no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 29, n. 2, p. 124-147, maio/ago. 2024.

[13] SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

[14] TIRADENTES DE SOUZA, Barbara Lucia; VAZ, Thalles Jarehd. Inteligência Artificial e o Direito: inovações, riscos e desafios para o ordenamento jurídico brasileiro. Anais do Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia, v. 2, n. 1, 2025.

[15] ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

Capítulo 2

*Inteligência artificial generativa aplicada ao UX
Discovery: integração entre arquitetura da
informação, pesquisa de usuários e prototipagem*

Charlley Luz

1. INTRODUÇÃO

A convergência entre o design da experiência do usuário (UX), a Arquitetura da Informação (AI) e a Ciência da Computação configura um dos campos interdisciplinares mais relevantes da contemporaneidade digital. A evolução recente dos modelos generativos de inteligência artificial, impulsionada pelo avanço do processamento de linguagem natural (Natural Language Processing – NLP), da aprendizagem profunda (deep learning) e dos modelos de linguagem de grande escala (Large Language Models – LLMs), não representa apenas um avanço tecnológico incremental. Trata-se de uma transformação que recupera fundamentos históricos da computação, como a interação homem-máquina, os sistemas especialistas e a representação do conhecimento, ao mesmo tempo em que redefine profundamente os processos de concepção, desenvolvimento e avaliação de produtos digitais (GARRETT, 2011; MORVILLE; ROSENFELD, 2006).

Essa transformação desloca o foco do desenvolvimento de interfaces puramente funcionais para ecossistemas interativos capazes de interpretar linguagem natural, adaptar respostas ao contexto e apoiar decisões durante diferentes etapas do ciclo de vida de um produto digital. Consequentemente, o papel do designer deixa de concentrar-se exclusivamente na produção de interfaces para assumir funções relacionadas à curadoria de conhecimento, estruturação de contextos, modelagem de informação, definição de comportamentos conversacionais e supervisão dos processos decisórios mediados por inteligência artificial.

Sob essa perspectiva, a Arquitetura da Informação deixa de ser compreendida apenas como disciplina voltada à organização de conteúdos para assumir papel estratégico na construção da experiência digital. A estruturação da informação, a definição de taxonomias, sistemas de navegação, rotulação e mecanismos de busca constituem elementos que condicionam a forma como usuários interpretam, localizam e utilizam informações em ambientes digitais. Como observa Luz (2021), a Arquitetura da Informação organiza os pontos de acesso ao conteúdo e estabelece as condições para que a experiência do usuário possa ocorrer de maneira eficiente, reduzindo o esforço cognitivo necessário para encontrar, compreender e utilizar as informações disponíveis. Nesse sentido, a experiência não é projetada diretamente, mas construída por meio das condições estruturais oferecidas pelo ambiente informacional, que favorecem determinadas formas de interação em detrimento de outras.

A crescente incorporação da inteligência artificial aos processos de UX amplia ainda mais essa relação. Modelos generativos passaram a participar da produção de artefatos tradicionalmente desenvolvidos por pesquisadores, arquitetos da informação e designers, incluindo sínteses de entrevistas, elaboração de personas, mapas de empatia, jornadas de usuários, taxonomias, wireframes, fluxos conversacionais e protótipos de baixa fidelidade. Embora esses recursos acelerem significativamente a produção de conhecimento durante o processo de descoberta (Discovery), sua utilização levanta questões metodológicas relacionadas à validade das inferências produzidas, à rastreabilidade das evidências utilizadas pelos modelos e à preservação da perspectiva humana durante o processo de tomada de decisão.

O problema central que motiva este ensaio emerge precisamente da tensão entre dois movimentos aparentemente contraditórios. De um lado, organizações digitais enfrentam crescente pressão para reduzir ciclos de inovação, acelerar processos de desenvolvimento e disponibilizar soluções em intervalos cada vez menores. De outro, o Design Centrado no Humano (Human-Centered Design) continua fundamentado em processos sistemáticos

de investigação qualitativa, compreensão contextual dos usuários, validação contínua de hipóteses e construção colaborativa de soluções (BROWN, 2010).

Essa tensão torna-se particularmente evidente durante o processo de UX Discovery. Tradicionalmente, essa etapa compreende atividades como pesquisas exploratórias, entrevistas, observação contextual, análise de concorrentes, definição de personas, construção de jornadas, elaboração de mapas de experiência, organização da informação e prototipagem inicial. Mesmo em projetos de média complexidade, essas atividades costumam demandar entre duas e quatro semanas para a consolidação dos principais artefatos estratégicos (BROWN, 2010). Em cenários que envolvem elevada diversidade sociocultural, múltiplos perfis comportamentais e grande volume de dados qualitativos, como plataformas educacionais voltadas à preparação de estudantes do ensino médio para exames vestibulares, o tempo necessário tende a ser ainda maior, uma vez que compreender motivações, expectativas, limitações cognitivas e desigualdades de acesso exige abordagens metodológicas mais profundas, evitando simplificações que possam comprometer a qualidade das soluções propostas (BAXTER; COURAGE; CAINE, 2015).

Nesse cenário, a inteligência artificial apresenta-se simultaneamente como oportunidade e desafio. Se, por um lado, modelos generativos permitem automatizar atividades de síntese, classificação, organização e prototipagem com ganhos expressivos de produtividade, por outro ainda dependem de supervisão humana para assegurar coerência metodológica, consistência conceitual, validade das interpretações e adequação ética das decisões produzidas. Como argumenta Luz (2020), a experiência do usuário resulta da interação entre indivíduos, contexto e ambiente informacional; portanto, ela não pode ser integralmente prevista ou automatizada. O papel da Arquitetura da Informação e do design consiste em construir condições favoráveis para que essa experiência ocorra, reconhecendo sua natureza subjetiva, contextual e dinâmica.

Diante desse contexto, este capítulo é um ensaio, que busca discutir como a Inteligência Artificial Generativa pode reconfigurar o processo contemporâneo de UX Discovery, analisando seus impactos sobre a pesquisa com usuários, a Arquitetura da Informação, a prototipagem e a tomada de decisão em produtos digitais. Mais do que avaliar ganhos operacionais, pretende-se examinar os limites epistemológicos da automação aplicada ao design e discutir de que maneira a atuação humana permanece indispensável na interpretação dos fenômenos sociais, na mediação das informações e na construção de experiências digitais significativas.

O texto está organizado em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta a evolução histórica da inteligência artificial e sua aproximação com o Design da Experiência do Usuário e a Arquitetura da Informação. A terceira seção descreve os fundamentos metodológicos do UX Discovery contemporâneo, abordando técnicas como etnografia sintética, pesquisa assistida por IA, Arquitetura da Informação, organização do conhecimento e prototipagem dinâmica. A quarta seção analisa criticamente as potencialidades e limitações da IA Generativa no desenvolvimento de produtos digitais, discutindo aspectos relacionados à confiabilidade, explicabilidade, vieses algorítmicos e supervisão humana. Por fim, a quinta seção sintetiza as principais contribuições do estudo e apresenta perspectivas para futuras investigações sobre a integração entre inteligência artificial, experiência do usuário e organização da informação.

2. DA MÁQUINA QUE PENSA AO DESIGN INTELIGENTE

A discussão sobre a autonomia de sistemas digitais remonta, de forma inaugural, ao trabalho de Alan Turing (1950), publicado originalmente no periódico *Mind*, dedicado à psicologia, filosofia e lógica. Em seu artigo *Computing Machinery and Intelligence*, Turing introduziu o denominado "jogo da imitação" (posteriormente conhecido como Teste de Turing) como uma proposta metodológica para avaliar se uma máquina seria capaz de produzir respostas indistinguíveis das de um ser humano durante uma conversação. Ao deslocar a questão filosófica "As máquinas podem pensar?" para um problema observável de comportamento, Turing inaugurou uma abordagem pragmática que influenciaria profundamente o desenvolvimento da Inteligência Artificial nas décadas seguintes.

Além do experimento de conversação, Turing antecipou conceitos que somente seriam amplamente explorados muitos anos depois, como o aprendizado de máquina (*machine learning*). O autor sugeriu que sistemas computacionais poderiam aprender progressivamente mediante regras simples, mecanismos de adaptação e componentes aleatórios capazes de modificar seu comportamento ao longo do tempo. Ao perguntar "*Can machines think?*" ("Podem as máquinas pensar?", tradução nossa) (TURING, 1950, p. 433), estabeleceu um problema científico cuja relevância permanece central nas discussões contemporâneas sobre agentes inteligentes, modelos generativos e sistemas autônomos.

Durante as décadas seguintes, a pesquisa em Inteligência Artificial alternou períodos de grande entusiasmo e de estagnação, conhecidos como *AI Summers* e *AI Winters*. A limitação do poder computacional, a escassez de dados e as dificuldades para representar conhecimento simbólico restringiram durante muitos anos o desempenho dos sistemas inteligentes. Entretanto, a expansão da internet, o crescimento exponencial da capacidade de processamento, a computação em nuvem e a disponibilidade de grandes bases de dados permitiram o ressurgimento da área a partir dos anos 2010, especialmente com os avanços das redes neurais profundas (*deep learning*).

Esse novo paradigma consolidou a aproximação entre redes neurais artificiais, aprendizagem profunda e Processamento de Linguagem Natural (PLN), culminando no desenvolvimento dos Grandes Modelos de Linguagem (*Large Language Models* – LLMs). Diferentemente dos sistemas especialistas tradicionais, baseados em regras explícitas, os LLMs aprendem padrões estatísticos presentes em bilhões de documentos textuais e passam a prever, *token a token*, a sequência linguisticamente mais provável para determinado contexto (BROWN et al., 2020). Embora frequentemente produzam respostas semanticamente coerentes, esses modelos não representam conhecimento da mesma forma que seres humanos; seu funcionamento fundamenta-se na modelagem probabilística da linguagem, e não na compreensão consciente dos conteúdos processados.

A capacidade de sintetizar informações, interpretar instruções em linguagem natural e gerar textos, imagens, código e representações estruturadas ampliou significativamente o escopo de aplicação da Inteligência Artificial. Ferramentas originalmente concebidas para tarefas de processamento textual passaram a apoiar atividades tradicionalmente associadas ao trabalho intelectual, incluindo análise documental, programação, produção científica, organização do conhecimento e desenvolvimento de produtos digitais.

No campo do Design da Experiência do Usuário (UX), essa evolução representa uma mudança estrutural na forma como informações são produzidas, organizadas e transformadas em decisões de projeto. A IA deixa de ocupar apenas funções de automação

operacional para atuar como instrumento de apoio à pesquisa, à geração de hipóteses, à síntese de dados qualitativos, à construção de modelos conceituais e à prototipagem de soluções. O processo de design passa, assim, a incorporar agentes computacionais capazes de colaborar em atividades anteriormente consideradas exclusivamente humanas.

Essa transformação também modifica o papel da Arquitetura da Informação. Conforme argumenta-se em Luz (2021), a organização da informação constitui a infraestrutura que possibilita experiências digitais consistentes, uma vez que sistemas de organização, navegação, rotulação e busca condicionam a forma como usuários interpretam e acessam conteúdos. À medida que sistemas inteligentes passam a mediar diretamente a interação entre usuários e informação, torna-se ainda mais relevante estruturar ambientes informacionais capazes de fornecer contexto, coerência semântica e qualidade aos processos de recuperação e geração de conhecimento. A Inteligência Artificial não elimina a necessidade da Arquitetura da Informação; ao contrário, amplia sua importância como disciplina responsável pela organização do conhecimento que alimenta esses sistemas.

Sob essa perspectiva, a incorporação dos LLMs ao processo de design de experiência do usuário insere-se em uma trajetória histórica mais ampla de informatização das práticas projetuais. Se a introdução do computador pessoal, durante a década de 1980, redefiniu os processos de produção gráfica, e a popularização da internet, nos anos 1990, transformou profundamente os modelos de comunicação, navegação e acesso à informação, a emergência da Inteligência Artificial Generativa representa uma nova etapa dessa evolução. A diferença reside no fato de que, pela primeira vez, sistemas computacionais passam a colaborar diretamente em atividades cognitivas relacionadas à investigação, análise, organização e concepção de soluções, alterando significativamente o papel do designer no ciclo de desenvolvimento de produtos digitais (NORMAN, 2013).

3. A ESTRUTURA DOS CINCO ELEMENTOS DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

No plano metodológico, o desenvolvimento de produtos digitais encontra em Jesse James Garrett um de seus principais referenciais conceituais. Em *The Elements of User Experience* (2011), Garrett sistematiza o processo de design por meio de um modelo composto por cinco camadas hierarquicamente relacionadas:

- estratégia (*strategy*),
- escopo (*scope*),
- estrutura (*structure*),
- esqueleto (*skeleton*) e
- superfície (*surface*).

Em vez de representar etapas cronológicas, essas camadas expressam níveis sucessivos de abstração, nos quais cada decisão condiciona as possibilidades da camada seguinte. O modelo tornou-se uma das principais referências para o planejamento de produtos digitais ao integrar aspectos estratégicos, organizacionais e visuais em uma estrutura única.

No nível estratégico, definem-se os objetivos institucionais do produto e as necessidades dos usuários, estabelecendo o problema que se pretende resolver. Trata-se da etapa em que pesquisas exploratórias, entrevistas, observações contextuais e análises de mercado produzem evidências que orientarão todo o processo de design. As decisões tomadas

nesse nível influenciam diretamente a definição do valor entregue pelo produto e os critérios utilizados para avaliar seu sucesso.

A camada de escopo transforma essas diretrizes em requisitos concretos. Nela são especificadas funcionalidades, conteúdos, restrições técnicas e prioridades do projeto. A delimitação do escopo constitui uma atividade de negociação entre expectativas dos usuários, objetivos organizacionais, limitações tecnológicas e recursos disponíveis, reduzindo ambiguidades antes do desenvolvimento das soluções.

A estrutura corresponde ao momento em que Arquitetura da Informação e Design de Interação convergem. São definidos os fluxos de navegação, as relações entre conteúdos, a hierarquia informacional e os caminhos percorridos pelos usuários durante a realização de tarefas. Garrett aproxima-se, nesse aspecto, das contribuições de Morville e Rosenfeld (2006), para quem a organização da informação representa elemento estruturante da usabilidade e da encontrabilidade (*findability*). De forma complementar, Luz (2021) argumenta que a Arquitetura da Informação organiza as condições necessárias para a experiência do usuário, estruturando sistemas de organização, navegação, rotulação e busca que reduzem a carga cognitiva e favorecem a compreensão do ambiente digital.

A camada do esqueleto detalha a organização previamente estabelecida por meio da disposição dos elementos da interface. Wireframes, sistemas de navegação, posicionamento de componentes, formulários, menus e mecanismos de interação passam a ser definidos com maior precisão, traduzindo a estrutura conceitual em representações visuais capazes de orientar o desenvolvimento da interface.

Por fim, a superfície corresponde ao nível perceptível pelo usuário. Aspectos relacionados ao design visual, identidade gráfica, tipografia, cores, iconografia, microinterações e *feedback* visual constituem a expressão sensorial do produto digital. Embora seja frequentemente a dimensão mais visível do design, Garrett ressalta que sua qualidade depende diretamente da consistência construída nas camadas anteriores, evidenciando que decisões estéticas isoladas não compensam problemas estruturais ou estratégicos.

A emergência da Inteligência Artificial Generativa modifica significativamente a distribuição do esforço entre essas camadas, mas não altera sua lógica metodológica. Ferramentas baseadas em LLMs passaram a automatizar parte da produção de requisitos, sínteses de pesquisa, mapas de navegação, wireframes e protótipos iniciais, reduzindo o tempo dedicado às atividades operacionais. Em contrapartida, decisões relacionadas à definição do problema, interpretação de evidências, priorização de requisitos, avaliação ética, validação junto aos usuários e alinhamento estratégico permanecem dependentes da atuação humana. Nesse contexto, a Inteligência Artificial não substitui o modelo proposto por Garrett; ela reconfigura a forma como cada camada é construída, deslocando o papel do designer da execução para a supervisão crítica, a mediação do conhecimento e a tomada de decisões fundamentadas.

4. ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO COMO CAMPO EPISTÊMICO

Paralelamente ao desenvolvimento das metodologias de UX, a Arquitetura da Informação (AI) consolidou-se como um campo interdisciplinar responsável por compreender como informações podem ser estruturadas, organizadas e disponibilizadas de forma a favorecer sua recuperação, interpretação e uso. Embora inicialmente associada ao projeto de websites e bibliotecas digitais, sua evolução teórica ampliou seu escopo para abarcar sistemas informacionais complexos, ecossistemas digitais e ambientes mediados por

inteligência artificial, nos quais a organização da informação deixa de ser um elemento exclusivamente estrutural para tornar-se parte constitutiva da experiência do usuário.

A obra de Peter Morville e Louis Rosenfeld (2006) representa um dos marcos fundadores desse campo ao sistematizar quatro subsistemas que sustentam qualquer ambiente informacional complexo: o sistema de organização, responsável pela categorização e agrupamento dos conteúdos; o sistema de navegação, que estabelece os caminhos possíveis de deslocamento entre informações; o sistema de rotulagem, que define terminologias, nomenclaturas e mecanismos de representação; e o sistema de busca, que permite localizar informações por meio de diferentes estratégias de recuperação. Esses componentes atuam de maneira integrada e constituem a infraestrutura cognitiva sobre a qual se desenvolvem interfaces digitais compreensíveis e utilizáveis.

A contribuição de Morville e Rosenfeld, entretanto, transcende a dimensão técnica da organização de websites. Ao compreenderem a Arquitetura da Informação como disciplina voltada à redução da complexidade informacional, os autores aproximam-na da Ciência da Informação, da Organização do Conhecimento, da Biblioteconomia, da Ciência Cognitiva e do Design de Interação. Nessa perspectiva, organizar informação significa construir modelos conceituais capazes de representar determinado domínio do conhecimento e facilitar a mediação entre usuários, conteúdos e objetivos de uso.

Essa perspectiva é ampliada por Luz (2021), que propõe compreender a Arquitetura da Informação como elemento estruturante da experiência do usuário, e não apenas como etapa intermediária do desenvolvimento de interfaces. Segundo o autor, a experiência emerge da relação entre indivíduos, contexto e ambiente informacional; por isso, sistemas de organização, navegação, rotulagem e busca não apenas organizam conteúdos, mas condicionam as possibilidades de interação, compreensão e tomada de decisão pelos usuários. A Arquitetura da Informação, portanto, constitui a infraestrutura invisível da experiência digital, organizando o conteúdo de modo que usuários possam localizar informações, compreender relações conceituais e realizar suas tarefas com menor esforço cognitivo (LUZ, 2021).

Essa abordagem desloca a Arquitetura da Informação de uma função predominantemente operacional para um campo epistêmico voltado à organização do conhecimento. Sob essa perspectiva, o arquiteto da informação não organiza apenas páginas, menus ou documentos; organiza conceitos, estabelece relações semânticas, constrói modelos de representação e define os contextos que permitirão aos usuários interpretar corretamente o ambiente digital. A qualidade da experiência deixa, assim, de depender exclusivamente do design visual ou da usabilidade da interface, passando a refletir a consistência da estrutura informacional subjacente.

Esse entendimento torna-se ainda mais relevante diante da incorporação da Inteligência Artificial Generativa ao desenvolvimento de produtos digitais. Modelos de linguagem de grande escala (LLMs) operam essencialmente sobre estruturas linguísticas e relações estatísticas entre unidades de informação. Embora capazes de produzir respostas sofisticadas, esses modelos não possuem representação semântica própria do domínio abordado; sua capacidade de gerar conteúdos coerentes depende da organização do contexto recebido durante a interação. Em outras palavras, a qualidade da saída produzida está diretamente relacionada à qualidade da estrutura informacional que orienta o modelo.

Nesse contexto, os prompts podem ser compreendidos como artefatos de Arquitetura da Informação. Mais do que simples comandos textuais, eles representam estruturas de

contextualização que definem objetivos, restrições, papéis, vocabulários, relações hierárquicas e critérios de resposta. A elaboração de prompts eficazes exige competências tradicionalmente associadas à Arquitetura da Informação, como organização conceitual, definição de taxonomias, estabelecimento de hierarquias, controle terminológico, modelagem de contextos e representação do conhecimento.

Essa aproximação evidencia que o avanço da Inteligência Artificial não reduz a importância da Arquitetura da Informação; ao contrário, amplia seu papel estratégico. Quanto mais sofisticados se tornam os modelos generativos, maior é a necessidade de estruturar adequadamente o conhecimento que os alimenta. A organização da informação passa a influenciar não apenas a encontrabilidade (*findability*) dos conteúdos, mas também a qualidade das inferências produzidas pelos sistemas inteligentes, a consistência das respostas geradas e a confiabilidade das decisões apoiadas por IA.

Sob essa perspectiva, o designer contemporâneo deixa de atuar exclusivamente como projetista de interfaces para assumir funções relacionadas à curadoria informacional, à engenharia de contexto e à modelagem do conhecimento. A capacidade de estruturar ambientes informacionais coerentes, construir instruções semanticamente consistentes e organizar domínios complexos de informação torna-se uma competência central para o desenvolvimento de produtos digitais mediados por inteligência artificial. Dessa forma, a Arquitetura da Informação reafirma sua condição de fundamento epistemológico do Design da Experiência do Usuário, oferecendo os princípios que tornam possível a construção de sistemas digitais compreensíveis tanto para pessoas quanto para modelos computacionais.

5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DE DISCOVERY COM SUPORTE DE IA

O processo de *UX Discovery* corresponde à fase de investigação, compreensão e delimitação do problema que antecede o desenvolvimento de soluções digitais. Seu objetivo consiste em reduzir incertezas por meio da produção sistemática de conhecimento sobre usuários, contexto de uso, objetivos organizacionais e restrições técnicas. Sob a perspectiva do Design Centrado no Humano, essa etapa fundamenta as decisões posteriores de Arquitetura da Informação, Design de Interação (IxD) e avaliação da experiência, evitando que escolhas projetuais sejam orientadas apenas por pressupostos ou intuições (GARRETT, 2011; NORMAN, 2013).

A incorporação da Inteligência Artificial Generativa modifica significativamente a dinâmica dessa etapa. Modelos de linguagem passaram a atuar como instrumentos de apoio à síntese de informações, construção de hipóteses, organização de conhecimento, prototipação e exploração de cenários. Entretanto, sua utilização não altera o princípio metodológico fundamental do discovery, pois decisões de projeto continuam dependentes da interpretação crítica realizada por pesquisadores e designers. A IA acelera processos analíticos, mas não substitui a investigação empírica nem a validação junto aos usuários.

Sob a ótica da Ciência da Informação, esse processo pode ser compreendido como uma atividade de mediação entre diferentes domínios do conhecimento. Conforme argumenta Carlos Alberto Ávila Araújo (2018), organizar informação significa construir condições para sua apropriação social, articulando sujeitos, contextos e sistemas de representação. Assim, os artefatos produzidos durante o Discovery não representam apenas documentos de projeto, mas instrumentos de organização do conhecimento que apoiam a tomada de decisão ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento.

5.1 FERRAMENTAS DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O ponto de partida de qualquer processo de *Discovery* consiste no alinhamento entre objetivos organizacionais, necessidades dos usuários e restrições do contexto de desenvolvimento. Antes da realização de pesquisas ou da definição de requisitos, torna-se necessário construir uma representação compartilhada do problema, reduzindo ambiguidades e estabelecendo critérios que orientarão as decisões subsequentes.

Para exemplificar vamos pensar no desenvolvimento de um aplicativo educacional destinado à preparação de estudantes do ensino médio para exames vestibulares, ele pode contar com dois artefatos de definição estratégica: o Canvas de Definição de Valor de UX e a Bússola Estratégica. Ambos foram elaborados com apoio de modelos generativos de linguagem para facilitar a consolidação de informações provenientes de reuniões, documentos institucionais e requisitos preliminares.

O Canvas de Definição de Valor de UX constitui um artefato visual destinado à síntese das principais características do produto. Nele são representados o problema de negócio, o público-alvo, a proposta de valor, os cenários de uso, os diferenciais competitivos e as restrições identificadas durante a fase inicial do projeto. Sua principal função consiste em estabelecer um entendimento comum entre todos os participantes do processo de desenvolvimento, reduzindo interpretações divergentes sobre os objetivos do produto.

Essa prática aproxima-se dos princípios do Design Centrado no Humano descritos por Norman (2013), segundo os quais um projeto somente pode produzir soluções adequadas quando fundamentado em uma compreensão consistente das pessoas, de seus objetivos e das condições em que realizam suas atividades. Da mesma forma, Garrett (2011) posiciona essa etapa no plano estratégico de seu modelo, argumentando que decisões posteriores somente podem ser consistentes quando derivadas de objetivos claramente definidos.

Complementarmente, a Bússola Estratégica pode ser empregada como instrumento de priorização e tomada de decisão. Inspirada na metáfora cartográfica, a ferramenta organiza quatro dimensões consideradas estruturantes para o produto. O eixo Norte representa o objetivo principal, no caso acima do app estudantil, promover eficiência cognitiva por meio de estratégias de microlearning. O eixo Sul concentra os fundamentos pedagógicos, assegurando aderência à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O eixo Leste reúne princípios relacionados à Experiência do Usuário e à Arquitetura da Informação, enquanto o eixo Oeste contempla aspectos tecnológicos, desempenho da plataforma e viabilidade de implementação.

Mais do que um instrumento de planejamento, a Bússola Estratégica passou a funcionar como mecanismo permanente de governança do projeto. Sempre que novas funcionalidades eram propostas, avaliava-se sua contribuição para cada um desses quatro eixos, reduzindo o risco de expansão descontrolada do escopo (scope creep) e favorecendo decisões coerentes com os objetivos originalmente estabelecidos.

Sob a perspectiva da Organização do Conhecimento, essas ferramentas podem ser compreendidas como dispositivos de representação conceitual. Processos de organização da informação não apenas classificam conteúdos, mas estruturam modelos interpretativos que orientam a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, o alinhamento estratégico antecede a produção de interfaces porque organiza, inicialmente, o próprio domínio conceitual sobre o qual o produto será desenvolvido.

5.2 ETNOGRAFIA SINTÉTICA E PERSONAS ALGORÍTMICAS

A pesquisa com usuários constitui o principal mecanismo de produção de evidências no Design Centrado no Humano. Entrevistas em profundidade, observações participantes, estudos etnográficos, grupos focais e diários de uso permanecem como métodos consolidados para compreender comportamentos, necessidades, motivações e práticas sociais dos usuários (BAXTER; COURAGE; CAINE, 2015). Entretanto, tais métodos demandam planejamento, recrutamento de participantes, coleta, transcrição, análise e interpretação, tornando-se incompatíveis com determinados contextos de desenvolvimento acelerado.

Nesse cenário, a Inteligência Artificial Generativa possibilita o emprego de estratégias exploratórias que auxiliam a formulação inicial de hipóteses de pesquisa. Entre elas destaca-se a etnografia sintética, compreendida neste trabalho como um procedimento de simulação controlada de perfis sociais mediante Grandes Modelos de Linguagem.

O método consiste na construção de personagens baseados em dados demográficos, comportamentais, educacionais e contextuais previamente definidos pelo pesquisador. A partir dessas características, o modelo passa a simular diálogos, rotinas, dificuldades, expectativas e tomadas de decisão compatíveis com o contexto especificado. Diferentemente de uma entrevista convencional, o objetivo não consiste em produzir evidências empíricas, mas explorar cenários plausíveis que auxiliem a organização preliminar do problema investigado.

No estudo apresentado, foram simuladas interações entre dez estudantes do ensino médio pertencentes a diferentes classes sociais, regiões da cidade de São Paulo e contextos educacionais. As conversações ocorreram em ambiente semelhante a plataformas de mensagens instantâneas, permitindo observar padrões recorrentes relacionados à organização dos estudos, ansiedade frente ao vestibular, utilização de tecnologias educacionais, estratégias de aprendizagem e dificuldades de acesso a recursos pedagógicos. A análise desses diálogos possibilitou elaborar protopersonas, mapas de empatia, jornadas de estudo e hipóteses sobre oportunidades de intervenção no produto digital.

Contudo, a utilização da etnografia sintética exige rigor metodológico quanto aos seus limites epistemológicos. Diferentemente da pesquisa etnográfica clássica, não há observação direta da realidade social nem interação com sujeitos concretos. Os resultados produzidos correspondem a inferências probabilísticas derivadas dos dados utilizados durante o treinamento dos modelos de linguagem. Em consequência, não constituem evidências empíricas, mas representações estatísticas de comportamentos considerados plausíveis pelo sistema.

Essa distinção aproxima-se das reflexões desenvolvidas por Gustavo Silva Saldanha (2012) acerca da organização do conhecimento. Para o autor, sistemas de representação jamais reproduzem integralmente a realidade; eles constroem interpretações mediadas por escolhas conceituais, classificações e estruturas previamente estabelecidas. Da mesma forma, personas produzidas por IA representam modelos interpretativos, e não indivíduos reais.

Além disso, como observam Baxter, Courage e Caine (2015), parte significativa do comportamento humano manifesta-se por meio de ações, contradições, emoções e práticas que os próprios participantes frequentemente não conseguem verbalizar durante entrevistas. Aspectos contextuais, linguagem corporal, silêncios, improvisações e

negociações sociais permanecem inacessíveis aos modelos generativos, limitando sua capacidade de representar integralmente a experiência humana.

Essa limitação torna-se particularmente sensível em contextos marcados por desigualdades estruturais, como o sistema educacional brasileiro. Diferenças de infraestrutura escolar, acesso à internet, disponibilidade de dispositivos digitais, repertório cultural, condições econômicas e oportunidades educacionais influenciam profundamente a experiência dos estudantes. Modelos treinados predominantemente sobre dados produzidos por populações com maior presença digital tendem a reproduzir vieses de representação, invisibilizando grupos periféricos ou minoritários, conforme demonstrado por Safiya Umoja Noble (2018).

Assim, a etnografia sintética deve ser compreendida como um mecanismo de geração de hipóteses e organização inicial do conhecimento, jamais como substituta da pesquisa qualitativa tradicional. Sua principal contribuição consiste em acelerar a exploração de cenários, apoiar a construção preliminar de artefatos de UX e orientar o planejamento das investigações empíricas subsequentes. A validação das hipóteses produzidas continua dependente da participação de usuários reais, preservando os princípios científicos que fundamentam o Design Centrado no Humano e a pesquisa qualitativa.

5.3 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO APLICADA

Concluída a etapa de investigação e consolidadas as hipóteses sobre os usuários, o processo de *Discovery* avançou para a organização estrutural do produto por meio da Arquitetura da Informação. Nessa fase, os dados produzidos durante a pesquisa deixaram de constituir apenas evidências qualitativas para serem traduzidos em estruturas navegacionais, modelos conceituais e sistemas de representação capazes de orientar o desenvolvimento da interface.

Conforme proposto por Peter Morville e Louis Rosenfeld (2006), a Arquitetura da Informação organiza ambientes digitais por meio de quatro subsistemas complementares: organização, navegação, rotulagem e busca. Esses sistemas atuam de maneira integrada para reduzir a complexidade informacional, favorecer a encontrabilidade (*findability*) e apoiar a realização das tarefas dos usuários.

No projeto analisado, o Sistema de Organização foi responsável pela definição da estrutura conceitual do aplicativo. As disciplinas foram agrupadas em áreas de conhecimento compatíveis com a organização curricular do Ensino Médio e alinhadas às competências e habilidades avaliadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além da classificação disciplinar tradicional, foram estabelecidos mecanismos de agrupamento por recorrência de conteúdos nas provas, níveis de dificuldade, temas interdisciplinares e trilhas de aprendizagem, permitindo diferentes perspectivas de acesso ao mesmo conjunto informacional.

Sob a perspectiva da Organização do Conhecimento, essa etapa corresponde à construção de um modelo conceitual do domínio educacional. Conforme argumenta Johanna W. Smit, organizar informação implica representar relações entre conceitos de forma consistente, possibilitando sua recuperação e utilização em diferentes contextos. A Arquitetura da Informação atua, assim, como mediadora entre a estrutura do conhecimento e a experiência de navegação do usuário.

O Sistema de Navegação foi desenvolvido considerando as características cognitivas do público-alvo: estudantes entre 16 e 18 anos submetidos a elevada carga informacional durante a preparação para os exames vestibulares. A estrutura privilegiou trajetórias curtas entre tarefas, reduzindo a profundidade hierárquica da navegação e minimizando o esforço necessário para localizar conteúdos. Menus persistentes, trilhas de navegação, recomendações contextuais e mecanismos de retorno foram incorporados para favorecer a orientação espacial dos usuários e reduzir situações de desorientação informacional.

Essa preocupação encontra respaldo nas contribuições de Donald Norman (2013), para quem interfaces devem tornar perceptíveis suas possibilidades de ação (affordances) e fornecer feedback contínuo durante a interação. Da mesma forma, Garrett (2011) destaca que decisões relacionadas à estrutura de navegação constituem uma das principais responsáveis pela qualidade da experiência do usuário, pois determinam como pessoas constroem modelos mentais do sistema.

O Sistema de Rotulagem concentrou-se na definição do vocabulário empregado pela interface. Em vez de reproduzir terminologias técnicas da área educacional ou nomenclaturas institucionais, optou-se por adotar expressões presentes no repertório cotidiano dos estudantes. A escolha dos rótulos foi orientada pelos resultados da pesquisa exploratória e pela análise das conversações produzidas durante a etapa de etnografia sintética, buscando aproximar a linguagem do sistema da linguagem utilizada pelos usuários.

A rotulagem constitui um dos componentes mais sensíveis da Arquitetura da Informação, pois estabelece a interface linguística entre o sistema e seus usuários. Conforme observam Morville e Rosenfeld (2006), rótulos inadequados comprometem significativamente a encontrabilidade da informação, ainda que a estrutura de organização esteja corretamente construída. Sob a ótica da Ciência da Informação, trata-se de um processo de representação do conhecimento que influencia diretamente a interpretação dos conteúdos e a formação dos modelos mentais dos usuários.

O Sistema de Busca foi concebido a partir de uma estrutura de metadados capaz de representar múltiplos atributos de cada objeto educacional. Cada unidade de conteúdo passou a ser descrita por campos relacionados à disciplina, competência da BNCC, habilidade avaliada, tema, grau de dificuldade, tipo de recurso, tempo estimado de estudo, palavras-chave e relações com conteúdos correlatos. Essa estrutura permitiu combinar mecanismos tradicionais de recuperação da informação com estratégias de recomendação apoiadas por Inteligência Artificial.

A modelagem de metadados evidencia a aproximação entre Arquitetura da Informação e Organização do Conhecimento. Como observa Carlos Alberto Ávila Araújo, sistemas de informação dependem de representações estruturadas que permitam transformar documentos em objetos recuperáveis, estabelecendo relações semânticas capazes de ampliar as possibilidades de uso da informação.

A consolidação dessas definições resultou na elaboração de um Inventário de Conteúdo, documento estruturante que descreveu todos os objetos informacionais da plataforma, seus atributos, relações hierárquicas, responsáveis, estados de publicação e pontos de acesso. O inventário organizou a plataforma em três grandes ambientes — Home, Área do Estudante e Dashboard — estabelecendo responsabilidades funcionais para cada seção e definindo a distribuição dos conteúdos ao longo da navegação.

Por fim, foram incorporados mecanismos de interação social inspirados nas evidências produzidas durante a fase exploratória. Recursos como feed colaborativo, grupos de estudo, compartilhamento de materiais e acompanhamento coletivo de metas procuraram responder à recorrente valorização da aprendizagem entre pares observada nos perfis simulados e posteriormente validada na literatura sobre aprendizagem colaborativa. Ainda que inicialmente concebidas com apoio da Inteligência Artificial, essas funcionalidades foram tratadas como hipóteses de projeto sujeitas à validação posterior junto aos usuários reais.

5.4 PROTOTIPAGEM DINÂMICA E PROMPTFRAMING

Uma vez estabelecida a Arquitetura da Informação, iniciou-se a transição para a representação visual e interativa do produto. Tradicionalmente, essa etapa é materializada por meio de wireframes, protótipos de baixa fidelidade e especificações de interface que servem como intermediários entre a definição estrutural e o desenvolvimento da solução. Entretanto, a incorporação de modelos generativos de Inteligência Artificial vem modificando significativamente esse fluxo de trabalho.

Nesse contexto, propõe-se o conceito de Promptframe como evolução do wireframe convencional. Diferentemente do wireframe estático, cuja função consiste principalmente em representar a disposição espacial dos elementos da interface, o Promptframe constitui um artefato visual-semântico que incorpora informações estruturais, comportamentais e contextuais em uma única representação. Além da organização dos componentes visuais, o Promptframe explicita estados de interação, regras de negócio, comportamentos condicionais, fluxos de navegação, requisitos de acessibilidade e diretrizes para geração automatizada de interfaces.

Essa mudança decorre da própria transformação dos processos de desenvolvimento mediados por Inteligência Artificial. Se anteriormente o *wireframe* funcionava como documento destinado principalmente à comunicação entre designers e desenvolvedores, os *Promptframes* passam a constituir também instruções interpretáveis por modelos generativos capazes de produzir código, componentes e protótipos funcionais.

Para orientar essa nova forma de projetar interfaces, Luz (2025) propõe a metodologia denominada *Promptframing*, definida como um processo sistemático de engenharia de contexto aplicado ao Design da Experiência do Usuário. Em vez de desenhar apenas elementos gráficos, o designer estrutura instruções capazes de descrever objetivos, comportamento esperado, restrições, contexto de uso, identidade visual, requisitos funcionais e critérios de interação que orientarão ferramentas de Inteligência Artificial durante a geração da interface.

Segundo o autor, o *Promptframing* desloca o foco do design "do pixel ao verbo", transformando a linguagem natural em elemento central da atividade projetual. O artefato deixa de representar exclusivamente uma interface e passa a representar conhecimento sobre essa interface, tornando explícitas as decisões de design que anteriormente permaneciam implícitas na interpretação do profissional (LUZ, 2025).

A metodologia organiza-se em quatro dimensões complementares: regras, que definem padrões e requisitos obrigatórios; restrições, que delimitam aspectos técnicos, visuais e funcionais; contexto, responsável por caracterizar usuários, objetivos e cenários de utilização; e intenção de interface, que descreve a experiência desejada e os comportamentos esperados durante a interação. Em conjunto, essas dimensões

constituem um modelo de engenharia de instruções suficientemente estruturado para orientar plataformas de geração automatizada de interfaces.

No projeto desenvolvido, o *Promptframing* foi utilizado para produzir protótipos em ferramentas como *Google Stitch* e *Figma Make*, também conhecidas como plataformas de *Vibe Code*. Cada tela foi descrita por meio de instruções semânticas detalhadas, contemplando organização dos componentes, hierarquia visual, comportamento responsivo, padrões de interação, identidade visual e requisitos de acessibilidade. Em vez de desenhar manualmente todos os elementos da interface, o processo concentrou-se na construção de especificações capazes de serem interpretadas pelos modelos generativos.

Esse deslocamento altera significativamente o papel do designer. A principal competência deixa de ser apenas a elaboração gráfica da interface para incluir a capacidade de estruturar conhecimento de maneira clara, consistente e semanticamente precisa. A qualidade dos resultados produzidos pelos modelos passa a depender diretamente da qualidade das instruções fornecidas, reforçando a ideia de que a escrita de prompts constitui uma atividade de projeto, fundamentada nos princípios da Arquitetura da Informação, da Organização do Conhecimento e do Design Centrado no Humano.

Sob essa perspectiva, o *Promptframing* não substitui os métodos tradicionais de UX, mas amplia seu alcance ao incorporar a Inteligência Artificial como instrumento de produção projetual. O processo de design permanece essencialmente humano em sua dimensão estratégica e interpretativa, enquanto a IA atua como mecanismo de aceleração da prototipagem, permitindo ciclos mais curtos de experimentação, refinamento e validação das soluções propostas.

6. IMPLICAÇÕES PRÁTICAS, LIMITAÇÕES E O PAPEL DO DESIGNER HUMANO

A incorporação da Inteligência Artificial Generativa ao processo de UX Discovery não representa apenas a adoção de uma nova ferramenta computacional, mas uma reconfiguração da divisão do trabalho intelectual no desenvolvimento de produtos digitais. Atividades tradicionalmente executadas de forma sequencial passam a ocorrer de maneira iterativa e assistida por modelos de linguagem, modificando tanto a velocidade quanto a natureza das decisões de projeto. Essa transformação, entretanto, produz benefícios operacionais acompanhados por novos desafios metodológicos, epistemológicos e éticos, cuja compreensão é indispensável para a utilização responsável dessas tecnologias.

6.1 ACELERAÇÃO DO CICLO DE DESIGN

Um dos resultados mais evidentes da utilização coordenada de modelos generativos consiste na redução significativa do tempo necessário para executar atividades exploratórias do processo de Discovery. Artefatos como mapas de stakeholders, matrizes CSD, personas, mapas de empatia, jornadas do usuário, inventários de conteúdo, taxonomias, requisitos funcionais, wireframes e protótipos preliminares podem ser produzidos em poucos minutos ou horas, desde que existam informações estruturadas capazes de orientar adequadamente os modelos.

No estudo apresentado, a utilização integrada de ferramentas de Inteligência Artificial permitiu condensar atividades que tradicionalmente ocupariam entre duas e quatro semanas de trabalho especializado em um fluxo contínuo desenvolvido ao longo de

poucas horas. Essa redução decorreu principalmente da automatização de tarefas de síntese documental, organização de informações, geração de alternativas de interface e produção inicial de documentação de projeto.

Entretanto, a principal contribuição da IA não reside apenas na velocidade de execução. Seu maior impacto consiste na ampliação da capacidade exploratória do processo de design. Enquanto métodos tradicionais frequentemente limitam o número de cenários avaliados devido ao custo de produção dos artefatos, modelos generativos possibilitam experimentar rapidamente múltiplas alternativas de organização da informação, estruturas de navegação, hipóteses de funcionalidades e representações visuais. O processo passa a privilegiar a exploração de possibilidades antes da convergência para uma solução específica.

Sob essa perspectiva, a Inteligência Artificial atua como instrumento de ampliação cognitiva (*cognitive augmentation*) e não simplesmente como mecanismo de automação. O designer deixa de dedicar grande parte de seu tempo à elaboração manual de documentos intermediários para concentrar-se na análise crítica, interpretação dos resultados, comparação entre alternativas e validação das decisões de projeto.

Do ponto de vista organizacional, essa reconfiguração também possui implicações econômicas relevantes. Pequenas equipes, startups, instituições públicas e organizações com recursos limitados passam a ter acesso a processos de Discovery anteriormente restritos a projetos de maior orçamento. A redução do custo de produção dos artefatos amplia a possibilidade de adoção de práticas estruturadas de UX em contextos nos quais elas frequentemente eram substituídas por decisões intuitivas ou restritas às etapas finais do desenvolvimento.

Todavia, rapidez não deve ser confundida com qualidade metodológica. A aceleração proporcionada pela IA somente produz benefícios quando acompanhada por critérios rigorosos de validação, documentação e revisão das hipóteses geradas. A velocidade de produção de artefatos não elimina a necessidade de investigação empírica nem reduz a importância do julgamento especializado durante o processo de tomada de decisão.

6.2 LIMITAÇÕES ESTRUTURANTES DOS SISTEMAS GENERATIVOS

Apesar dos avanços observados nos Grandes Modelos de Linguagem, sua utilização em processos de design apresenta limitações estruturais que decorrem da própria natureza probabilística desses sistemas. Reconhecer tais limitações constitui requisito fundamental para evitar interpretações equivocadas acerca de suas capacidades e estabelecer práticas metodologicamente consistentes.

A primeira limitação refere-se à opacidade algorítmica, frequentemente denominada fenômeno da caixa-preta. Embora modelos generativos produzam respostas altamente elaboradas, seus mecanismos internos de inferência permanecem em grande medida inacessíveis aos usuários. Não é possível determinar, com precisão, quais documentos influenciaram determinada resposta nem reconstruir integralmente o percurso lógico utilizado pelo modelo durante sua geração. Essa ausência de rastreabilidade compromete princípios científicos relacionados à verificabilidade, à reprodutibilidade e à transparência das evidências (NOBLE, 2018).

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, essa limitação também afeta a cadeia de custódia do conhecimento produzido. Como observa Carlos Alberto Ávila Araújo (2018),

processos de organização e representação da informação dependem da explicitação dos contextos de produção e das relações entre documentos e seus significados. Quando essas relações permanecem ocultas, reduz-se a capacidade de avaliar criticamente a confiabilidade das informações utilizadas na tomada de decisão.

Uma segunda limitação corresponde à tendência à convergência estatística. Modelos generativos aprendem a reproduzir regularidades presentes nos dados utilizados durante seu treinamento. Como consequência, tendem a produzir soluções compatíveis com padrões recorrentes, privilegiando respostas estatisticamente prováveis em detrimento de alternativas pouco frequentes ou inovadoras.

No contexto do Design da Experiência do Usuário (UxD), essa característica pode induzir à padronização excessiva das soluções propostas. Interfaces, fluxos de navegação e estratégias de interação tendem a refletir convenções amplamente presentes no universo digital, reduzindo a diversidade de abordagens projetuais. Conforme argumenta Brown (2010), inovação em design frequentemente emerge da observação de situações excepcionais, da experimentação e da interpretação de necessidades latentes — elementos que dificilmente podem ser inferidos exclusivamente por modelos estatísticos.

A terceira limitação relaciona-se à representação incompleta da experiência humana. Conforme discutido na seção anterior, modelos de linguagem produzem simulações plausíveis de comportamentos, mas não possuem acesso à experiência vivida das pessoas. Emoções, ambiguidades, relações sociais, negociações culturais e práticas situadas permanecem parcialmente invisíveis aos sistemas generativos, que operam sobre padrões linguísticos derivados de grandes volumes de texto.

Baxter, Courage e Caine (2015) destacam que parte significativa do conhecimento produzido durante pesquisas com usuários decorre precisamente da observação de comportamentos inesperados, contradições entre discurso e prática e elementos contextuais dificilmente verbalizados pelos participantes. Esses aspectos constituem uma dimensão essencial da pesquisa qualitativa e não podem ser integralmente reproduzidos por simulações algorítmicas.

Além disso, modelos generativos tendem a reproduzir vieses presentes nos dados utilizados em seu treinamento. Como demonstra Safiya Umoja Noble (2018), sistemas baseados em aprendizagem de máquina podem reforçar desigualdades históricas relacionadas a gênero, raça, classe social e representação cultural. Em contextos educacionais brasileiros, marcados por profundas assimetrias regionais e socioeconômicas, esse problema torna-se particularmente relevante, exigindo constante revisão crítica das inferências produzidas pelos modelos.

Por fim, existe uma limitação de natureza epistemológica. Modelos generativos não distinguem fatos, hipóteses, interpretações e opiniões da mesma maneira que pesquisadores humanos. Sua função consiste em produzir sequências linguísticas coerentes, e não validar cientificamente as informações apresentadas. Consequentemente, todo conhecimento produzido com apoio da Inteligência Artificial permanece dependente de verificação documental, confrontação com a literatura especializada e validação empírica.

6.3 O IMPERATIVO DO HUMAN-IN-THE-LOOP

As limitações anteriormente discutidas conduzem à necessidade de compreender a Inteligência Artificial como componente de sistemas sociotécnicos nos quais a supervisão humana permanece indispensável. Nesse contexto, destaca-se o paradigma conhecido como *Human-in-the-Loop (HITL)*, definido por Amershi et al. (2019) como a integração contínua da intervenção humana durante diferentes etapas do ciclo de vida de sistemas baseados em aprendizado de máquina.

No campo do Design da Experiência do Usuário (UxD), o *Human-in-the-Loop* ultrapassa a ideia de simples revisão das respostas produzidas pela IA. Trata-se de reconhecer que decisões projetuais envolvem interpretação, julgamento, negociação de interesses e responsabilidade ética, dimensões que não podem ser automatizadas por modelos estatísticos.

Ao longo do processo de Discovery, a atuação humana permanece insubstituível em diferentes níveis. Cabe ao designer formular o problema de projeto, selecionar métodos de investigação, interpretar evidências qualitativas, estabelecer critérios de priorização, construir modelos conceituais, validar hipóteses junto aos usuários e decidir quais recomendações produzidas pela IA serão efetivamente incorporadas ao produto. Essas atividades dependem de repertório cultural, pensamento crítico, conhecimento contextual e responsabilidade profissional.

A própria elaboração de *prompts* evidencia essa transformação. Conforme discutido anteriormente a partir da proposta de *Promptframing* (LUZ, 2025), a qualidade das respostas produzidas pelos modelos depende diretamente da capacidade do designer de estruturar contexto, objetivos, restrições e critérios de avaliação. O *prompt* deixa de ser um simples comando operacional para tornar-se um artefato de projeto, resultado de competências associadas à Arquitetura da Informação, à Organização do Conhecimento e ao Design de Interação.

Sob essa perspectiva, o designer assume progressivamente funções de curadoria, mediação e governança do conhecimento. Como argumenta Johanna W. Smit (2007), processos de organização da informação constituem atividades intelectuais de representação, interpretação e contextualização. Essas funções permanecem essencialmente humanas, mesmo quando apoiadas por sistemas computacionais capazes de automatizar parte do trabalho operacional.

Além da dimensão metodológica, o *Human-in-the-Loop* possui caráter ético. Cabe à supervisão humana identificar vieses algorítmicos, avaliar riscos de discriminação, assegurar conformidade com legislações de proteção de dados, verificar a procedência das informações utilizadas e garantir que decisões automatizadas permaneçam alinhadas aos valores institucionais e às necessidades reais dos usuários. A responsabilidade sobre o produto desenvolvido continua pertencendo às pessoas e às organizações, independentemente do grau de automação empregado durante sua construção.

Nesse sentido, a Inteligência Artificial deve ser compreendida como instrumento de ampliação da capacidade analítica dos profissionais, e não como substituta de sua competência projetual. Sua contribuição mais significativa reside na aceleração da produção de alternativas, na organização de grandes volumes de informação e na automatização de tarefas repetitivas, permitindo que designers concentrem seus esforços naquilo que permanece exclusivamente humano, QUE É compreender pessoas, interpretar contextos, formular problemas e tomar decisões responsáveis.

Como sintetiza Norman (2013), o Design Centrado no Humano não constitui um conjunto rígido de procedimentos, mas uma filosofia fundamentada na compreensão profunda das pessoas, de seus objetivos e das situações em que utilizam produtos e serviços. Essa compreensão resulta da observação, do diálogo, da interpretação e da reflexão crítica, capacidades que, embora possam ser apoiadas pela Inteligência Artificial, continuam sendo exercidas pelo designer humano. Nesse cenário, o futuro do UX não aponta para a substituição dos profissionais de design, mas para a consolidação de uma prática híbrida, na qual inteligência humana e inteligência artificial atuam de forma complementar na construção de experiências digitais mais relevantes, responsáveis e contextualizadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio analisou as transformações promovidas pela Inteligência Artificial Generativa no processo de Design da Experiência do Usuário (UX), tomando como objeto de reflexão as etapas de *Discovery*, pesquisa com usuários, Arquitetura da Informação e prototipagem assistida por modelos de linguagem. A partir da articulação entre referenciais do Design, da Arquitetura da Informação, da Ciência da Informação e da Inteligência Artificial, foi possível demonstrar que os Grandes Modelos de Linguagem (LLMs) reconfiguram significativamente os processos projetuais ao ampliar a capacidade de síntese, organização da informação, geração de hipóteses e produção de artefatos de design.

Os resultados discutidos indicam que a principal contribuição dessas tecnologias não reside apenas na redução do tempo necessário para a execução de tarefas operacionais. A Inteligência Artificial modifica a própria dinâmica do *Discovery*, permitindo ciclos mais iterativos de investigação, exploração de cenários e experimentação de alternativas projetuais. Ferramentas capazes de produzir personas, jornadas, taxonomias, inventários de conteúdo, arquiteturas informacionais e protótipos preliminares ampliam a capacidade analítica das equipes e favorecem processos de decisão apoiados por maior volume de informações organizadas.

Entretanto, a análise também evidencia que essa ampliação de capacidade não elimina os fundamentos metodológicos do Design Centrado no Humano. Ao contrário, quanto maior a autonomia operacional dos sistemas generativos, maior se torna a necessidade de supervisão crítica sobre os processos de produção do conhecimento.

Modelos de linguagem continuam sujeitos a limitações relacionadas à opacidade algorítmica, à reprodução de vieses presentes nos dados de treinamento, à tendência de convergência estatística e à impossibilidade de acessar a experiência vivida dos usuários. Essas restrições impedem que seus resultados sejam interpretados como evidências empíricas equivalentes às produzidas por métodos tradicionais de pesquisa qualitativa.

Nesse contexto, a etnografia sintética mostrou-se um instrumento promissor para apoiar etapas exploratórias do *Discovery*. Sua principal contribuição consiste na geração rápida de hipóteses sobre comportamentos, necessidades e cenários de uso, permitindo orientar pesquisas posteriores e reduzir incertezas iniciais do projeto. Contudo, sua utilização deve permanecer subordinada aos princípios científicos da pesquisa qualitativa. Personas sintéticas, jornadas simuladas e demais artefatos produzidos por Inteligência Artificial devem ser compreendidos como modelos interpretativos preliminares, cuja validade depende de verificação junto a usuários reais. Em sociedades caracterizadas por elevada diversidade cultural e profundas desigualdades de acesso às tecnologias digitais, como a

brasileira, essa validação torna-se ainda mais necessária para evitar generalizações e reduzir riscos de reprodução de vieses.

Da mesma forma, a discussão desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que a Arquitetura da Informação assume papel ainda mais estratégico no contexto da Inteligência Artificial Generativa. Se, tradicionalmente, sua função consistia em estruturar conteúdos para favorecer encontrabilidade, navegação e usabilidade, passa agora a organizar também o contexto semântico que orienta sistemas inteligentes. A qualidade das respostas produzidas pelos modelos depende diretamente da qualidade da organização da informação, da definição de taxonomias, da modelagem de metadados e da construção de estruturas conceituais coerentes. A Arquitetura da Informação deixa, portanto, de atuar apenas como disciplina de organização de interfaces para consolidar-se como elemento fundamental da engenharia de contexto que sustenta aplicações baseadas em IA.

Nesse cenário, o *Promptframing* configura-se como uma competência emergente do Design da Experiência do Usuário (UxD). Ao integrar princípios de Arquitetura da Informação, Engenharia de Prompt, Organização do Conhecimento e Design de Interação, essa abordagem desloca parte da atividade projetual da representação gráfica para a construção estruturada de contexto. O designer passa a produzir não apenas interfaces, mas instruções semanticamente organizadas capazes de orientar sistemas generativos durante a produção de artefatos digitais. Esse deslocamento amplia o papel estratégico da linguagem natural como instrumento de projeto e reforça a importância das competências relacionadas à organização e representação do conhecimento.

Sob a perspectiva científica, os resultados apresentados reafirmam a centralidade do paradigma *Human-in-the-Loop* como princípio metodológico para o desenvolvimento de produtos digitais mediados por Inteligência Artificial. A atuação humana permanece indispensável na formulação dos problemas de pesquisa, na interpretação das evidências, na validação dos resultados, na mediação entre interesses institucionais e necessidades dos usuários e na avaliação ética das soluções produzidas. A Inteligência Artificial pode automatizar atividades operacionais e apoiar processos analíticos, mas não substitui competências como julgamento crítico, compreensão contextual, sensibilidade cultural e responsabilidade profissional.

As contribuições deste ensaio também dialogam com discussões mais amplas da Ciência da Informação. À medida que modelos generativos passam a produzir, organizar e reinterpretar grandes volumes de informação, tornam-se ainda mais relevantes os estudos sobre representação do conhecimento, mediação da informação, governança de dados, qualidade informacional e preservação da autenticidade dos processos decisórios. A convergência entre Design, Arquitetura da Informação e Organização do Conhecimento configura, nesse sentido, um campo interdisciplinar de crescente importância para o desenvolvimento de sistemas inteligentes confiáveis e socialmente responsáveis.

Como limitações, este trabalho apresenta uma reflexão fundamentada em um estudo metodológico aplicado a um único contexto de desenvolvimento de produto digital. Embora permita discutir possibilidades concretas de utilização da Inteligência Artificial no UX *Discovery*, não pretende generalizar seus resultados para todos os domínios de aplicação. Investigações futuras poderão comparar sistematicamente artefatos produzidos por métodos tradicionais e por abordagens assistidas por IA, avaliar a correspondência entre etnografia sintética e pesquisa empírica, bem como desenvolver

métricas de qualidade para prompts, frames e demais artefatos produzidos durante processos de design mediados por modelos generativos.

Conclui-se, por fim, que a Inteligência Artificial Generativa não representa a substituição do designer, mas a reconfiguração de sua atuação profissional. À medida que atividades repetitivas passam a ser automatizadas, amplia-se a importância das competências relacionadas à interpretação, organização do conhecimento, pensamento crítico, ética e tomada de decisão.

O futuro do Design da Experiência do Usuário (UxD) tende, assim, a consolidar-se como uma prática híbrida, na qual inteligência humana e inteligência artificial atuam de forma complementar. Nesse novo cenário, o diferencial competitivo do designer não estará na capacidade de produzir artefatos de maneira mais rápida, mas na habilidade de formular problemas relevantes, estruturar contextos informacionais consistentes e transformar conhecimento em experiências digitais significativas, inclusivas e fundamentadas em evidências.

REFERÊNCIAS

- [1] AMERSHI, Saleema et al. Guidelines for Human-AI Interaction. In: CHI Conference on Human Factors in Computing Systems (CHI '19). New York: ACM, 2019.
- [2] ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- [3] BAXTER, Kathy; COURAGE, Catherine; CAINE, Kelly. Understanding Your Users: A Practical Guide to User Research Methods. 2. ed. Waltham: Morgan Kaufmann, 2015.
- [4] BROWN, Tim. Design Thinking: Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- [5] BROWN, Tom B. et al. Language Models are Few-Shot Learners. In: Advances in Neural Information Processing Systems (NeurIPS 2020), v. 33, p. 1877–1901, 2020.
- [6] GARRETT, Jesse James. The Elements of User Experience: User-Centered Design for the Web and Beyond. 2. ed. Berkeley: New Riders, 2011.
- [7] LUZ, Charley dos Santos. Arquitetura da Informação: do conteúdo à experiência do usuário. São Paulo: Feed Consultoria, 2021.
- [8] LUZ, Charley. Do pixel ao verbo: PromptFrames é o novo design de UX. Medium, 2025. Disponível em: <https://charleyluz.medium.com/do-pixel-ao-verbo-promptframes-e-o-novo-design-de-ux-069f20c09b38>. Acesso em: 2 jul. 2026.
- [9] MORVILLE, Peter; ROSENFELD, Louis. Information Architecture for the World Wide Web. 3. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2006.
- [10] NOBLE, Safiya Umoja. Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism. New York: New York University Press, 2018.
- [11] NORMAN, Donald A. The Design of Everyday Things: Revised and Expanded Edition. New York: Basic Books, 2013.
- [12] SALDANHA, Gustavo Silva. Organização do conhecimento e epistemologia da Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.
- [13] SMIT, Johanna Wilhelmina. A organização do conhecimento e sua dimensão interdisciplinar. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). Para entender a Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2007.
- [14] TURING, Alan M. Computing Machinery and Intelligence. Mind, Oxford, v. 59, n. 236, p. 433–460, 1950.

Capítulo 3

Implicações do reconhecimento facial como prova no processo penal: uma análise de teses vinculantes sobre o tema

Fabício Luiz Lima Cavalcante de Oliveira

Milvânia Maria Vieira de Oliveira

Ricardo Chagas Fernandes

Tyssia Régia Rayol Cavalcante de Oliveira

Mariana Faria Filard

Resumo: O presente artigo analisa as implicações jurídicas do reconhecimento facial como meio de prova no processo penal brasileiro, investigando a disciplina conferida pela jurisprudência vinculante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) à luz das garantias processuais fundamentais. A pesquisa adota uma metodologia de análise sistemática de precedentes paradigmáticos vinculados ao Tema Repetitivo 1.258, com foco nos Recursos Especiais nº 1.953.602/SP, nº 1.986.619/SP, nº 1.987.628/SP e nº 1.987.651/SP. O estudo demonstra que o reconhecimento facial, apesar do seu avanço tecnológico, não é aceito como meio probatório autônomo ou absoluto. A jurisprudência consolidada estabelece que sua validade está estritamente condicionada à observância rigorosa das formalidades previstas no artigo 226 do Código de Processo Penal (CPP). A mudança interpretativa do STJ conferiu natureza cogente a tais ritos, afastando a antiga tese de que possuíam caráter meramente recomendatório. Conclui-se que o reconhecimento irregular é insuficiente para fundamentar condenações ou medidas cautelares, visando prevenir erros judiciais decorrentes de falsas memórias, contaminações cognitivas e vieses algorítmicos ou raciais. O trabalho reforça a necessidade de compatibilizar a inovação tecnológica com o garantismo processual, assegurando a prevalência do devido processo legal e da presunção de inocência.

Palavras-chave: Processo Penal, Reconhecimento Facial, Artigo 226 do CPP, Jurisprudência Vinculante, Garantismo.

1. INTRODUÇÃO

A incorporação de tecnologias à segurança pública e, principalmente, a utilização do reconhecimento facial representa um das mais significativas transformações contemporâneas nos mecanismos de investigação criminal. A utilização de sistemas baseados em inteligência artificial promete maior celeridade e eficiência na identificação de suspeitos, sobretudo diante da crescente digitalização das atividades estatais. Contudo, a expansão dessas ferramentas tecnológicas suscita relevantes embates jurídicos e constitucionais, especialmente no que se refere à proteção dos direitos e garantias fundamentais no processo penal. Como bem lembra Lopes Jr. (2023), a busca por provas não pode virar um "vale-tudo"; ela precisa observar rigorosamente os limites impostas pelo Estado Democrático de direito e pelas garantias processuais constitucionais.

Durante décadas, a jurisprudência brasileira tratou as formalidades previstas art. 226 do Código de Processo Penal como se fossem apenas meras recomendações que poderiam ser relativizadas nos casos de reconhecimento pessoal e fotográfico. Entretanto, esse entendimento sofreu mudanças significativas a partir do julgamento do Habeas Corpus nº 598.886/SC pelo Supremo Tribunal de Justiça, ocasião em que a Corte consolidou o entendimento de que as exigências legais previstas no referido dispositivo possuem natureza obrigatória e constituem verdadeira garantia de proteção contra reconhecimentos equivocados e condenações injustas. Nesse sentido, a doutrina contemporânea representada por autores como Lima (2024), passa a defender que a inobservância das formalidades legais compromete a validade e a confiabilidade da prova produzida no processo penal.

A problemática torna-se ainda mais sensível quando analisada à luz dos estudos desenvolvidos pela psicologia do testemunho, área que demonstra a vulnerabilidade da memória humana a interferências externas, sugestões indevidas e fenômenos de contaminação cognitiva. Pesquisas evidenciam que recordações podem ser alteradas ou induzidas por meios inadequados de apresentação de imagens e estímulos visuais, comprometendo significativamente a fidelidade do reconhecimento realizado pela vítima ou testemunha. Por isso que o Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 484/2022, estabeleceu diretrizes destinadas a minimizar erros judiciais decorrentes de reconhecimentos irregulares, reforçando a necessidade de adoção de critérios técnicos e cautelosos na utilização dessas ferramentas tecnológicas. A ideia é que a tecnologia ajude, mas não seja a única e absoluta palavra decisiva em um processo (Brasil, 2022).

Recentemente, o STJ deu um passo decisivo ao promover o avanço jurisprudencial fixado com o Tema Repetitivo 1.258, onde ficou estabelecido que o reconhecimento facial, isoladamente, não é suficiente para fundamentar uma condenação criminal, exigindo-se a existência de elementos probatórios independentes que corroborem para a determinação da autoria do delito. Além disso, o tribunal trouxe um alerta necessário sobre o "racismo algorítmico": sistemas de inteligência artificial que apresentam maiores índices de erro na identificação de pessoas negras, o que acaba potencializando injustiças que já são históricas no nosso sistema penal (Brasil, 2025).

Diante deste contexto, este artigo nasce justamente com a finalidade de propor uma análise crítica acerca da utilização do reconhecimento facial como meio de prova no processo penal brasileiro, examinando os impactos das recentes construções jurisprudenciais do STJ e a compatibilidade dessa tecnologia com as garantias constitucionais previstas na Constituição de 1988. Busca-se compreender em que medida os avanços tecnológicos podem contribuir para a persecução penal sem comprometer princípios fundamentais como o devido processo legal, a presunção de inocência e a dignidade da pessoa humana.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DE PROVAS

Fazendo uma analogia simples, a prova é o coração do processo penal. É por meio dela que se busca reconstruir um fato passado, ou seja, o crime, possibilitando ao juiz ter convicção sobre a veracidade das alegações e, assim, pronunciar sua decisão de forma justa. Trata-se do conjunto de elementos apresentados pelas partes com o objetivo de reconstruir os fatos controversos e, fundamentalmente, formar o convencimento do julgador acerca da verdade das alegações.

Para Aury Lopes Jr (2020), a prova é um instrumento que possibilita a reconstrução histórica. O autor destaca que o objetivo da prova é o convencimento do juiz, afastando todas as dúvidas do processo e possibilitando que seja julgado. Enfatiza que o processo penal trabalha sobre acontecimentos pretéritos, sendo as provas o órgão principal, onde por meio dele se tenta criar um quadro o mais fidedigno possível do que realmente aconteceu.

Já para Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar a prova de uma forma mais abrangente, considerando-a sob um duplo aspecto, como, prova como Fonte, as pessoas ou coisas (ex: a testemunha, um documento) e prova como Meio, os instrumentos (ex: o depoimento da testemunha, a juntada do documento).

O conceito de prova abrange os dois aspectos acima citados, tendo com finalidade principal formar o convencimento do magistrado, fornecendo-lhe os elementos necessários para decidir sobre a imputação penal e suas circunstâncias (Távora, Nestor; Alencar, 2020).

2.1. ESPÉCIES E TIPOS DE PROVA NO PROCESSO PENAL

O processo penal brasileiro estruturado sob a égide constitucional adota uma sistemática probatória complexa, cuja compreensão perpassa pela análise detalhada das categorias doutrinárias que delimitam a eficácia e a natureza dos elementos de convicção judiciais. No que tange à classificação quanto ao objeto, a dogmática processual penal estabelece uma linha divisória fundamental entre a prova direta e a prova indireta, também denominada indiciária. A prova direta caracteriza-se por guardar uma relação imediata com o fato principal do litígio, possuindo o condão de demonstrar a ocorrência do fato típico por si só, sem a necessidade de inferências adicionais, o que se ilustra perfeitamente por meio do depoimento de uma testemunha ocular que presenciou o exato momento da consumação delitiva. Em contrapartida, a prova indireta não incide de forma imediata sobre a conduta principal narrada na peça acusatória, mas sim sobre um fato secundário devidamente demonstrado. A partir deste elemento periférico, possibilita-se a construção de uma dedução lógica em direção ao fato principal, a exemplo da apreensão da arma do crime na posse do investigado logo após a infração penal. Conforme o magistério de Aury Lopes Jr. (2020), enquanto o elemento direto estabelece um vínculo imediato com o objeto de prova, a modalidade indireta exige do julgador a realização de um raciocínio lógico-dedutivo, no qual o indício serve como premissa menor para se inferir a ocorrência do fato principal, residindo o valor persuasivo dessa espécie probatória justamente na coerência interna e na multiplicidade dos indícios concatenados.

Por outro lado, quando o critério analítico se volta à classificação quanto à fonte, a doutrina tradicional opera a distinção com base na origem ontológica do elemento que introduz a informação no ambiente processual. Nesse panorama, a prova real emana da própria coisa, derivando o seu valor epistêmico da existência material do objeto, conforme se

verifica no exame de corpo de delito, nos instrumentos do crime ou em um documento eivado de falsidade. Em sentido oposto, a prova pessoal qualifica-se pela sua procedência humana, manifestando-se por meio de uma declaração verbal ou escrita dotada de intencionalidade comunicativa. Enquadram-se nessa categoria os depoimentos testemunhais, as declarações da vítima, a confissão do réu e os laudos periciais, compreendidos estes últimos como a exteriorização de uma manifestação estritamente técnica do perito. Sob a ótica de Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar (2020), o critério discriminatório essencial entre a natureza real e a pessoal repousa invariavelmente na raiz do elemento, cindindo-se entre a materialidade inanimada dos objetos e a atividade afirmativa emanada do intelecto humano, o que exige do operador do direito critérios diferenciados de valoração e de controle de fiabilidade durante a instrução criminal.

2.2. TIPOS DE PROVA

O Código de Processo Penal elenca nos artigos 158 a 250 os principais tipos de provas, que são os meios previstos em lei para a coleta e admissão dos elementos probatórios no processo. Que são também os principais meios de prova, abordados por ambos os autores, são: Prova Pericial (Art. 158 a 184, CPP); interrogatório do acusado (Art. 185 a 196, CPP); confissão (Art. 197 a 200, CPP); declarações do ofendido (Art. 201, CPP); prova testemunhal (Art. 202 a 225, CPP); reconhecimento de pessoas e coisas (Art. 226 a 228, CPP); prova documental (Art. 231 a 238, CPP); indícios (Art. 239, CPP);

O reconhecimento de pessoas, previsto no artigo 226 do Código de Processo Penal, é amplamente considerado um dos meios de prova mais problemáticos devido ao descumprimento frequente de suas formalidades, o que aumenta o risco de erros judiciais. Doutrinadores como Aury Lopes Jr. criticam essa prática pela sua vulnerabilidade a falsas memórias e sugestões indevidas. Em recente decisão (HC 598.886/SC), o STJ passou a exigir rigor na obediência ao rito legal para garantir maior confiabilidade. Diante desse contexto, tecnologias como o reconhecimento facial surgem tanto como promessa quanto como fonte de novos debates sobre a validade e segurança dessa forma de prova.

3. RECONHECIMENTO FACIAL COMO MEIO DE PROVA

O reconhecimento facial é uma técnica em que são realizadas comparações sistematizadas com o uso de algoritmos e ferramentas de biometria e que possui como objetivo principal estabelecer um padrão de identificação de semelhanças entre as características de um determinado rosto e um banco de dados.

Reis (2025) afirma que o reconhecimento facial teve seu desenvolvimento inicial na década de 1960, mas com o avanço de sistemas de algoritmos e redes neurais, essa ferramenta apresentou um amadurecimento maior a partir dos anos 2000, se tornando mais eficaz.

Mesmo com a evolução constante dos sistemas operacionais de reconhecimento facial, é importante mencionar que estes operam “de maneira probabilística por natureza. Ao invés de fornecer respostas binárias definitivas como “sim” ou “não”, o sistema avalia correspondências com diferentes graus de probabilidade” (Scopel, 2024, p. 3681).

A normalização de uso de câmeras de vigilância, mesmo que com finalidade de controle social e proteção do cidadão com a coibição de ilícitos através do videomonitoramento,

acabou por despertar o interesse dos órgãos competentes para a realização de investigações criminais, como uma alternativa de tornar o processo investigativo mais robusto (Stainr, 2020. p. 8).

A possibilidade de aquisição de provas quando da identificação do possível autor através de imagens é uma ferramenta de assertividade ao processo de investigação, bem como de julgamento do juízo. Mas deve-se estar atento aos riscos de possíveis equívocos, visto se tratar de sistema probabilístico e portanto, factível a erros de identificação.

Das vantagens do reconhecimento facial como meio de provas, a facilidade de identificação do possível autor do ilícito, mesmo sem a precisão da vítima que por vezes em estado psicológico sensível e por isso, sem capacidade de identificação adequada; a quantidade significativa de dados gerados juntamente com a interligação entre diversos sistemas, fator que facilita a identificação de pessoas através de diversos bancos de dados, mesmo que em regiões deferentes (Vasconcelos, 2025, p. 10).

A precisão de detecção de rostos, por sua vez, é fator que pode figurar como vantagem em casos de imagens claras e de comparação evidente, mas também pode ser entendida como desvantagem conforme Stainr (2020) esclarece que as imagens faciais normalmente são processadas a partir de câmeras de vigilância que capturam imagens de pessoas em movimento e que tal ação pode sofrer influência de fatores externos que podem macular a clareza da prova. A qualidade da imagem da câmera, a posição da captura, a iluminação do ambiente, a cor de fundo ou da roupa do indivíduo, bem como a semelhança existente entre determinados grupos raciais ou até o uso de acessórios são alguns dos exemplos de fatores que podem prejudicar a acurácia das tecnologias utilizadas.

Ao se afastar as probabilidades de equívocos já apresentadas, deve-se também considerar como desvantagem uma possível inadequação do modelo tradicional de reconhecimento facial determinado no Código de Processo Penal e o reconhecimento facial automatizado como meio de prova.

O Art. 226, CPP (Brasil, 1941) determina que no reconhecimento de pessoas, a vítima ou testemunha deverá descrever a pessoa a ser reconhecida e, caso possível, reconhecê-la quando estiver ao lado de outras que tenham semelhanças com o provável autor do ato. Fato que não ocorre no uso do reconhecimento facial automatizado, já que tal reconhecimento se dá com base em imagens (fotos retiradas a partir de vídeos) arquivadas em banco de dados. Tal inconsistência é corroborada no HC 598.886/SC (Brasil, 2020) esclarecendo que o cumprimento do procedimento previsto no art. 226, CPP é obrigatório, sob pena de nulidade da prova.

Dessa forma, o uso do reconhecimento facial como forma principal ou única, tende a violar o rito previsto no Código de Processo Penal, afetar o princípio da presunção de inocência e ainda, apresentar resultados falsos, visto que, como mencionado acima, por mais desenvolvidas que sejam as tecnologias atuais, são passíveis a erros que teriam como consequência, condenações injustas (Tapudima, 2025, p. 118).

4. LEGISLAÇÕES E JURISPRUDÊNCIAS UTILIZADAS NO RECONHECIMENTO FACIAL

O reconhecimento facial como meio de prova no processo penal, em um contexto de lacuna legislativa específica, naturalmente remete às normas existentes que tratam do reconhecimento de pessoas. Nesse cenário, o Artigo 226 do Código de Processo Penal – CPP surge como o principal balizador, estabelecendo formalidades que, historicamente, foram

tratadas como meras recomendações, mas que a evolução jurisprudencial tem ressignificado como garantias mínimas inafastáveis.

A principal jurisprudência, que serve de baliza fundamental para o reconhecimento facial como prova penal, é a que se firmou a partir do Habeas Corpus (HC) 598.886/SC (Brasil, 2020), julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), como já mencionado.

Essa decisão estabeleceu a obrigatoriedade da observância do procedimento previsto no Artigo 226 do Código de Processo Penal (CPP) para o reconhecimento de pessoas, não o tratando mais como mera recomendação, mas sim como uma garantia processual essencial. A inobservância dessas formalidades acarreta a nulidade da prova, impedindo que ela sirva como lastro probatório para uma condenação, a menos que existam outras provas robustas e independentes.

Embora não seja uma jurisprudência diretamente sobre “reconhecimento facial” em si, ela é a principal referência adaptada e aplicada para quando a tecnologia de reconhecimento facial é utilizada na identificação de suspeitos no processo penal, exigindo que os ritos de garantia do indivíduo sejam respeitados, mesmo diante da ferramenta tecnológica. Muitas jurisprudências reforçam a ideia de que qualquer método de reconhecimento, para ser válido como prova, precisa seguir os ritos e garantir os direitos do acusado.

Outros Habeas Corpus e Agravos Regimentais que confirmam essa linha de entendimento, destacando a nulidade do reconhecimento feito em desacordo com o Art. 226 do CPP:

Julgado que acompanha o entendimento da Sexta Turma, no HC 712.781/SC (Brasil, 2022), onde em 17 de março de 2022, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão determinando a absolvição de um réu condenado exclusivamente com base em reconhecimento fotográfico realizado pela vítima. O STJ entendeu que o procedimento policial utilizado foi irregular, pois consistiu na apresentação de uma única fotografia do suspeito, sem qualquer observância das formalidades previstas no Art. 226 do Código de Processo Penal, que exige cuidados mínimos para evitar indução ou erro de identificação. O relator, Ministro Rogério Schietti Cruz, destacou que o reconhecimento fotográfico, mesmo quando realizado corretamente, não possui força probatória absoluta, devendo ser confirmado em juízo e apoiado por outras provas independentes.

Em outubro de 2024, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus no HC 243077 (Brasil, 2024), anulando provas, revogando a prisão e encerrando uma ação penal baseada exclusivamente em reconhecimento fotográfico. No caso, a vítima reconheceu o autor de um roubo “pela feição dos olhos” ao ver um álbum de fotos fornecido pela polícia — identificação realizada sem observância das formalidades do Código de Processo Penal (CPP). O relator, ministro Edson Fachin, destacou que a descrição física feita pela vítima (“negro, alto e magro”) não correspondia integralmente às características do acusado, o que fragiliza a confiabilidade do reconhecimento. A decisão reafirma a jurisprudência da Segunda Turma de que o reconhecimento fotográfico, para produzir efeitos válidos em juízo, precisa ser reforçado por outras provas Idôneas, caso contrário não pode sustentar a autoria de crime por si só.

5. UMA ANÁLISE DETALHADA DOS RECURSOS ESPECIAIS SOBRE O RECONHECIMENTO FACIAL COMO MEIO DE PROVA

Durante muitos anos, o entendimento adotado nos tribunais as formalidades previstas no artigo 226 do Código de Processo Penal possuíam somente caráter recomendatório, possibilitando, dessa forma, que reconhecimentos fossem realizados presencialmente ou através de fotografia, mesmo que realizados de forma irregular fossem utilizados como provas em condenações criminais. Posteriormente, com a evolução jurisprudencial ocorrida no Superior Tribunal de Justiça, passou-se a reconhecer que tais formalidades constituem garantias processuais indispensáveis à validade da prova.

Então, como forma de evidenciar a profunda transformação jurisprudencial no que tange o reconhecimento de pessoas como meio de prova no processo penal brasileiro, passaremos a analisar Recursos Especiais que tenham formalidades relacionadas a esse assunto em seu escopo.

5.1. RESP 1953.602

O REsp 1.953.602/SP consolidou o entendimento de que as formalidades do art. 226 do CPP são obrigatórias, tornando inválido o reconhecimento fotográfico ou facial isolado para condenações criminais. O STJ, reforçado pelo Tema 1258, estabeleceu que o descumprimento do rito de semelhança física (lineup) contamina a prova, consolidando o reconhecimento como um ato de rigor formal e não mera recomendação.

A jurisprudência brasileira sofreu uma guinada histórica com o julgamento do REsp 1.953.602/SP. Sob a relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) promoveu um necessário “overruling” para enterrar a antiga tese de que o rito previsto no artigo 226 do Código de Processo Penal era um simples roteiro sugestivo. Atualmente, com o reforço do Tema Repetitivo 1.258, o cumprimento dessas etapas passou a ser condição de validade da prova.

A principal mudança reside na transição de uma “faculdade” para uma “garantia processual”. A taxatividade das normas de reconhecimento significa que qualquer desvio procedimental — como a ausência de descrição prévia ou o não oferecimento de pessoas com características similares — acarreta a nulidade do ato. A lógica é simples: o desrespeito à lei gera uma contaminação mnemônica, tornando qualquer reconhecimento posterior juridicamente imprestável devido ao vício de origem.

A decisão impõe limites severos à utilização de fotos e “catálogos” em sede policial. O uso de imagens é admitido apenas como um vetor inicial de investigação, nunca como prova cabal para uma sentença condenatória. O tribunal alertou, ainda, para o perigo dos “álbuns de suspeitos”, que frequentemente perpetuam preconceitos raciais e geográficos, elevando o risco de erros judiciais irreversíveis.

O acórdão é vanguardista ao incorporar conceitos da psicologia cognitiva, especificamente sobre as falsas memórias. Compreende-se que a mente humana é sugestível; quando um reconhecedor é exposto a uma imagem indutiva, sua lembrança original pode ser substituída por uma construção artificial, muitas vezes reforçada pelo “efeito de confirmação” do agente estatal.

Com a consolidação do Tema 1258, o entendimento tornou-se obrigatório para todo o Judiciário. Isso implica que:

A “livre convicção” do juiz não pode validar um ato ilegal;

O reconhecimento irregular não serve sequer como base para prisões preventivas;

Inversão do ônus: Compete ao Ministério Público provar que o rito foi seguido ou apresentar evidências autônomas (como perícias biológicas ou registros em vídeo) que não dependam do reconhecimento viciado.

Em suma, o STJ elevou o nível de proteção à liberdade individual, exigindo que a busca pela verdade real não atrole o devido processo legal e a integridade da memória das vítimas.

5.2. RESP 1986.619

A história do reconhecimento de pessoas no processo penal brasileiro passa por um ponto de inflexão marcado pelo Recurso Especial nº 1.986.619/SP e a consolidação do Tema Repetitivo 1.258 pelo STJ. Durante décadas, nossos tribunais tratavam as formalidades do reconhecimento como meras formalidades quase uma questão de estética processual. Se a pessoa era identificada, importava pouco se o procedimento tinha sido realizado com rigor ou se tinha sido feito de forma improvisada, de um jeito que facilitava sugestões indevidas. LOPES JR., Aury alertava há tempos que essa flexibilidade revelava uma mentalidade inquisitiva enraizada, onde a eficiência na condenação importava mais que a proteção dos direitos do acusado.

Mas algo mudou a partir de 2020. A Terceira Seção do STJ começou a enxergar as coisas de forma diferente, mais atenta ao risco real de condenar inocentes. Foi nesse contexto que o STJ reformou uma condenação que tinha como único fundamento um reconhecimento fotográfico feito fora das regras. E ao fazer isso, estabeleceu seis teses que agora vinculam todos os tribunais do país. Essas teses não deixam espaço para interpretações criativas: as formalidades do reconhecimento são obrigatórias, tanto na investigação quanto no julgamento. Não se pode mais usar um reconhecimento feito de forma irregular para fundamentar uma condenação ou nem mesmo para decretar uma prisão preventiva. Se o procedimento não foi feito corretamente, o reconhecimento é nulo. Ponto. E isso vale mesmo que existam outras provas no processo.

Essa posição se alinha perfeitamente com o que Avila, Humberto ensina sobre as garantias processuais: as regras probatórias não são meras recomendações legislativas, elas são estruturas que existem para proteger direitos fundamentais. Não há espaço para contornos. O acórdão também deixa claro algo que a ciência já demonstrava: o reconhecimento não pode ser "consertado" depois. Matida, Janaina explica bem isso em seus estudos sobre a epistemologia da prova penal. Quando você expõe uma vítima ou testemunha ao suspeito várias vezes, seja em fotos, em reconhecimentos presenciais subsequentes, em julgamentos, você está contaminando a memória. Não há volta. A falsa memória se fixa. Por isso, o procedimento é irrepetível.

O Brasil, com essa decisão, se alinha finalmente aos padrões internacionais que a maioria das democracias já adotou. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos há muito tempo exige que os processos penais respeitem garantias efetivas. E agora o STJ conversa na mesma língua que o STF que já tinha consolidado entendimento semelhante no Tema 1.380 (HC 206.995/RJ) e que o Conselho Nacional de Justiça, que editou a Resolução nº 484/2022 estabelecendo diretrizes nacionais para o reconhecimento. Mais recentemente, o Ministério da Justiça traduziu tudo isso em um protocolo prático, a Portaria MJSP nº 1.122/2026, que padronizou como as polícias devem proceder.

Os efeitos já aparecem nos números, menos prisões preventivas baseadas em identificações frágeis. Menos erros judiciais. A consolidação desse novo entendimento representa, no fim das contas, uma decisão clara, o processo penal brasileiro precisa ser pautado por epistemologia, por aquilo que a ciência e a lógica nos ensinam, e pelo respeito genuíno aos direitos fundamentais de quem é acusado.

5.3. RESP 1987.628

O Recurso Especial nº 1.987.628/SP foi julgado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça - STJ em 11 de junho de 2025, sob o rito dos recursos repetitivos, catalogado como Tema 1.258, sob relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, e o julgamento ocorreu por unanimidade (Superior Tribunal de Justiça, 2025), tendo como objeto a definição do alcance do art. 226 do Código de Processo Penal e as consequências jurídicas decorrentes da inobservância de suas formalidades no reconhecimento de pessoas.

A controvérsia enfrentada pelo Tribunal consistiu em determinar a validade de reconhecimento realizado sem observância do procedimento legal, especialmente quando utilizado como elemento central de imputação. Ao julgar o caso, a Terceira Seção consolidou entendimento no sentido de que as regras previstas no art. 226 do CPP possuem caráter obrigatório, aplicáveis tanto na fase investigativa quanto em juízo, sendo inválido o reconhecimento realizado em desconformidade com tais exigências. Firmou-se, ainda, que a prova obtida de forma irregular não pode fundamentar condenações ou medidas cautelares, configurando nulidade absoluta, bem como que o ato é irrepetível diante da possibilidade de contaminação da memória do reconhecedor, admitindo-se exceção apenas nos casos em que haja prévio conhecimento entre as partes.

O julgamento representa uma inflexão relevante na jurisprudência do STJ, ao superar o entendimento anteriormente dominante que relativizava o cumprimento das formalidades legais mediante corroboração por outros elementos probatórios. A partir da consolidação do Tema 1.258, o reconhecimento de pessoas passa a ser compreendido como ato processual submetido a rigor formal, cuja validade depende da estrita observância do procedimento legal, não sendo possível sua convalidação posterior. Tal orientação reforça a limitação da discricionariedade judicial na valoração da prova e impõe ao órgão acusador o ônus de demonstrar a regularidade do ato ou a existência de provas autônomas independentes.

Do ponto de vista fundamentador, o acórdão evidencia a preocupação com a falibilidade do reconhecimento humano, incorporando elementos da psicologia do testemunho ao reconhecer a suscetibilidade da memória a distorções e induções quando não observados protocolos adequados. A decisão também se alinha a uma perspectiva garantista do processo penal, ao afirmar que a busca pela verdade real deve ser compatibilizada com o respeito ao devido processo legal e às garantias fundamentais do acusado.

Em síntese, o REsp 1.987.628/SP consolida o entendimento de que o reconhecimento de pessoas, inclusive quando mediado por imagens ou tecnologias, não constitui meio de prova autônomo e exige observância rigorosa das formalidades legais, sob pena de nulidade, reafirmando a centralidade das garantias processuais na formação da prova penal.

5.4. RESP 1987.651

O Recurso Especial nº 1.987.651 teve como mérito a análise da legalidade de uma condenação embasada, essencialmente, no reconhecimento de pessoa de maneira divergente ao art. 226 do Código de Processo Penal.

A controvérsia submetida ao Superior Tribunal de Justiça foi delimitada como: “Definir o alcance da determinação contida no art. 226 do Código do Processo Penal e se a inobservância do quanto nesse estatuído configura nulidade do ato processual”.

Desde o início do julgamento, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que as disposições constantes do artigo 226 do Código de Processo Penal possuem caráter cogente, devendo ser observadas obrigatoriamente pelas autoridades responsáveis pela produção da prova de reconhecimento.

A análise foi fundamentada no caso concreto de um réu que foi condenado por tentativa de roubo a uma drogaria somente através de reconhecimento facial em que uma das duas vítimas do delito, durante o reconhecimento facial através de reconhecimento fotográfico, tirou fotos das fotografias a ele apresentadas e posteriormente, mostrou à outra vítima, havendo assim induzimento ao reconhecimento.

Outros ocorridos determinantes para a contaminação do reconhecimento foi o fato do réu não ter sido alinhado juntamente com outros indivíduos para o reconhecimento e que a vítima proprietária da drogaria viu o acusado entrando na delegacia escoltado pelos policiais, tendo a sua identificação influenciada.

A controvérsia submetida ao Superior Tribunal de Justiça consistia justamente em definir se tais irregularidades seriam suficientes para comprometer a validade da prova produzida e, conseqüentemente, a própria condenação criminal. Ao apreciar a matéria, o Tribunal adotou posição mais rigorosa em relação ao tema, afastando a flexibilização anteriormente admitida pela jurisprudência quanto às formalidades previstas no artigo 226 do Código de Processo Penal.

O voto condutor proferido pelo Ministro Rogério Schietti Cruz demonstrou a necessidade de se ter cautela redobrada ao se realizar o reconhecimento de pessoas, tendo em vista o seu alto nível de falibilidade. Segundo seu entendimento, a memória humana não absorve de forma fidedigna aos acontecimentos, como se fosse um mecanismo de reprodução, sendo contaminada por sugestões, pressões psicológicas e lapsos temporais.

Dessa forma, o relator enfatizou que o art. 226 do Código de Processo Penal é um conjunto de garantias mínimas destinadas a assegurar esse tipo de prova, não podendo ser utilizado somente como recomendação de procedimentos e que o não atendimento das formalidades previstas no artigo compromete a validade do reconhecimento, principalmente quando se tratar de o único elemento de prova da culpabilidade da pessoa acusada.

Outro ponto sensível tratado pelo Tribunal foi a questão do reconhecimento fotográfico, definindo-o como precário e insuficiente no caso de se tratar de prova autônoma. Tal reconhecimento fotográfico deve ser utilizado tão somente como instrumento investigativo e que deve obrigatoriamente ser confirmado em juízo sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Corroborando assim, com o princípio da presunção de inocência e com a necessidade de provas robustas para que haja a condenação penal, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Os demais ministros acompanharam o voto do relator, gerando entendimento consolidado de que o reconhecimento facial deve observar rigorosamente o art. 226, CPP e não se pode utilizá-lo de forma única e isolada como ferramenta para a condenação. Além disso, ficou destacada a necessidade de garantia ao réu do contraditório e ampla defesa, através do controle judicial sobre a produção de provas, sob pena de se incorrer em erro judiciário grave.

A decisão do REsp 1.987.651/RS reforça a necessidade de se tratar p reconhecimento facial bem como o reconhecimento fotográfico com cautela e estes deve, ser considerados tão somente como pontos de partida para a investigação.

Dessa forma, a decisão confirma que as garantias processuais deve ser ponto central na produção de provas e que práticas informais que vinham sendo toleradas sejam afastadas. Além disso, a decisão contribui para a prevenção de condenações injustas baseadas tão somente em reconhecimentos contaminados. Nesse ponto, o precedente aproxima o direito brasileiro dos padrões internacionais de proteção dos direitos fundamentais.

Por fim, conclui-se que o julgado representa uma mudança na forma a qual o reconhecimento facial é compreendido no processo penal. Seus efeitos passam a influenciar a admissibilidade e a valoração probatórias de novas tecnologias como o reconhecimento facial, que passam a partir de então a ser avalizadas sob critérios mais rigorosos para que possam ser validadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as implicações jurídicas do reconhecimento facial como meio de prova no processo penal brasileiro, investigando de que forma a jurisprudência vinculante do Superior Tribunal de Justiça vem disciplinando a utilização dessa tecnologia à luz das garantias processuais fundamentais. Para tanto, adotou-se metodologia baseada na análise sistemática de precedentes paradigmáticos vinculados ao Tema 1.258, especialmente os Recursos Especiais nº 1.953.602/SP, nº 1.986.619/SP, nº 1.987.628/SP e nº 1.987.651/SP, o que possibilitou compreender a evolução jurisprudencial sobre a matéria e os critérios estabelecidos para a validade do reconhecimento de pessoas.

A pesquisa demonstrou que o reconhecimento facial, embora represente importante avanço tecnológico aplicado à persecução penal, não foi recepcionado pela jurisprudência como meio probatório autônomo ou absoluto. Ao contrário, consolidou-se o entendimento de que sua utilização permanece condicionada à observância rigorosa das formalidades previstas no artigo 226 do Código de Processo Penal, especialmente em razão da elevada possibilidade de induções, falsas memórias e contaminações cognitivas capazes de comprometer a confiabilidade da identificação realizada.

Os precedentes analisados evidenciam que o Superior Tribunal de Justiça passou a atribuir natureza cogente às formalidades do reconhecimento de pessoas, afastando a antiga compreensão de que tais requisitos possuíam caráter meramente recomendatório. A partir dessa mudança interpretativa, o reconhecimento irregular deixou de ser admitido como elemento suficiente para fundamentar condenações ou medidas cautelares, reforçando a centralidade do devido processo legal, do contraditório e da presunção de inocência na produção probatória penal.

Também se verificou que a adoção de tecnologias biométricas não elimina problemas históricos relacionados à falibilidade da prova de reconhecimento. Limitações técnicas envolvendo qualidade de imagem, condições ambientais, funcionamento algorítmico e possíveis vieses raciais permanecem como fatores relevantes de risco, exigindo controle judicial rigoroso e observância de protocolos formais destinados à proteção dos direitos fundamentais do acusado.

Nesse contexto, o estudo permitiu concluir que a jurisprudência vinculante do STJ tem buscado compatibilizar inovação tecnológica e garantismo processual, reconhecendo a utilidade investigativa do reconhecimento facial sem afastar a necessidade de limites jurídicos destinados à prevenção de erros judiciais. Assim, evidencia-se que o avanço tecnológico, longe de relativizar garantias processuais, demanda maior rigor na validação e no controle da prova penal.

Como contribuição acadêmica, a pesquisa evidencia que o reconhecimento facial não pode ser compreendido exclusivamente sob perspectiva tecnológica ou operacional, devendo ser analisado a partir de seus impactos constitucionais, probatórios e epistemológicos no processo penal contemporâneo. Além disso, o trabalho reforça a importância da psicologia do testemunho e da crítica à confiabilidade da memória humana como elementos fundamentais para a interpretação do artigo 226 do Código de Processo Penal.

Por fim, reconhece-se que o tema permanece em constante desenvolvimento jurisprudencial e doutrinário, especialmente diante da rápida evolução das tecnologias de identificação biométrica. Nesse sentido, futuras pesquisas poderão aprofundar a análise empírica da aplicação das teses vinculantes nos tribunais brasileiros, bem como examinar mecanismos de auditoria algorítmica, experiências estrangeiras de regulação e os impactos desproporcionais do reconhecimento facial sobre grupos socialmente vulneráveis.

REFERÊNCIAS

- [1] ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 21. Ed. São Paulo: Malheiros, 2022.
- [2] BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acessado em: 2 nov. 2025.
- [3] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 598.886/SC**. Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 23 out. 2020, DJe 27 out. 2020. Disponível em: processo.stj.jus.br. Acessado em: 02 nov. 2025.
- [4] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 712.781/DF**. Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17 mar. 2022. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, 22 mar. 2022. Disponível em: processo.stj.jus.br. Acessado em: 02 nov. 2025.
- [5] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 243.077**. Relator: Ministro Edson Fachin. Segunda Turma, julgado em 8 out. 2024. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília. Disponível em: jurinews.com.br/stf-noticias/stf-anula-provas-e-encerra-acao-penal-baseada-apeenas-em-reconhecimento-fotografico. Acessado em: 02 nov. 2025.
- [6] BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.987.628/SP. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Julgado em 11 jun. 2025. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 2025.
- [7] BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 1.122, de 5 de janeiro de 2026**. Institui o protocolo nacional de reconhecimento de pessoas em procedimentos criminais no âmbito da polícia judiciária. Diário oficial da união: seção 1, Brasília, DF, p. 189-193, 6 jan. 2026.
- [8] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resp 1.986.619/SP**. Relator: min. Reynaldo soares da

fonseca, terceira seção, julgado em 11 jun. 2025. (tema repetitivo 1258). Acessado em: 22h de 08 mai. 2026.

[9] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Hc 206.995/RJ**. Relator: Min. Gilmar mendes, segunda turma, julgado em 23 nov. 2021. Acessado em: 22h de 08 mai. 2026.

[10] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 484, de 19 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais. Brasília, DF: cnj, 2022.

[11] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas corpus nº 598.886/sc**. Relator: ministro rogerio schietti cruz. Sexta turma. Julgado em 27 out. 2020. Acessado em: 22h de 08 mai. 2026.

[12] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Tema repetitivo 1.258**. Relator: ministro reynaldo soares da fonseca. Terceira seção. Julgado em 11 jun. 2025. Acessado em: 22h de 08 mai. 2026.

[13] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 484, de 19 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no poder judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2022.

[14] LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**: volume único. 13. Ed. Salvador: juspodivm, 2024. Acesso: 06hs de 17 de mai. de 2026.

[15] LOPES Jr., Aury. **Direito Processual Penal**. 17 E 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

[16] MATIDA, Janaina; Ceconello, William Weber. Reconhecimento fotográfico e presunção de inocência. **Revista brasileira de direito processual penal**, porto alegre, v. 7, n. 1, p. 409-442, 2021. Doi: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v7i1.506>. Acessado em: 20h de 16 mai. 2026.

[17] REIS, Sálvio Roberto Freitas. **Desafios no uso de reconhecimento facial em sistemas de vídeo monitoramento no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2025.

[18] SCOPEL, Bruna Gonçalves. **A Tecnologia de Reconhecimento Facial e sua Utilização como Prova no Processo Penal**. Academia de direito. Editora UNC. 2024

[19] STAINR, Nara Suzana. **Direito Penal, Processo Penal e Criminologia IV**. XII Encontro internacional do CONPEDI – Buenos Aires Argentina. 2023.

[20] SCHECK, Barry; Neufeld, Peter; Dwyer, Jim. **Actual innocence**: when justice goes wrong and how to make it right. New York: berkley books, 2001. 20h de 16 mai. 2026.

[21] TAPUDIMA, Monik Allana. **Implicações do Reconhecimento Facial como Prova no Processo Penal Brasileiro**. Direito Contemporâneo: desafios e possibilidades. Vol. 9. Ponta Grossa, AYA Editora, 2025.

[22] TÁVORA, Nestor; Alencar, Rosmar Rodrigues. **Novo Curso de Direito Processual Penal**. 15. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

[23] VASCONCELOS, Bruno. **Jusfacial: um sistema de reconhecimento facial para apoio às atividades de cumprimento de suspensão de pena**. Dissertação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cajazeiras, 2025.

Capítulo 4

A Caixa das emoções como instrumento Psicopedagógico na Educação Infantil: mediação afetiva e autorregulação

Anna Jenifer Silva de Paula Vargas

Resumo: O presente artigo científico, fundamentado em um relato de experiência, descreve e analisa a implementação da prática psicopedagógica denominada “Caixa das Emoções” em uma turma do segundo período da Educação Infantil. O objetivo central foi promover a autorregulação emocional e fortalecer o vínculo escola-família, utilizando um recurso simbólico e afetivo individual: um objeto de apego enviado pela família. A metodologia envolveu a entrega de caixas individuais para as crianças, que eram preenchidas com um objeto significativo, utilizado como mediador em momentos de desequilíbrio emocional, como cansaço, agitação ou desinteresse. Os resultados demonstram ganhos expressivos na autonomia, no controle emocional e no reengajamento nas atividades pedagógicas, especialmente em um contexto de Educação Inclusiva que atendia a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A discussão corrobora os pressupostos de Winnicott sobre o objeto transicional e a importância da mediação psicopedagógica que integra emoção e cognição no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Autorregulação emocional; Objeto transicional; Educação Infantil; Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento integral da criança, onde as dimensões cognitivas, emocionais e sociais se constroem de maneira intrinsecamente ligada. Longe de ser apenas um ambiente de socialização ou de preparação para o Ensino Fundamental, a creche e a pré-escola são cenários cruciais para a edificação da subjetividade e da capacidade de interagir com o mundo (OLIVEIRA, 2011).

No cotidiano escolar, a dinâmica de grupo e as demandas pedagógicas frequentemente expõem as crianças a desafios que exigem uma capacidade crescente de autorregulação emocional. Manifestações como choro, agitação, desatenção ou recusa em participar de atividades dirigidas são comuns e, muitas vezes, indicam uma dificuldade em processar e gerenciar estados internos (WALLON, 1975). A forma como a escola acolhe e media essas expressões é determinante para o desenvolvimento saudável da criança.

A perspectiva histórico-cultural, notadamente por meio das contribuições de Vygotsky (1991) e Wallon (1975), enfatiza que o desenvolvimento emocional e cognitivo é construído nas interações sociais e mediado pelas experiências afetivas. A emoção, para Wallon (1975), é o primeiro sistema de comunicação e a base da relação com o meio, sendo fundamental para a construção da inteligência. Portanto, ignorar a dimensão afetiva no ambiente de aprendizagem é negligenciar um pilar essencial do desenvolvimento.

Neste contexto, a Psicopedagogia emerge como uma área de conhecimento e intervenção fundamental, atuando na mediação entre o sujeito, a aprendizagem e o ambiente. O olhar psicopedagógico busca compreender os processos de construção do conhecimento, identificando e intervindo nas dificuldades que podem ter origem em fatores emocionais, relacionais ou pedagógicos (BOSSA, 2000).

O presente relato de experiência visa apresentar e analisar a implementação da “Caixa das Emoções” como um instrumento psicopedagógico eficaz na promoção da autorregulação emocional e no fortalecimento do vínculo entre a escola e a família. A proposta se insere na necessidade de criar estratégias simples, acessíveis e profundamente significativas para apoiar as crianças em seus processos de desenvolvimento emocional, especialmente em turmas com características de inclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender a eficácia da “Caixa das Emoções”, é imperativo ancorar a prática em pilares teóricos sólidos que sustentam a interconexão entre afeto, cognição e aprendizagem na primeira infância.

2.1. A PSICOPEDAGOGIA E A MEDIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A atuação psicopedagogia na Educação Infantil transcende a mera correção de dificuldades de aprendizagem, focando-se na prevenção e na promoção de um ambiente que favoreça o desenvolvimento pleno. O psicopedagogo atua como um mediador, um articulador entre o conhecimento, o educador, a criança e a família (SILVA et al., 2016).

Em um contexto inclusivo, o papel da Psicopedagogia torna-se ainda mais vital. A inclusão não se limita à matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais, mas exige

a adaptação de práticas e a criação de estratégias que atendam à diversidade. A “Caixa das Emoções” representa uma dessas estratégias, pois oferece um recurso individualizado que respeita o tempo e a necessidade de cada criança de se reequilibrar. A Psicopedagogia, nesse sentido, é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da educação inclusiva e para a promoção do equilíbrio emocional necessário à aprendizagem (ISCHKANIAN, 2025).

2.2. AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL: O CAMINHO PARA A AUTONOMIA

A autorregulação emocional pode ser definida como a capacidade de monitorar, avaliar e modificar a intensidade e a duração das reações emocionais, de modo a alcançar objetivos pessoais e sociais (LEÓN et al., 2023). Na Educação Infantil, essa capacidade está em franco desenvolvimento e é diretamente influenciada pelo ambiente e pelas interações.

Para Vygotsky (1991), as funções psicológicas superiores, incluindo a regulação do comportamento e das emoções, são inicialmente intersíquicas (realizadas com o auxílio do outro) e, gradualmente, internalizadas, tornando-se intrapsíquicas (autônomas). A intervenção do adulto, ou do instrumento mediador, é crucial nesse processo. A “Caixa das Emoções” atua como um instrumento mediador concreto, substituindo, em parte, a necessidade da intervenção direta do adulto e auxiliando a criança a transitar da regulação externa para a autorregulação.

A dificuldade de autorregulação está frequentemente associada a desafios de aprendizagem e de ajustamento social. Ao promover o autocontrole e a capacidade de lidar com a frustração e a agitação, a prática psicopedagógica contribui diretamente para o ajustamento comportamental e o engajamento nas atividades escolares (ISCHKANIAN, 2025).

2.3. O OBJETO TRANSICIONAL E A SEGURANÇA AFETIVA

A teoria do psicanalista e pediatra Donald Woods Winnicott (1975) oferece uma poderosa lente para analisar a função da “Caixa das Emoções”. Winnicott introduziu o conceito de Objeto Transicional para descrever um item (como um cobertor, um brinquedo ou, no nosso caso, o objeto de apego na caixa) que a criança utiliza para transitar da dependência absoluta para a relativa, simbolizando a mãe (ou o cuidador) em sua ausência.

O objeto transicional reside em um espaço potencial entre a realidade interna da criança e a realidade externa, sendo o primeiro “não-eu” possuído pela criança. Ele confere segurança e conforto, permitindo que a criança lide com a ansiedade da separação e com a frustração. A capacidade de usar um objeto transicional é um indicativo de saúde psíquica e de um amadurecimento bem-sucedido (CUNHA; RIBEIRO, 2025).

No contexto da “Caixa das Emoções”, o objeto enviado pela família funciona como um objeto transicional. Ele:

- **Simboliza o Vínculo Familiar:** Traz a presença afetiva da família para o ambiente escolar.
- **Oferece Conforto e Segurança:** Em momentos de estresse, o contato com o objeto permite o reequilíbrio emocional.
- **Media a Realidade:** Ajuda a criança a lidar com as demandas e frustrações do ambiente escolar, servindo como uma “ponte” afetiva.

A prática da “Caixa das Emoções” se alinha perfeitamente com a necessidade de criar um ambiente suficientemente bom (WINNICOTT, 1975) na escola, onde a segurança emocional é um pré-requisito para a exploração, o brincar e, conseqüentemente, a aprendizagem.

3. METODOLOGIA: A IMPLEMENTAÇÃO DA "CAIXA DAS EMOÇÕES"

O projeto foi desenvolvido em uma turma do segundo período da Educação Infantil, composta por 25 crianças, em um contexto de escola inclusiva. A turma incluía alunos com diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que reforçava a necessidade de estratégias de autorregulação individualizadas.

3.1. ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO

1. O Início e a Comunicação com a Família: O projeto foi lançado no primeiro dia de aula. Cada criança recebeu uma pequena caixa decorada. O passo crucial foi a comunicação com as famílias, realizada por meio de um bilhete explicativo. O bilhete solicitava que a família escolhesse, junto com a criança, um objeto de apego ou de valor afetivo que pudesse permanecer na escola. O objeto deveria ser pequeno e, idealmente, estar associado a lembranças positivas ou a momentos de conforto em casa.

2. A Dinâmica de Uso no Cotidiano: A “Caixa das Emoções” foi integrada à rotina diária. O objeto não era um brinquedo para ser usado livremente, mas um recurso de mediação para momentos específicos. A criança era encorajada a solicitar o acesso à sua caixa quando se sentisse cansada, irritada, agitada ou desinteressada nas atividades. O educador, ao perceber o desequilíbrio, também podia sugerir o uso da caixa. O ato de manusear o objeto, mesmo que por poucos minutos, permitia à criança um “intervalo afetivo” para retomar o equilíbrio.

3. O Processo de Substituição: Mensalmente, os objetos eram substituídos. Essa substituição tinha dois objetivos:

- Ampliar o Vínculo: Garantir que a família continuasse ativamente envolvida no projeto, renovando o elo afetivo.
- Promover a Flexibilidade: Evitar a fixação excessiva em um único objeto, estimulando a criança a construir novos significados e a desenvolver a capacidade de se autorregular com diferentes mediadores.

3.2. O OLHAR PSICOPEDAGÓGICO NA OBSERVAÇÃO

A observação participante foi a principal ferramenta metodológica. O foco da observação psicopedagógica era:

- A frequência e os gatilhos para o uso da caixa.
- O tempo necessário para a criança se reequilibrar após o contato com o objeto.
- A qualidade do reengajamento nas atividades após o uso da caixa.
- As diferenças de resposta entre as crianças típicas e as crianças com TDAH/TEA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da “Caixa das Emoções” revelou-se uma prática de alto impacto, com resultados significativos em três eixos principais: autorregulação e autonomia, inclusão e vínculo escola-família.

4.1. IMPACTOS NA AUTORREGULAÇÃO E AUTONOMIA

O resultado mais evidente foi a redução da necessidade de intervenção direta do educador nos momentos de desequilíbrio emocional. As crianças, ao longo do tempo, desenvolveram a capacidade de identificar seu estado emocional e solicitar o recurso de forma autônoma.

A Tabela 1 apresenta um resumo dos indicadores observados:

Tabela 1 – Indicadores de Autorregulação e Autonomia

Indicador	Antes da Intervenção	Após a Intervenção	Implicação Psicopedagógica
Frequência de Crises	Alta, exigindo intervenção verbal ou física do educador.	Redução de 60% (média observada).	Internalização do processo de regulação; transição da regulação externa para a interna.
Tempo de Reengajamento	Longo (10-15 minutos) ou abandono da atividade.	Curto (2-5 minutos) após o contato com o objeto.	O objeto como mediador afetivo que restaura o foco e a atenção.
Autonomia	Dependência do adulto para resolver o desconforto.	Capacidade de solicitar e utilizar o recurso individualmente.	Desenvolvimento da autoeficácia e do autocontrole.
Fonte: Autoria própria, 2026.			

O objeto de apego funcionou como um âncora afetiva, permitindo que a criança processasse a emoção intensa em um espaço seguro e, em seguida, retornasse ao ambiente de aprendizagem com o sistema nervoso reequilibrado.

4.2. A CAIXA COMO RECURSO DE INCLUSÃO (TDAH E TEA)

Para as crianças com TDAH e TEA, a “Caixa das Emoções” demonstrou um potencial inclusivo notável.

1. **TDAH:** A agitação e a desatenção, características do TDAH, são frequentemente exacerbadas pela sobrecarga sensorial ou pela dificuldade em manter o foco em atividades longas. O objeto de apego, por ser um estímulo familiar e previsível, ofereceu um foco de atenção alternativo e um conforto sensorial que ajudou a “desligar” o sistema de alerta e a reduzir a impulsividade.

2. **TEA:** Para crianças no espectro autista, que muitas vezes têm dificuldades na comunicação e na expressão emocional, o objeto se tornou um recurso concreto para a autorregulação. A previsibilidade do objeto e o ritual de acesso à caixa proporcionaram uma sensação de segurança essencial para lidar com a imprevisibilidade do ambiente escolar.

O sucesso da prática corrobora a importância de se utilizar recursos concretos e simbólicos na mediação psicopedagógica, especialmente em contextos de inclusão, onde a linguagem verbal pode não ser o canal mais eficaz para a regulação emocional.

4.3. O FORTALECIMENTO DO VÍNCULO ESCOLA-FAMÍLIA

A participação ativa das famílias no projeto foi um fator de sucesso. Ao enviar um objeto de casa, os pais se tornaram co-autores da intervenção psicopedagógica. Isso resultou em:

- **Maior Confiança:** A família percebeu que a escola valorizava a dimensão afetiva e o conhecimento que eles tinham sobre seus filhos.
- **Comunicação Ampliada:** O projeto se tornou um tema de conversa entre pais e filhos, e entre pais e educadores, sobre as emoções e os objetos de conforto.

O projeto transformou a caixa em uma ponte afetiva (RODRIGUES et al., 2025), um elo material que unia os dois mundos da criança (casa e escola), reafirmando o papel compartilhado na formação integral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da “Caixa das Emoções” é um exemplo claro de como a intervenção psicopedagógica, quando baseada em um sólido referencial teórico (Vygotsky, Wallon, Winnicott) e adaptada à realidade da Educação Infantil, pode gerar transformações profundas com recursos mínimos.

A experiência demonstrou que:

1. A autorregulação emocional é uma habilidade que pode e deve ser ensinada e mediada desde a primeira infância.
2. O uso de objetos transicionais no ambiente escolar é uma estratégia poderosa para promover a segurança afetiva e a autonomia.
3. A inclusão é fortalecida por práticas que oferecem recursos individualizados e concretos para o manejo das emoções.
4. O vínculo escola-família é essencial e pode ser ativamente construído por meio de projetos que valorizam a história e o afeto da criança.

A simplicidade e a eficácia da “Caixa das Emoções” a tornam uma prática replicável e altamente recomendável para educadores e psicopedagogos que buscam integrar a dimensão emocional ao processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo o desenvolvimento integral e inclusivo das crianças.

REFERÊNCIAS

- [1] BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- [2] CUNHA, I. B. L.; RIBEIRO, C. V. O brincar, a infância e o amadurecimento: contribuições de Winnicott para educação infantil. In: SEMANA DE PEDAGOGIA, 2025.
- [3] ISCHKANIAN, S. H. D. **A psicopedagogia como ferramenta de inclusão e desenvolvimento na educação infantil**. [S. l.]: Simone Helen Drumond Ischkanian, 2025.
- [4] LEÓN, C. B.; MECCA, T. P.; MUNIZ, M. Desenvolvimento do Programa de Intervenção para Promoção de Autorregulação Infantil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 40, n. 123, p. 112-125, 2023.
- [5] OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- [6] RODRIGUES, E. S. S.; SEGER, J. S.; MARQUES, L. R. Revisão bibliográfica da relação escola-família na educação infantil. **Revista Tópicos**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, 2025.
- [7] SILVA, M. E. M.; VICENTE, A. O.; FERREIRA, A. M. B. A Importância da relação escola-família para a aprendizagem e a intervenção psicopedagógica. **Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do IFBA**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-10, 2016.
- [8] VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- [9] WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1975.
- [10] WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Capítulo 5

O direito à inoponibilidade do espírito humano: educação como instrumento para afirmação dos cuidados paliativos

Helíssia Coimbra de Souza

Resumo: O artigo se desenvolve a partir da problemática quanto a inoponibilidade do espírito humano, analisando a tese jurídico-existencial proposta pelo Psiquiatra austríaco Viktor Emil Frankl. A interface da filosofia existencial com a bioética e os cuidados paliativos são analisados através da metodologia bibliográfica. O método que acompanha a metodologia consiste no estudo de caso da Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO), esta ligada ao Hospital Ophir Loyola no estado do Pará. A objetividade central da pesquisa está ancorada na educação como via afirmativa da inoponibilidade do espírito humano. As especificidades unem a Logoterapia, a bioética e os cuidados paliativos como via de desenvolvimento profícuo da dignidade humana e autonomia até o último suspiro. O artigo apresenta justificativa na construção da Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO) enquanto espaço para apoio multiprofissional e elaboração das Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV'S). O direito à inoponibilidade do espírito humano é levantado como hipótese. As discussões estão focalizadas: na efetivação de um processo de cuidado centrado no paciente e seu entorno afetivo; e, na afirmação dos cuidados paliativos como parte do direito à vida.

Palavras-chave: Direito; inoponibilidade do espírito; educação, cuidados paliativos.

1. INTRODUÇÃO

Os processos evolutivos da história humana afirmam a capacidade individual em transcender as dificuldades para cuidar do outro. A visão ontológica aclara o espírito (dimensão noética) como sobreposta aos instintos e pensamentos reducionistas.

A filosofia existencial une-se as basilares jurídicas da dignidade e autonomia inerentes aos seres humanos. A tese da Logoterapia criada pelo Psiquiatra austríaco Viktor Emil Frankl auxilia na compreensão profunda e integral de cada pessoa.

O direito a uma existência digna e autônoma afirma os cuidados paliativos como imprescindíveis para o desenvolvimento nacional. A qualidade de vida pessoal infere diretamente na capacidade de engajamento e contribuição nas políticas públicas.

A problemática que permeia o desenvolvimento do artigo traz o questionamento: como a tese jurídico-existencial da inoponibilidade do espírito humano contribui para a educação em cuidados paliativos no estado do Pará?

O artigo fora desenvolvido com o aporte da metodologia bibliográfica, galgando a compreensão aprofundada acerca dos cuidados paliativos, bioética e filosofia existencial.

O método que alicerça a metodologia consiste no estudo de caso locorregional, sendo a Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO) observada como afirmação prática dos cuidados biopsiconoéticos no âmbito paliativo para o estado do Pará.

A pesquisa apresenta como objetivo central o direito à inoponibilidade do espírito humano enquanto via para a educação social em cuidados paliativos. O artigo traz as práticas em cuidados paliativos como objetivos específicos a serem afirmados.

O direito à inoponibilidade do espírito humano apregoa como especificidades: a importância do processo educacional em cuidados paliativos; o estabelecimento das Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV's) como instrumento educacional em contexto hospitalar; e, a compreensão da Logoterapia como via jurídico-existencial para afirmação dos cuidados paliativos no estado do Pará.

A justificativa para o desenvolvimento da pesquisa está ancorada nas transformações contemporâneas quanto ao direito à vida. O estabelecimento da Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP) evidenciou a morte como parte da existência humana, tendo o Estado responsabilidades na promoção de um fim de vida digno.

O processo de afirmação dos cuidados paliativos no Brasil está justificado na Logoterapia criada pelo Psiquiatra Viktor Emil Frankl. As bases jurídico-existenciais estão alinhadas na tese da inoponibilidade do espírito humano. O direito à vida em sua plenitude pode ser mais bem compreendido e efetivado a partir de uma visão integral do ser humano.

A criação deste artigo apresenta como eixo central a educação em cuidados paliativos no Brasil. O alicerce da inoponibilidade do espírito humano uniu as ciências jurídicas com a filosofia existencial. As hipóteses aclaram a finalidade da pesquisa, sendo estas relacionadas: ao estabelecimento dos cuidados paliativos como parte indissociável de uma educação humanizada no país.

O direito à inoponibilidade do espírito humano é levantado como hipótese, sendo as discussões inerentes a tese calcadas: na dimensão noética como fator relevante para garantia da dignidade e autonomia de pacientes em contexto hospitalar; e, as Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV's) como instrumento que contribui na efetivação dos cuidados paliativos no estado do Pará.

2. BIOÉTICA E A INOPONIBILIDADE DO ESPÍRITO HUMANO

A bioética perpassa por todos os períodos da história humana, sendo o cuidado inerente a natureza ontológica de cada indivíduo. A cientificidade do termo, entretanto, fora afirmada em 1971 pelo médico oncologista Van Rensselaer Potter.

Os estudos e pesquisas em bioética objetivavam a afirmação do direito à vida por meio da implementação de projetos nacionais e transnacionais. Os cuidados paliativos tornaram-se assunto central pela compreensão da morte como parte do existir de cada ser humano.

“Descalçar sempre as sandálias diante da terra sagrada do outro.” Talvez seja esta a principal tarefa da Pastoral da Esperança diante de uma pessoa enferma, moribunda ou enlutada. Isto exige um mínimo de formação porque se, por um lado, este é um momento de imensa fragilidade humana, nas dimensões físicas e psicológicas, por outro, é o tempo de maior abertura ao transcendente.” (MELO; MELO, 2025, p. 35).

A preocupação com o zelo incondicional pela vida ganhou corpo técnico na bioética. A tese da Filósofa Irmã Cristiane e do Teólogo Padre Tiago mostra o cuidado como parte indissociável das relações humanas. O processo de compreensão do outro em sua integralidade, dizendo sim à dignidade e a autonomia, constitui o núcleo dos cuidados paliativos.

As conceituações e pesquisas em bioética propiciaram o entendimento do cuidado como base ética na saúde. As ações de cunho religioso e os movimentos sociais na Idade Média propiciavam a retirada de pessoas moribundas dos logradouros públicos.

O surgimento da bioética propiciou a estruturação teórica e institucional dos cuidados paliativos. O legado da enfermeira e médica estadunidense Dame Cicely Saunders consistiu no conceito de morte digna, além da consolidação do *Saint Christopher's Hospice* como uma referência global em saúde integral.

“Este movimento teve origem no St Christopher's Hospice em Londres e posteriormente espalhou-se pelo mundo. Ela foi uma fervorosa defensora da morte digna, opondo-se à eutanásia e argumentando que a morte pode ser uma experiência positiva à qual todos têm direito. Sua convicção era: “Você importa por quem você é. Você importa até o último momento de sua vida e faremos tudo ao nosso alcance, não apenas para garantir que você morra em paz, mas também que, enquanto viver, o faça com dignidade.” (VIDAL; TORRES, 2006, p. 143).

A atuação multiprofissional no *Saint Christopher's Hospice* possibilitou a afirmação da morte digna. A valorização de cada ser humano para além de um diagnóstico marcou um novo tempo para a seara paliativa, sendo o cuidado compromisso ético no âmbito da saúde.

As conceituações da bioética clássica originaram o “Juramento de Hipócrates”, tendo cada especialista que se incumbir da responsabilidade em lograr êxito nos tratamentos ofertados.

O problema grave da primeira escola de bioética consistia na impossibilidade humana em curar todas as patologias. Os especialistas do âmbito da saúde compreendiam a morte como sinônimo de fracasso profissional.

“Não podemos compreender o que a morte significa para as pessoas – por que alguns preferem morrer a continuar existindo, permanentemente sedados ou incompetentes; porque outros preferem “lutar até o fim”, mesmo quando em meio a sofrimentos terríveis ou quando já perderam a consciência e não tem como saborear a luta; por que tão poucas pessoas acham que, uma vez inconscientes para sempre, morrer ou viver não faz absolutamente qualquer diferença – não conseguiremos compreender nada disso, ou muitas coisas que as pessoas pensam sobre a morte, enquanto não a pusermos de lado por um momento e nos voltarmos para a vida.” (DWORKIN, 2009, p. 281).

As bases jurídicas expostas pelo Filósofo Ronald Dworkin propiciam a compreensão dos dilemas existenciais envoltos aos pacientes paliativos. O processo de recepção e elaboração de um diagnóstico grave não era realizado com auxílio profissional. A lida com as sintomatologias de cada doença envolvia cuidados técnicos, mas a extensão do sofrimento não conseguia ser compreendida pela medicina hipocrática.

O pensar ético para Ronald Dworkin não estava centrado em eventos incontrolláveis – como a morte. A valorização da vida pelo jurista alinha-se com a Logoterapia de Viktor Emil Frankl, haja vista que os cuidados paliativos nasceram para planejar o existir da melhor forma.

A segunda escola de bioética objetivou superar a visão reducionista do ser humano que imperava no século XIX. A descoberta de possibilidades terapêuticas para gerenciamento dos casos sem perspectiva de cura fora importante. A compreensão que perpassava a nova fase da bioética, entretanto, passou a observar o ser humano na sua integralidade.

“Por ser um fenômeno sócio-histórico a violência não é, em si, uma questão de saúde pública e nem um problema médico típico. Mas ela afeta fortemente a saúde: 1) provoca morte, lesões, e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais; 2) diminui a qualidade de vida das pessoas; 3) exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; 4) coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo e 5) evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos.” (MINAYO, 2006, p. 45).

A violência estrutural presente na história da saúde ganhou novos contornos com o advento da bioética principialista. O século XX incorporou a tese da Logoterapia para o âmbito jurídico, sendo combatidos os atos atentatórios a inoponibilidade do espírito humano.

O pensamento da Socióloga Maria Cecília de Souza Minayo afirma a violência estrutural em toda sua amplitude. A autonomia profissional durante os atendimentos médicos deve ser preservada, contudo, os direitos do paciente passaram a ser discutidos com a mesma relevância.

A bioética principialista de Tom Beauchamp e James Childress não fora um movimento contrário aos esforços multiprofissionais para a promoção da cura. O diferencial consistiu no aperfeiçoamento das ações e serviços realizados. O marco do “Juramento de

Hipócrates” fora revisitado para que os pacientes pudessem se relacionar com a equipe multiprofissional de modo simétrico.

As observâncias da fase principialista da bioética implicaram em questionamentos entre especialistas e pacientes. A elaboração do plano terapêutico teve a comunhão de sentido da inoponibilidade do espírito humano.

Os raciocínios clínicos em saúde observavam o compromisso técnico estabelecido no “Juramento de Hipócrates”. A inovação trazida pela bioética principialista consistiu nas considerações sobre a autonomia, beneficência, não maleficência e justiça em cada planejamento.

“À medida em que nos aproximamos das últimas três décadas do século XX, tornamo-nos cada vez mais conscientes do dilema apresentado pelo crescimento exponencial do conhecimento sem um aumento da sabedoria necessária para gerenciá-lo. Certamente, a procura por sabedoria não pode ser realizada sem algum acordo quanto aos objetivos e valores comuns, o que muitas pessoas parecem perceber ser uma área fora do domínio da ciência e, de fato, constituir metafísica, filosofia ou religião.” (POTTER, 2016, p. 197).

As bases bioeticistas expostas por Van Rensselaer Potter consideram a necessidade imperiosa de unir ciência e existencialismo. O alicerce logoterápico elaborado por Viktor Emil Frankl auxiliou na construção de uma via onde todas as pessoas fossem observadas a partir das suas humanidades.

A verticalização no âmbito da saúde fora sendo alterada gradativamente para encontros genuínos e autênticos. A equipe multiprofissional segue apresentando os domínios técnicos de cada especialidade, mas com o entendimento de não saberem sobre a vida do paciente que está a sua frente.

O terceiro período da bioética fora marcado pelas inserções das virtudes no cotidiano institucional. As dinâmicas hospitalares foram modificadas, sendo transpostas de protocolos rígidos para uma aliança entre pessoas assistidas e a equipe multiprofissional.

A bioética das virtudes veio consolidar o principialismo na atuação das diversas especialidades em saúde. A preocupação com o caráter fora estabelecida desde o período universitário. O processo educacional nas ciências biológicas e da saúde passou por reformas, tendo como centro as relações interpessoais e seus impactos para cada tratamento.

“Só há uma única forma substancial no ser humano; por conseguinte, só há uma única alma, à qual ele deve, ao mesmo tempo, a razão, o sentido, o movimento e a vida. Essa alma única manifesta uma multiplicidade de potências, o que é natural, haja vista o lugar do ser humano na ordem da criação. Os entes inferiores, com efeito, são incapazes de alcançar uma completa perfeição: atingem um grau baixo de excelência por meio de alguns movimentos.” (GILSON, 2024, p. 269).

A tese da Psicologia Moral Tomista consolida a trajetória teológica e científica de Étienne Gilson. A compreensão do ser humano enquanto unidade antropológica permite galgar um novo cenário jurídico-existencial. A pessoa enquanto buscadora de sentido difere-se de todos os demais seres viventes na Terra.

As virtudes incorporadas ao âmbito da saúde propiciam que cada paciente se torne um sujeito de direitos. O exercício da função do existir dar-se-á de modo eficaz quando as relações entre todos os envolvidos no plano terapêutico são convergentes.

O quarto estágio evolutivo da bioética apregoa a importância do ser humano enquanto um ser social. A percepção da bioética como disciplina chave para o desenvolvimento nacional originou as bases críticas em cuidados paliativos.

A escola crítica preocupa-se com o princípio da dignidade humana enquanto fundamento para a tutela da vida. Os cuidados paliativos alcançam o âmago dos contrastes sociais, haja vista a fragilidade biomédica com que pessoas adoecidas se encontram.

A bioética em sua vertente crítica compreende que cada paciente apresenta sofrimentos para além de um diagnóstico irreversível. Os contrastes sociais históricos afetam a capacidade de pessoas adoecidas e seus familiares acessarem o Sistema Único de Saúde (SUS).

“Além da crítica sistemática e da oposição de amplos setores da mídia, o SUS enfrenta grandes interesses econômicos e financeiros, dentro e fora do setor saúde, como o das operadoras de saúde, das indústrias farmacêuticas e de equipamentos médico-hospitalares. Esse aspecto negativo é agravado pelas limitadas bases sociais e políticas do SUS, que não conta com a força de partidos, nem o apoio da massa de trabalhadores organizados em sindicatos e centrais.” (PAIM, 2019, p. 363)

A realidade de um país em desenvolvimento como o Brasil torna-se complexa após a estruturação do SUS. A premissa de ofertar saúde em todos os níveis ensejou atuações estratégicas para a descentralização das ações e serviços. O pensar e a elaboração de políticas públicas fora afirmado com os contornos locais regionais.

A tese escrita pelo Médico Sanitarista Jairnilson Paim expõe os obstáculos sociais inerentes ao Sistema Único de Saúde (SUS). A concepção do Estado formado e desenvolvido por todos que o compõem se alinha ao espírito humano inoponível.

Os questionamentos envoltos a escola crítica retiram a responsabilidade única das lideranças políticas quanto ao acesso aos cuidados paliativos. A tese proposta pelo Psiquiatra Viktor Emil Frankl traz a inoponibilidade do espírito humano como via eficaz e sustentável para o âmbito da saúde.

A gestão pública do Sistema Único de Saúde (SUS) será exitosa com a soma de esforços entre todas as pessoas que dizem sim à vida. As escolas da bioética não são excludentes, mas complementares no sentido de viabilizar o acesso e a permanência dos cuidados paliativos até o fim da existência humana.

“Nós mesmos tivemos de aprender e, além disso, ensinar aos desesperados que, na verdade, *não importava o que esperávamos da vida, mas o que a vida esperava de nós*. Tínhamos de parar de perguntar qual é o sentido da vida e reconhecer que é a vida que nos está perguntando isso, todos os dias e todas as horas.” (FRANKL, 2023, p. 98).

As elucidações quanto ao direito à inoponibilidade do espírito humano tornam-se de extrema importância nos cuidados paliativos. A tese da Logoterapia desenvolvida pelo Psiquiatra Viktor Emil Frankl alinha-se as ciências jurídicas e bioéticas. O ser humano

manifesta o seu espírito (dimensão noética) ao lutar pela igualdade de acesso aos cuidados paliativos, da mesma forma, exerce a sua liberdade quando persevera na jornada de paciente até o fim da vida.

3. A EDUCAÇÃO PARA AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE

O histórico evolutivo da humanidade fora marcado por transformações filosóficas e jurídicas. As pequenas comunidades que se organizavam por meio de acordos comuns, com a estruturação das cidades transporam para grandes civilizações independentes.

A capacidade do ser humano se autodeterminar fora originada no século XVII e XVIII. As relações sociais não tiveram a sua importância diminuída, mas foram reconhecidas como consequência de indivíduos que se posicionavam diante das realidades apresentadas pela vida.

A liberdade humana fora reconhecida como um atributo inerente ao nascimento de cada indivíduo. As normas para evitar conflitos que desestabilizassem o equilíbrio coletivo foram aprimoradas. O diferencial dos novos processos sociais consistia no reconhecimento da autonomia situada, onde cada pessoa tornava-se parte da construção da justiça.

“O ser humano não existe como uma consciência fechada em si mesma, sua identidade é constituída e revelada na relação com as outras pessoas. O ser humano é um ser em caminho, cuja abertura ao outro, à transcendência e ao futuro possível revelam sua esperança.” (VENTURA, 2026).

A filosofia existencial de Gabriel Marcel fora exposta no âmbito da saúde com alinhamento a Medicina Centrada na Pessoa (MCP). A construção da justiça para o acesso e a permanência nos cuidados paliativos não estava mais vista apenas como responsabilidade estatal.

As interpretações realizadas pelo Psicólogo André Ventura aclararam o potencial humano de exercer a sua função do existir. O modelo bioético crítico questiona os contrastes históricos que impedem o acesso igualitário aos cuidados paliativos. A filosofia existencial aprofunda as problemáticas ao considerar cada pessoa como um ser decisor para mudar essas realidades.

A filosofia existencial torna o princípio da autonomia da vontade mais bem compreendido e aplicado no âmbito da saúde. Os diálogos interpessoais implicam em diversas interpretações acerca da existência humana e os processos que cada pessoa perpassa.

O entendimento comum quanto ao valor da vida e a importância da dignidade humana, consequentemente permitem que entraves teóricos sejam transpostos para afirmação de políticas equilibradas em saúde.

“A pessoa se dá conta daquilo que lhe acontece e também daquilo que acontece ao seu redor. Seu corpo é um corpo vivente (*Leibniz*) porque tem matéria e tem psique. A vida psíquica aproxima o mundo animal do mundo humano; no entanto, a psique humana é mais complexa. O ser humano não tem só estímulo, mas tem percepção, e essa é a primeira opção da atividade intelectual. O espírito concebido como alma da alma, núcleo interior da pessoa, que retrata seu intelecto, vontade e razão, é um

plus específico dos humanos. E, por ser uma pessoa espiritual, pode tomar decisões diante de uma situação e sentir-se livre para realizar aquilo que lhe convém.” (SBERGA, 2014, págs. 105-106).

A unidade antropológica na qual o ser humano é constituído abarca os cuidados paliativos contemporâneos. A visão fenomenológica-existencial interpretada por Adair Sberga auxilia na construção de um plano terapêutico que acompanha as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O reducionismo histórico quanto as potências humanas ampliavam o sofrimento perpassado por pacientes e seus entornos afetivos. A compreensão e afirmação do ser humano a partir da sua dimensão noética permite que bioética, biodireito e cuidados paliativos estejam unidos no *sim à vida*.

O compromisso estatal consiste na elaboração de políticas sociais eficazes e sustentáveis. As basilares contemporâneas quanto aos cuidados paliativos formam uma via para orientar as decisões da administração pública. A sensibilidade de cada gestor, entretanto, deve balizar as conceituações teóricas com as necessidades locorregionais.

“No ano de 2018, a OMS atualizou seu conceito anteriormente publicado, definindo como cuidados paliativos uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos pacientes (adultos e crianças) e de suas famílias que enfrentam problemas associados a doenças com risco de vida. É uma abordagem que previne e que alivia o sofrimento por meio da identificação precoce, da avaliação e do tratamento correto da dor e de outros problemas físicos, psicossociais ou espirituais. Importante destacarmos a clara ampliação da atuação da abordagem a partir do conceito de 2022 da OMS, uma vez que ficam incluídos pacientes portadores de doenças potencialmente fatais, e não mais somente pacientes com doenças incuráveis, tornando a abordagem mais abrangente e mais precoce.” (PEREIRA; REYS, 2025, págs. 3-4).

As considerações feitas pelas Pesquisadoras Érika Pereira e Karine Reys afirmam as mudanças em saúde para fortalecer os cuidados paliativos. As atuações bioéticas e jurídicas têm como desafio a construção de bases legais que garantam o acesso e continuidade do tratamento aos que precisam.

O acolhimento realizado por equipe multiprofissional não abrange somente a comunicação de um diagnóstico grave. A consciência da finitude da vida oportuniza que as pessoas assistidas dialoguem com seus familiares e profissionais acerca do seu planejamento existencial.

O princípio jurídico relativo à dignidade da pessoa humana afirma responsabilidades para o estado. A construção de locais destinados a assistência multiprofissional possibilita que pacientes e seus familiares sejam acolhidos integralmente.

“O significado da formulação adotada pelo nosso Constituinte de 1988, ao referir-se à dignidade da pessoa humana como fundamento da República e do nosso Estado democrático de Direito. Neste sentido, bem destaca Kurt Bayertz, na sua dimensão jurídica e institucional, a concepção de dignidade humana tem por escopo o indivíduo (a pessoa humana), de modo a evitar a possibilidade do sacrifício da dignidade da pessoa

individual em prol da dignidade humana como bem de toda a humanidade ou na sua dimensão transindividual.” (SARLET, 2011, p. 26).

O princípio de dignidade humana fora exposto pelo Advogado Ingo Wolfgang Sarlet de modo integral. O direito à vida perde a sua valoração se os sofrimentos não forem observados como parte da existência. O estado tem por obrigação a viabilidade de instituições voltadas para estudos, pesquisas e boas práticas em cuidados paliativos.

A compreensão da dignidade humana envolve a promoção do bem-estar em todos os estágios da vida. A não evitação da morte enseja fortes bases educacionais desde a tenra idade, onde a bioética e o biodireito compõem as matrizes curriculares estudantis.

O processo formativo em ensino superior nos cursos das ciências biológicas e da saúde deve ter como primazia a dignidade humana. A filosofia existencial possibilita a afirmação do cuidado em toda sua extensão. As bases logoterápicas propostas pelo Psiquiatra Viktor Emil Frankl abarcam as multidimensões do ser humano, sendo missão de cada especialista compreender e acolher cada uma delas.

“O nome que Frankl propõe de “cura médica de almas” pode levar-nos a uma confusão, mas, ao ter claro que a palavra “alma”, neste caso, refere-se a um conceito filosófico, podemos continuar com esta proposta, que é uma das mais vanguardistas de Frankl em sua época, porque não ficou no curar, mas foi além, propondo acompanhar e consolar as pessoas em seu sofrimento; para ele, as dificuldades não eliminam o sentido da vida, mas dão a possibilidade de descobrir um novo. No caso de pessoas que enfrentam a morte, dir-se-ia que as estamos acompanhando nos últimos auxílios (FRANKL, 2001c), porque, até o último minuto, pode-se descobrir e realizar um sentido.” (CASTILLO, 2022, págs. 93-94).

As pontuações feitas pelo Psicólogo Juan Pablo Díaz del Castillo abrangem a essência dos cuidados paliativos, iniciadas por Dame Cicely Saunders e considerada modelo pela OMS em 2018. A filosofia existencial torna-se via para unir os conhecimentos técnico-científicos com as bases jurídicas da dignidade humana e autonomia da vontade.

A oferta de recursos tecnológicos e medicamentosos não fora diminuta, mas expandida para um conceito de cuidado que abarca o ser humano incondicional. O pensar na unidade antropológica possibilita olhar um diagnóstico como parte da existência humana. A visão proposta pela filosofia existencial permite que profissionais, pacientes e familiares dialoguem de modo simétrico e eficaz.

O instrumento prático das Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV’S) possibilita a reunião formal dos desejos de cada paciente. Os diálogos interpessoais não alcançam todos os profissionais que compõem uma instituição de saúde. A documentação homologada em cartório facilita o atendimento humanizado e respeitoso por qualquer especialista que tenha contato com a pessoa assistida.

“No contexto delicado do adoecer, a palavra adquire protagonismo – e quando proferida por quem ocupa posição de poder, ela se impõe, podendo minimizar a autoridade de quem a escuta. Parágrafos fundamentais da história do paciente podem repentinamente ser invisibilizados diante de um olhar predeterminado exclusivamente pelo diagnóstico e pela terapêutica de excelência. O paciente pode se sentir

sentenciado, esvaziado de autoridade e até de esperança.” (NOVIS, 2024, p. 72).

As exposições realizadas pela Psicóloga Ana Luiza de Faro Novis possibilitam uma visão integral acerca do processo de adoecimento. O diagnóstico recebido afeta o paciente e seu entorno afetivo nas multidimensões humanas. A formalização das vontades com homologação cartorária garante que a boa morte seja preceito cultural em todas as instituições de saúde.

A educação em bioética e biodireito desde a tenra idade possibilita que sofrimentos sejam perpassados de modo mais sereno e consciente. O processo de adoecimento em cuidados paliativos perpassa por descompensações orgânicas que exigem mudanças nos planos terapêuticos.

O processo formativo para a boa morte não abarca a onipotência do ser humano durante um tratamento de saúde. Os cuidados precisam ser uma comunhão de sentido entre as pessoas assistidas, equipe multiprofissional e familiares. As Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV’S) precisam ser formuladas com apoio biopsiconoético, de modo que ocada paciente tenha sua liberdade situada e relacional.

A complexidade de países em desenvolvimento reside nos contrastes socioeconômicos históricos. Os cuidados paliativos não foram afirmados no Brasil em nível de política pública com a robustez de uma lei federal, mas avanços locorregionais permitem a integração de bases biomédicas com os pilares da filosofia existencial.

O estado do Pará conta com uma estrutura especializada para dar suporte biopsiconoético as pessoas que apresentam cânceres em progressão. As práticas oncológicas realizadas na Clínica de Cuidados Paliativos do Hospital Ophir Loyola (CCPO) refletem a filosofia existencial na realidade locorregional.

“Evidências sugerem que, na gestão do SUS, o planejamento regional é a soma de planos circunscritos à esfera municipal, não expressando, de forma clara e operacional, a organização de um sistema integrado. Dotar gestores e técnicos de instrumentos que aprimorem o processo de planejamento parece ser condição tácita para romper com a cultura de elaboração de planos de saúde isolados e desconectados da realidade locorregional.” (PAIM, 2019, p. 117).

A ordenação do Sistema Único de Saúde (SUS) tem importância para que estados e municípios não desvirtuem a finalidade da Lei nº 8.080 de 1990. As colocações do Médico Sanitarista Jairnilson Paim apregoam, contudo, que uma liberdade situada possibilita que planejamentos em cuidados paliativos sejam estratégicos para os anseios de cada localidade.

As ações e serviços em oncologia tiveram início no ano de 2001, sendo afirmado o Plano de Atenção Oncológica no Estado do Pará. Os trabalhos de base realizados pela Secretaria de Estado de Saúde Pública envolviam a destinação de leitos para atendimento em cuidados paliativos.

A idealização do projeto fora concretizada no Hospital Ophir Loyola, tendo como premissa o atendimento multiprofissional para abarcar todas as dimensões humanas. Os avanços em estudos e pesquisas acerca dos cuidados paliativos propiciaram uma revisão acerca da desconcentração espacial do trabalho realizado.

A estruturação da Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO) fora um marco para o estado do Pará. Os especialistas não atuam somente de forma conjunta, mas direcionada para acolher e potencializar as virtudes dos pacientes.

“É este o paradoxo da existência: sentir o próprio ser frágil, mantido no tempo de momento a momento, sem dispor de soberania alguma sobre o próprio vir-a-ser; e, ao mesmo tempo, encontrar-se vinculado à responsabilidade de responder ao chamado de dar forma ao próprio ser.” (MORTARI, 2018, p. 15).

O processo de cuidado alcança as multidimensões humanas com a ótica da filosofia existencial. A Filósofa Luigina Mortari traduz as práticas multiprofissionais realizadas na CCPO. O ser humano observado de forma incondicional não tem sua vida reduzida a um diagnóstico. A estruturação de um plano terapêutico ocorre de forma integrada ao plano de vida traçado por cada paciente e seu entorno afetivo.

A instituição da Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO) possibilitou o acolhimento precoce de cada pessoa assistida. A integração dos pacientes e seus familiares nos estágios iniciais permite um máximo planejamento quanto as Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV’S).

O desenvolvimento das ações e serviços institucionais ocorre de forma integrada ao Hospital Ophir Loyola, onde a triagem de cada paciente e encaminhamento para o CCPO é realizado. A colaboração direta entre pessoas assistidas e especialistas contribui para o fortalecimento do vínculo, ampliando a profundidade dos diálogos sobre as aspirações pessoais.

“A coordenadora da Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos, Roberta Costa, explica que o serviço se volta para garantir a assistência qualificada a usuários com câncer em estágio avançado. “A medicina paliativa tem por finalidade oferecer qualidade de vida àqueles com a doença em progressão por meio do controle de todos os sintomas físicos, emocionais, sociais e espirituais. A partir da inauguração dessa estrutura específica, conseguiremos oferecer uma assistência personalizada para cada paciente”, enfatizou a especialista. (O LIBERAL, 2023).

As bases da filosofia existencial apregoadas pelo Psiquiatra Viktor Emil Frankl podem ser observadas nos cuidados paliativos. O planejamento das Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV’S) é realizado entre pacientes, familiares e equipe multiprofissional. A comunhão de sentido gera um plano de vida realista, sendo as escolhas pessoais direcionadas para o estágio atual e possíveis evoluções da doença.

O trabalho realizado na Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO) consiste, também, na oferta de atendimento domiciliar. As pessoas assistidas que se encontram com os sintomas fisiológicos e psíquicos estabilizados, tem sua autonomia preservada para seguirem ao lado de seu entorno afetivo.

A inoponibilidade do espírito humano não consiste na afirmação de uma liberdade plena aos pacientes e familiares. O referencial da Logoterapia perpassa os planejamentos terapêuticos na CCPO, sendo a autonomia incentivada através de atividades que dizem sim à existência, valoram as potências inalcançáveis por qualquer diagnóstico.

4. CONCLUSÃO

As possibilidades existenciais de cada ser humano são observadas na autotranscendência e derreflexão. A capacidade pessoal de olhar além do diagnóstico irreversível, consequentemente promoveram revisões no âmbito da saúde paliativa.

Os contrastes sociais e econômicos no Brasil são evidentes, ensejando a estruturação de planejamentos locais para promoção da dignidade humana. A criação da Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO) possibilitou a oferta de atendimentos multidisciplinares e integrados em um mesmo espaço.

As bases biopsicossociais afirmadas pela médica e enfermeira Dame Cicely Saunders ganharam contornos locais. Os cuidados paliativos no Brasil são estabelecidos de modo gratuito, universal e sistemático, conforme a Lei nº 8.080 de 1990.

O estado do Pará apresentou a centelha da filosofia existencial no âmbito da saúde em 2001. As atuações em cuidados paliativos no Hospital Ophir Loyola foram idealizadas pela Secretaria de Estado de Saúde Pública. A afirmação prática do Plano de Atenção Oncológica no Estado do Pará garantia assistência especializada aos pacientes e familiares.

As evoluções legais quanto aos cuidados paliativos caminhavam de forma conjunta a bioética. A soma de esforços para dizer sim à vida propiciou que a Clínica de Cuidados Paliativos Oncológicos (CCPO) fosse estabelecida em 2024 como referência na região Norte.

As bases propostas pelo Psiquiatra austríaco Viktor Emil Frankl não negam os impactos de um diagnóstico grave para cada paciente e seus familiares. A preferência pela Logoterapia em detrimento de outras vertentes consiste no alcance profundo e integral do ser humano.

As ações e serviços propostos pela CCPO são afirmadas de modo conjunto as pessoas assistidas. O planejamento terapêutico é desenvolvido com respeito aos planos de vida que cada paciente apresenta. A confiança estabelecida através do diálogo aberto e visão multidimensional do ser humano, consequentemente permite a flexibilidade para lidar com os avanços da patologia até o último suspiro.

REFERÊNCIAS

- [1] CAMARGO, J. J. (ed.). **A medicina da pessoa no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2024.
- [2] DIAZ DEL CASTILLO, Juan Pablo. **Logoterapia e análise existencial: uma aproximação fenomenológica para aprender a pensar o pensado**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2025.
- [3] DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- [4] FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: edição para jovens leitores**. 2. ed. Campinas: Auster, 2023.
- [5] GILSON, Étienne. **O tomismo: introdução à filosofia de Santo Tomás de Aquino**. Tradução de Juvenal Savian Filho; revisão técnica de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.
- [6] MELO, Ir. Cristiane R. de; MELO, Pe. Tiago Vicente R. de. **Pastoral da esperança: a arte do acompanhamento das pessoas enlutadas**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2025.
- [7] MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

- [8] MORTARI, Luigina. **Filosofia do cuidado**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2018.
- [9] O LIBERAL. Hospital Ophir Loyola terá unidade de cuidados paliativos para pacientes com câncer. **O Liberal**, Belém, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/amp/governo-constroi-unidade-de-cuidados-paliativos-para-pacientes-com-cancer-no-hospital-ophir-loyola-1.684530>. Acesso em: 4 set. 2026.
- [10] PAIM, Jairnilson Silva (org.). **SUS: Sistema Único de Saúde: tudo o que você precisa saber**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.
- [11] POTTER, Van Rensselaer. **Bioética: ponte para o futuro**. Tradução de Diego Carlos Zanella. São Paulo: Edições Loyola, 2016.
- [12] SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- [13] SBERGA, Adair Aparecida. **A formação da pessoa em Edith Stein: um percurso de conhecimento do núcleo interior**. São Paulo: Paulus, 2014.
- [14] VENTURA, André. **Homo viator: introdução à metafísica da esperança de Gabriel Marcel (resumo)**. Canal Ek-Sistere, 16 ago. 2026. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D1Wi2ILvutQ>. Acesso em: 3 set. 2026.
- [15] VENTURA, André. **A filosofia da existência de Gabriel Marcel (resumo)**. Ek-Sistere. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_JtjjUaApsY. Acesso em: 3 set. 2026.
- [16] VIDAL, M. A.; TORRES, L. M. In memoriam: Cicely Saunders, fundadora de los Cuidados Paliativos. **Revista de la Sociedad Española del Dolor**, Madrid, v. 13, n. 3, p. 143-144, abr. 2006. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1134-80462006000300001&script=sci_arttext. Acesso em: 28 ago. 2026.

Capítulo 6

Ambientes saudáveis e inclusivos: o alicerce para saúde mental, produtividade e sustentabilidade corporativa

Eliana Sousa Trevisan

Resumo: Este artigo explora a importância crítica de espaços saudáveis e inclusivos para a saúde mental, produtividade e sustentabilidade no ambiente corporativo moderno. Abordando a crescente conscientização sobre a saúde mental no trabalho, o artigo analisa como as características físicas do espaço corporativo impactam o bem-estar dos colaboradores. Através de uma revisão abrangente da literatura, estudos de caso detalhados, exemplos práticos e recomendações estratégicas, o artigo destaca a necessidade de investir em ambientes que promovam a saúde física e mental, a inclusão, o bem-estar geral e a sustentabilidade ambiental. Tais investimentos não são apenas benéficos para os funcionários, mas também essenciais para o sucesso, a resiliência e a responsabilidade social das empresas.

Palavras-chave: Espaços acessíveis. Espaços salubres. Saúde mental no trabalho. Design biofílico. Ergonomia.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental no ambiente de trabalho emergiu como uma preocupação central para as organizações no século XXI. A crescente conscientização dos impactos da saúde mental sobre a produtividade e o clima organizacional tem levado empresas a repensarem o design e a funcionalidade de seus espaços corporativos. Estudos apontam que ambientes de trabalho inadequados — caracterizados por deficiência na iluminação, ventilação inadequada, falta de acessibilidade e design que não suporta o bem-estar dos colaboradores — estão fortemente associados ao aumento do estresse, ansiedade e outros problemas de saúde mental (Smith, 2020).

Por outro lado, investir em espaços saudáveis e inclusivos é comprovadamente benéfico. Tais ambientes proporcionam não só melhorias na saúde e bem-estar dos funcionários, mas também promovem um aumento significativo na produtividade, além de contribuir para a redução de taxas de absenteísmo (Jones, 2018). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define um ambiente de trabalho saudável como aquele em que os trabalhadores e a administração colaboram continuamente para salvaguardar e promover a saúde, segurança e bem-estar de todos os empregados. Essa abordagem abrange não apenas a eliminação de perigos físicos, mas também o fomento a uma cultura de respeito e suporte mútuo (OMS, 2022).

Nesse contexto, a OMS salienta que é crucial abordar os determinantes sociais da saúde, como as condições do ambiente de trabalho, visando promover a equidade em saúde. Este artigo se propõe a examinar em profundidade a importância dos espaços acessíveis e salubres para a saúde mental no ambiente corporativo. Pretendemos identificar os principais elementos que configuram um espaço saudável e discutir a acessibilidade como motor de inclusão e bem-estar. Além disso, apresentaremos exemplos de empresas que têm implementado práticas voltadas para a saúde mental dos colaboradores e exploraremos como a sustentabilidade ambiental pode ser aliada na criação desses ambientes.

A pergunta que este estudo pretende responder é: Qual é a relação entre espaços acessíveis e salubres e a saúde mental no ambiente corporativo, e de que forma essa relação pode ser aprimorada para impulsionar a produtividade, a inovação e a sustentabilidade nas empresas modernas?

Para abordar esta questão, o artigo é estruturado de forma a proporcionar uma visão abrangente: inicia-se com uma revisão aprofundada da literatura sobre saúde mental no trabalho e as características de espaços acessíveis e salubres; segue-se a apresentação da metodologia de coleta e análise de dados. Por fim, são apresentadas conclusões que incluem recomendações práticas para empresas e ideias direcionadas para futuras pesquisas, com o objetivo de fomentar a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis, inclusivos e sustentáveis.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. SAÚDE MENTAL NO TRABALHO: UM PANORAMA GLOBAL E LOCAL

A saúde mental no trabalho é definida como um estado de bem-estar psicológico que permite aos indivíduos realizarem seu potencial, lidarem com o estresse normal da vida, trabalharem de forma produtiva e contribuírem para suas comunidades (Organização

Mundial da Saúde, 2022). No entanto, dados estatísticos revelam que os problemas de saúde mental são cada vez mais prevalentes no ambiente corporativo.

Além disso, a pandemia de COVID-19 exacerbou esses problemas, com um aumento significativo nos casos de ansiedade e depressão relacionados ao trabalho (OCDE, 2021). A pandemia também destacou a importância do apoio à saúde mental no trabalho remoto, com desafios como o isolamento social e a dificuldade em equilibrar vida pessoal e profissional (Kniffin et al., 2021).

Um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou que aproximadamente 3,6% da população mundial sofre de transtornos de ansiedade e mais de 300 milhões de pessoas no mundo sofrem de depressão. Além disso, uma pesquisa da Internacional Stress Management Association (ISMA-BR) indicou que cerca de 70% dos trabalhadores brasileiros sofrem de estresse. Esses problemas podem ser causados por diversos fatores, como alta demanda de trabalho, falta de autonomia, assédio moral e ambientes de trabalho inadequados (Johnson, 2019).

Os impactos negativos da má saúde mental no trabalho são significativos. Além do sofrimento individual, as empresas também sofrem com o absenteísmo, o presenteísmo (quando o funcionário está presente, mas não produtivo), a baixa produtividade e a alta rotatividade (Lee, 2021). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a perda de produtividade devido à depressão e ansiedade custa à economia global cerca de US\$ 1 trilhão por ano (OIT, 2019). Além disso, a má saúde mental pode levar a um aumento nos custos com saúde, acidentes de trabalho e litígios (Goetzel et al., 2004).

2.2. ESPAÇOS ACESSÍVEIS E SALUBRES: ELEMENTOS ESSENCIAIS E DIRETRIZES DE DESIGN

Espaços acessíveis e salubres são aqueles que promovem o bem-estar físico e mental dos ocupantes, garantindo o acesso e a participação de todos, independentemente de suas habilidades ou condições (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020).

Esses espaços são caracterizados por elementos como:

Luz natural: A exposição à luz natural está associada à melhora do humor, do sono e da produtividade (Brown, 2017). Estudos mostram que a luz natural regula o ciclo circadiano, melhora a qualidade do sono e aumenta a produção de vitamina D, essencial para a saúde óssea e imunológica (Figueiro, 2018). Diretrizes de design incluem a maximização da entrada de luz natural através de janelas amplas, claraboias e átrios, além do uso de cortinas e persianas para controlar o brilho e o calor excessivo (Edwards & Torcellini, 2002).

Ventilação: A ventilação adequada garante a qualidade do ar, reduzindo a concentração de poluentes e o risco de doenças respiratórias (Green Building Council Brasil, 2015). A qualidade do ar interior (IAQ) é crucial, pois ambientes mal ventilados podem acumular poluentes como dióxido de carbono, compostos orgânicos voláteis (COVs) e partículas finas, que afetam a saúde e o desempenho cognitivo (Allen et al., 2016). Diretrizes de design incluem o uso de sistemas de ventilação mecânica com filtros de alta eficiência, a implementação de estratégias de ventilação natural e a seleção de materiais de construção com baixa emissão de COVs (ASHRAE, 2019).

Design biofílico: A incorporação de elementos naturais no design do ambiente (plantas, água, madeira) pode reduzir o estresse e aumentar a sensação de bem-estar (Kellert, 2008). O design biofílico não apenas melhora o bem-estar, mas também aumenta a criatividade e a capacidade de concentração (Ryan et al., 2014). Diretrizes de design incluem a criação de espaços verdes interiores, o uso de materiais naturais e texturas orgânicas, a incorporação de elementos de água e a promoção de vistas para a natureza (Browning et al., 2014).

Ergonomia: A ergonomia visa adaptar o ambiente de trabalho às características físicas dos trabalhadores, prevenindo lesões e promovendo o conforto (Norma Regulamentadora 17, 2021). A ergonomia adequada reduz o risco de lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), melhorando a saúde e a produtividade (Bridger, 2018). Diretrizes de design incluem o fornecimento de mobiliário ajustável, a promoção de posturas corretas, a organização do espaço de trabalho para minimizar movimentos desnecessários e a implementação de pausas regulares para alongamento e descanso (OSHA, 2000).

Acessibilidade: “A acessibilidade garante que pessoas com deficiência possam utilizar os espaços de forma autônoma e segura” (Lei Brasileira de Inclusão, 2015). A acessibilidade não é apenas uma questão de conformidade legal, mas também uma forma de promover a inclusão e a diversidade, criando um ambiente de trabalho mais acolhedor e produtivo para todos (ADA, 2010). Diretrizes de design incluem a implementação de rampas, elevadores, sinalização tátil, mobiliário ajustável e espaços de circulação amplos para acomodar cadeiras de rodas e outros dispositivos de mobilidade (ABNT, 2020).

Segundo Terrapin Bright Green, o design biofílico pode aumentar a produtividade em até 15%, melhorar o bem-estar e reduzir o estresse (Terrapin Bright Green, 2014). Além disso, a pesquisa de Heerwagen (2000) destaca que ambientes de trabalho que promovem a interação social e a colaboração podem melhorar o bem-estar e a satisfação no trabalho.

2.3. A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE ESPAÇOS E SAÚDE MENTAL: TEORIAS E EVIDÊNCIAS

A literatura existente demonstra que as características do ambiente de trabalho podem influenciar a saúde mental dos colaboradores. Ambientes com iluminação inadequada, ruído excessivo, falta de privacidade e design desfavorável podem aumentar o estresse e a irritabilidade (Davis, 2016).

A teoria da restauração da atenção (Attention Restoration Theory) explica como a exposição a ambientes naturais pode restaurar a capacidade de atenção e reduzir a fadiga mental (Kaplan, 1989). Já a teoria do estresse ambiental (Environmental Stress Theory) postula que o ambiente físico pode ser uma fonte de estresse, afetando negativamente o bem-estar psicológico (Ulrich, 1981).

Um estudo publicado no *Journal of Environmental Psychology* descobriu que a presença de plantas no ambiente de trabalho pode reduzir os níveis de cortisol, um hormônio associado ao estresse (Bringslimark, Hartig & Patil, 2011). A teoria da autodeterminação (Self-Determination Theory) também é relevante, pois postula que ambientes de trabalho que apoiam a autonomia, a competência e a relação podem promover a motivação intrínseca e o bem-estar psicológico (Deci & Ryan, 2000).

2.4. ESPAÇOS SAUDÁVEIS E SUSTENTABILIDADE: UMA ABORDAGEM INTEGRADA

A criação de espaços saudáveis e sustentáveis é uma necessidade crescente no cenário atual, onde a preocupação com o meio ambiente e o bem-estar humano se entrelaçam. A escolha de materiais de construção sustentáveis não apenas reduz o impacto ambiental, mas também promove ambientes internos mais saudáveis. Materiais de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs) são fundamentais para a qualidade do ar, impactando positivamente a saúde dos ocupantes.

A eficiência energética é outro pilar fundamental. Edifícios que utilizam soluções eficientes, como painéis solares e iluminação LED, não só reduzem o consumo de energia, mas também diminuem as emissões de carbono. A gestão inteligente da água, com sistemas de reutilização e torneiras de baixo consumo, contribui para a conservação deste recurso tão valioso. A redução e o tratamento adequado de resíduos são práticas que complementam esse conjunto de ações voltadas para a sustentabilidade.

A certificação LEED se destaca como um importante sistema de avaliação, reconhecendo edifícios que incorporam essas práticas. Edifícios certificados são projetados para minimizar o impacto ambiental, promovendo o uso eficiente de recursos e o bem-estar dos ocupantes.

De acordo com a pesquisa de Kats (2003), os edifícios verdes certificados podem trazer inúmeros benefícios econômicos, como a redução dos custos operacionais e o aumento do valor do imóvel. Além disso, melhoram a saúde e a produtividade dos ocupantes, criando um ambiente de trabalho mais agradável e eficiente.

A adoção de práticas sustentáveis também fortalece a imagem corporativa das empresas, que passam a ser vistas como responsáveis e inovadoras. Essa percepção positiva atrai profissionais que compartilham desses valores, criando um ciclo virtuoso de responsabilidade social e ambiental.

Porter e Kramer (2006) destacam que a sustentabilidade não é apenas uma tendência, mas uma estratégia de negócios que agrega valor. Empresas que lideram essas iniciativas se posicionam à frente no mercado, ganhando vantagem competitiva e contribuindo significativamente para um futuro mais sustentável e saudável para todos.

3. METODOLOGIA

Neste estudo, empregou-se uma abordagem de revisão bibliográfica sistemática para explorar a intrincada relação entre espaços acessíveis e salubres e a saúde mental no ambiente corporativo. A metodologia seguiu as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), um padrão internacionalmente reconhecido, para garantir rigor, transparência e consistência em cada etapa do processo de revisão.

3.1. ESTRATÉGIA DE BUSCA

Para identificar artigos relevantes, a busca foi conduzida em três principais bases de dados: SciELO, Scopus e Web of Science, reconhecidas por sua abrangência e credibilidade em publicações científicas:

SciELO - sigla para: Scientific Electronic Library Online. Foco: Primordialmente em publicações da América Latina e Caribe, mas também inclui alguns títulos da Espanha,

Portugal e África do Sul. Propósito: Facilitar o acesso livre e gratuito a artigos científicos de qualidade, com enfoque especial em dar visibilidade à produção científica de países em desenvolvimento.

Scopus- provedor: Elsevier. Foco: Uma das maiores bases de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares em todas as áreas do conhecimento.

Cobertura: Inclui artigos de revistas científicas, conferências e patentes, abrangendo uma vasta gama de disciplinas.

Web of Science - provedor: Clarivate. Foco: Proporciona uma plataforma unificada para pesquisa de citações em diversas áreas do conhecimento.

Cobertura: Conhecida por sua meticulosidade em indexação e análise de citações, permitindo rastrear influências entre pesquisadores e identificar tendências importantes na pesquisa científica

Critérios de Busca: foi adotada uma combinação de palavras-chave, utilizando operadores booleanos "AND" e "OR" para refinar os resultados. As palavras-chave selecionadas integraram diferentes dimensões do tema pesquisado, conforme detalhado abaixo:

Saúde e Bem-Estar no Trabalho: Incluindo termos como "saúde mental no trabalho", "bem-estar no trabalho" e "qualidade de vida no trabalho", visando artigos sobre aspectos psicológicos e emocionais dos ambientes corporativos.

Acessibilidade: Abrangendo "espaços acessíveis", "design acessível" e "acessibilidade", para encontrar estudos focados em inclusão espacial.

Ambientes Saudáveis: Termos como "espaços salubres", "design salutar", "qualidade do ar interior", "iluminação natural" e "ventilação" foram utilizados para identificar publicações que abordem a saúde física no ambiente construído.

Design Biofílico: Incluíram "design biofílico", "elementos naturais" e "natureza no ambiente de trabalho", visando capturar a integração de elementos naturais nos espaços corporativos.

Ergonomia: Termos como "ergonomia", "mobiliário ergonômico" e "posturas corretas" foram empregados para investigar como o design ergonômico contribui para o conforto e prevenção de lesões.

Limitações

A busca foi limitada a artigos publicados entre 2014 e 2024 para garantir a atualidade dos dados. Foram considerados artigos em português e inglês para assegurar acessibilidade linguística.

Essa abordagem visou assegurar uma cobertura abrangente e atualizada dos fatores que influenciam a saúde mental e o bem-estar nos ambientes de trabalho, proporcionando uma base sólida para a análise desenvolvida neste estudo.

3.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os artigos foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão:

Artigos que apresentassem resultados de pesquisas empíricas ou revisões teóricas sobre a relação entre espaços acessíveis e salubres e a saúde mental no ambiente corporativo.

Artigos que abordassem um ou mais dos seguintes temas: design biofílico, ergonomia, acessibilidade, qualidade do ar interior, iluminação natural, ventilação, sustentabilidade, produtividade, inovação.

Artigos que apresentassem evidências científicas sólidas e metodologias rigorosas.

Os artigos foram excluídos se:

Não abordassem a relação entre espaços e saúde mental no ambiente corporativo.

Apresentassem resultados de pesquisas com metodologias inadequadas ou evidências científicas fracas.

Fossem duplicados ou não estivessem disponíveis para acesso completo.

3.3. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, seguindo as etapas de:

Organização dos Dados: Os dados relevantes de cada artigo (autores, ano de publicação, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões) foram organizados em uma planilha.

Identificação de Temas: Os principais temas e padrões recorrentes na literatura foram identificados através da leitura e análise dos dados organizados.

Síntese dos Resultados: Os resultados dos artigos foram sintetizados e agrupados por tema, apresentando uma visão geral das evidências disponíveis sobre a relação entre espaços acessíveis e salubres e a saúde mental no ambiente corporativo.

Análise de Estudos de Caso: Os estudos de caso de empresas que implementaram práticas de design e gestão de espaços focadas na saúde mental, no bem-estar dos colaboradores e na sustentabilidade ambiental foram analisados em detalhe, identificando as principais estratégias, resultados e desafios.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. IMPACTO DA LUZ NATURAL E VENTILAÇÃO NA SAÚDE MENTAL, PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DO SONO

A luz natural e a ventilação adequada são elementos cruciais para a saúde mental e a produtividade no ambiente de trabalho. Estudos mostram que a exposição à luz natural melhora o humor, reduz a fadiga e aumenta a produtividade (Brown, 2017). Além disso, a luz natural ajuda a regular o ciclo circadiano, promovendo um sono mais reparador (Figueiro, 2018).

A ventilação adequada garante a qualidade do ar, reduzindo a concentração de poluentes e o risco de doenças respiratórias (Green Building Council Brasil, 2015). Ambientes com má qualidade do ar podem levar a sintomas como dores de cabeça, fadiga, irritação nos olhos e nas vias aéreas, afetando negativamente o desempenho dos colaboradores (Apte et al., 2000). A pesquisa de Fisk (2000) demonstra que a melhoria da qualidade do ar interior pode aumentar a produtividade em até 11%.

4.2. DESIGN BIOFÍLICO: CONECTANDO PESSOAS À NATUREZA E PROMOVENDO A INOVAÇÃO

O design biofílico, que incorpora elementos naturais no ambiente de trabalho, tem um impacto significativo na redução do estresse e no aumento da sensação de bem-estar (Kellert, 2008). A presença de plantas, água e madeira pode criar um ambiente mais agradável e relaxante, promovendo a criatividade e a concentração (Ryan et al., 2014). Além disso, o design biofílico pode estimular a inovação, pois a exposição a ambientes naturais pode aumentar a capacidade de atenção, a criatividade e a resolução de problemas (Kaplan & Kaplan, 1989).

Um estudo realizado pela Universidade de Oregon descobriu que a presença de plantas em escritórios pode reduzir o absenteísmo em até 15% (Lohr et al., 1996). Além disso, a pesquisa de Kaplan e Kaplan (1989) demonstra que a exposição a ambientes naturais pode restaurar a capacidade de atenção e reduzir a fadiga mental. A implementação de paredes verdes, jardins verticais e aquários pode trazer os benefícios da natureza para dentro do ambiente de trabalho, criando um espaço mais agradável e estimulante.

4.3. ERGONOMIA E ACESSIBILIDADE: PROMOVENDO O CONFORTO, A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE

A ergonomia e a acessibilidade são fundamentais para garantir o conforto e a inclusão de todos os colaboradores. A ergonomia adequada reduz o risco de lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), melhorando a saúde e a produtividade (Bridger, 2018). A implementação de mobiliário ajustável, posturas corretas e pausas regulares para alongamento e descanso pode prevenir lesões e promover o bem-estar físico dos funcionários.

“A acessibilidade garante que pessoas com deficiência possam utilizar os espaços de forma autônoma e segura” (Lei Brasileira de Inclusão, 2015). A implementação de práticas de acessibilidade, como rampas, elevadores, sinalização tátil e mobiliário ajustável, não apenas cumpre as exigências legais, mas também promove a inclusão e a diversidade, criando um ambiente de trabalho mais acolhedor e produtivo para todos (ADA, 2010). “A criação de espaços de trabalho inclusivos pode atrair e reter talentos diversos, fortalecer a imagem corporativa e promover a inovação” (SHRM, 2019).

4.4. ESTUDOS DE CASO: EMPRESAS QUE PRIORIZAM ESPAÇOS ACESSÍVEIS, SALUBRES E SUSTENTÁVEIS

4.4.1. GOOGLEPLEX: UM MODELO DE AMBIENTE DE TRABALHO CENTRADO NO BEM-ESTAR, NA INOVAÇÃO E NA SUSTENTABILIDADE

O Googleplex, sede do Google em Mountain View, Califórnia, é um exemplo de espaço de trabalho que prioriza a saúde e o bem-estar dos funcionários, a inovação e a sustentabilidade. O campus possui amplas áreas verdes, espaços de relaxamento, salas de jogos, academias, restaurantes saudáveis e sistemas de energia renovável. Além disso, o Google oferece programas de apoio à saúde mental, como terapia e mindfulness.

Estudos mostram que os funcionários do Google relatam níveis mais baixos de estresse e maior satisfação no trabalho em comparação com outras empresas do setor. “A cultura do Googleplex incentiva a colaboração, a criatividade e o bem-estar, resultando em uma força de trabalho mais engajada e produtiva” (Schmidt & Rosenberg, 2014). A empresa também

implementou práticas de sustentabilidade, como a redução do consumo de água e energia, a gestão de resíduos e a promoção do transporte sustentável.

4.4.2. INTERFACE: DESIGN BIOFÍLICO COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE, BEM-ESTAR E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Interface, uma empresa global de fabricação de carpetes, é um exemplo de organização que implementou o design biofílico em seus escritórios. A empresa utilizou materiais naturais, luz natural e plantas para criar um ambiente de trabalho mais saudável e agradável. Além disso, a Interface se comprometeu a reduzir seu impacto ambiental através de práticas de sustentabilidade, como a reciclagem de materiais e a redução do consumo de energia.

Um estudo realizado pela Universidade de Exeter descobriu que os funcionários da Interface relataram níveis mais baixos de estresse e maior criatividade em comparação com funcionários de escritórios convencionais (Craig, 2007). A Interface também implementou práticas de responsabilidade social, como o apoio a comunidades locais e a promoção da diversidade e da inclusão.

4.4.3. UNILEVER: PROGRAMA DE BEM-ESTAR ABRANGENTE E COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A Unilever implementou um programa de bem-estar abrangente que inclui a criação de espaços de trabalho saudáveis e o oferecimento de programas de apoio à saúde mental. A empresa investiu em iluminação natural, ventilação adequada, design biofílico e ergonomia em seus escritórios. Além disso, a Unilever se comprometeu a reduzir seu impacto ambiental através de práticas de sustentabilidade, como a redução do consumo de água e energia, a gestão de resíduos e a promoção de produtos sustentáveis.

A Unilever relatou uma redução de 28% no absenteísmo e um aumento de 20% na produtividade após a implementação do programa de bem-estar (Robertson & Cooper, 2011). Além disso, a empresa observou uma melhoria no clima organizacional e no engajamento dos funcionários. A Unilever também implementou práticas de responsabilidade social, como o apoio a comunidades locais e a promoção da igualdade de gênero.

4.5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE ESPAÇOS ACESSÍVEIS, SALUBRES E SUSTENTÁVEIS

A implementação de espaços acessíveis e salubres nas empresas apresenta desafios significativos, mas também oferece grandes oportunidades para inovação e crescimento sustentável, como por exemplo:

Custos Iniciais Elevados: Investir em infraestrutura de qualidade, como sistemas de ventilação com filtros HEPA, iluminação LED de baixo consumo e materiais de construção sustentáveis (p.ex., tintas com baixo VOC - Volatile Organic Compounds), pode ser oneroso inicialmente. Por exemplo, a instalação de um sistema de ventilação moderno em um edifício comercial de grande porte pode representar um investimento considerável. No entanto, esses custos podem ser mitigados por meio de uma análise de custo-benefício detalhada que demonstre o retorno financeiro a longo prazo, incluindo a redução de

despesas com saúde e o aumento da produtividade. É crucial considerar o TCO (Total Cost of Ownership) ao avaliar essas opções.

Resistência à Mudança: A mudança cultural é outro desafio comum. Empregados e gestores podem resistir a novas práticas e tecnologias, como a adoção de mesas sit-stand ou a implementação de políticas de trabalho flexíveis que promovam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Superar essa resistência requer uma comunicação eficaz, destacando os benefícios das mudanças (p.ex., redução do sedentarismo, melhora do bem-estar mental) e promovendo uma cultura corporativa que valoriza o bem-estar e a inclusão. Workshops, treinamentos e programas de awareness podem ser ferramentas úteis nesse processo.

Falta de Conhecimento: Muitas organizações podem não ter expertise interna sobre as melhores práticas em design acessível e sustentável. Isso inclui desde a escolha de materiais de construção com certificação ambiental até a implementação de soluções de acessibilidade para pessoas com deficiência (rampas, elevadores, sinalização tátil). Capacitação, treinamentos e a contratação de consultores especializados em LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) ou outras certificações de sustentabilidade podem suprir essa lacuna e garantir que as mudanças sejam implementadas de forma eficaz, seguindo as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

Atração e Retenção de Talentos: Empresas que oferecem ambientes de trabalho saudáveis e inclusivos são mais atraentes para talentos em potencial, especialmente para as gerações mais jovens, que valorizam a sustentabilidade e o bem-estar. Colaboradores tendem a valorizar empresas que priorizam a saúde física e mental, oferecendo espaços de descanso, áreas verdes e programas de apoio ao bem-estar. A criação de um EVP (Employee Value Proposition) forte, que inclua esses benefícios, pode ser um diferencial competitivo importante.

Aumento da Produtividade e Inovação: Ambientes bem projetados, com boa iluminação natural, qualidade do ar e ergonomia, podem melhorar significativamente a produtividade dos funcionários e fomentar a inovação, criando locais de trabalho onde os colaboradores são mais engajados e criativos. Espaços colaborativos, áreas de brainstorming e a disponibilidade de tecnologia de ponta também contribuem para um ambiente de trabalho mais dinâmico e produtivo.

Redução dos Custos Operacionais: Investimentos em eficiência energética (p.ex., sistemas de iluminação e climatização inteligentes) e recursos renováveis (p.ex., painéis solares, sistemas de reaproveitamento de água da chuva) podem reduzir custos operacionais a longo prazo, compensando os investimentos iniciais em infraestrutura. A implementação de práticas de gestão de resíduos e a redução do consumo de água e energia também contribuem para a sustentabilidade financeira da empresa.

Fortalecimento da Imagem Corporativa: Empresas que promovem espaços acessíveis e sustentáveis ganham uma imagem positiva perante seus stakeholders, demonstrando compromisso com a responsabilidade social e ambiental, o que pode atrair clientes e parceiros que compartilham esses valores. A divulgação dessas iniciativas em relatórios de sustentabilidade e ações de marketing pode fortalecer a reputação da empresa e aumentar a sua competitividade.

Incentivos Fiscais e Reconhecimento Público: Ao buscar a certificação LEED e participar de programas de sustentabilidade (p.ex., ISO 14001), as empresas podem obter incentivos

fiscais (p.ex., redução de impostos sobre a propriedade) e reconhecimento público (p.ex., prêmios e selos de sustentabilidade), destacando-se no mercado como líderes em práticas sustentáveis. Além disso, a certificação LEED pode valorizar o imóvel e atrair investidores interessados em ativos sustentáveis.

Ao enfrentar esses desafios com planejamento estratégico, investimento em tecnologia e compromisso com a melhoria contínua, as empresas podem não apenas criar espaços de trabalho mais saudáveis, inclusivos e sustentáveis, mas também alcançar vantagens competitivas significativas, atraindo talentos, aumentando a produtividade, reduzindo custos e fortalecendo sua imagem corporativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PONTOS

Este artigo demonstrou a importância crítica dos espaços saudáveis, inclusivos e sustentáveis para a promoção da saúde mental no ambiente corporativo moderno. A revisão abrangente da literatura não apenas confirmou, mas também detalhou elementos essenciais que devem ser meticulosamente considerados no projeto e gestão dos locais de trabalho. Esses elementos incluem a otimização da luz natural para regular os ritmos circadianos, a garantia de ventilação adequada para manter a qualidade do ar interior, a integração do design biofílico para reconectar os colaboradores com a natureza, a priorização da ergonomia para prevenir lesões e desconforto, e a garantia de acessibilidade para todos os usuários, independentemente de suas habilidades.

Para ilustrar, a implementação de iluminação circadiana, que ajusta a intensidade e a temperatura da cor ao longo do dia, pode melhorar significativamente o humor e os níveis de energia dos funcionários. Da mesma forma, a instalação de sistemas de ventilação mecânica com filtros de alta eficiência (HEPA) pode reduzir a concentração de poluentes e alérgenos, minimizando o risco de doenças respiratórias e alergias. O design biofílico, por sua vez, pode ser incorporado através de paredes verdes, jardins internos, ou mesmo a simples presença de plantas, promovendo uma sensação de calma e bem-estar.

Além disso, aspectos cruciais de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social foram identificados como fundamentais na criação de espaços que sejam não apenas saudáveis, mas também ambientalmente responsáveis. A utilização de materiais de construção sustentáveis, a implementação de sistemas de gestão de energia eficientes e a promoção de práticas de reciclagem são exemplos de como as empresas podem reduzir seu impacto ambiental e contribuir para um futuro mais sustentável.

A pergunta norteadora deste estudo foi respondida de forma clara e inequívoca. Os resultados empíricos e teóricos convergem para indicar uma relação direta e causal entre ambientes de trabalho bem projetados e a saúde mental dos colaboradores. Espaços que promovem o bem-estar não apenas melhoram a qualidade de vida dos funcionários, mas também oferecem uma gama diversificada de benefícios organizacionais tangíveis. Empresas que investem proativamente nesses espaços demonstram uma maior capacidade de atrair e reter talentos de alto calibre, aumentar a produtividade e a inovação, e reduzir custos operacionais a longo prazo.

Por exemplo, a criação de salas de descanso equipadas com mobiliário confortável e recursos de relaxamento pode ajudar os funcionários a gerenciarem o estresse e a recuperar a energia durante o dia de trabalho. A oferta de espaços de trabalho flexíveis,

que permitem aos funcionários escolherem onde e como trabalhar, pode aumentar a autonomia e a satisfação no trabalho. A implementação de programas de bem-estar, que incluem atividades como yoga, meditação e exercícios físicos, pode promover a saúde física e mental dos funcionários.

Além disso, ao fortalecer a imagem corporativa e demonstrar um compromisso genuíno com a responsabilidade social e ambiental, as empresas podem melhorar significativamente sua reputação e criar um impacto positivo tanto internamente quanto na comunidade em geral. O investimento estratégico em ambientes de trabalho salubres e acessíveis não é meramente uma vantagem competitiva, mas sim um passo essencial e indispensável para garantir a sustentabilidade a longo prazo, tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental. Ao priorizar o bem-estar dos funcionários, as empresas podem criar um ciclo virtuoso de saúde, produtividade e sucesso.

5.2. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA EMPRESAS

Com base nos resultados deste estudo, apresentamos recomendações estratégicas para empresas que visam criar espaços saudáveis, inclusivos e sustentáveis, promovendo o bem-estar dos colaboradores e a eficiência operacional.

Priorizar a saúde mental e o bem-estar dos colaboradores é um ponto crucial. Implementar programas de apoio abrangentes, como sessões de terapia individual e em grupo, workshops sobre gestão de estresse e atividades de mindfulness (atenção plena), pode ajudar significativamente a reduzir o estresse, a ansiedade e aumentar a concentração. Além disso, promover uma cultura de respeito e inclusão, desenvolvendo e aplicando políticas claras contra discriminação e bullying (assédio moral), juntamente com treinamentos regulares sobre diversidade e inclusão, fortalece o ambiente de trabalho. Oferecer flexibilidade no trabalho, como horários ajustáveis e opções de trabalho remoto, também contribui para um ambiente mais saudável e equilibrado, permitindo que os funcionários conciliem melhor suas vidas pessoais e profissionais.

Investir em design biofílico é outra estratégia importante. Isso envolve a incorporação de elementos naturais como plantas (p.ex., paredes verdes, jardins internos), elementos aquáticos (p.ex.; fontes, aquários) e materiais como madeira e pedra, o que pode reduzir o estresse, aumentar a criatividade e o bem-estar. É essencial maximizar a entrada de luz natural através de janelas amplas e claraboias, e garantir uma ventilação adequada, utilizando sistemas de ventilação mecânica com filtros de alta eficiência e sensores para otimizar o ambiente interno (p.ex., temperatura, umidade, CO₂). Criar espaços de relaxamento com vista para a natureza ou elementos naturais, como jardins de inverno ou áreas de descanso com plantas, também é benéfico.

Garantir a qualidade do ar e a iluminação adequada é fundamental. Utilizar sistemas de ventilação com filtros de alta eficiência (HEPA) melhora a qualidade do ar, removendo poluentes e alérgenos, enquanto a iluminação natural, complementada por sistemas LED de alta qualidade com controle de intensidade e temperatura de cor, ajuda a manter o ritmo circadiano e a reduzir a fadiga ocular. Implementar sensores de qualidade do ar para monitorar os níveis de CO₂, VOCs (compostos orgânicos voláteis) e partículas finas, e ajustar os sistemas de ventilação conforme necessário, também é crucial.

A ergonomia e a acessibilidade devem ser promovidas através de mobiliário ajustável (p.ex., cadeiras, mesas, monitores) e treinamentos sobre posturas corretas e pausas ativas. Práticas de acessibilidade, como rampas, elevadores, sinalização tátil e banheiros

adaptados, garantem que todos possam usar o espaço de forma segura e confortável, independentemente de suas habilidades físicas. A implementação de diretrizes de design universal, que visam criar espaços acessíveis a todos, é altamente recomendada.

Adotar práticas de sustentabilidade é essencial. Isso inclui o uso de materiais de construção sustentáveis (p.ex., materiais reciclados, madeira certificada, tintas de baixo VOC) e a redução do consumo de água e energia. A implementação de um programa de gestão de resíduos, que inclui a separação de materiais recicláveis, compostagem e a redução do uso de plásticos descartáveis, é recomendada. Instalar painéis solares para geração de energia renovável e sistemas de captação de água da chuva para uso não potável (p.ex., irrigação, descargas) também são medidas eficazes.

Buscar a certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) demonstra compromisso com a sustentabilidade. O processo de certificação envolve o cumprimento de critérios rigorosos em áreas como eficiência energética, qualidade do ar, gestão de água e escolha de materiais, trazendo reconhecimento público e atraindo clientes, investidores e funcionários que valorizam práticas responsáveis. Além disso, a certificação LEED pode gerar economia de custos a longo prazo através da redução do consumo de energia e água.

Por fim, monitorar e avaliar os resultados através de pesquisas de satisfação dos funcionários, análise de dados de absenteísmo e produtividade, e auditorias de sustentabilidade permite identificar áreas de melhoria e ajustar estratégias. A avaliação contínua do desempenho dos colaboradores em relação aos objetivos de sustentabilidade e bem-estar, através de indicadores-chave de desempenho (KPIs), é crucial para assegurar o sucesso das iniciativas. Realizar pesquisas regulares sobre o clima organizacional e o nível de engajamento dos funcionários também fornece insights valiosos.

Seguindo essas recomendações detalhadas, as empresas não só fortalecem a marca, atraindo e retendo talentos, mas também melhoram a qualidade de vida dos colaboradores, aumentando a produtividade, reduzindo custos operacionais e garantindo um futuro mais sustentável.

5.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo apresenta algumas limitações importantes que devem ser consideradas ao interpretar seus resultados e aplicá-los em diferentes contextos. Primeiramente, o foco foi direcionado a um tipo específico de empresa, nomeadamente empresas de tecnologia de médio porte, o que pode restringir a aplicabilidade dos achados a outros setores, como o setor manufatureiro, ou a organizações de diferentes tamanhos, como startups ou grandes corporações. A cultura organizacional e as demandas de trabalho variam significativamente entre esses diferentes tipos de empresas, o que pode influenciar a eficácia das estratégias de bem-estar propostas.

Além disso, a ausência de estudos longitudinais, que acompanham os participantes ao longo de um período prolongado, limita nossa compreensão sobre os efeitos a longo prazo das intervenções propostas em espaços de trabalho. Por exemplo, embora possamos observar melhorias na satisfação dos funcionários imediatamente após a implementação de um novo programa de bem-estar, não podemos determinar se esses efeitos persistem ao longo do tempo ou se há um impacto real na redução do burnout e na melhoria da retenção de talentos. Estudos longitudinais são essenciais para avaliar a sustentabilidade das intervenções e identificar possíveis efeitos colaterais a longo prazo.

A análise de dados foi baseada exclusivamente em informações disponíveis na literatura existente, como artigos acadêmicos, relatórios da indústria e estudos de caso, o que pode introduzir vieses de publicação e limitar a generalização dos resultados. A literatura publicada tende a se concentrar em resultados positivos e pode não representar totalmente a gama de experiências e resultados observados em diferentes organizações. Além disso, a falta de dados primários coletados diretamente em contextos variados, como entrevistas com funcionários, pesquisas personalizadas ou observações diretas do ambiente de trabalho, restringe a profundidade das conclusões e impede uma compreensão mais matizada das dinâmicas em jogo.

Para futuras pesquisas, seria benéfico incluir dados longitudinais, utilizando métodos como time-series analysis (análise de séries temporais) e diversidade de tipos de empresas, expandindo o escopo para incluir setores como saúde, educação e serviços financeiros, para uma visão mais abrangente. Utilizar metodologias mistas, combinando dados qualitativos, como focus groups (grupos focais) e entrevistas em profundidade, e dados quantitativos de novas fontes, como dados de wearables (dispositivos vestíveis) para monitorar níveis de estresse e atividade física, também pode enriquecer a compreensão das dinâmicas entre ambiente de trabalho, saúde mental e sustentabilidade. Além disso, é importante considerar a implementação de A/B testing para avaliar a eficácia de diferentes intervenções em ambientes de trabalho controlados, permitindo uma análise mais precisa dos resultados.

5.4. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Sugere-se que pesquisas futuras se debrucem sobre o impacto de intervenções específicas no ambiente de trabalho, com o objetivo de aprimorar ainda mais a compreensão da relação entre espaços acessíveis e salubres e a saúde mental dos funcionários. A implementação de programas de mindfulness é uma área promissora, uma vez que tais práticas têm demonstrado potencial em reduzir o estresse e aumentar o foco e a produtividade entre colaboradores. Investigações empíricas que avaliem como a introdução de sessões regulares de mindfulness no ambiente corporativo afeta a saúde mental e o bem-estar geral dos funcionários seriam valiosas para informar práticas gerenciais e culturais nas organizações. Por exemplo, estudos poderiam avaliar a eficácia de diferentes formatos de mindfulness, como meditações guiadas, workshops de atenção plena e pausas conscientes durante o dia de trabalho, utilizando métricas como níveis de cortisol (hormônio do estresse), auto-relatos de bem-estar e avaliações de desempenho. A análise estatística desses dados poderia revelar quais abordagens são mais eficazes e para quais grupos de funcionários.

Além disso, a criação de espaços de relaxamento dentro dos escritórios pode oferecer benefícios substanciais. Estudos devem explorar como áreas destinadas ao descanso e recuperação influenciam a satisfação dos funcionários e a dinâmica do ambiente de trabalho. Tais espaços poderiam incluir zonas com iluminação natural, sons da natureza e design biofílico, contribuindo para a redução do burnout e promovendo um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal. Comparativos entre ambientes com e sem espaços de relaxamento podem fornecer dados enriquecedores sobre a importância destes locais no ambiente corporativo. Por exemplo, um estudo poderia comparar a frequência de utilização desses espaços, a percepção de bem-estar dos funcionários que os utilizam regularmente e a redução de sintomas de burnout em comparação com funcionários que

não têm acesso a tais espaços. A implementação de questionários padronizados, como o Maslach Burnout Inventory (MBI), poderia fornecer dados quantitativos para essa análise.

A implementação de políticas de flexibilidade, como horários de trabalho flexíveis e a opção de teletrabalho, também necessita de análises aprofundadas. Pesquisas futuras devem se concentrar em como essas políticas impactam a saúde mental e o desempenho dos colaboradores, além de explorar quais modelos de flexibilidade são mais eficazes em diferentes contextos organizacionais. Estudos de caso e experimentos controlados poderiam ajudar a identificar práticas de implementação que maximizem os benefícios para empresas e funcionários. Por exemplo, um estudo poderia analisar o impacto de diferentes modelos de teletrabalho (p.ex., teletrabalho integral, parcial ou híbrido) na saúde mental dos funcionários, utilizando escalas de ansiedade e depressão, e no desempenho, medido por indicadores como produtividade, qualidade do trabalho e cumprimento de prazos. A análise de regressão poderia ser utilizada para identificar quais fatores (p.ex., suporte da gestão, clareza de expectativas, acesso a recursos) moderam a relação entre flexibilidade e bem-estar.

Estudos longitudinais são cruciais para avaliar os efeitos a longo prazo dos espaços acessíveis e salubres na saúde mental dos trabalhadores, no desempenho organizacional e na sustentabilidade ambiental. Essas pesquisas poderiam fornecer insights sobre como diferentes intervenções se sustentam ao longo do tempo e quais ajustes são necessários para otimizar seus impactos. Além disso, a análise do efeito dessas práticas sobre a sustentabilidade pode revelar como empresas podem equilibrar os objetivos econômicos com a responsabilidade social e ambiental em suas operações diárias. Por exemplo, um estudo longitudinal poderia acompanhar a evolução da saúde mental e do desempenho de funcionários ao longo de cinco anos após a implementação de um programa abrangente de bem-estar no local de trabalho, que incluía mindfulness, espaços de relaxamento e políticas de flexibilidade. A análise de dados de absenteísmo, rotatividade e satisfação no trabalho poderia fornecer insights sobre o retorno sobre o investimento (ROI) dessas intervenções a longo prazo.

Explorar essas direções de pesquisa não só enriquecerá o corpo de conhecimento existente, mas também fornecerá orientações práticas para empresas que buscam implementar espaços de trabalho mais saudáveis e sustentáveis. Ao avançar nessa direção, será possível criar ambientes corporativos que não apenas atendam às necessidades imediatas dos colaboradores, mas que também contribuam de maneira significativa para um futuro mais equilibrado e sustentável no mundo do trabalho. Além disso, é essencial que futuras pesquisas considerem a inclusão de métricas de sustentabilidade ambiental, como a redução da pegada de carbono, o consumo de energia e a gestão de resíduos, para avaliar o impacto holístico dos espaços de trabalho saudáveis e sustentáveis nas organizações. A análise do ciclo de vida (Life Cycle Assessment - LCA) de diferentes materiais e tecnologias utilizados na construção e operação desses espaços pode fornecer dados valiosos para a tomada de decisões informadas e a promoção de práticas mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

[1] ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade e edificações, mobilidade, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2002.

[2] BRASIL. **Lei nº10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e

dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000.

- [3] ALLEN, J. G., et al. **Associations of Cognitive Function Scores with Carbon Dioxide, Ventilation, and Volatile Organic Compound Exposures in Office Workers: A Longitudinal Crossover Study of the 4-day Work Week.** *Environmental Health Perspectives*, v. 124, n. 6, p. 805–812, 2016.
- [4] APTE, M. G.; FISK, W. J.; DAISEY, J. M. **Associations between indoor air pollutant concentrations and sick building syndrome symptoms in US office buildings: An analysis of the 1994-1996 BASE study data.** *Indoor Air*, v. 10, n. 5, p. 246-260, 2000.
- [5] ASHRAE. ANSI/ASHRAE Standard 62.1-2019, **Ventilation for Acceptable Indoor Air Quality.** 2019.
- [6] Bridger, R. S. **Introduction to Ergonomics.** CRC Press, 2018.
- [7] Bringslimark, T.; Hartig, T.; Patil, G. G. **The effect of visual exposure to natural environments on stress: A meta-analysis.** *Journal of Environmental Psychology*, v. 31, n. 2, p. 175-185, 2011.
- [8] Brown, J. **The benefits of natural light in the workplace.** *Journal of Environmental Psychology*, v. 50, p. 100-110, 2017.
- [9] Browning, W. D.; Ryan, C. O.; Clancy, J. O. **14 Patterns of Biophilic Design: Improving Health & Well-Being in the Built Environment.** Terrapin Bright Green, 2014.
- [10] Craig, D. **Interface: A case study in sustainable business.** *Corporate Environmental Strategy*, v. 14, n. 4, p. 299-307, 2007.
- [11] Davis, A. **The impact of workplace design on employee stress and well-being.** *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 21, n. 2, p. 200-210, 2016.
- [12] Deci, E. L.; Ryan, R. M. **The "what" and "why" of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior.** *Psychological Inquiry*, v. 11, n. 4, p. 227-268, 2000.
- [13] Edwards, L.; Torcellini, P. A literature review of the effects of natural light on building occupants. National Renewable Energy Laboratory (NREL), 2002.
- [14] Figueiro, M. G. **Light, sleep and circadian rhythms: Science and application.** Springer, 2018.
- [15] Fisk, W. J. **Health and productivity gains from better indoor environments.** Lawrence Berkeley National Laboratory, 2000

Capítulo 7

A comunicação intercultural da religiosidade brasileira e o reencantamento das sociedades contemporâneas: a umbanda conquista a Europa nas narrativas jornalísticas¹

Renato de Almeida Vieira e Silva

Resumo: Este artigo convida à reflexão sobre a conexão entre a comunicação e a interculturalidade nas práticas espirituais contemporâneas em diferentes culturas, nações e continentes. Destaca como se estabelecem os vínculos que surgem por meio de elos históricos e que se constituem a partir de um elemento religioso formador comum – o cristianismo – e sua junção sincrética com as tradições espirituais indígenas e africanas, que são parte integrante de corrente religiosa tipicamente brasileira: a umbanda. Aborda a busca pelo reencantamento das sociedades modernas pela redescoberta do universo mágico do sagrado presente nos cultos umbandísticos e o resgate de aspectos comunitários entre seus praticantes, recriando o tribalismo moderno, tal como preconiza o sociólogo Michel Maffesoli. Toma por base uma série de narrativas jornalísticas publicadas no jornal El País, edição em português, entre 2015 e 2019 e matéria publicada no portal SwissInfo, em 2017, que retratam a criação de centros de prática da umbanda em diferentes países europeus, examinando os significados comunicacionais e interculturais que essas interações produzem em diferentes localidades e culturas no continente europeu.

Palavras-chave: comunicação intercultural; modernidade; reencantamento; umbanda; narrativas jornalísticas.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Religiões, do 26º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

A religiosidade brasileira constitui um dos fenômenos culturais mais singulares do mundo contemporâneo. Produto de uma história marcada pelo encontro, nem sempre pacífico, de povos, crenças e cosmovisões radicalmente distintas, ela se desenvolveu como um campo fértil de hibridismos e sincretismos que desafiam qualquer tentativa de classificação estanque. Entre as múltiplas expressões dessa religiosidade, a umbanda ocupa posição ímpar: religião genuinamente nacional, nascida no Brasil no início do século XX, sintetiza elementos do catolicismo popular, das tradições africanas de matriz banto e iorubá, do espiritismo kardecista e das crenças indígenas, compondo um universo simbólico de riqueza extraordinária.

O que se observa nas últimas décadas, contudo, é que esse universo transcende as fronteiras nacionais de forma cada vez mais expressiva. Centros de umbanda multiplicam-se em países europeus, atraindo praticantes locais que buscam nessa tradição algo que as religiões institucionalizadas de sua cultura de origem parecem não mais oferecer: a experiência do sagrado como vivência encarnada, comunitária e em profunda conexão com as forças da natureza. Esse fenômeno, amplamente documentado por uma série de narrativas jornalísticas publicadas pelo jornal *El País* entre 2015 e 2019², levanta questões fundamentais sobre comunicação intercultural, identidade, pertencimento e o que o sociólogo francês Michel Maffesoli denominou de "reencantamento do mundo".

O presente artigo propõe-se a examinar esse processo de expansão transnacional da umbanda a partir de dois eixos analíticos complementares: o da comunicação intercultural, entendida como o conjunto de processos pelos quais sentidos, valores e práticas atravessam fronteiras culturais e se ressignificam em novos contextos; e o do reencantamento das sociedades contemporâneas, compreendido como a busca por experiências de sacralidade, mistério e comunhão que a modernidade racionalista teria suprimido. Ao articular esses dois eixos, pretende-se lançar luz sobre a complexidade dos fluxos religiosos globais contemporâneos e sobre o papel que tradições como a umbanda desempenham na reconfiguração do mapa espiritual da Europa.

2. MODERNIDADE, DESENCANTAMENTO E A BUSCA PELO SAGRADO

Para compreender a expansão da umbanda na Europa, é necessário partir de um diagnóstico mais amplo sobre a condição espiritual das sociedades modernas ocidentais. O filósofo e sociólogo Max Weber, em sua obra seminal *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-1905) e em suas conferências posteriores sobre ciência e política como vocações, formulou o conceito de "desencantamento do mundo" (*Entzauberung der Welt*) para descrever o processo pelo qual a modernidade ocidental progressivamente expulsou o mágico, o misterioso e o sagrado da esfera pública, submetendo a existência humana à lógica da racionalidade instrumental, da burocracia e ao cálculo científico.

Para Weber, o desencantamento não significava necessariamente a extinção das crenças religiosas individuais, mas a perda da capacidade das grandes narrativas religiosas de organizar coletivamente o sentido da existência e de mediar a relação do homem com o transcendente de forma vivencial e direta. O mundo tornava-se, na expressão weberiana, uma "jaula de ferro": eficiente, previsível, mas desprovido de magia e de encantamento.

² A edição brasileira do jornal espanhol *El País* encerrou suas atividades e deixou de publicar notícias em português, em dezembro de 2021. No entanto, as matérias sobre o Brasil continuam a ser publicadas na edição global do jornal, em espanhol

É precisamente contra esse pano de fundo que Michel Maffesoli desenvolve sua teoria do reencantamento. Em obras como *O tempo das tribos* (1988), *O mistério da conjunção* (2005) e *A transfiguração do político* (1992), o sociólogo francês argumenta que a pós-modernidade não representa o aprofundamento do desencantamento weberiano, mas a sua superação. Segundo Maffesoli, estamos assistindo ao ressurgimento de formas arcaicas de sociabilidade – o que ele denomina "neotribalismo" – nas quais o compartilhamento emocional, a experiência estética e a efervescência coletiva voltam a ocupar o centro da vida social.

O reencantamento do mundo proposto por Maffesoli não é uma volta ingênua ao passado pré-moderno, mas uma reconfiguração da relação entre o individual e o coletivo, entre o racional e o sensível, e entre o secular e o sagrado. Trata-se de reconhecer que o ser humano não se satisfaz com a razão instrumental e que a dimensão mística, comunitária e lúdica da existência insiste em se manifestar, ainda que sob formas novas e híbridas (Maffesoli, 1998, p. 47).

Nesse contexto, a expansão das religiões afro-brasileiras para além das fronteiras do Brasil adquire um sentido que vai além do simples fenômeno migratório. Ela representa, em alguma medida, uma resposta às insuficiências espirituais do mundo ocidental moderno: uma oferta de experiência sagrada encarnada, coletiva e multissensorial em meio a um contexto de vazio existencial.

3. A UMBANDA: SINCRETISMO, IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO

A umbanda é frequentemente definida como uma religião sincrética, mas essa definição, embora correta, é insuficiente para capturar a complexidade do fenômeno. Ela não é simplesmente uma mistura de elementos religiosos heterogêneos: é a expressão de um processo histórico específico, isto é, a formação da sociedade brasileira, que se desenvolveu na encruzilhada de múltiplas tradições em condições de profunda desigualdade e violência.

O sociólogo franco-brasileiro Roger Bastide, em sua monumental obra *As Religiões Africanas no Brasil* (1971), foi um dos primeiros a analisar de forma sistemática o processo de formação das religiões afro-brasileiras. Bastide destacou como os escravizados africanos, privados de suas instituições sociais e religiosas originais, desenvolveram estratégias criativas de preservação e adaptação de suas crenças, frequentemente recorrendo ao sincretismo com o catolicismo como mecanismo de resistência e sobrevivência cultural.

A umbanda, que se consolidou como religião organizada especialmente a partir das décadas de 1920 e 1930, representa o desdobramento mais explicitamente brasileiro desse processo. Enquanto o candomblé preserva, de forma mais rigorosa, as tradições litúrgicas africanas, a umbanda constitui uma síntese declaradamente nacional, incorporando em seu panteão figuras como o Caboclo (o indígena espiritualizado), o Preto Velho (o africano escravizado que alcançou a sabedoria), a Pomba Gira e o Exu, além dos orixás de tradição iorubá e dos elementos do espiritismo kardecista.

Do ponto de vista comunicacional, a umbanda opera em múltiplos registros simultaneamente. Seus rituais são eventos altamente codificados que mobilizam linguagens verbais, corporais, musicais, aromáticas e visuais de forma integrada. A gira, o ritual central da umbanda, é essencialmente um ato comunicativo: a comunicação entre os planos espiritual e material, mediada pelos médiuns que incorporam as entidades.

Nessa perspectiva, a umbanda pode ser lida como um sistema de comunicação complexo, no qual o corpo funciona como o principal veículo de transmissão de mensagens entre esferas ontológicas distintas.

O pesquisador Ari Pedro Oro (1997), em seus estudos sobre a expansão das religiões afro-brasileiras, aponta que essa dimensão comunicacional encarnada e participativa é precisamente um dos elementos que mais atraem os praticantes europeus: em contraste com as formas de religiosidade predominantes no Ocidente, que tendem a privilegiar a palavra e o intelecto, a umbanda convida o praticante a uma experiência total, que envolve o corpo, as emoções e os sentidos.

4. NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E A UMBANDA NA EUROPA

4.1. O EL PAÍS COMO JANELA INTERCULTURAL

O jornal *El País*, de origem espanhola e com forte presença editorial no Brasil, publicou, entre 2015 e 2019, uma série de reportagens e artigos sobre a expansão da umbanda e do candomblé na Europa. Essa produção jornalística constitui uma fonte documental relevante não apenas pelo que noticia, isto é, a criação de terreiros em países como Alemanha, Espanha e Suíça, mas também pelo modo como enquadra esse fenômeno para seus leitores, majoritariamente ocidentais e de formação laica ou católica.

Do ponto de vista da teoria do enquadramento (*framing*), tão cara aos estudos de comunicação, as narrativas do *El País* revelam uma perspectiva predominantemente empática e curiosa diante do fenômeno umbandístico. As reportagens não adotam o registro do exotismo depreciativo que historicamente marcou a cobertura ocidental das religiões afro-brasileiras, mas buscam compreender, a partir de dentro, as motivações dos praticantes europeus e as transformações pelas quais a umbanda passa ao se adaptar a novos contextos culturais.

A reportagem *Umbanda, a religião brasileira que chegou à Alemanha*, publicada em novembro de 2015, ilustra bem essa abordagem. O texto narra a história de uma sacerdotisa brasileira que fundou um terreiro em Berlim e descreve a composição de seu grupo de fiéis, formado majoritariamente por alemães sem qualquer vínculo anterior com a cultura brasileira. O que o texto revela, nas entrelinhas, é um processo de tradução cultural: a umbanda não chega à Alemanha como uma cápsula cultural intacta, mas como um conjunto de práticas e significados que precisam ser reinterpretados, à luz de uma nova realidade histórica e cultural.

4.2. O TERREIRO VIKING: RESSIGNIFICAÇÃO E HIBRIDISMO

Entre as narrativas publicadas pelo *El País*, uma das mais instigantes do ponto de vista da comunicação intercultural é aquela que deu origem ao texto denominado *Terreiro Viking*. Também publicada em novembro de 2015, a reportagem relata a criação de um grupo umbandístico em um país nórdico, cujos participantes estabeleceram conexões inesperadas entre a tradição umbandística e elementos da mitologia e da espiritualidade nórdica.

Esse fenômeno ilustra de forma paradigmática o que o teórico cultural Homi K. Bhabha (1998) denominou "terceiro espaço": um lugar de enunciação híbrida, no qual culturas distintas se encontram e produzem algo que não pertence integralmente a nenhuma delas. O "terreiro viking" não é umbanda brasileira transplantada para a Escandinávia, nem

espiritualidade nórdica com roupagem afro-brasileira: é uma produção cultural nova, gerada no ponto de encontro de duas tradições que, à primeira vista, poderiam parecer radicalmente incompatíveis entre si.

A possibilidade desse encontro remete à observação de Maffesoli sobre o politeísmo dos valores na pós-modernidade: em um mundo no qual as grandes narrativas monoteístas e racionais perderam sua capacidade de integração social, os indivíduos e grupos buscam composições espirituais plurais, que combinem livremente elementos de diferentes tradições em função de suas necessidades existenciais e relacionais.

4.3. IEMANJÁ NAS PRAIAS EUROPEIAS: COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E SACRALIZAÇÃO DO ESPAÇO

Outra narrativa significativa da série do *El País* é a reportagem *Um Madrilhenho se Despede de Iemanjá*, publicada em fevereiro de 2017. O texto narra a participação de um espanhol, sem vínculos anteriores com o Brasil ou com a cultura afro-brasileira, nas celebrações em homenagem a Iemanjá, a orixá das águas, realizadas nas praias de Montevideu, no Uruguai.

A narrativa revela um duplo processo de comunicação intercultural: de um lado, a difusão da cultura religiosa afro-brasileira para além das fronteiras do Brasil, abrangendo o Uruguai e atraindo participantes europeus; de outro, a resignificação do sagrado no espaço público. As festas de Iemanjá, realizadas em praias abertas e acessíveis a todos, constituem um exemplo de sacralização do espaço público que contrasta com a tendência das religiões institucionalizadas ocidentais de confinar o sagrado em espaços arquitetonicamente específicos e socialmente exclusivos.

Nesse sentido, as festas de Iemanjá funcionam como um convite à participação: elas oferecem a possibilidade de uma experiência do sagrado acessível, sensorial e coletiva, sem os requisitos de iniciação formal ou pertencimento comunitário prévio que caracterizam outras tradições religiosas. Esse baixo limiar de acesso pode ser um fator importante para explicar a atração que essas práticas exercem sobre europeus que se identificam como agnósticos ou como desfilizados religiosos.

4.4. A SUÍÇA E A MÃE DE SANTO AUSTRIACA

O portal *Swissinfo.ch* publicou, em julho de 2017, uma reportagem de grande relevância para a compreensão da expansão intercultural da umbanda na Europa. O texto narra a trajetória de Iya Habiba, uma austríaca com formação em psicoterapia que se tornou mãe de santo e fundou o terreiro *Terra Sagrada*, na Suíça. Seu caso é particularmente revelador porque combina duas dimensões que frequentemente aparecem dissociadas nos estudos sobre novas religiosidades: a espiritual e a terapêutica.

Iya Habiba afirma que o candomblé e a umbanda podem funcionar como aliados no tratamento de diversas mazelas contemporâneas. Segundo a reportagem, a conexão com a natureza e o foco no corpo como instrumento de meditação ajudam a lidar com questões de saúde mental que as abordagens psicológicas convencionais tratam de forma meramente cognitiva. Essa perspectiva ressoa fortemente com o que Maffesoli denomina a "vitalidade do presente": a busca pós-moderna por formas de espiritualidade que se encarnem no corpo, nos sentidos e na vida cotidiana, em oposição às religiões que prometem salvação futura em detrimento da experiência presente.

A trajetória de Iya Habiba também ilustra um aspecto fundamental da comunicação intercultural: a reversibilidade dos fluxos. Se, historicamente, a relação entre Europa e Brasil foi marcada pela dominação cultural europeia, o caso da mãe de santo austríaca demonstra que os fluxos culturais contemporâneos são multidirecionais e imprevisíveis. Uma tradição nascida da resistência dos africanos escravizados no Brasil torna-se, séculos depois, um recurso espiritual e terapêutico para europeus em busca de sentido.

A mesma matéria destaca o quanto as denominadas “religiões exóticas” exercem fascínio sobre os europeus já há algumas décadas. Em 1974, de carona na onda do esoterismo, surgiram os primeiros terreiros de umbanda e candomblé na Europa. A partir do sucesso internacional dos trabalhos do fotógrafo e escritor francês Pierre Verger, pilar da difusão do candomblé pelo mundo, começaram os festivais multiculturais e de fomento ao intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre Brasil e Europa.

O conteúdo também traz o depoimento do diretor do Instituto de Pesquisa Religioscope, em Friburgo, Jean-François Mayer, que afirma que “a receptividade à diversidade de manifestações culturais e religiosas é fomentada por alguns movimentos mundiais: a globalização e um sentimento de busca por uma espiritualidade diferente”. Nesse caso, a procura pelas religiões tidas como exóticas é reflexo do forte sentimento de oposição ao pensamento lógico e da busca por uma espiritualidade praticada em outras partes do mundo. “É a procura pela solução em outras culturas, a idealização da harmonia que só pode ser obtida em território estrangeiro”, explica.

De acordo com Mayer:

assim como alguns grupos de europeus se interessam por religiões orientais, como o budismo, outros nichos se sentem atraídos por cultos advindos da América Latina. Sincretismos religiosos como umbanda instigam a curiosidade, principalmente por envolverem corpo e espiritualidade. É um misto de experiência e exotismo.

De acordo com o especialista:

a globalização coloca o Brasil na interessante posição de exportador de práticas religiosas, que passam não só pelas religiões de raízes africanas, mas por centros espíritas kardecistas e pela diversidade de igrejas evangélicas brasileiras presentes no mundo.

5. REENCANTAMENTO, NEOTRIBALISMO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A análise das narrativas jornalísticas sobre a expansão da umbanda na Europa permite identificar um conjunto de elementos que dialogam diretamente com as teorias de Maffesoli sobre o neotribalismo e o reencantamento do mundo. Em primeiro lugar, destaca-se a centralidade da experiência comunitária: ao contrário do protestantismo ou do catolicismo contemporâneo, que frequentemente se organizam em torno da relação individual com o divino, a umbanda é essencialmente uma religião coletiva. O terreiro é, antes de tudo, uma comunidade, um grupo de pessoas unidas por laços de solidariedade, reciprocidade e compromisso com um projeto espiritual compartilhado.

Essa dimensão comunitária adquire um significado particular no contexto das sociedades europeias contemporâneas, marcadas pelo que o sociólogo Robert Putnam denominou “declínio do capital social”: a erosão dos vínculos associativos, dos laços de confiança e

das redes de solidariedade que sustentam a vida coletiva. Para muitos praticantes europeus, o terreiro representa não apenas um espaço de prática espiritual, mas também uma comunidade afetiva alternativa às formas institucionalizadas de pertencimento que a modernidade tardia tornou problemáticas.

Em segundo lugar, destaca-se a importância da performance e do corpo. Maffesoli insiste, em toda a sua obra, na dimensão estética e teatral da vida social pós-moderna: os grupos neotribais se constituem e se reconhecem por meio de performances, rituais e apresentações de si que mobilizam o corpo, a vestimenta, a música e o gesto. A umbanda é, nesse sentido, uma religião exemplarmente pós-moderna: seus rituais são eventos altamente performáticos, nos quais a expressão corporal, a dança, o canto e a incorporação das entidades criam uma experiência coletiva de efervescência que Émile Durkheim (1996) identificou como o núcleo de toda religiosidade.

Em terceiro lugar, as narrativas jornalísticas revelam o papel central da comunicação na difusão da umbanda além das fronteiras nacionais. Diferentemente do que ocorria em períodos anteriores, quando a expansão de práticas religiosas dependia quase exclusivamente da migração física de praticantes, a internet e as redes sociais criaram novos canais de difusão que permitem que a umbanda chegue a lugares onde não há comunidades brasileiras estabelecidas. Vídeos de rituais no YouTube, grupos de discussão no Facebook e blogs temáticos funcionam como portais de iniciação que permitem que interessados, em qualquer parte do mundo, entrem em contato com a tradição umbandística antes mesmo de qualquer experiência presencial.

Esse fenômeno não é novo em termos de religiosidades em expansão global, mas adquire contornos particulares no caso da umbanda, por uma razão específica: a tradição umbandística valoriza profundamente a experiência presencial, incorporada e comunitária. Os recursos digitais funcionam, portanto, não como substitutos da experiência ritual, mas como portas de entrada que levam os interessados a buscar comunidades físicas onde possam vivenciar o que conheceram primeiro pelas telas.

6. INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

A expansão da umbanda na Europa não ocorre sem obstáculos e tensões. As narrativas do *El País* também registram, em diferentes momentos, o preconceito e a intolerância religiosa que as práticas afro-brasileiras enfrentam tanto no Brasil quanto nos países europeus onde se estabelecem. No Brasil, esse preconceito tem raízes históricas profundas: desde o período colonial, as práticas religiosas afro-brasileiras foram perseguidas e criminalizadas pelo Estado e pela Igreja Católica, e essa herança de discriminação persiste na forma de ataques a terreiros, que se intensificaram nas últimas décadas, em paralelo ao crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais.

Na Europa, os obstáculos são de natureza diferente, mas igualmente significativos. Em muitos contextos, a umbanda é percebida com desconfiança por aqueles que a associam à magia negra ou ao satanismo, preconceitos que revelam tanto a ignorância sobre a tradição quanto o peso de estereótipos construídos ao longo de séculos de dominação colonial. A reportagem do *El País* sobre o *Por que a religiosidade de origem africana volta a fascinar*, publicada em dezembro de 2015, aborda diretamente essa questão, argumentando que o ressurgimento do interesse pelas tradições afro-brasileiras na Europa está ligado, em parte, à revisão crítica do legado colonial e à busca por epistemologias alternativas ao pensamento ocidental hegemônico.

Essa perspectiva é coerente com o que os estudos pós-coloniais denominam "giro decolonial": o reconhecimento de que o pensamento eurocêntrico não esgota as possibilidades de compreensão do mundo e que saberes e práticas oriundos do Sul Global podem oferecer contribuições valiosas para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Nesse sentido, a umbanda não chega à Europa apenas como uma curiosidade exótica, mas como um sistema de pensamento e prática que desafia pressupostos fundamentais da cosmovisão ocidental moderna: a separação entre natural e sobrenatural, entre corpo e espírito, entre indivíduo e comunidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das narrativas jornalísticas do *El País* sobre a expansão da umbanda na Europa revela um fenômeno de comunicação intercultural de grande complexidade e riqueza. Longe de ser um processo linear de exportação cultural, a difusão da umbanda além das fronteiras brasileiras produz encontros, tensões, hibridismos e ressignificações que enriquecem e transformam a própria tradição. O "terreiro viking", a mãe de santo austríaca na Suíça e o madrilenho que se despede de Iemanjá não são apenas curiosidades jornalísticas: são sintomas de uma reconfiguração profunda do mapa espiritual do mundo contemporâneo.

À luz das teorias de Maffesoli, esse fenômeno pode ser lido como uma expressão do reencantamento pós-moderno: a busca de sociedades racionalizadas em excesso por formas de experiência sagrada que reintegrem o corpo, a comunidade e o mistério na vida cotidiana. A umbanda, com sua capacidade de oferecer experiências encarnadas, coletivas e multissensoriais do sagrado, responde a necessidades espirituais que as religiões institucionalizadas ocidentais, pressionadas por décadas de secularização e racionalização, parecem incapazes de satisfazer.

Do ponto de vista da comunicação intercultural, o caso da umbanda na Europa ilustra tanto as potencialidades quanto os riscos dos fluxos culturais globais contemporâneos. As potencialidades residem na capacidade da tradição umbandística de criar pontes entre culturas distintas, de oferecer espaços de comunhão e solidariedade em contextos de atomização social e de introduzir no debate público europeu perspectivas epistêmicas e espirituais que desafiam o monopólio do pensamento ocidental. Os riscos residem na possibilidade de que a adaptação da umbanda a novos contextos culturais resulte em apropriações superficiais e descontextualizadas que a esvaziem de seu conteúdo histórico e político, ou seja, de sua raiz como tradição de resistência dos povos africanos escravizados e de seus descendentes.

Em última análise, o fenômeno da umbanda na Europa nos convida a refletir sobre a natureza da comunicação intercultural em um mundo globalizado: não como a simples circulação de produtos e práticas culturais, mas como um processo de tradução, negociação e recriação permanente de sentidos, no qual as culturas em encontro se transformam mutuamente, produzindo algo que não é nem inteiramente local nem inteiramente global, mas genuinamente intercultural.

REFERÊNCIAS

- [1] ARIAS, Juan. A religião com sabor de terra. **El País**, 6 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/06/opinion/1452095415_450149.html. Acesso em: 20 mar. 2024.
- [2] ARIAS, Juan. Por que a religiosidade de origem africana volta a fascinar? **El País**, 2 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/14/politica/1450116713_269481.html. Acesso em: 10 mar. 2024.
- [3] BAECKERT, Liliana Tinoco. Mãe de santo austríaca populariza umbanda e candomblé na Suíça. **Swissinfo**, 27 jul. 2017. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/sociedade/religi%C3%B5es_m%C3%A3e-de-santo-austr%C3%ADaca-populariza-umbanda-e-candombl%C3%A9-na-su%C3%ADa/43185408. Acesso em: 10 mar. 2024.
- [4] BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1971.
- [5] BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- [6] DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- [7] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- [8] JIMÉNEZ, Carla. Umbanda, a religião brasileira que chegou à Alemanha. **El País**, São Paulo, 23 nov. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/21/cultura/1448124516_884022.html. Acesso em: 20 mar. 2024.
- [9] JIMÉNEZ BARCA, Antonio. Um paulista se despede de Iemanjá. **El País**, Salvador, 2 fev. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/02/politica/1486056922_615284.html. Acesso em: 20 mar. 2024.
- [10] MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção**: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- [11] MAFFESOLI, Michel. **O reencantamento do mundo**: uma ética para o nosso tempo. Porto Alegre: BesouroBox, 2019.
- [12] MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- [13] OLIVEIRA, Joana. Literatura com axé. **El País**, São Paulo, 23 fev. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/12/cultura/1549967827_022252.html. Acesso em: 20 mar. 2024.
- [14] ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (org.). **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- [15] RODRIGUES, Donizete. **Religiões de origem africana nas grandes cidades brasileiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- [16] ROZA, Gabriele. A nova guerra santa no Brasil. **El País**, São Paulo, 3 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/03/politica/1509708790_213116.html. Acesso em: 16 abr. 2024.
- [17] SÁLES, Felipe. Terreiro viking. **El País**, Dublin, 4 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/21/cultura/1448135511_548008.html. Acesso em: 20 mar. 2024.
- [18] WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- [19] WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

Capítulo 8

A mineração em Goiás no século XVIII: a formação espacial do Arraial de Pilões

Hyago Ernane Gonçalves Squiave

Resumo: A mineração em Goiás teve seu auge no século XVIII. Os bandeirantes fixavam população de acordo com as descobertas dos minerais. No arraial de Pilões não foi diferente, bandeirantes descobriram ouro e diamante nos rios Claro e Pilões e, logo iniciou o povoamento que, em alguns casos, compõem o urbano nacional atual. O objetivo deste trabalho é compreender como ocorreu a formação espacial do arraial de Pilões, atual cidade de Israelândia – GO. Metodologicamente, a geo-história permite compreender os fenômenos ocorridos no passado, hora para compreender o próprio passado, outrora para buscar as chaves de interpretação do presente. O arraial de Pilões foi construído no século XVIII, a partir da prática da garimpagem.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a lógica da formação espacial de um determinado lugar, requer conexões entre os elementos constitutivos que foram fundamentais para a materialidade que se encontra no presente. Partimos então da ideia que a geografia estuda o espaço geográfico. Sendo assim, a busca pelas conexões existentes na transformação do espaço de primeira natureza gerando uma segunda natureza (espaço produzido), pode ser um o resultado das relações sócio espaciais.

Neste sentido, é importante que se faça uma periodização (Santos; Silveira, 2001) para compreender o movimento das relações humanas no seu processo de apropriação e transformação da natureza em formação espacial, que é marcada por diferentes momentos e sujeitos históricos.

Metodologicamente a geo-história possibilita uma análise dos diferentes usos da conformação espacial em um curto, médio ou longo período de tempo, onde, a geografia em conjunto com a história se unem para compreender um determinado fenômeno utilizando um recorte temporal e espacial. Portanto, é pensar o espaço em perspectiva temporal, buscando no tempo, uma explicação para a organização socioespacial.

A partir das questões teórico-metodológicas, o objetivo deste trabalho é analisar a ocupação a partir da mineração da atual cidade de Israelândia-GO no século XVIII, quando ainda era chamada de Arraial de Pilões, destacando a cartografia como um recurso de mapeamento para a ocupação.

O arraial de Pilões foi um importante arraial de mineração em Goiás no século XVIII, construído em território dos índios Cayapós. Os bandeirantes em missões de descobrimento e exploração de recursos naturais fundaram Pilões, antes de chegar à localidade que seria o povoado principal, hoje a Cidade de Goiás.

2. A FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DO ARRAIAL DE PILÕES NO SÉCULO XVIII

O século XVIII marca o início da conquista do que se chamava Brasil central, embora no século XVI, já se encontravam expedições à procura de riquezas espalhadas pelo território brasileiro, além de reconhecer o mesmo. À proporção que iam avançando adentro as bandeiras no sertão em busca de ouro e dos gentios, cada vez mais aumentavam os seus descobrimentos. Cada notícia de descobrimento serviria de estímulo para outros novos descobrimentos do sertão, e assim foi se formando o Brasil central.

A escravização de gentios para a mão de obra e os indícios da existência de ouro fizeram com que incontáveis bandeiras adentrassem em terras goianas visando tais potencialidades. Índios e ouro despertavam grandes ambições e atraíam os sertanistas que objetivamente adentraram o sertão.

O atual território de Goiás fazia parte da capitania de São Paulo. Silva (2002, p. 37), aponta que: “Goiás começou a se formar pelo lado de S. Paulo, isto é, confins das terras paulistas, então conhecidas, para o interior que a coragem dos bandeirantes ia descobrindo e percorrendo”. Os paulistas foram os responsáveis por alargar o território colonial determinado pelo Trato de Tordesilhas, incorporando as terras do atual estado de Goiás, conforme nos fala Alencastre (1863).

Não são acordes os historiadores e cronistas sobre a verdadeira época do descobrimento de Goiás; mas que foram os paulistas os primeiros que devassaram essa parte do continente do Brasil, fazendo percorrer suas bandeiras desde as margens do Araguaia até as ribeiras do Tocantins, é o que atestam numerosos documentos. (ALENCASTRE, 1863, p.25).

Palacín e Moraes (1994) dizem que as bandeiras tinham um papel importante, onde:

Goiás era conhecido e percorrido pelas bandeiras quase que desde os primeiros dias da colonização, mas seu povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII. Esse povoamento, como todo povoamento aurífero foi irregular e instável. (PALACÍN, 1994, p. 5).

O território goiano, então, foi sendo conhecido pelas expedições, que eram denominadas de bandeiras. Eram de caráter oficial e coordenado ou autorizado pela Coroa. Segundo Franco (2007), a busca por escravos também se configurava como uma atividade econômica.

No período das bandeiras propriamente dito, a atividade econômica ou se confinava na busca de escravos, ou na pesquisa de jazidas minerais. Tanto o comércio de carne humana quanto a sondagem da terra para a grande era que, em breve, se iniciaria, eram, contudo, atividades a que faltava caráter estável, e, com ele, a base inseparável do estabelecimento de uma sociedade firmada em mais altos padrões de vida, ou, o que será talvez mais exato, para o estabelecimento de uma verdadeira sociedade. (FRANCO, 2007, p. 78).

Já Silva (2002), afirma que:

A febre de ouro e a captura do gentio, cuja escravidão precedera naturalmente a dos africanos, despertaram na capitania de São Paulo, cuja prosperidade áurea dessas fontes tão grande e tão considerada riqueza, uma cobiça imensa. (SILVA, 2002, p. 111).

A província de Goiás foi descoberta e povoada por aventureiros que só procuravam riquezas, sejam elas por meio de gentios ou pela descoberta de jazidas minerais. A ocupação do espaço geográfico em Goiás se deve a vários fatores que analisados se formam em grande parte cronologicamente. Primeiro pela procura de índios para as lavouras e comércio açucareiro no Nordeste, depois para o trabalho nas minas. (SALLES, 1992).

Silva e Souza (1967) apontam que:

Menos o amor da glória e desejo de ser útil, que o interesse próprio e aquela ambição, que leva muitas vezes os homens por incalculáveis perigos às mais árduas importantes empresas, foi o motivo do descobrimento de Goiás. (SILVA E SOUZA, 1967, p. 71).

As primeiras bandeiras transmitiam uma mensagem de esperança para quem quisesse encontrar riquezas. Fato este que alavancava os sonhos de vários sertanistas a percorrer o interior do Brasil na esperança de enriquecer.

A história do descobrimento de Goiás é meio complexa de se entender. O problema de alguns estudiosos que retratam da história é, sem dúvidas, não separar os “dois” descobridores. Vejamos, Bartolomeu Bueno da Silva é considerado o descobridor de Goiás. Quando veio a esta província, trouxe consigo o filho de doze anos que, pelo destino, também se chamava Bartolomeu Bueno da Silva. Ou seja, na história, temos duas pessoas com o mesmo nome: o Bartolomeu Bueno da Silva (pai), que descobre as minas de ouro em Goiás, e o Bartolomeu Bueno da Silva (filho), que por acompanhar seu pai na primeira expedição e vendo que o pai não conseguiria retornar mais, quase cinquenta anos depois decidiu fazer outra expedição.

A expedição (bandeira) do primeiro Bartolomeu Bueno da Silva (pai) foi realizada no ano de 1682, conforme afirmam alguns historiadores. Silva e Souza (1967) relatam que:

Entre os aventureiros desta espécie se distinguiu Bartolomeu Bueno da Silva, natural da vila de Paranaíba, que os seus conterrâneos contam entre os seus heróis. Este homem naturalmente afoito, astucioso e avezado a trabalhos desta natureza, a quem o gentio deu o nome de Anhanguera, que conservam os seus descendentes, que na linguagem do país quer dizer Diabo Velho pelo stratagem de acender aguardente em uma vasilha, com ameaça de abrasar todos os rios e todos os índios que se lhe não rendessem, seguido de um filho do mesmo nome, de idade de doze anos (que veio a ser o descobridor desta capitania), e outros agregados, chegou pouco mais ou menos em 1682 ao domicílio do pacífico gentio de Goiás, que agora habitamos: e demorando-se algum tempo no meio das suas correrias, que compreenderam grandes partes destes sertões, a plantar roça que melhorasse a sua sustentação, reconheceu a riqueza do lugar vendo folhetas de ouro bruto pependentes ao colo das índias, e com esta certeza, confirmada de algumas indagações, regressou ao seu país natal, seguido de numerosas presas que tinha feito, a utilizar-se do fruto de seu trabalho. (SILVA E SOUZA, 1967, p. 7).

Bartolomeu Bueno da Silva era um homem obstinado. Estudiosos da história de Goiás relatam Bueno dizendo muitas vezes que preferiria a morte do que voltar a São Paulo fracassado. Nesta primeira expedição recebeu o apelido de Anhanguera, pelo fato de intimidar os índios a mostrarem onde conseguiram o ouro que estavam a mostra como objetos em seus corpos. Os índios não quiseram mostrar ao bandeirante as jazidas de ouro e, por isso, Bueno ateou fogo num prato de aguardente que começou a pegar fogo, e ameaçará fazer o mesmo com os rios caso os índios não o mostrassem. Os índios bastante temerosos logo mostraram as jazidas a Bueno, além de o batizar com o nome de Anhanguera, que significa ‘Diabo Velho’.

A expedição do Bartolomeu Bueno da Silva (filho) partiu em 3 de julho de 1722 saindo de São Paulo rumo ao interior do país com o objetivo de encontrar riquezas minerais. Bueno era o cabo da tropa. Claro que o objetivo não era somente este. Objetivava-se também a captura de gentios para os trabalhos pesados, tornando-os escravos. De acordo com este contexto, Palacín (1994) diz que

A bandeira saiu de São Paulo a 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos. Até o rio Grande era bem conhecido dos paulistas, com alguns moradores e com rotas, para além, o Anhanguera dizia possuir um roteiro até o lugar do ouro. (PALACÍN, 1994, p. 9).

Bueno e sua comitiva esperava encontrar ricas jazidas de ouro pelas terras de Goiás. Bartolomeu Bueno da Silva, como vimos, tinha visitado tal lugar há quase cinquenta anos. As lembranças e as estradas do lugar já não eram as mesmas.

Na medida em que adentravam ao território foram construído trilhas ou seguindo as feitas pelos indígenas. Os encontros e conflitos com os índios foram inevitáveis, pois eles resistiam à escravização.

Um fato curioso e ao mesmo tempo marcante da expedição é que as descobertas de ouro nas localidades dos rios Claro e Pilões datam de 1722/23, porém, a sua exploração só se dará vinte anos depois. Uma explicação para esse fato foi que, Bartolomeu Bueno da Silva já não se lembrava mais dos caminhos percorridos por seu pai, pois, passaram-se vários anos da primeira expedição e ele não conseguiu refazer trajeto do seu pai. A intenção de Bueno era de chegar exatamente neste rio Vermelho, porém, se perdendo, chegou mais ao oeste onde se encontrava o rio Araguaia.

São vários os autores que relatam o erro no trajeto de Bueno. Alguns viajantes fizeram itinerários e também descreveram tal fato. Começamos com o Johann Emmanuel Pohl, naturalista austríaco, que chegou ao Brasil em 1817, na posição de membro da expedição científica oriunda da corte de Viena e integrante da comitiva nupcial de dona Leopoldina. Percorreu muito dos arraiais goianos, e, sobre Bueno ter se perdido afirma que

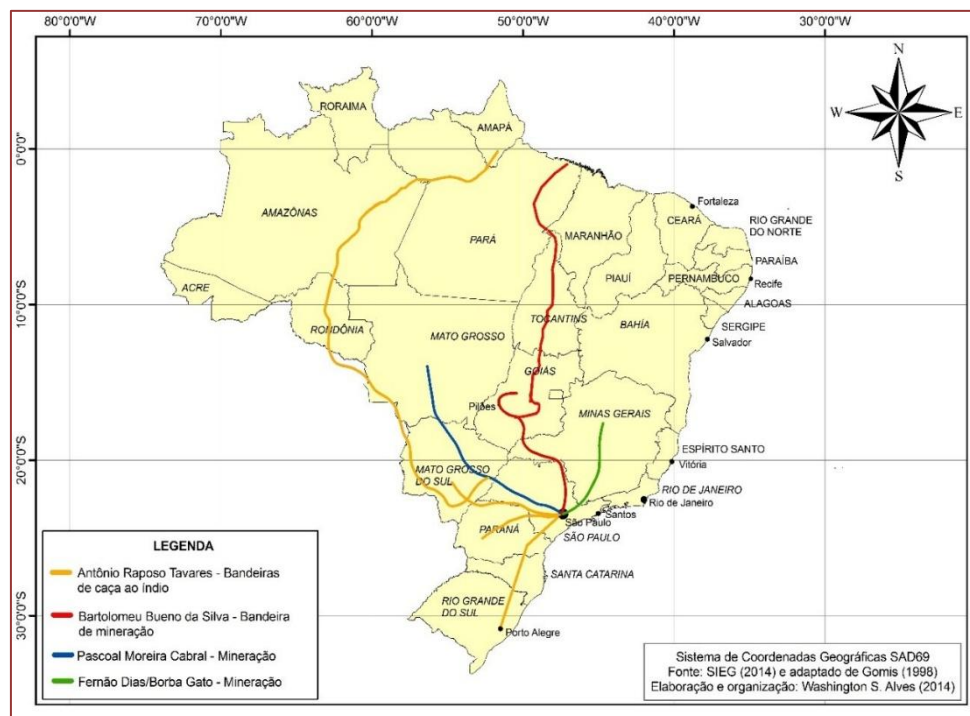
Depois de peregrinarem por longo tempo, os aventureiros atingiram as proximidades do Arraial do Bomfim, à margem do riacho que ainda hoje conserva o nome de Meia Ponte. Daqui seguiram em direção a Anicuns para descobrirem Bocaina Velha, onde o pai do chefe outrora fizera plantações, e, assim, perderam a direção do norte, pois estes ignorantes viajantes não dispunham de outro auxílio para se orientarem que não os próprios olhos e os picos das montanhas. Assim, erraram por muito tempo sem acharem o que buscavam. Afinal chegaram a um rio a que deram o nome de Pilões, por causa dos pilões em que moíam o milho, ou por causa das depressões arredondadas ainda hoje reconhecíveis nas saliências rochosas do Rio Claro. Pesquisaram ouro no rio e acharam abundantes areias auríferas. Este resultado favorável levou João Leite da Silva Ortiz a declarar que tinham achado o que buscavam, portanto deveriam ficar por aqui e fundar uma povoação. A isto opôs-se Bueno, dizendo que esta não era a região que ele saíra para descobrir e que, por isso, era necessário prosseguir. A discussão inflamou-se e teria talvez terminado em sangue, se os dois sacerdotes que os acompanhavam não os tivesse reconciliado. Deram razão a Bueno. Levantaram acampamento e seguiram a viagem em direção a Oeste, entre constantes combates com os aborígenes. Nessas escaramuças fizeram mais prisioneiros, sobretudo mulheres índias. (POHL, 1976, p. 126-127).

A narrativa de Pohl nos remete a algumas informações extremamente importantes. Mas, detalharemo-na ao longo do texto. A princípio analisaremos os autores que discutem o

erro no trajeto de Bueno, e a fim de exemplificar, percebemos que o erro no trajeto de Bueno por pouco não custou caro e até mesmo a sua própria vida.

O mapa de número 1, ilustra a rota de Bartolomeu Bueno da Silva (filho), enquanto se perde no trajeto na tentativa de chegar ao rio Vermelho. Porém, perdendo o norte, chega aos rios Claro e Pilões.

Mapa 1 – Rota dos Bandeirantes.



Fonte: Fonte: SIEG, (2014). Adaptado por: Gomis, (1998). Organização: Alves (2014).

Abrindo um parêntese para estabelecer um entendimento sobre a toponímia dos rios Claro e Pilões, Pohl (1976) afirma que o rio fora chamado de Pilões por causa dos pilões em que se moíam o milho ou por conta do próprio movimento das águas que fazia perfurações nas rochas, originando depressões arredondadas no referido rio.

Eschwege (1979) relata que:

De novo a caminho, chegaram a outro rio, a cujas margens acompanharam mais dias, e, por que instalassem ali alguns pilões de socamento hidráulico (antigos monjolos) para o fabrico de fubá, deram ao mesmo o nome de Pilões. Pesquisando-o, chegaram à conclusão de que era muito rico em ouro. (ESCHWEGE, 1979, p. 53).

A toponímia de Pilões no olhar de Eschwege (1979) diferencia a visão de Pohl que estabelece pilões no sentido de moer o milho. Eschwege relata que o nome Pilões deriva da instalação de alguns antigos monjolos para a fábrica de fubá.

Após reorganizar o trajeto, Bueno parte de Pilões e Rio Claro para o rio Vermelho e ali se estabelece fundando um povoado que viria a se chamar Arraial de Sant'Anna, que por muito tempo foi a capital da província de Goiás.

Os Rios Claro e Pilões ficaram conhecidos por possuir neles bonitos e variados diamantes e uma quantidade considerável de ouro de aluvião. Não demorou muito tempo para que os bandeirantes retornassem para realizar a exploração, o que de fato ocorreu pouco tempo depois da fundação do arraial de Sant'Anna.

Esta primeira fase dos descobrimentos e do começo da mineração em Goiás é anárquica em termos de fixação de população e também de instalação do sistema produtivo. Segundo Bertran (1988), as levas de garimpeiros vindos de Portugal e de todo o Brasil se expandiam pelo cerrado com pouquíssimas condições de subsistência alimentar ou de sobrevivência ante as doenças e aos ataques indígenas que ainda causavam bastante conflito, pois, os índios ficavam entre os caminhos de São Paulo e as minas centroestinas, tanto os fluviais como os terrestres.

De acordo com Palacín (1994),

[...] o povoamento determinado pela mineração de ouro é o povoamento mais irregular e mais instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha ou desaparece. (PALACÍN, 1994, p. 10).

Alencastre (1863) afirma também que as primeiras povoações acompanhavam a produção e os achados de ouro, vez que:

As povoações que se formavam por esse modo, não tinham nenhum caráter de permanência, indicavam apenas que as localidades escolhidas para arraiais ofereciam algum manancial de riqueza aurífera. Lavrada, porém, a superfície das minas, essa população emigrava para outros pontos, deixando suas casas abandonadas ao estrago do tempo. É por isso que em Goiás se vê um grande número de povoações acanhadas e decadentes, e apontam-se as localidades, em que outras existiram, e que prosperaram em número, em construções e em riqueza. (ALENCASTRE, 1863, p. 22-23).

Neste sentido, os Rios Claros e Pilões começa a ser povoado na tentativa de encontrar minérios, o que de fato acontece e o primeiro núcleo urbano que se forma nas margens dos referidos rios é o Arraial de Bom Fim, criado em 1746.

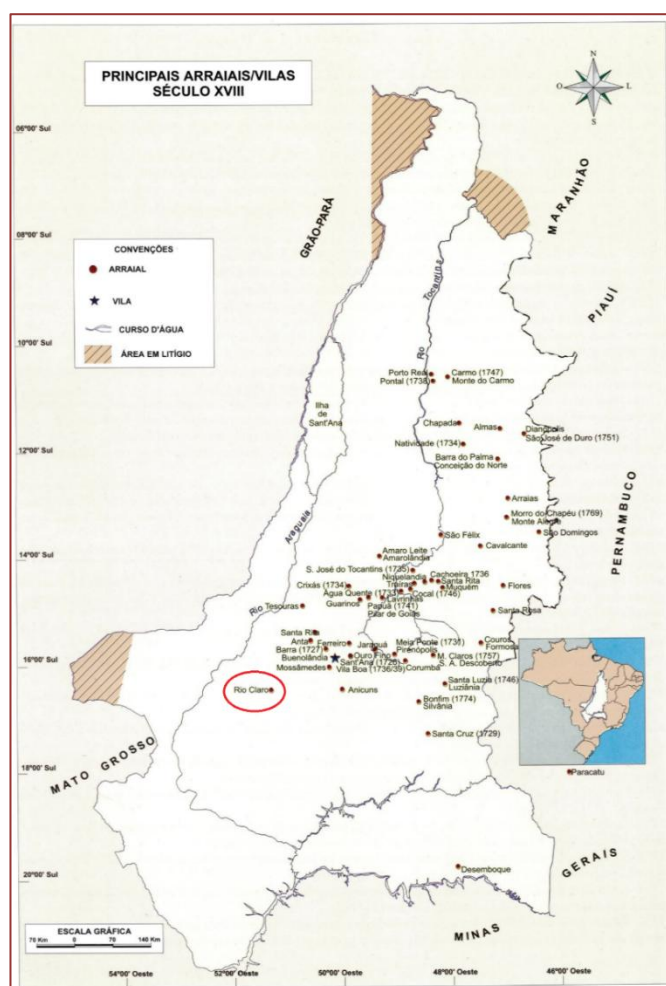
Em 1749 o arraial é destruído por índios Cayapós, justificando invasão ao território indígena. Só que no mesmo ano a Coroa Portuguesa numa tentativa de retaliação manda erigir um novo arraial com novas edificações e um posto da Polícia dos Dragões Reais, agora com o novo nome de Arraial de Pilões.

Pilões agora é um núcleo urbano que abrigava alguns garimpeiros que, a partir de 1749, passa a vigorar a extração de minérios por contratos. É aí que entra na história dois irmãos que veio de Minas Gerais: Joaquim e Felisberto Caldeira Brant. Arremataram o contrato de diamantes dos rios Claro e Pilões e por ali se estabeleceu por dois anos, extraindo diamantes com o serviço obrigatório de 200 escravos, como o contrato da Coroa previa.

Porém, dois anos depois do contrato os irmãos Brant pediram para se retirar do lugar afirmando que os achados não supriam as despesas gastas. A Coroa permite a saída dos irmãos e interdita o lugar por 50 anos, para que nenhum mineiro possa praticar a mineração nos leitos dos rios Claro e Pilões.

No século XVIII, o atual Estado de Goiás era visto como um lócus da exploração mineral e, a partir disso, foram criados importantes arraiais de mineração que compõe o urbano nacional atualmente. Mas, como o nosso objetivo é destacar a ocupação do arraial de Pilões (atual Israelândia-GO), ainda no século XVIII, é preciso que se entenda que o referido arraial foi um dos principais de Goiás, conforme a figura 1 retrata.

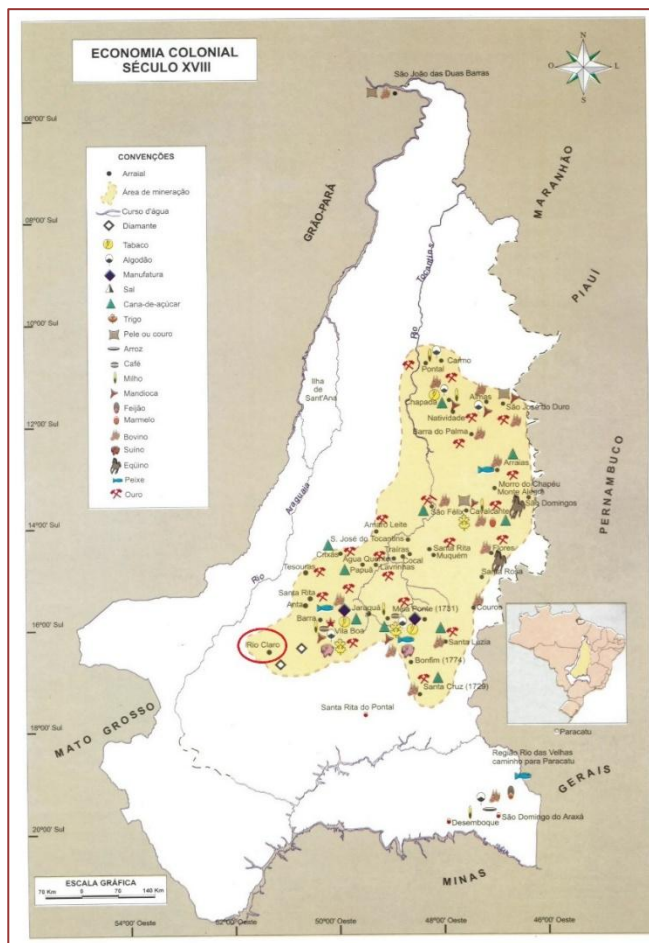
Figura 1 – Principais Arraiais e Vilas do Século XVIII.



Fonte: Rocha, (2001, p. 35). Adaptado por: Squiave (2018).

O arraial era conhecido como Pilões e também como Rio Claro, pois ficava justamente no entroncamento dos dois rios, o Claro e o Pilões. A mineração em Pilões (Rio Claro), sempre foi alvo de grandes mineiros que tentavam a sorte de se “bamburar” (termo utilizado para designar o achado de um bom diamante). A economia era baseada praticamente na extração de ouro e diamante, conforme a figura de número 2.

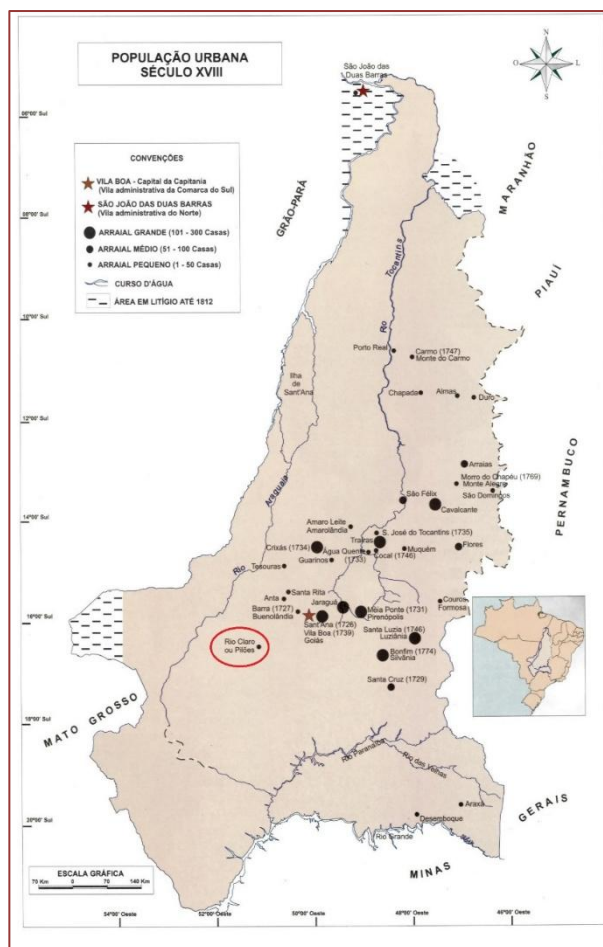
Figura 2 - Economia dos núcleos urbanos em Goiás no século XVIII.



Fonte: Rocha (2001, p. 42). Adaptado por: Squiave (2018).

Quando a economia simbolizava um “arraial”, significaria que o núcleo urbano se mantinha pela exploração mineral. Em Pilões a grande maioria da população se mantinha pela prática da garimpagem e, somente uma pequena parcela da população praticava a agricultura de subsistência. Os alimentos eram comprados nas vendas no próprio arraial que era trago da capital Vila Boa.

De acordo com Cunha Mattos (1979), O arraial de Pilões (Rio Claro), era composto por 42 casas no século XVIII. A figura de número 3, ilustra o tamanho dos arraiais em Goiás no mesmo século.

Figura 3 – População Urbana do século XVIII em Goiás.

Fonte: Rocha (2001, p. 44). Adaptado por: Squiave (2018).

O arraial de Pilões (Rio Claro), era um arraial pequeno, tinha aproximadamente 50 casas. Cunha Mattos (1979), detalha dizendo que em meados do século XVIII, o arraial possuía 42 casas e uma ermida (igreja) católica. A economia do povoado dependia das descobertas minerais, quando os achados estavam sendo bons atraía uma população maior, quando ficavam escassos a população migrava para outros lugares. Essa sazonalidade, também, estava ligada ao período chuvoso, pois quando os rios enchiam dificultavam a prática da garimpagem e a população migrava para os povoados. Já no período de estiagem a atratividade dos garimpeiros aumentava. Esse aspecto mostra que o povoado não tinha uma atividade que fixava a população, dependo das condições da natureza.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação espacial é o resultado das relações sócio espaciais. A interação do homem, transformando a natureza, ilustra a produção do espaço material, onde há uma transformação de primeira para segunda natureza. No caso da mineração, a partir das descobertas de ouro e diamante, os bandeirantes fixaram população e começaram a transformação na natureza.

Pilões no seu início de povoamento, foi um importante arraial de mineração em Goiás. Dentre a cartografia apresentada, o mesmo aparece como um dos principais da província (atual Goiás). No século XVIII, a população da província de Goiás atraía mineiros de todos os lados do país, fazendo com que houvesse uma sazonalidade na urbanização da época.

A economia era baseada nas riquezas minerais. A agricultura de subsistência e de comércio só vai aparecer em segundo momento, pois as ordens da Coroa Portuguesa era de que todas as forças fossem voltadas para a prática da mineração, pois, o imposto era alto e, o que importava para a Coroa Portuguesa era justamente a cobrança de impostos.

REFERENCIAS

- [1] SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- [2] SILVA, Colemar Natal e. **História de Goiás**. IGL: AGEPEL, Goiânia, 2002.
- [3] ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da província de Goiás**. Ipiranga. Brasília – DF. 1863.
- [4] PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Santana. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994.
- [5] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rosa de ouro**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- [6] SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- [7] SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. **Descobrimento da capitania de Goyaz**. Universidade Federal de Goiás, 1967.
- [8] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. **Plutos brasiliensis**. Tradução Domício de Figueiredo - Belo Horizonte. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- [9] POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado: Ed. Itatiaia. São Paulo, 1976.
- [10] BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Codeplan, Goiás: Universidade Católica de Goiás, 1988.
- [11] ROCHA, Alberto. **Mapas antigos de Goiás**. Goiânia. UCG, 2001.
- [12] CUNHA MATTOS, Raymundo Jose da. **Chorographia histórica da província de goyaz**. Goiania : Lider, 1979.

Capítulo 9

Entre a memória e a informação: contribuições da Museologia e da Ciência da Informação em Museus Indígenas do Amazonas

Thaís Lima Trindade

Resumo: Os museus indígenas criados e geridos por comunidades no estado do Amazonas constituem importantes espaços de preservação da memória, valorização dos patrimônios culturais e fortalecimento das identidades coletivas. Ao promoverem a autorrepresentação e o protagonismo indígena na gestão de seus conhecimentos e bens culturais, esses museus ampliam as possibilidades de preservação e transmissão dos saberes tradicionais. O estudo tem como objetivo analisar as contribuições da Museologia e da Ciência da Informação, sob a perspectiva do paradigma social, para a compreensão de três museus indígenas amazonenses enquanto espaços de memória, patrimônio, conhecimento e protagonismo comunitário. Trata-se de um estudo qualitativo, baseado em revisão bibliográfica e análise de experiências museais indígenas no Amazonas. Os resultados evidenciam que a Museologia, especialmente por meio da Museologia Social e da Sociomuseologia, contribui para compreender esses espaços como instrumentos de participação comunitária, preservação patrimonial e fortalecimento das identidades culturais. Por sua vez, a Ciência da Informação possibilita analisar os processos de produção, organização, preservação e compartilhamento dos conhecimentos tradicionais, reconhecendo a informação como fenômeno socialmente construído. Conclui-se que a articulação entre esses campos permite compreender os museus indígenas como espaços de memória, patrimônio e informação, nos quais o protagonismo das comunidades desempenha papel central na preservação cultural, na valorização das epistemologias indígenas e no fortalecimento da autonomia dos povos originários.

1. INTRODUÇÃO

O estado do Amazonas abriga a maior população indígena do Brasil, reunindo dezenas de povos, línguas e sistemas de conhecimento que constituem parte fundamental da diversidade sociocultural amazônica. Esses povos mantêm estreitas relações com seus territórios, nos quais memória, cultura, ancestralidade e modos de vida se articulam na produção e transmissão de conhecimentos tradicionais.

Nesse contexto, os museus criados e geridos por comunidades indígenas no Amazonas constituem importantes espaços de preservação da memória, valorização dos patrimônios culturais e fortalecimento das identidades coletivas. Ao serem concebidos e administrados pelas próprias comunidades, esses museus promovem a autorrepresentação e o protagonismo indígena na gestão e transmissão de seus conhecimentos e bens culturais.

Nas últimas décadas, tais iniciativas têm despertado interesse em diferentes áreas do conhecimento por evidenciarem novas relações entre patrimônio, memória, território, cultura e comunidade. Contudo, embora predominem estudos de caráter antropológico, patrimonial e museológico, ainda são incipientes as pesquisas que analisam esses espaços a partir do diálogo entre a Museologia e a Ciência da Informação, especialmente sob a perspectiva do paradigma social.

Nesse contexto, a Museologia contribui para compreender os museus indígenas como espaços de preservação patrimonial, participação comunitária e construção da memória social. Por sua vez, a Ciência da Informação possibilita analisar os processos de produção, organização, compartilhamento e preservação dos conhecimentos vinculados aos contextos socioculturais das comunidades. A aproximação entre esses campos permite compreender os museus indígenas como espaços de memória, patrimônio, informação e fortalecimento cultural.

Diante disso, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: quais contribuições a Museologia e a Ciência da Informação, sob a perspectiva do paradigma social, oferecem para a compreensão dos museus indígenas amazonenses enquanto espaços de memória, patrimônio, conhecimento e protagonismo comunitário?

Para responder a essa questão, o estudo tem como objetivo analisar as contribuições da Museologia e da Ciência da Informação, sob a perspectiva do paradigma social, para a compreensão de três museus criados e geridos por comunidades indígenas no Amazonas, considerando seu papel na preservação dos patrimônios culturais e no fortalecimento do protagonismo indígena.

2. MUSEUS INDÍGENAS E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO

Os museus indígenas constituem experiências museológicas que emergem a partir das demandas e iniciativas das próprias comunidades, configurando-se como espaços de preservação, valorização e difusão dos patrimônios culturais dos povos originários. Diferentemente dos museus tradicionais, historicamente vinculados à coleta, classificação e exposição de objetos indígenas sob perspectivas externas, os museus indígenas contemporâneos têm sido concebidos como instrumentos de fortalecimento cultural, afirmação identitária e exercício da autonomia dessas comunidades.

Durante grande parte da história dos museus ocidentais, os povos indígenas foram representados como objetos de estudo e exposição, tendo pouca ou nenhuma participação

nos processos de seleção, interpretação e apresentação de seus patrimônios. Tal realidade refletia relações de poder associadas aos contextos coloniais, nos quais as instituições de memória contribuíam para a construção de narrativas frequentemente distanciadas das perspectivas e experiências dos próprios grupos representados (Chagas, 2012; Clifford, 2016).

O surgimento dessas iniciativas está relacionado às transformações ocorridas no campo museológico ao longo da segunda metade do século XX, especialmente a partir dos princípios da Nova Museologia e da Museologia Social³, que passaram a enfatizar a participação das comunidades nos processos de construção, gestão e utilização dos museus. Nessa perspectiva, o museu deixa de ser compreendido apenas como um espaço destinado à guarda de coleções e passa a assumir funções sociais voltadas para o desenvolvimento comunitário, a valorização das memórias coletivas e a promoção da diversidade cultural (Varine, 2012).

No contexto brasileiro, os museus indígenas ganharam maior visibilidade a partir das últimas décadas, acompanhando os avanços das políticas de reconhecimento dos direitos culturais e territoriais dos povos indígenas (Trindade; Oliveira, 2024). Essas experiências representam importantes estratégias de resistência frente aos processos históricos de invisibilização e silenciamento das narrativas indígenas nos espaços institucionais de memória.

No Amazonas, região marcada pela diversidade étnica e cultural, os museus indígenas assumem particular relevância por contribuírem para a salvaguarda de conhecimentos tradicionais, línguas, práticas culturais e histórias coletivas frequentemente ameaçadas por processos de colonização, urbanização e exploração econômica dos territórios. Esses espaços não se limitam à preservação de objetos materiais, abrangendo também saberes, narrativas, práticas rituais, modos de vida e formas próprias de compreender o mundo. Para os povos indígenas, o patrimônio cultural transcende a dimensão material frequentemente privilegiada pelas instituições museológicas convencionais, incorporando elementos simbólicos, espirituais, linguísticos e ambientais que constituem a base de suas cosmologias e formas de existência coletiva (Abreu; Chagas, 2009).

O protagonismo indígena constitui um dos principais elementos distintivos dos museus criados e geridos pelas próprias comunidades. Trata-se de uma perspectiva que reconhece os povos indígenas como sujeitos ativos na definição das políticas de preservação, gestão e difusão de seus patrimônios culturais, rompendo com práticas historicamente marcadas pela tutela e pela representação realizada por agentes externos (Xavier, 2021).

Dessa forma, o protagonismo indígena manifesta-se não apenas na gestão administrativa dos museus, mas também na definição das narrativas expositivas, dos critérios de preservação patrimonial e das estratégias de transmissão dos conhecimentos tradicionais. As comunidades deixam de ocupar um papel secundário nos processos museológicos e tornam-se agentes responsáveis pela construção e comunicação de suas próprias histórias.

Essa perspectiva dialoga com os debates contemporâneos sobre a descolonização dos museus, os quais defendem a revisão crítica de práticas institucionais baseadas em

³ Embora correlatas, a **Nova Museologia** e a **Museologia Social** representam conceitos distintos. A **Nova Museologia** se refere ao movimento surgido na década de 1970, que mudou o foco dos museus enquanto "objeto/edifício" para o "território/sociedade", propondo servir ao desenvolvimento da comunidade. Já a **Museologia Social** é uma prática, o desdobramento contemporâneo e politizado desse movimento (Oliveira, 2020).

hierarquias epistemológicas e culturais. Conforme Baniwa (2006, p. 90), o protagonismo indígena se consolida ao:

[...] considerar os povos indígenas como “sujeitos coletivos”, ou seja, o princípio do protagonismo indígena, a partir do qual ninguém pode pensar e decidir por eles sobre qualquer coisa, a não ser eles mesmos.

Nesse sentido, os povos indígenas têm reivindicado o direito de definir os modos pelos quais seus conhecimentos, patrimônios e memórias devem ser preservados, representados e compartilhados, questionando modelos de gestão fundamentados exclusivamente em referenciais ocidentais.

Assim, compreender os museus indígenas a partir do protagonismo comunitário implica reconhecer que esses espaços representam não apenas instituições de memória, mas também territórios de produção de significados, negociação de identidades e valorização dos conhecimentos tradicionais. Tal compreensão torna-se fundamental para as reflexões desenvolvidas pela Museologia e pela Ciência da Informação, especialmente no que se refere à preservação da diversidade cultural e ao reconhecimento de formas plurais de construção e transmissão do conhecimento.

3. CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DOS MUSEUS INDÍGENAS

A compreensão dos museus indígenas contemporâneos exige um olhar para as transformações ocorridas no campo da Museologia ao longo do século XX. Durante grande parte de sua trajetória, os museus estiveram associados a modelos centrados na coleta, preservação e exposição de objetos considerados representativos da história, da arte ou da cultura.

No caso dos povos indígenas, essa lógica resultou na incorporação de objetos, artefatos e registros culturais aos acervos museológicos sem a participação efetiva das comunidades de origem. Os indígenas foram frequentemente representados por narrativas construídas por pesquisadores, colecionadores e instituições, reforçando visões estereotipadas e, muitas vezes, desvinculadas das realidades culturais desses povos (Clifford, 1997).

A partir da década de 1970, os debates da Nova Museologia impulsionam uma ampliação das funções sociais dos museus, defendendo a participação das comunidades na definição dos processos museológicos e a valorização das dimensões sociais do campo do patrimônio. O museu deixa de ser compreendido apenas como uma instituição voltada para o colecionismo para assumir um papel ativo no desenvolvimento social e cultural das comunidades (Declaração [...], 1984).

No Brasil, essas discussões encontraram ressonância na Museologia Social, perspectiva que propõe uma abordagem comprometida com a democratização dos processos de preservação da memória e com a ampliação da participação dos grupos sociais na construção das narrativas patrimoniais (Chagas, 2012). A partir dessa perspectiva, a gestão comunitária desses espaços representa uma ruptura com modelos historicamente marcados pela tutela institucional, permitindo que as próprias comunidades assumam o protagonismo na definição de seus patrimônios e memórias.

Assim, as contribuições da Museologia para a compreensão dos museus indígenas também podem ser observadas nas discussões sobre patrimônio, território e memória,

conceitos que ocupam posição central nos debates museológicos contemporâneos e oferecem importantes elementos para compreender a especificidade das experiências museais desenvolvidas por comunidades indígenas.

No caso dos povos indígenas, a noção de patrimônio adquire significados que extrapolam os limites dos objetos materiais. Os conhecimentos transmitidos pela oralidade, as práticas rituais, as línguas indígenas, os modos de ocupação do território e as relações estabelecidas com a natureza constituem elementos fundamentais do patrimônio cultural desses grupos, pois:

Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva (Baniwa, 2016, p. 101).

Dessa forma, a preservação patrimonial não pode ser dissociada das relações sociais, ambientais e cosmológicas que estruturam a vida comunitária desses povos.

A Museologia Social e a Sociomuseologia contribuem para essa compreensão ao defenderem uma visão ampliada do patrimônio, baseada na participação dos sujeitos envolvidos e no reconhecimento das especificidades culturais de cada comunidade. Para Primo (2014), os processos museológicos devem considerar os contextos sociais nos quais os patrimônios são produzidos e significados, valorizando as experiências e os saberes das comunidades que lhes atribuem sentido.

Nesse sentido, os museus indígenas assumem frequentemente a função de preservar e comunicar memórias vinculadas ao território, fortalecendo os vínculos entre patrimônio cultural, identidade coletiva e pertencimento comunitário. A memória também ocupa papel central nessas experiências, ao constituir um processo dinâmico de construção de sentidos, às comunidades reinterpretar suas trajetórias para projetar, assegurando a transmissão geracional de saberes e de suas narrativas autorais.

Assim sendo, os processos museológicos contemporâneos devem estar comprometidos com as realidades locais e com os sujeitos que produzem e vivenciam os patrimônios, reconhecendo o território e a memória como elementos estruturantes das ações de preservação.

4. CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA A COMPREENSÃO DOS MUSEUS INDÍGENAS

A Ciência da Informação constitui-se um campo científico dedicado ao estudo dos fenômenos relacionados à produção, organização, circulação, acesso e uso da informação. Ao longo de sua trajetória, diferentes abordagens teóricas buscaram compreender a natureza da informação e suas implicações nos processos sociais. Entre essas perspectivas, destaca-se o paradigma social, que desloca o foco dos sistemas e tecnologias para os sujeitos, os contextos socioculturais e as relações estabelecidas em torno da informação (Araújo, 2018).

Conforme observam Capurro e Hjørland (2007), a evolução da Ciência da Informação pode ser compreendida a partir de diferentes paradigmas que refletem distintas formas

de conceber a informação. Enquanto as abordagens físicas privilegiavam os fluxos informacionais e os sistemas de recuperação da informação, e as abordagens cognitivas enfatizavam os processos mentais dos indivíduos, o paradigma social passou a considerar a informação como um fenômeno socialmente construído, cuja produção, interpretação e uso estão diretamente relacionados aos contextos culturais, históricos e políticos nos quais os sujeitos estão inseridos.

Para González de Gómez (2003), a informação deve ser analisada a partir das relações sociais que possibilitam sua produção, circulação e apropriação. Tal compreensão amplia o escopo da Ciência da Informação ao incorporar questões relacionadas à cultura, memória, poder e participação social. Sob essa ótica, os museus indígenas podem ser compreendidos como espaços nos quais diferentes formas de conhecimento são produzidas, preservadas e compartilhadas de acordo com as experiências e necessidades das comunidades que os constituem.

Essa abordagem social da informação também favorece o reconhecimento da diversidade epistemológica presente nas sociedades contemporâneas (Araújo, 2018). Ao considerar que os processos informacionais são influenciados pelos contextos socioculturais, a Ciência da Informação passa a dialogar com formas plurais de produção do conhecimento, incluindo aquelas desenvolvidas pelos povos indígenas.

Conforme destaca Baniwa (2009, p. 90), “Uma das maneiras de garantir tal protagonismo indígena é assegurando o acesso a informações qualificadas que os ajudem a tomar as suas decisões de forma igualmente qualificada e consciente”. Tal entendimento reforça a importância da informação como elemento estratégico para a autonomia e o fortalecimento dos povos indígenas. Nos museus indígenas, essa perspectiva torna-se especialmente relevante, pois esses espaços são construídos a partir de concepções próprias de memória, patrimônio e transmissão de saberes, constituindo ambientes de produção, preservação e compartilhamento de conhecimentos vinculados às experiências e às práticas culturais das comunidades.

Entre as contribuições mais significativas do paradigma social da Ciência da Informação Social para a compreensão dos museus indígenas destacam-se as discussões relacionadas à memória e à produção do conhecimento. Esses conceitos ocupam posição central nas reflexões contemporâneas do campo, especialmente por evidenciarem as relações entre informação, cultura e processos coletivos de construção de sentidos.

A memória constitui um fenômeno social que ultrapassa a dimensão individual, sendo continuamente produzida e reconstruída por grupos e comunidades (Halbwachs, 2006). Os museus indígenas desempenham importante papel na preservação da memória social das comunidades. Ao reunirem narrativas, objetos, registros históricos e conhecimentos tradicionais, esses espaços contribuem para a valorização das trajetórias coletivas e para o fortalecimento dos vínculos entre passado, presente e futuro (Iphan, 2015).

Dessa forma, as contribuições da Ciência da Informação para a compreensão dos museus indígenas estão diretamente relacionadas ao reconhecimento da informação como elemento constitutivo de apropriação cultural, da memória social e dos processos de construção do conhecimento coletivo.

As discussões contemporâneas da Ciência da Informação têm evidenciado a necessidade de reconhecer a existência de múltiplas formas de produção, organização e compartilhamento do conhecimento. Historicamente, os sistemas formais de organização e preservação da informação foram desenvolvidos a partir de referenciais ocidentais,

frequentemente desconsiderando outras formas de produção do conhecimento (Hjørland, 2008). Tal realidade produziu processos de invisibilização de saberes tradicionais e de marginalização de grupos cujas práticas informacionais não se adequavam aos modelos dominantes de representação do conhecimento.

Portanto, as epistemologias indígenas oferecem importantes contribuições para a ampliação dos debates da Ciência da Informação, visto que esses conhecimentos estão profundamente vinculados às experiências coletivas, à oralidade, à ancestralidade e às relações estabelecidas com o território. Mais do que instituições destinadas à preservação patrimonial, esses museus podem ser compreendidos como ambientes nos quais diferentes formas de conhecimento coexistem, são compartilhadas e continuamente resinificadas pelas comunidades.

5. OS MUSEUS INDÍGENAS DO AMAZONAS ESTUDADOS

Esta seção apresenta três museus indígenas localizados no Estado do Amazonas, destacando aspectos relacionados à sua criação, à comunidade mantenedora, às formas de gestão, aos acervos e aos objetivos institucionais. A caracterização desses espaços possibilita compreender suas especificidades e contextualizar as reflexões desenvolvidas nas seções subsequentes acerca das contribuições da Museologia e da Ciência da Informação para a compreensão dessas experiências museais.

5.1. CENTRO DE CIÊNCIAS E SABERES KARAPĀNA (CCSK)

O Centro de Ciências e Saberes KarapĀna, situado no Recanto Aldeia *Yupirungá*, na região periférica e rural do Tarumã-Açu, no município de Manaus (AM), foi oficialmente inaugurado em 26 de outubro de 2019. O Centro foi idealizado pela comunidade de famílias KarapĀna do Recanto Aldeia *Yupirungá*, posteriormente, consolidou-se com o apoio de ações integradas da Rede de Centros de Ciências e Saberes, frequentemente articuladas com metodologias de cartografia social com o intuito de conferir visibilidade espacial e social a populações tradicionais (Projeto [...], 2019). Dando continuidade à consolidação de seu aparato pedagógico e cultural, a comunidade expandiu sua infraestrutura em 29 de outubro de 2022 com a implantação de sua própria biblioteca (Cazadores de Bibliotecas, 2023), consolidando o espaço como um importante núcleo de produção, preservação e difusão de saberes para a comunidade.

A sustentabilidade e a própria existência do CCSK estão diretamente vinculadas à sua comunidade mantenedora: as famílias do povo KarapĀna, que, inseridas em uma área constantemente tensionada pela pressão imobiliária, pelo desmatamento e pelo avanço da mancha urbana, a comunidade converte o CCSK em um movimento de resistência étnica e de reafirmação de seus direitos territoriais legítimos. No que tange às dinâmicas administrativas da instituição, a gestão do espaço caracteriza-se pela autonomia e pela tomada de decisão coletiva da comunidade, distanciando-se de burocracias e parâmetros externos convencionais.

A coordenação e a mediação de atividades culturais são lideradas por Maria Alice Paulino KarapĀna, as instâncias deliberativas integram os anciãos e os moradores da aldeia, o que assegura que as práticas e agendas do Centro respondam estritamente às necessidades identitárias, educacionais, políticas e de saúde do próprio grupo social.

O patrimônio abrigado no CCSK rompe com a concepção estática e material de acervo, estruturando-se de forma dinâmica a partir de recursos materiais, documentais, linguísticos e biológicos. O espaço possui uma galeria visual que reúne fotografias de ex-chefes e antigos anciãos, atuando como um registro historiográfico da própria genealogia familiar e da trajetória de migração e fixação do grupo na região do Tarumã-Açu (AM). A cultura material local manifesta-se na exposição permanente de artefatos, utensílios de uso cotidiano e ornamentos produzidos pelas famílias da aldeia. Complementarmente, a biblioteca atua como espaço de letramento e pesquisa documental, atendendo tanto a pesquisadores quanto à comunidade local (Magalhães, 2023). Por fim, destaca-se o acervo vivo constituído pelo Berçário de Plantas Medicinais, que se caracteriza como uma extensão botânica da floresta e das práticas tradicionais; este espaço guarda espécies vegetais nativas voltadas à farmacopeia e à medicina indígena tradicional, interconectando saberes ambientais e práticas terapêuticas (Amazonas, 2024).

Enquanto espaço comunitário institucionalizado, os objetivos do CCSK estruturam-se em quatro eixos fundamentais que visam equiparar os saberes étnicos ao conhecimento acadêmico clássico. O primeiro deles é a valorização e a conservação da memória coletiva, atuando como um repositório dinâmico que congrega, legitima e torna públicos os marcadores de identidade do povo Karapãna perante a sociedade envolvente. O segundo objetivo foca no fortalecimento da educação escolar e linguística, funcionando como laboratório pedagógico de apoio para escolas locais e promovendo a transmissão intergeracional da língua materna e das narrativas de *Tupãna Yupirungá*. O terceiro eixo concentra-se na resistência política e territorial, posicionando a aldeia como um ator político visível no debate sobre direitos civis, demarcação e preservação ambiental para populações indígenas em contextos periurbanos. Por fim, o quarto objetivo visa o desenvolvimento sustentável e o ecoturismo cultural, viabilizando a recepção controlada de grupos acadêmicos, estudantes e turistas por meio de visitas guiadas (Amazonas, 2024), convertendo a conscientização ecológica do visitante em fonte complementar de geração de renda para a autossuficiência comunitária.

5.2. MUSEU MAGÜTA

Localizado no município de Benjamin Constant, na região do Alto Solimões (AM), área estratégica da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, o Museu *Magüta* foi inaugurado em janeiro de 1991. A sua gênese institucional está intrinsecamente ligada à criação anterior, em maio de 1985, do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões: *Magüta* (CDPAS/MAGÜTA), uma entidade sem fins lucrativos organizada com o suporte metodológico de antropólogos e equipes do Museu Nacional (Funai, 2021).

Conforme apontam Trindade e Oliveira (2024), o Museu *Magüta* assume o papel de prógono da museologia indígena brasileira, estabelecendo o primeiro precedente no país de um espaço cultural totalmente planejado, concebido e executado sob a perspectiva e autoria do próprio sujeito indígena. No plano institucional do município, a relevância cultural do espaço foi condecorada em dezembro de 2018 com o tombamento municipal pela Prefeitura de Benjamin Constant (AM).

A comunidade mantenedora do museu é o povo Tikuna (ou *Magüta*), reconhecido demograficamente como a etnia indígena mais numerosa do país. No tocante às formas de gestão, a governança do espaço é exercida de maneira autônoma, comunitária e coletiva, sendo gerida e mantida por lideranças indígenas articuladas no âmbito do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), organização política unificada estabelecida em 1982 para

coordenar as frentes de reivindicação étnica. A direção executiva e a manutenção cotidiana do espaço também são de responsabilidade local, personificadas em lideranças como Santo Cruz, diretor da instituição, garantindo que as atividades culturais, as decisões de financiamento e o fluxo comunicacional atendam estritamente às prioridades e regras de preservação estabelecidas pelas assembleias da aldeia (Funai, 2021).

O acervo do Museu *Magüta* reflete uma museografia delineada exclusivamente pelos próprios indígenas, operando como uma vitrine de sua complexidade cosmológica e histórica. A coleção é composta por um vasto conjunto de bens etnográficos e de cultura material, incluindo bens culturais de natureza material e imaterial, tais como máscaras rituais e indumentárias (artefatos sagrados); coleções compostas por cerâmicas, instrumentos musicais, armamentos e tecelagens que detalham as estratégias adaptativas ancestrais e contemporâneas do grupo; uma rica seção de documentos textuais e cartográficos que registram sistematicamente o histórico de conflitos, pressões e conquistas territoriais lideradas pelo CGTT nas bacias hidrográficas locais; registros visuais e literatura: materiais tanto pelos professores nativos quanto pelas equipes de pesquisa colaboradoras ao longo das décadas; além de um rico acervo de práticas e saberes que mantém vivas a autoafirmação e a resistência cultural da comunidade perante a sociedade (Trindade; Oliveira, 2024).

Os objetivos institucionais do museu transcendem as barreiras físicas da conservação arquitetônica e assumem uma dimensão política evidente. O espaço funciona também como um importante centro pedagógico não formal de apoio às escolas locais, fomentando a transmissão intergeracional de saberes e auxiliando a Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues (OGPTB) na produção literária na língua originária. Ao salvaguardar as memórias e os conhecimentos ecológicos dos antepassados, o Museu *Magüta* posiciona-se não apenas como um repositório histórico do passado, mas sim como uma base fundamental e insubstituível para a manutenção da soberania, subsistência e do futuro da nação Tikuna.

Os objetivos institucionais do Museu *Magüta* transcendem a mera conservação arquitetônica e assumem uma dimensão político-pedagógica de resistência e autodeterminação. Conforme apontam Trindade e Oliveira (2024), o propósito central da instituição é atuar como um dispositivo de afirmação identitária e de salvaguarda da memória coletiva do povo Tikuna, contrapondo-se às históricas narrativas coloniais de silenciamento. Além disso, o espaço tem como meta consolidar a soberania e a visibilidade política da etnia perante a sociedade envolvente, registrando o histórico de lutas territoriais e ambientais do CGTT, convertendo o patrimônio cultural em um instrumento vivo e estratégico para a sustentabilidade futura de seu povo no Alto Solimões (Oliveira, 2012).

5.3. MUSEU INDÍGENA TCHIRUGÜNE

A consolidação de espaços de memória autogeridos por povos originários no Amazonas recentemente ganhou um novo e expressivo capítulo com a fundação do Museu Indígena *Tchirugüne*. Localizado na Comunidade Indígena Vila Betânia-*Mecürane*, inserida na Terra Indígena Betânia, no município de Santo Antônio do Içá (AM), na mesorregião do Alto Rio Solimões, o espaço foi inaugurado oficialmente nos dias 24 e 25 de janeiro de 2026.

A iniciativa materializou-se a partir do protagonismo da própria comunidade local, contando com o apoio institucional e técnico da *Amazon Conservation Team* (ACTBrasil) e

do Projeto Floresta+ Amazônia (Museu [...], 2026), este último uma cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O nome escolhido, *Tchirugüne*, traduz-se como o "pouso da andorinha", metáfora que evoca a imagem do museu como um lugar de permanência, abrigo e continuidade das memórias coletivas face às transformações do tempo (Museu [...], 2026). A comunidade mantenedora do museu é formada pelas famílias do povo Tikuna (Magüta) que residem na Vila Betânia, uma das principais aldeias da etnia na região.

No âmbito das formas de gestão, o espaço opera a partir de um modelo estritamente autônomo, comunitário e participativo, sendo organizado por meio do Instituto Ngutapa⁴ em consonância com as assembleias das lideranças tradicionais da aldeia. A mediação cultural e o atendimento público cotidiano são desempenhados exclusivamente por uma equipe de monitores e guias indígenas da própria comunidade.

Essa governança interna busca garantir que a gestão do fluxo de visitantes alinhe-se ao desenvolvimento do turismo de base comunitária, convertendo os recursos e as visitas em ferramentas de fortalecimento econômico autossustentável para a aldeia.

O acervo do museu foi concebido em uma infraestrutura imponente de dois andares com um mirante voltado para a contemplação da paisagem e do território. O acervo reúne coleções etnográficas diversas, artefatos tradicionais, vestimentas rituais e utensílios cotidianos. Adicionalmente, há um acervo de registros audiovisuais, arquivos sonoros e materiais de cunho textual dedicados a registrar as narrativas cosmológicas, a história das lutas territoriais da bacia do rio Içá e os saberes medicinais e ecológicos do povo Tikuna. O caráter vivo e imaterial desse patrimônio reflete-se na própria dinâmica da instituição, cujos rituais e aberturas são marcados por danças tradicionais, cantos na língua materna e a partilha coletiva do *Paijuaru*⁵ (Mídia [...], 2026).

Quanto aos objetivos institucionais do Museu *Tchirugüne*, estão assentados sobre os pilares da educação intercultural, da transmissão intergeracional de saberes e da defesa política do território. Conforme aponta a liderança local Cargeson Tikuna, a instituição assume o papel fundamental de ser um polo de documentação voltado às resistências culturais, atuando de maneira ativa no reconhecimento de direitos civis e na manutenção da memória histórica dos antepassados face às pressões externas (Povo [...], 2026). Além disso, o museu visa servir como uma plataforma pedagógica viva para a formação dos jovens da própria comunidade, assegurando que as novas gerações tenham acesso sistemático às tradições, línguas e histórias de seu povo. Ao interconectar cultura, paisagem geográfica e sustentabilidade financeira por meio do ecoturismo, o museu consolida-se como um estratégico instrumento de afirmação identitária para o futuro da sociedade Tikuna no Alto Solimões.

Embora apresentem trajetórias e contextos específicos, os três museus compartilham características relacionadas ao protagonismo das comunidades indígenas na preservação e valorização de seus patrimônios culturais. Em todos os casos, observam-se iniciativas voltadas ao fortalecimento identitário, à salvaguarda das memórias coletivas e à transmissão dos conhecimentos tradicionais.

⁴ O **Instituto Ngutapa** é uma associação indígena sem fins lucrativos, sediada no município de Santo Antônio do Içá (AM). O instituto tem como presidente a liderança local Elis Olisio Tikuna, e atua no fortalecimento cultural e no etnodesenvolvimento, garantindo que os povos originários tenham autonomia sobre seus territórios e saberes.

⁵Bebida ritualística à base de mandioca.

Esses museus e suas especificidades evidenciam a diversidade das experiências museais indígenas no Amazonas e reforçam a necessidade de compreendê-las a partir de abordagens que valorizem os contextos locais e as formas próprias de produção e preservação dos conhecimentos.

6. INTERFACES ENTRE MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NOS MUSEUS INDÍGENAS DO AMAZONAS

Conforme apresentado, nos museus indígenas do Amazonas, patrimônio e memória encontram-se profundamente interligados. Os bens preservados nesses espaços não se restringem aos objetos materiais, abrangendo também conhecimentos, narrativas, práticas culturais, línguas, cantos, rituais e formas de relação com o território. Essa concepção ampliada de patrimônio aproxima-se das discussões contemporâneas da Museologia Social, que reconhece a centralidade das comunidades na atribuição de significados aos bens culturais e na definição das estratégias de preservação (Chagas, 2015).

Sob a perspectiva social da Ciência da Informação, a memória pode ser compreendida como um processo coletivo de construção e compartilhamento de conhecimentos. Conforme aponta Silva (2019, p. 159), sobre a relação do termo memória social nas discussões em Ciência da Informação.

[...] o termo está associado a referências da cultura material ou imaterial nos quais se reconhece a importância de ser preservado pelo significado que lhes são atribuídos e o sentido que se revestem enquanto um valor não apenas individual, mas, sobretudo, coletivo. Esse valor é o que demarca a distinção simbólica dos bens culturais – materiais ou imateriais – tornados patrimônio.

Nesse sentido, esses museus indígenas desempenham importante papel na preservação das referências culturais que sustentam a continuidade do patrimônio cultural dessas comunidades. Ao reunir e valorizar elementos considerados significativos pelas próprias comunidades, os museus indígenas atuam como espaços de resistência cultural frente aos processos históricos de invisibilização e marginalização dos povos originários.

As transformações ocorridas tanto na Museologia quanto na Ciência da Informação ao longo das últimas décadas contribuíram para questionar essas hierarquias epistemológicas. No campo museológico, a valorização da participação comunitária e das múltiplas narrativas culturais permitiu ampliar a compreensão sobre os diferentes modos de produzir e preservar conhecimentos. Na Ciência da Informação, o paradigma social favoreceu o reconhecimento dos contextos socioculturais como elementos fundamentais para compreender os processos informacionais (Araújo, 2018; Capurro; Hjørland, 2007).

Nos museus indígenas amazônicos, os conhecimentos tradicionais ocupam posição central. Esses conhecimentos abrangem práticas relacionadas ao manejo ambiental, à medicina tradicional, às narrativas ancestrais, às técnicas artesanais, às línguas indígenas e às formas próprias de organização social. Mais do que elementos do passado, constituem saberes vivos, continuamente atualizados pelas comunidades em suas experiências cotidianas (Garcés, 2012).

Durante muito tempo, os sistemas formais de produção e legitimação do conhecimento privilegiaram perspectivas científicas e institucionais baseadas em referenciais

ocidentais, negligenciando os conhecimentos tradicionais a posições secundárias nos processos de reconhecimento social. A preservação desses conhecimentos representa um dos principais objetivos dos museus indígenas. Entretanto, diferentemente de boa parte dos museus convencionais, essas iniciativas frequentemente valorizam processos coletivos de transmissão cultural, nos quais a oralidade, a convivência intergeracional e as práticas comunitárias desempenham papel fundamental. Nesses museus, o protagonismo comunitário manifesta-se na definição dos acervos, das narrativas, das atividades educativas e das estratégias de preservação cultural.

Além disso, a centralidade do protagonismo indígena aproxima-se das discussões sobre descolonização das instituições culturais e científicas. Conforme argumenta Smith (2008), os povos indígenas têm reivindicado o direito de controlar as formas de representação de seus conhecimentos, memórias e patrimônios, contestando práticas historicamente marcadas por relações assimétricas de poder.

Nesse contexto, as contribuições da Museologia e da Ciência da Informação mostram-se complementares, possibilitando abordagens mais abrangentes e sensíveis às especificidades culturais dos povos indígenas. Ao reconhecer a centralidade do protagonismo comunitário e a legitimidade das epistemologias indígenas, ambos os campos ampliam suas capacidades de compreender e valorizar experiências museais comprometidas com a preservação da diversidade cultural e com o fortalecimento dos direitos dos povos originários.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus indígenas do Amazonas analisados neste estudo demonstram a relevância dessas instituições como espaços de preservação do patrimônio cultural, fortalecimento da memória coletiva e valorização dos conhecimentos tradicionais. Apesar de suas particularidades históricas, territoriais e culturais, os museus compartilham o compromisso com a salvaguarda dos saberes ancestrais, a transmissão das tradições e o fortalecimento das identidades indígenas.

A análise evidenciou que esses museus se constituem como espaços de protagonismo indígena, nos quais as próprias comunidades definem as formas de preservação, interpretação e comunicação de seus patrimônios culturais. Dessa forma, ultrapassam modelos tradicionais de representação dos povos indígenas, consolidando-se como espaços de autorrepresentação, resistência cultural e afirmação identitária.

As contribuições da Museologia, especialmente por meio da Museologia Social e da Sociomuseologia, possibilitam compreender esses museus como instituições comprometidas com a participação comunitária e com a relação entre memória, território e patrimônio. De forma complementar, pelo paradigma social, a Ciência da Informação contribui para compreender os processos de produção, organização, preservação e compartilhamento dos conhecimentos tradicionais presentes nesses espaços, reconhecendo a informação como um fenômeno social e culturalmente situado.

Os museus indígenas amazonenses também se destacam por sua contribuição aos debates contemporâneos sobre descolonização das instituições culturais, ao reafirmarem o direito dos povos indígenas de preservar e comunicar seus conhecimentos a partir de suas próprias perspectivas e epistemologias. Nesse contexto, patrimônio, memória e informação se articulam como elementos fundamentais para a continuidade cultural das comunidades e para o fortalecimento dos vínculos entre passado, presente e futuro.

Por fim, o estudo reforça a importância das interfaces entre Museologia e Ciência da Informação para a compreensão dos museus indígenas amazônicos, evidenciando que essas instituições constituem espaços estratégicos para a preservação da diversidade cultural, a valorização dos saberes indígenas e o fortalecimento da autonomia das comunidades que os criam e gerenciam.

REFERÊNCIAS

- [1] ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- [2] AMAZONAS. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Grupos assistidos pela Seas visitam aldeia indígena e berçário de plantas medicinais**. Manaus, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://www.seas.am.gov.br/grupos-assistidos-pela-seas-visitam-aldeia-indigena-e-bercario-de-plantas-medicinais/>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- [3] ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte, KMA, 2018.
- [4] BANIWA, G. dos S. L. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/vol12indio.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- [5] BARRETO, A. de A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000300010>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- [6] CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- [7] CHAGAS, M. S. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 41, n. 1, p. 7-27, 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2654>. Acesso em: 3 jun. 2026.
- [8] CLIFFORD, J. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- [9] DECLARAÇÃO de Quebec. In: ATELIER INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS/NOVA MUSEOLOGIA, 1., 1984, Quebec. **Anais [...] Quebec: [S. n.]**, 1984. Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-quebec-1984-por.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- [10] FUNAI. **Museu Magüta: o primeiro museu genuinamente indígena do Brasil**. Fundação Nacional do Índio, Coordenação Regional do Alto Solimões, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/museu-maguta-o-primeiro-museu-genuinamente-indigena-do-brasil>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- [11] GARCÉS, C. L. L. (coord.). **Proteção aos conhecimentos dos povos indígenas e das sociedades tradicionais da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/f2b0da96-0a72-4251-bd67-5f4c6f42d0a6>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- [12] GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqWHHyYgw/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- [13] HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- [14] HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277803483_What_is_Knowledge_Organization_KO. Acesso em: 22 jan. 2026.
- [15] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens culturais indígenas**

enriquecem o patrimônio brasileiro. IPHAN, 2015. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1905/bensculturais-indigenas-enriquecem-opatrimonio-brasileiro>. Acesso em: 27 dez. 2023.

[16] MAGALHÃES, S. **Biblioteca Indígena:** Centro de Ciências e Saberes Karapãna. Cazadores de Bibliotecas. 2023. Disponível em: <http://www.cazadoresdebibliotecas.com/2023/04/biblioteca-indigena-centro-de-ciencias.html>. Acesso em: 9 jun. 2026.

[17] MÍDIA INDÍGENA OFICIAL. **Memória viva, cultura em permanência: Inauguração do Museu Indígena Tchirugüne.** Instagram: @midiaindigenaoficial, 30 jan. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DUJgzIEkSCx/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

[18] MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS. **Museu Magüta.** São Paulo: ACAM Portinari / Secretaria de Cultura do Estado de SP, 2022. Disponível em: <https://museudasculturasindigenas.org.br/cpr/museu-maguta/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

[19] MUSEU INDÍGENA TCHIRUGÜNE fortalece a memória, a cultura e o protagonismo do povo Tikuna no Amazonas com apoio do Projeto Floresta+ Amazônia. **Projeto Floresta+ Amazônia.** 2026. Disponível em: <https://www.florestamaisamazonia.org.br/noticias/museu-indigena-tchirigune-fortalece-a-memoria-a-cultura-e-o-protagonismo-do-povo-tikuna-no-amazonas-com-apoio-do-projeto-floresta-amazonia/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

[20] OLIVEIRA, J. P. de. A refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (org.). **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012, p. 201-218. Disponível em: <https://jpoantropologia.com.br/producao/a-refundacao-do-museu-maguta-etnografia-de-um-protagonismo-indigena/>. Acesso em: 3 maio 2026.

[21] OLIVEIRA, T. Museologia Social: em rede, em movimento, em coletivo e a experiência do Museu Vivo do São Bento. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 59, n. 15. p. 25-52, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36572/csm.2020.vol.59.02>. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/7104>. Acesso em: 10 maio 2026.

[22] POVO Tikuna inaugura museu ancestral no Alto Solimões. **Amazon Conservation Team – Brasil.** 2026. Disponível em: <https://brasil.amazonteam.org/povo-tikuna-inaugura-museu-ancestral-no-alto-solimoes/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

[23] PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Inauguração do Centro de Ciências e Saberes Karapãna – Aldeia Yupirungá – Tarumã-Açu – Manaus-AM.** 2019. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/inauguracao-do-centro-de-ciencias-e-saberes-karapana-aldeia-yupirunga-taruma-acu-manaus-am/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

[24] SILVA, R. A. da. Às margens das margens: notas sobre as noções de patrimônio, memória social e performance na ciência da informação. **Perspectivas Em Ciência Da Informação**, v. 24, Outro Preto, p.149-161, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22275>. Acesso em: 2 jun. 2026.

[25] SMITH, L. T. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples.** 2. ed. London: Zed Books, 2008.

[26] TRINDADE, T. L.; OLIVEIRA, J. M. B. Museu Magüta: o prógono museu indígena brasileiro e o patrimônio cultural indígena. **Logeion: filosofia da informação**, v. 11, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21728/logcion.2024v11n1e-7330>.

[27] VARINE, H. de. **As raízes do futuro:** o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

[28] XAVIER, M. C. O Protagonismo Indígena e Museu: abordagens e metodologias. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 10, n. 19, p. 14-21, 2021. Disponível: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38267>. Acesso em: 30 maio 2025.

Capítulo 10

Clareza e complexidade no Barroco: retórica, teologia e autoridade no diálogo entre Sor Juana Inés de la Cruz e Padre Antônio Vieira

Mírian Raquel Nepomuceno de Oliveira Silva

Resumo: Este artigo analisa o diálogo teológico estabelecido entre o Sermão do Mandato, de Padre Antônio Vieira, e a Carta Atenagórica, de Sor Juana Inés de la Cruz, considerando as relações entre retórica, interpretação e autoridade intelectual no século XVII. O objetivo é compreender de que maneira os dois autores, inseridos em uma cultura religiosa e argumentativa compartilhada, constroem interpretações distintas acerca das finezas do amor de Cristo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e comparativa, tomando como corpus principal o Sermão do Mandato e a Carta Atenagórica e recorrendo a estudos críticos sobre retórica barroca, argumentação teológica e autoridade intelectual feminina. Os resultados indicam que a divergência entre Vieira e Sor Juana não pode ser reduzida a uma oposição entre complexidade e clareza. Ambos empregam procedimentos retóricos sofisticados, mas organizam de modo distinto conceitos como morte, ausência, presença sacramental, correspondência, benefício e liberdade. A análise revela, ainda, que Sor Juana não se limita a refutar Vieira: após examinar suas proposições, desenvolve uma reflexão própria sobre os benefícios negativos. Conclui-se que a controvérsia constitui, sobretudo, uma disputa interpretativa na qual a tradição cristã funciona simultaneamente como fundamento da autoridade e como instrumento para sua contestação.

Palavras-chave: Barroco. Sor Juana Inés de la Cruz. Antônio Vieira. Carta Atenagórica. Sermão do Mandato.

1. INTRODUÇÃO

O século XVII foi marcado por uma intensa produção religiosa e intelectual na qual a retórica desempenhava papel fundamental na construção e na transmissão do conhecimento. Nesse contexto, o Barroco não pode ser compreendido apenas como uma estética caracterizada pelo excesso ornamental, uma vez que seus procedimentos discursivos estavam relacionados também às práticas de persuasão, interpretação e argumentação próprias da cultura seiscentista. No âmbito da pregação religiosa, a palavra assumia particular importância como instrumento de ensino e reflexão teológica, mobilizando diferentes recursos para produzir efeitos sobre os destinatários (PIMENTA; MASSIMI, 2007, p. 138; FERREIRA, 2016, p. 545-546).

É nesse universo que se situam Antônio Vieira e Sor Juana Inés de la Cruz, dois importantes representantes da produção intelectual barroca no mundo ibérico e colonial. Embora inseridos em contextos distintos, suas trajetórias se encontram intelectualmente por meio do *Sermão do Mandato* e da *Carta Atenagórica*. Vieira, jesuíta português reconhecido por sua atividade de pregador, desenvolve no sermão uma reflexão acerca das “finezas” do amor de Cristo, estabelecendo um diálogo argumentativo com autoridades da tradição cristã. Décadas depois, na Nova Espanha, Sor Juana retoma esse discurso e transforma suas proposições em objeto de análise e contestação.

A Carta Atenagórica, publicada em 1690, representa uma resposta crítica às proposições defendidas por Vieira no Sermão do Mandato ligado à controvérsia, tradicionalmente identificado como o sermão de 1650 e impresso na sétima parte dos Sermões, em 1692. A identificação exige cautela documental, pois a própria tradição editorial apresenta problemas de datação e de circunstância de pregação. Sor Juana examina os argumentos do pregador acerca das finezas de Cristo e reconsidera as interpretações atribuídas a Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e São João Crisóstomo. Sua intervenção não se limita, contudo, à refutação: depois de discutir as proposições de Vieira, a autora apresenta sua própria reflexão sobre a maior fineza divina, relacionada aos chamados “benefícios negativos” (RUIZ; THEODORO DA SILVA, 2003, p. 79-83; SORIANO VALLÈS, 2003, p. 39-40).

A controvérsia apresenta especial relevância porque coloca em diálogo dois autores que compartilham referências religiosas e instrumentos retóricos, mas chegam a conclusões diferentes. Vieira utiliza procedimentos argumentativos complexos para construir sua interpretação do amor divino; Sor Juana, por sua vez, emprega as Escrituras, as autoridades cristãs e os recursos da argumentação para examinar criticamente essa interpretação. A *Carta Atenagórica* revela, dessa forma, não apenas uma divergência teológica, mas também a capacidade de Sor Juana de participar de um campo intelectual no qual a presença e a autoridade femininas encontravam importantes limitações (VÉLEZ MARQUINA, 2016, p. 625).

A partir desse confronto, este artigo procura responder à seguinte questão: em que medida as diferenças entre Vieira e Sor Juana podem ser compreendidas a partir das relações entre retórica, interpretação teológica e autoridade intelectual, e não simplesmente como oposição entre complexidade e clareza?

A hipótese que orienta o estudo é a de que a divergência entre os autores não corresponde a uma oposição rígida entre uma linguagem complexa, atribuída a Vieira, e uma linguagem simples ou despojada, associada a Sor Juana. Embora a elaboração retórica seja característica marcante da oratória vieiriana, a própria *Carta Atenagórica* apresenta uma estrutura argumentativa sofisticada. Dessa maneira, a diferença entre os autores

encontra-se sobretudo nas formas pelas quais interpretam as autoridades cristãs, organizam seus argumentos e compreendem as finezas do amor divino.

Essa perspectiva permite também reconsiderar a relação entre retórica e clareza. No discurso seiscentista, a complexidade formal não deve ser entendida automaticamente como obscuridade. Os recursos retóricos podiam atuar como instrumentos de persuasão e construção do raciocínio, contribuindo para a eficácia do discurso religioso (PIMENTA; MASSIMI, 2007, p. 138). Da mesma forma, a crítica de Sor Juana a Vieira não implica rejeição da retórica barroca, pois sua própria argumentação comprova domínio das estratégias discursivas e das autoridades reconhecidas pela tradição cristã (VÉLEZ MARQUINA, 2016, p. 625).

O objetivo geral deste artigo é, portanto, analisar comparativamente o *Sermão do Mandato* e a *Carta Atenagórica*, observando como Vieira e Sor Juana constroem suas interpretações acerca do amor divino. Especificamente, busca-se compreender a função da retórica na argumentação vieiriana, examinar os principais pontos da contestação desenvolvida por Sor Juana e investigar de que maneira conceitos como fineza, correspondência, benefício e liberdade participam da divergência entre os autores.

Para isso, a análise toma como fontes primárias o *Sermão do Mandato* de Antônio Vieira relacionado à controvérsia e a *Carta Atenagórica* de Sor Juana, recorrendo também à *Respuesta a Sor Filotea de la Cruz* quando necessário para compreender sua posição diante do conhecimento e da atividade intelectual (CRUZ, 1957). Como apoio crítico, são considerados estudos dedicados à retórica de Vieira, à dimensão teológica da *Carta Atenagórica*, aos benefícios negativos e à construção da autoridade intelectual de Sor Juana.

Mais do que determinar qual dos autores oferece a interpretação teológica definitiva sobre as finezas de Cristo, interessa compreender como o confronto entre seus discursos evidencia diferentes possibilidades de leitura dentro de uma cultura intelectual compartilhada. A controvérsia entre Vieira e Sor Juana permite, desse modo, examinar as relações entre retórica, teologia e autoridade no século XVII e compreender como a tradição podia constituir simultaneamente fundamento para a construção de um discurso e instrumento para sua contestação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. RETÓRICA, PERSUASÃO E CULTURA RELIGIOSA DO SÉCULO XVII

Compreender o diálogo entre Antônio Vieira e Sor Juana Inés de la Cruz exige considerar o contexto religioso e intelectual do século XVII. Nesse período, a produção discursiva encontrava-se profundamente relacionada às instituições religiosas, à tradição cristã e às práticas retóricas. A palavra escrita ou pronunciada constituía não apenas um meio de transmissão de conteúdos, mas também instrumento de persuasão, interpretação e formação moral. Nesse sentido, o Barroco não deve ser compreendido apenas com a ideia de excesso ornamental ou de linguagem artificialmente complexa. Muitos dos procedimentos encontrados nos textos seiscentistas estavam relacionados a tradições retóricas específicas e às concepções de eficácia discursiva daquele período.

A retórica representa elemento fundamental para a compreensão da cultura discursiva do século XVII. Mais do que ornamentar a linguagem, ela contribuía para organizar os argumentos e produzir efeitos sobre os destinatários. Na pregação religiosa, essa função

adquiria particular importância, pois o sermão precisava transmitir a doutrina cristã e persuadir seus ouvintes. Pimenta e Massimi (2007, p. 138) mostram que, na pregação de Vieira, metáforas, alegorias, comparações e exemplos relacionavam-se à mobilização dos sentidos, da imaginação e dos afetos. Dessa perspectiva, os recursos figurativos não constituíam elementos independentes do conteúdo religioso, mas participavam da própria eficácia do discurso.

Ferreira também destaca a importância do discurso engenhoso na produção vieiriana, mostrando que a elaboração da linguagem estava relacionada à construção de sentidos e à finalidade religiosa. Assim, a complexidade retórica do sermão precisa ser compreendida dentro das práticas discursivas de seu próprio contexto histórico. A pregação ocupava posição importante na cultura religiosa do século XVII. O sermão constituía um espaço de transmissão da doutrina e de comunicação com públicos diversos, razão pela qual sua eficácia dependia tanto do conteúdo apresentado quanto da maneira de organizá-lo.

Sua dimensão oral também deve ser considerada. Antes de circular como texto escrito, o sermão estava relacionado à atuação do pregador diante de uma audiência. Repetições, perguntas, imagens e contrastes podiam auxiliar na condução do raciocínio e na mobilização dos ouvintes (PIMENTA; MASSIMI, 2007, p. 138). No caso de Vieira, essa dimensão permite compreender por que forma e conteúdo se encontram profundamente relacionados. A elaboração retórica não funciona apenas como ornamentação, mas participa da construção e da comunicação da mensagem religiosa.

2.2. TRADIÇÃO CRISTÃ, INTERPRETAÇÃO E CIRCULAÇÃO INTELECTUAL

A produção intelectual seiscentista mantinha diálogo constante com diferentes tradições, especialmente as Escrituras, a Patrística, a Escolástica e a filosofia antiga. Essas referências forneciam conceitos e autoridades fundamentais para a elaboração dos discursos religiosos. Esse contexto ajuda a compreender o próprio debate entre Vieira e Sor Juana. Ambos recorrem às Escrituras e às autoridades cristãs para sustentar suas interpretações, embora organizem essas referências de maneiras distintas.

No século XVII, religião e produção intelectual encontravam-se profundamente relacionadas. Questões teológicas dialogavam com problemas filosóficos e morais, enquanto a interpretação das Escrituras e das autoridades cristãs constituía parte fundamental da construção dos argumentos. Essa característica está presente na controvérsia estudada neste artigo. Vieira utiliza autoridades da tradição para desenvolver sua reflexão sobre as finezas do amor de Cristo, enquanto Sor Juana retorna a essas mesmas referências para questionar determinadas conclusões do pregador.

Vieira e Sor Juana pertenciam a espaços distintos, mas integrados a um amplo universo de circulação religiosa e intelectual. Vieira desenvolveu sua trajetória entre Portugal e os territórios portugueses na América, enquanto Sor Juana produziu sua obra na Nova Espanha.

A circulação de textos e ideias através do Atlântico tornou possível o encontro intelectual entre os dois autores. O fato de um sermão de Vieira ter chegado ao conhecimento de Sor Juana e se tornado objeto de sua análise evidencia que os debates religiosos ultrapassavam as fronteiras dos lugares em que os textos haviam sido originalmente produzidos. A partir dessas considerações, o Barroco pode ser compreendido não apenas por suas características formais, mas como um universo discursivo no qual retórica,

persuasão, interpretação e autoridade se encontram articuladas. Essa perspectiva permite evitar uma oposição simplificadora entre ornamentação e clareza.

Vieira e Sor Juana compartilham instrumentos intelectuais próprios desse contexto. Ambos utilizam procedimentos argumentativos sofisticados e recorrem às Escrituras e à tradição cristã, embora cheguem a conclusões diferentes. A controvérsia entre os dois autores ocorre, dessa forma, dentro de uma cultura retórica compartilhada. Reconhecer esse terreno comum é essencial para compreender tanto a elaboração do *Sermão do Mandato* quanto a posterior contestação desenvolvida na *Carta Atenagórica*.

A circulação de textos entre diferentes espaços do mundo ibérico tornou possível que o sermão de Vieira se convertesse em objeto de análise na Nova Espanha. Fernandes (2022, p. 230) assinala o vínculo documental estabelecido pela *Carta Atenagórica*, enquanto a possível mediação relacionada a Maria de Guadalupe de Lencastre deve ser tratada apenas como hipótese historiográfica (FERNANDES, 2022, p. 228).

2.3. SOR JUANA, CONHECIMENTO E AUTORIDADE INTELECTUAL

A compreensão da *Carta Atenagórica* exige considerar a trajetória intelectual de Sor Juana Inés de la Cruz e as condições históricas de sua atuação. Sua produção desenvolveu-se em um contexto no qual o acesso feminino aos espaços institucionalizados de formação e aos debates teológicos encontrava limitações. Ainda assim, Sor Juana construiu uma trajetória marcada pelo estudo, pela escrita e pelo contato com diferentes campos do conhecimento. Sua formação não se restringiu a um único campo. Literatura, filosofia, música, lógica e outras áreas aparecem relacionadas a uma concepção ampla do saber. A autora também estabelece relações entre esses conhecimentos e o estudo da teologia, evidenciando que compreendia as diferentes disciplinas como partes de uma formação intelectual articulada.

Essa trajetória é relevante para a leitura da *Carta Atenagórica*, pois ajuda a explicar o domínio de referências e procedimentos argumentativos revelado na obra. A intervenção de Sor Juana no debate com Vieira resulta de um processo mais amplo de formação e exercício intelectual. A entrada na vida religiosa possui importância particular na trajetória de Sor Juana. O convento ofereceu condições para a continuidade de seus estudos e de sua produção escrita, além de possibilitar o contato com livros e interlocutores intelectuais.

Entretanto, o espaço conventual não deve ser apresentado simplesmente como lugar de liberdade intelectual. Ele estava submetido a normas religiosas e relações de autoridade próprias de seu contexto. Por isso, é mais adequado compreendê-lo como espaço ambivalente, que proporcionava determinadas possibilidades de estudo ao mesmo tempo em que estabelecia limites à atuação da religiosa. A trajetória de Sor Juana também precisa ser situada diante das condições de acesso das mulheres ao conhecimento no século XVII. As possibilidades femininas de participação nos espaços formais de educação não eram equivalentes às masculinas, especialmente nos campos de maior autoridade institucional.

Esse procedimento é fundamental para evitar interpretações anacrônicas. A defesa do conhecimento feminino em Sor Juana precisa ser compreendida segundo as condições intelectuais e religiosas do século XVII, observando as estratégias concretas utilizadas pela autora para legitimar sua participação no universo do saber.

A autoridade intelectual de Sor Juana não decorre apenas da afirmação de seu direito ao conhecimento. Ela é construída também pelo domínio dos instrumentos necessários para participar dos debates eruditos. Na *Carta Atenagórica*, essa capacidade torna-se particularmente evidente. Ao examinar Vieira, Sor Juana revela familiaridade com as Escrituras, com as autoridades cristãs e com procedimentos argumentativos reconhecidos pela cultura teológica seiscentista.

Desse modo, conhecimento e autoridade encontram-se diretamente relacionados. A erudição não funciona apenas como demonstração de cultura, mas como instrumento de legitimação de sua voz intelectual. A relação de Sor Juana com a teologia exige atenção especial. Em sua escrita, a autora evidencia consciência da autoridade atribuída às matérias sagradas e das condições específicas de sua própria participação nesse campo.

Essa prudência não deve ser confundida com ausência de posicionamento. Na *Carta Atenagórica*, Sor Juana efetivamente participa de uma discussão teológica complexa e questiona determinadas conclusões de Vieira. O cuidado discursivo convive, portanto, com uma argumentação intelectualmente firme. Essa combinação entre prudência e contestação ajuda a compreender sua estratégia. Em vez de apresentar-se como exterior ao universo religioso, Sor Juana argumenta a partir de seus códigos, autoridades e formas de legitimação. É justamente dentro desse espaço que constrói sua intervenção intelectual.

A trajetória apresentada na *Respuesta a Sor Filotea* fornece elementos importantes para compreender a autora que aparece na *Carta Atenagórica* (CRUZ, 1957). O interesse pelo conhecimento, o contato com diferentes disciplinas e o domínio das autoridades religiosas contribuem para explicar a capacidade argumentativa revelada na controvérsia com Vieira. Entretanto, a *Carta Atenagórica* representa mais do que uma demonstração de erudição. Nela, o conhecimento transforma-se em instrumento de leitura crítica. Sor Juana não apenas conhece a tradição: utiliza esse conhecimento para examinar as interpretações de um pregador reconhecido e apresentar objeções.

Por isso, sua formação intelectual possui relação direta com o problema central deste artigo. Ao responder a Vieira, Sor Juana mostra que a autoridade pode ser construída no próprio exercício da interpretação. Seu conhecimento das fontes e dos procedimentos argumentativos fornece as condições para que participe de um debate teológico complexo.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, bibliográfica, documental e comparativa. O corpus principal é constituído pelo Sermão do Mandato de Antônio Vieira relacionado à controvérsia das finezas do amor de Cristo e pela *Carta Atenagórica*, de Sor Juana Inés de la Cruz. A análise considera a edição impressa do sermão na sétima parte dos Sermões, de 1692, sem tratar como historicamente incontroversa a indicação de pregação em 1650. Para as proposições de Vieira especificamente examinadas por Sor Juana, considera-se também a formulação preservada na própria *Carta Atenagórica* e na tradução e estudo de Lucena (2022). Essa opção permite distinguir a edição impressa do sermão da maneira como suas proposições circulam e são retomadas no texto sorjuanino. A abordagem qualitativa decorre da natureza do objeto: o interesse não está na quantificação de ocorrências, mas na reconstrução dos procedimentos argumentativos, das categorias teológicas e das formas de mobilização da autoridade presentes nos textos.

A análise comparativa foi organizada a partir de eixos recorrentes nas duas obras: fineza, morte, ausência, presença sacramental, correspondência, benefício e liberdade. Em uma primeira etapa, reconstruiu-se o percurso argumentativo atribuído a Vieira, observando-se especialmente o diálogo com Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e São João Crisóstomo. Em seguida, foram examinadas as objeções de Sor Juana às distinções empregadas pelo pregador e, por fim, analisou-se a formulação dos benefícios negativos como proposição própria da autora.

As fontes secundárias foram utilizadas para contextualizar a cultura retórica seiscentista e confrontar a leitura das fontes primárias com estudos sobre a *Carta Atenagórica*, a retórica vieiriana, a autoridade intelectual de Sor Juana e a tese dos benefícios negativos. A fundamentação privilegia Pimenta e Massimi (2007), Ferreira (2016), Ruiz e Theodoro da Silva (2003), Soriano Vallès (2003), Vélez Marquina (2016), Fernandes (2022) e a tradução e estudo de Lucena (2022). Sempre que uma afirmação depende de passagem determinada dessas fontes, indica-se a página correspondente.

Como procedimento de leitura, evitou-se tratar clareza e complexidade como categorias previamente fixadas. Elas foram utilizadas como problemas de investigação a serem testados pela comparação textual. Do mesmo modo, o termo diálogo não pressupõe uma troca direta entre Vieira e Sor Juana: como não há indícios de que Vieira tenha conhecido a *Carta Atenagórica*, o diálogo é compreendido em sentido textual e intelectual (FERNANDES, 2022, p. 231).

4. RESULTADOS

4.1. O SERMÃO DO MANDATO E A ARQUITETURA DAS FINEZAS

O título Sermão do Mandato remete ao mandamento do amor e ao contexto litúrgico da Quinta-feira Santa. No sermão ligado à controvérsia, tradicionalmente identificado como o de 1650 e impresso em 1692, Vieira desenvolve sua argumentação em torno das chamadas “finezas” do amor de Cristo. Como a controvérsia é reconstruída também a partir da leitura de Sor Juana, as proposições específicas que ela contesta são examinadas em diálogo com a Carta Atenagórica e com a tradução de Lucena (2022). O termo fineza designa, nesse contexto, demonstrações extraordinárias do amor de Cristo e corresponde ao conceito fundamental a partir do qual se organiza a discussão. A questão central pode ser formulada da seguinte maneira: qual seria a maior fineza do amor de Cristo pelos seres humanos? Para responder a essa pergunta, Vieira examina interpretações atribuídas a importantes autoridades da tradição cristã, especialmente Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e São João Crisóstomo (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 174).

O pregador não apresenta imediatamente sua conclusão. O sermão transforma a questão em um percurso argumentativo no qual diferentes interpretações são examinadas antes da formulação de sua própria posição. Essa estrutura será decisiva para compreender posteriormente a intervenção de Sor Juana, pois a religiosa retomará justamente as proposições e autoridades discutidas pelo jesuíta. A presença de Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e São João Crisóstomo representa um dos elementos centrais da arquitetura argumentativa do sermão. Vieira reconhece a autoridade desses autores, mas procura mostrar que as finezas atribuídas a eles podem ser examinadas e, em determinados aspectos, superadas por outra interpretação (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 174).

Na discussão relacionada a Santo Agostinho, a morte de Cristo aparece vinculada à demonstração de seu amor pela humanidade. Vieira, entretanto, desenvolve seu raciocínio procurando identificar uma fineza ainda maior. Na argumentação relacionada a Santo Tomás, ganha importância a permanência sacramental de Cristo na Eucaristia e a relação entre presença, ausência e amor. Já o diálogo com São João Crisóstomo acrescenta outro momento ao percurso pelo qual o pregador procura estabelecer sua própria interpretação.

O aspecto fundamental não é apenas o conteúdo de cada proposição, mas o procedimento empregado por Vieira. O jesuíta apresenta uma autoridade, examina sua interpretação e introduz distinções destinadas a conduzir o argumento a uma nova conclusão. A tradição funciona, desse modo, simultaneamente como fundamento e como objeto de interpretação. Essa característica explica parte da estrutura posterior da *Carta Atenagórica*. Sor Juana retornará às mesmas autoridades para verificar se as conclusões de Vieira efetivamente superam as proposições que ele procura contestar. Assim, a discussão iniciada no sermão oferece o próprio terreno argumentativo sobre o qual a religiosa desenvolverá sua resposta.

O *Sermão do Mandato* mostra como Vieira transforma um problema teológico em percurso argumentativo. Em vez de apresentar apenas uma afirmação doutrinária, o pregador formula questões, introduz dificuldades, estabelece comparações e conduz o público progressivamente até sua interpretação. Esse procedimento está relacionado à cultura retórica seiscentista. Como observam Pimenta e Massimi (2007, p. 138), os recursos empregados na pregação de Vieira não funcionam simplesmente como ornamentação, mas participam da persuasão e da mobilização da imaginação e dos afetos dos ouvintes. A organização da linguagem integra, portanto, a própria eficácia do sermão.

Ferreira relaciona essa característica ao discurso engenhoso, no qual diferentes conceitos são aproximados e reorganizados de maneira a produzir novos sentidos. Em Vieira, contrastes, antíteses e paradoxos contribuem para desenvolver a argumentação e tornar perceptíveis relações que não aparecem imediatamente. Desse modo, a complexidade do sermão não deve ser confundida automaticamente com obscuridade. A elaboração retórica desempenha uma função argumentativa: conduz o destinatário pelas etapas do problema e contribui para a construção da conclusão pretendida pelo pregador.

Vieira também recorre a experiências relacionadas ao amor humano para tornar compreensíveis aspectos do amor divino. Esse procedimento estabelece uma aproximação entre a experiência dos ouvintes e o problema teológico desenvolvido no sermão. A comparação, entretanto, não implica equivalência. O amor humano oferece referências que permitem iniciar a reflexão, mas o amor de Cristo é apresentado como superior às limitações das relações humanas. A analogia funciona, nesse sentido, por aproximação e diferença.

Essa distinção metodológica é necessária porque impede a utilização de dois *Sermões do Mandato* como se fossem o mesmo texto. O sermão de 1643 auxilia na compreensão do tratamento mais amplo do amor na produção vieiriana, enquanto as proposições discutidas por Sor Juana precisam ser verificadas diretamente no sermão relacionado à controvérsia. Outro elemento presente na reflexão de Vieira é a relação entre amor, conhecimento e correspondência. O amor de Cristo é apresentado em contraste com as limitações humanas: Cristo conhece aqueles que ama, conhece suas imperfeições e a insuficiência de sua resposta e, ainda assim, permanece amando (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 180).

Esse contraste contribui para evidenciar a excepcionalidade do amor divino. Nas relações humanas, a falta de correspondência pode provocar o enfraquecimento do afeto; no raciocínio vieiriano, porém, a insuficiência da resposta humana torna-se elemento capaz de ressaltar a constância do amor de Cristo. A questão da correspondência será particularmente importante na *Carta Atenagórica*. Sor Juana retomará o problema para distinguir o desejo divino de correspondência da ideia de uma necessidade divina dessa resposta. Por essa razão, neste momento basta reconhecer sua presença na argumentação de Vieira, deixando suas implicações teológicas para a análise comparativa posterior.

Depois de examinar as interpretações atribuídas às autoridades cristãs, Vieira procura estabelecer sua própria posição acerca da maior fineza. Esse movimento representa o ponto de chegada do percurso argumentativo desenvolvido no sermão. Sua reflexão desloca a atenção das manifestações exteriores do amor para as condições em que Cristo continua amando. A ausência de correspondência humana assume, nesse processo, particular importância: aquilo que poderia enfraquecer o amor nas relações humanas contribui, no caso de Cristo, para evidenciar sua excepcionalidade (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 180).

O procedimento permite perceber novamente a função da retórica. Vieira constrói sua conclusão por meio de comparações e distinções sucessivas, procurando mostrar que as categorias ordinárias utilizadas para compreender o amor humano são insuficientes para medir a grandeza do amor divino. É justamente a pretensão de estabelecer uma fineza superior às interpretações anteriormente examinadas que fornecerá a Sor Juana o ponto de partida para sua contestação.

4.2. A CARTA ATENAGÓRICA COMO LEITURA CRÍTICA DE VIEIRA

Publicada em 1690, a *Carta Atenagórica* configura o núcleo da controvérsia analisada neste artigo. No texto, Sor Juana Inés de la Cruz examina criticamente as proposições apresentadas por Antônio Vieira no *Sermão do Mandato* acerca das finezas do amor de Cristo. Sua resposta não consiste em uma rejeição geral do pensamento do jesuíta, mas em uma análise de seus argumentos e das interpretações das autoridades cristãs mobilizadas no sermão.

A *Carta Atenagórica* situa-se no interior de um debate teológico e argumentativo em que Sor Juana examina as proposições de Vieira sem reduzir a controvérsia a uma disputa pessoal. A análise do percurso lógico do sermão é central para a resposta da religiosa (RUIZ; THEODORO DA SILVA, 2003, p. 79-81). Um dos aspectos fundamentais da *Carta Atenagórica* é a leitura minuciosa que Sor Juana realiza do sermão de Vieira. A autora acompanha suas proposições, identifica as autoridades discutidas e examina as relações estabelecidas entre elas.

Embora conteste suas conclusões, Sor Juana não apresenta Vieira como interlocutor intelectualmente irrelevante. Ao contrário, o reconhecimento de sua capacidade como pregador torna a refutação ainda mais significativa. Respeito intelectual e divergência coexistem na construção da carta. Lucena observa o caráter sistemático da contestação desenvolvida por Sor Juana. Sua crítica não se dirige genericamente ao estilo de Vieira, mas a argumentos determinados. A leitura transforma-se, dessa maneira, no ponto de partida para a construção de outro discurso.

Na primeira parte da *Carta Atenagórica*, Sor Juana retorna às interpretações atribuídas a Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e São João Crisóstomo, discutidas anteriormente

por Vieira. Seu objetivo é mostrar que as proposições dessas autoridades não foram necessariamente superadas pelos argumentos do jesuíta (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 174). O procedimento é importante porque Sor Juana não rejeita o problema formulado por Vieira. Ela aceita discutir as finezas do amor de Cristo, mas questiona determinadas relações estabelecidas pelo pregador entre as diferentes interpretações.

A carta representa, nesse sentido, uma releitura do sermão. Sor Juana utiliza as mesmas fontes e retorna ao raciocínio do interlocutor para mostrar que outras conclusões são possíveis. Sua crítica dirige-se principalmente à interpretação e à coerência dos argumentos, e não à complexidade da linguagem em si. A correspondência é um dos pontos relevantes da divergência. Vieira destaca a excepcionalidade de um amor que permanece apesar da insuficiência da resposta humana. Sor Juana, entretanto, introduz uma distinção entre desejar correspondência e necessitar dela.

Na argumentação sorjuanina, admitir que Cristo deseja ser correspondido não significa afirmar que necessite do amor humano para seu próprio benefício. A correspondência pode ser desejada porque produz um bem para aquele que responde ao amor divino (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 184).

Essa distinção desloca a reflexão para a condição daquele que recebe o amor. O problema deixa de estar somente na grandeza daquele que ama e passa a considerar também o verdadeiro benefício da criatura. Esse raciocínio prepara a formulação posterior dos chamados benefícios negativos. Na segunda parte da *Carta Atenagórica*, Sor Juana deixa de apenas contestar Vieira e apresenta sua própria reflexão acerca da maior fineza divina. É nesse contexto que surge a tese dos benefícios negativos.

Soriano Vallès indica que a proposição se relaciona à possibilidade de considerar como benefício não apenas aquilo que Deus concede, mas também aquilo que deixa de conceder quando determinada dádiva poderia prejudicar espiritualmente o ser humano. Desse modo, uma aparente privação pode ser interpretada como manifestação do cuidado divino. A formulação apresenta um paradoxo: não conceder pode constituir uma forma de beneficiar. Entretanto, o paradoxo possui conteúdo teológico. O benefício não é avaliado somente pela existência de uma dádiva, mas por seus efeitos sobre aquele que a recebe.

É importante não apresentar essa tese como posição teológica indiscutível. Soriano Vallès, a partir de uma perspectiva tomista, identifica dificuldades em aspectos da formulação de Sor Juana. Isso confirma o caráter propriamente argumentativo da *Carta Atenagórica*: a autora não apenas reproduz uma doutrina, mas formula uma interpretação que também pode ser discutida. A tese dos benefícios negativos relaciona-se ainda ao problema da liberdade. Na própria carta, Sor Juana associa a correspondência ao livre-arbítrio, isto é, à possibilidade de a criatura querer ou não responder ao amor divino (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 184). Soriano Vallès (2003, p. 35) discute essa questão no horizonte da vontade, da razão e da responsabilidade moral.

Se o amor divino procura o verdadeiro bem da criatura, a relação entre Deus e o ser humano precisa considerar também a resposta da vontade humana. A ação divina não elimina a importância da liberdade daquele que recebe seus benefícios. Entretanto, o livre-arbítrio deve ser compreendido dentro das categorias teológicas do século XVII. Não se trata de uma concepção moderna de autonomia individual, mas de um problema relacionado à graça, à vontade e à responsabilidade humana diante de Deus.

Essa distinção permite reconhecer a relevância da reflexão sorjuanina sem deslocá-la de seu contexto histórico. A análise da carta permite reconsiderar a hipótese de que Sor Juana

se oporia principalmente à linguagem complexa de Vieira. A documentação examinada oferece sustentação mais consistente para compreender a controvérsia como uma divergência teológica e interpretativa.

Sor Juana também utiliza uma argumentação sofisticada, mobilizando autoridades cristãs, referências bíblicas e distinções conceituais. Por isso, sua resposta não representa uma recusa geral da complexidade retórica. A leitura da carta como reflexão teológica é reforçada pela análise de Ruiz e Theodoro da Silva (2003, p. 79-83), enquanto Soriano Vallès (2003, p. 39-40) evidencia a especificidade da proposição dos benefícios negativos.

Por isso, a questão da clareza continua relevante para o artigo, mas não como oposição rígida entre os autores. Vieira e Sor Juana compartilham uma cultura argumentativa complexa e utilizam seus instrumentos para alcançar conclusões diferentes. A *Carta Atenagórica* também possui importância para a compreensão da autoridade intelectual de Sor Juana. Ao responder a Vieira, a autora revela capacidade para participar de uma discussão teológica que exigia conhecimento das Escrituras, das autoridades cristãs e dos procedimentos argumentativos do período.

Esse aspecto torna particularmente significativo o movimento interno da carta. Inicialmente, Sor Juana examina e contesta as conclusões de Vieira; posteriormente, apresenta sua própria interpretação. Ela passa, portanto, da refutação à proposição. A escolha de Vieira como interlocutor também tem sido examinada pela historiografia. Fernandes investiga possíveis mediações relacionadas à circulação de ideias e à relação de Sor Juana com Maria de Guadalupe de Lencastre. Como a própria pesquisadora trabalha essa relação como hipótese, ela não deve ser apresentada como explicação definitivamente comprovada para a escolha do pregador português.

Independentemente das motivações específicas da controvérsia, a *Carta Atenagórica* evidencia a posição de Sor Juana como interlocutora intelectual de Vieira. Sua autoridade é construída no próprio exercício da leitura, da argumentação e da interpretação.

4.3. MORTE, AUSÊNCIA, PRESENÇA E CORRESPONDÊNCIA

Conceitos como morte, ausência, presença, correspondência, benefício e liberdade constituem o núcleo dessa discussão. Ao organizá-los de maneiras distintas, os dois autores constroem interpretações diferentes dentro de um mesmo horizonte teológico. Um dos pontos da controvérsia envolve a relação entre a morte de Cristo e sua ausência. Vieira procura estabelecer uma fineza superior à morte, enquanto Sor Juana questiona a validade dessa superação ao argumentar que a morte já contém a ausência e acrescenta a ela uma privação maior (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 178).

A discussão relacionada a Santo Tomás também envolve a presença sacramental de Cristo. Ruiz e Theodoro da Silva mostram que Sor Juana questiona a distinção estabelecida por Vieira entre sacramentar-se e permanecer no sacramento sem o uso dos sentidos, argumentando que o segundo elemento já estaria compreendido no primeiro. Assim, morte, ausência e presença não aparecem apenas como temas religiosos, mas como conceitos submetidos à argumentação. Sor Juana procura mostrar que algumas distinções utilizadas por Vieira não são suficientes para superar as interpretações anteriores.

A correspondência representa outro ponto importante. Vieira ressalta a grandeza de um amor que permanece apesar da insuficiência da resposta humana. A falta de correspondência, que poderia diminuir o amor humano, evidencia no caso de Cristo a

excepcionalidade de seu amor (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 180). Sor Juana introduz uma distinção diferente. Para ela, desejar a correspondência humana não significa necessitar dela. Deus pode desejar que o ser humano corresponda ao seu amor porque essa resposta beneficia a própria criatura (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 184).

O deslocamento é significativo: enquanto Vieira enfatiza a constância daquele que ama, Sor Juana direciona a reflexão também para o bem daquele que é amado.

4.4. BENEFÍCIOS NEGATIVOS, VONTADE E LIBERDADE

Essa preocupação com o bem da criatura conduz à tese dos benefícios negativos. Como apresentado anteriormente, Sor Juana considera que a ausência de determinada concessão pode constituir benefício quando aquilo que seria concedido pudesse produzir consequências espiritualmente prejudiciais. Soriano Vallès identifica nessa proposição um dos elementos centrais da segunda parte da *Carta Atenagórica*. A aparente contradição entre privação e benefício expressa uma concepção segundo a qual o amor deve ser avaliado pelos efeitos produzidos sobre aquele que recebe a ação divina.

Desse modo, a fineza não estaria necessariamente em conceder mais, mas em buscar o verdadeiro bem da criatura. É nesse ponto que a interpretação de Sor Juana se distancia de maneira mais evidente do percurso argumentativo de Vieira. A relação entre benefício e liberdade amplia o alcance da controvérsia. Sor Juana vincula a correspondência à liberdade da vontade humana (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 184). Soriano Vallès (2003, p. 35) situa o livre-arbítrio no campo da vontade e da razão, enquanto sua discussão das penas medicinais mostra que a privação de um bem pode ser compreendida como orientada à correção e ao progresso na virtude (SORIANO VALLÈS, 2003, p. 37).

A ação divina precisa ser considerada em relação à vontade humana e à possibilidade de resposta da criatura. Dessa maneira, a reflexão sobre o amor envolve também as relações entre graça, vontade e responsabilidade. Entretanto, essa liberdade deve ser compreendida dentro do horizonte teológico do século XVII, evitando identificá-la diretamente com concepções modernas de autonomia individual. A preocupação de Sor Juana permanece inserida no universo cristão do qual sua argumentação participa.

Um resultado particularmente importante da leitura é que Sor Juana não apresenta os benefícios negativos simplesmente como uma quarta fineza destinada a derrotar Vieira. Ela distingue sua proposição da disputa anterior, pois passa a tratar de Deus enquanto Deus e de uma fineza continuamente exercida (CRUZ apud LUCENA, 2022, p. 187). Essa precisão impede que a segunda parte da carta seja reduzida a uma continuação mecânica da refutação.

5. DISCUSSÃO

5.1. RETÓRICA, CLAREZA E COMPLEXIDADE

A análise das duas obras permite reconsiderar a oposição entre clareza e complexidade inicialmente utilizada para aproximar Vieira e Sor Juana. A elaboração retórica representa característica marcante do discurso vieiriano, mas a *Carta Atenagórica* revela que Sor Juana também utiliza procedimentos argumentativos sofisticados. Desse modo, Vieira não deve ser associado exclusivamente à complexidade, nem Sor Juana simplesmente à clareza ou à simplicidade. Ambos pertencem a uma cultura intelectual na qual a retórica funciona como instrumento fundamental de interpretação e persuasão. Vieira e Sor Juana

recorrem às Escrituras, às autoridades cristãs e a procedimentos argumentativos próprios da cultura erudita seiscentista. Embora utilizem esses recursos para chegar a conclusões diferentes, compartilham um terreno intelectual comum.

No *Sermão do Mandato*, Vieira organiza diferentes interpretações das finezas de Cristo até apresentar sua própria posição. Na *Carta Atenagórica*, Sor Juana reconstrói esse percurso, examina suas distinções e apresenta contra-argumentos. A diferença não consiste, nesse sentido, em Vieira utilizar a retórica e Sor Juana recusá-la. Ambos a empregam como instrumento para organizar e legitimar suas interpretações. A presença de metáforas, antíteses, paradoxos e distinções conceituais não permite concluir automaticamente que o discurso de Vieira seja obscuro. Como indicam Pimenta e Massimi (2007, p. 138), os recursos retóricos da pregação participavam da persuasão e da mobilização dos sentidos e afetos.

Sor Juana também constrói uma argumentação complexa. Para contestar Vieira, precisa acompanhar seu raciocínio, distinguir suas proposições e fundamentar suas objeções. A complexidade, portanto, pode funcionar como instrumento de investigação. A clareza não precisa significar ausência de elaboração, mas pode estar relacionada à capacidade de tornar perceptíveis as relações que sustentam determinado argumento. A partir dessa comparação, clareza e complexidade podem permanecer como categorias relevantes para o artigo, desde que não sejam tratadas como características exclusivas de cada autor.

Vieira utiliza uma argumentação complexa para conduzir o público até sua interpretação. Sor Juana utiliza uma estrutura igualmente elaborada para decompor essa argumentação e mostrar outras possibilidades de leitura. A clareza pode, assim, ser compreendida como esforço de explicitação das relações argumentativas, e não como ausência de complexidade. Essa reformulação permite preservar a questão inicial do trabalho sem forçar uma oposição que as fontes analisadas não sustentam adequadamente. Vieira e Sor Juana podem ser compreendidos como autores que exploram diferentes possibilidades dentro de uma cultura barroca compartilhada. Ambos utilizam retórica, autoridades religiosas e procedimentos interpretativos para construir seus discursos.

A diferença encontra-se na maneira como esses elementos são organizados. Vieira constrói uma interpretação das finezas do amor de Cristo; Sor Juana transforma essa interpretação em objeto de análise e propõe outra leitura. A controvérsia evidencia, dessa forma, que a retórica barroca podia servir tanto à afirmação quanto à contestação da autoridade. Os mesmos instrumentos que permitem construir um argumento também tornam possível examiná-lo criticamente. Mais do que uma oposição entre simplicidade e complexidade, o diálogo entre Vieira e Sor Juana revela uma disputa pela interpretação. É nesse terreno comum que os autores simultaneamente se aproximam e se distanciam.

5.2. RETÓRICA E TEOLOGIA COMO DIMENSÕES INSEPARÁVEIS

A comparação permite identificar uma diferença essencial. Vieira enfatiza a excepcionalidade e a constância do amor de Cristo diante das limitações humanas. Sor Juana, por sua vez, direciona parte de sua reflexão para o verdadeiro benefício daquele que é amado. Isso não significa que os autores defendam concepções inteiramente opostas do amor divino. Ambos procuram mostrar que esse amor ultrapassa os parâmetros ordinários das relações humanas. O que muda é a organização do argumento e a ênfase atribuída aos diferentes elementos da relação entre Deus e a criatura.

A controvérsia revela, com isso, duas formas de interpretar uma mesma questão teológica. Essa diferença é mais consistente para a análise do que uma oposição simples entre complexidade e clareza. A comparação também revela que retórica e teologia permanecem articuladas nas duas obras. Vieira utiliza distinções, contrastes e paradoxos para desenvolver sua interpretação. Sor Juana emprega procedimentos igualmente sofisticados para examinar essas distinções e construir sua resposta.

O próprio conceito de benefício negativo evidencia essa relação. A ideia de que não conceder pode significar beneficiar possui estrutura paradoxal, mas seu valor não é apenas estilístico: o paradoxo expressa uma proposição teológica sobre providência e amor. A retórica, nesse sentido, não é simples revestimento do conteúdo. Ela participa da organização do pensamento e torna possível tanto a construção do argumento de Vieira quanto sua contestação por Sor Juana.

A comparação mostra que a forma do argumento interfere diretamente na conclusão teológica. Quando Sor Juana questiona a separação entre sacramentar-se e permanecer no sacramento sem o uso dos sentidos, sua objeção lógica modifica o alcance da conclusão sobre a fineza. Ruiz e Theodoro da Silva (2003, p. 82-83) destacam precisamente esse movimento, que impede separar de modo rígido retórica, lógica e teologia.

5.3. AUTORIDADE INTELECTUAL E DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA

Uma diferença importante encontra-se nas posições ocupadas pelos autores. Vieira escreve como jesuíta e pregador reconhecido, enquanto Sor Juana participa do debate como religiosa e intelectual em um contexto no qual a atuação feminina encontrava limitações específicas. Vélez Marquina destaca a importância das autoridades patrísticas e das estratégias retóricas na construção da posição intelectual de Sor Juana. O domínio desses instrumentos permite que sua autoridade seja revelada no próprio exercício da argumentação.

Nesse sentido, contestar Vieira também representa demonstração de competência intelectual. Sor Juana legitima sua participação ao mostrar que domina as mesmas fontes e procedimentos necessários ao debate. A principal diferença entre Vieira e Sor Juana pode ser compreendida como divergência interpretativa. Os autores compartilham referências, mas estabelecem relações diferentes entre elas. Vieira utiliza as autoridades cristãs para construir sua interpretação das finezas de Cristo. Sor Juana retorna a essas autoridades e argumenta que as conclusões do jesuíta não são as únicas possíveis (RUIZ; THEODORO DA SILVA, 2003, p. 79-83).

A tese dos benefícios negativos torna essa diferença particularmente clara. Sor Juana não propõe simplesmente uma maneira mais simples de dizer aquilo que Vieira já havia afirmado; apresenta outra interpretação da maior fineza divina (SORIANO VALLÈS, 2003, p. 39-40). A comparação entre o *Sermão do Mandato* e a *Carta Atenagórica* mostra que a controvérsia ultrapassa uma divergência específica acerca das finezas do amor de Cristo. O debate permite observar como interpretação, retórica e autoridade intelectual se articulavam na cultura religiosa do século XVII. Vieira e Sor Juana compartilham referências cristãs e procedimentos argumentativos, mas ocupam posições distintas e chegam a conclusões diferentes. O primeiro constrói sua interpretação dialogando com autoridades da tradição; a segunda retorna a essas mesmas autoridades para examinar criticamente suas conclusões. A controvérsia revela, conseqüentemente, que o

reconhecimento da autoridade não elimina a possibilidade de interpretação e questionamento.

A intervenção de Sor Juana assume significado particular quando considerada sua posição como mulher religiosa na Nova Espanha. Ao responder a um pregador reconhecido como Vieira, a autora evidencia sua capacidade de participar de um debate teológico complexo. Essa autoridade não é construída apenas pela reivindicação de um direito ao conhecimento. Ela se manifesta no próprio exercício argumentativo. O domínio das Escrituras, das autoridades patrísticas e dos procedimentos retóricos permite que Sor Juana fundamente sua posição dentro dos códigos intelectuais reconhecidos em seu contexto.

Vélez Marquina destaca justamente a importância dessas estratégias na construção da autoridade intelectual de Sor Juana. Sua contestação ocorre, portanto, dentro da tradição religiosa e por meio dos instrumentos oferecidos por ela. Reconhecer a dimensão crítica da *Carta Atenagórica* não significa retirar Sor Juana de seu contexto histórico. Sua argumentação permanece profundamente relacionada às Escrituras, às autoridades cristãs e aos valores religiosos do século XVII.

Por isso, é necessário evitar uma interpretação que transforme a controvérsia simplesmente em confronto entre tradição e modernidade ou entre autoridade masculina e liberdade feminina. Essas questões são relevantes, mas aparecem articuladas a condições históricas específicas. Vieira também interpreta e discute autoridades anteriores. Sor Juana, posteriormente, utiliza essa mesma possibilidade argumentativa para questioná-lo. Existe, por consequência, uma continuidade metodológica entre os autores, apesar da divergência de suas conclusões. O principal alcance da controvérsia encontra-se na relação entre interpretação e autoridade. Vieira constrói sua posição mediante a leitura das Escrituras e da tradição; Sor Juana revela que essa interpretação pode ser novamente examinada e reorganizada.

A controvérsia evidencia, assim, que a tradição pode funcionar simultaneamente como fundamento de autoridade e como instrumento de contestação. Ao dominar seus códigos e referências, Sor Juana encontra condições para intervir em um debate teológico e propor outra interpretação. O diálogo com Vieira ultrapassa, portanto, a oposição entre clareza e complexidade. Ele revela uma disputa pela interpretação na qual retórica, conhecimento e autoridade permanecem profundamente relacionados.

O termo diálogo, nesse quadro, deve permanecer conceitualmente delimitado. Não há indícios de que Vieira tenha tomado conhecimento da *Carta Atenagórica*; por isso, o encontro entre os autores é entendido aqui como diálogo textual e intelectual, construído pela leitura e pela resposta de Sor Juana ao sermão (FERNANDES, 2022, p. 231).

6. CONCLUSÃO

A análise comparativa do *Sermão do Mandato*, de Antônio Vieira, e da *Carta Atenagórica*, de Sor Juana Inés de la Cruz, permitiu compreender que a controvérsia entre os autores não pode ser reduzida a uma oposição entre complexidade e clareza. Embora a elaboração retórica seja característica marcante da produção vieiriana, a resposta de Sor Juana também apresenta uma argumentação sofisticada, construída por meio das Escrituras, das autoridades cristãs e de procedimentos interpretativos próprios da cultura intelectual seiscentista. Desse modo, a hipótese inicialmente considerada precisou ser reformulada ao longo da pesquisa. A diferença fundamental entre os autores encontra-se menos na

oposição entre uma linguagem complexa e outra simples e mais nas formas distintas pelas quais organizam seus argumentos e interpretam as finezas do amor de Cristo.

Vieira constrói sua reflexão dialogando com interpretações atribuídas a importantes autoridades da tradição cristã e procura estabelecer sua própria compreensão da maior fineza divina. Sor Juana, por sua vez, retorna a essas proposições e questiona a validade de determinadas conclusões do jesuíta. Sua resposta não se limita à refutação, pois culmina na formulação da tese dos benefícios negativos. A comparação demonstrou também que conceitos como morte, ausência, presença, correspondência, benefício e liberdade desempenham papel central na controvérsia. Vieira enfatiza a excepcionalidade e a constância do amor de Cristo diante das limitações humanas, enquanto Sor Juana direciona parte de sua reflexão para o verdadeiro bem daquele que recebe o amor divino.

Por isso, retórica e teologia não aparecem como dimensões independentes. Nos dois autores, os procedimentos discursivos participam da própria construção do raciocínio. A complexidade argumentativa pode funcionar como instrumento de investigação, interpretação e persuasão, e não simplesmente como obstáculo à clareza. A análise da *Carta Atenagórica* permitiu ainda observar a relação entre conhecimento e autoridade intelectual. Ao responder a Vieira, Sor Juana demonstra domínio das referências e dos procedimentos necessários para participar de uma discussão teológica complexa. Sua autoridade é construída, em grande medida, no próprio exercício da leitura e da argumentação.

Essa constatação precisa ser compreendida dentro das condições históricas do século XVII, evitando atribuir à autora categorias políticas posteriores. A relevância de sua intervenção encontra-se justamente no fato de utilizar instrumentos reconhecidos pela tradição religiosa para examinar criticamente uma interpretação produzida dentro dessa mesma tradição.

Conclui-se, portanto, que Vieira e Sor Juana não representam polos absolutamente opostos dentro da cultura barroca. Ambos compartilham referências, procedimentos retóricos e problemas teológicos, mas utilizam esses elementos para construir respostas diferentes. A controvérsia revela, sobretudo, uma disputa interpretativa. Vieira interpreta a tradição para formular sua reflexão sobre as finezas de Cristo; Sor Juana retorna a essa interpretação, questiona suas conclusões e propõe outra leitura. Nesse processo, a retórica torna-se instrumento tanto de construção quanto de contestação da autoridade.

Desse modo, clareza e complexidade podem ser compreendidas não como categorias excludentes, mas como elementos de uma cultura argumentativa na qual linguagem, teologia e interpretação permanecem articuladas. O diálogo entre Vieira e Sor Juana evidencia, finalmente, que o conhecimento da tradição não conduz necessariamente à sua repetição: pode também fornecer os instrumentos necessários para interrogá-la e produzir novas possibilidades de leitura. Como desdobramento, pesquisas futuras podem ampliar o estudo da recepção da *Carta Atenagórica*, de sua circulação no mundo ibérico e das relações entre autoridade, gênero e interpretação em outros textos de Sor Juana, mantendo o cuidado de distinguir os dados documentalmente comprovados das hipóteses historiográficas.

REFERÊNCIAS

- [1] CRUZ, Sor Juana Inés de la. *Carta Atenagórica*. In: LUCENA, Karina de Castilhos (trad.). A carta atenagórica de Sor Juana Inés de la Cruz. Revista Brasileira de Literatura Comparada, Porto Alegre, v. 24, n.

47, p. 171-190, set./dez. 2022. DOI: 10.1590/2596-304x20222447kcl.

[2] FERNANDES, Verônica. Uma mediação possível: Sor Juana e Antônio Vieira no século da Restauração Portuguesa. *Ars Historica*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 228-245, jan./jun. 2022.

[3] FERREIRA, Nadiá Paulo. Padre Antônio Vieira: o discurso engenhoso em nome da fé e da salvação do homem. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 544-554, 2016. DOI: 10.1590/1415-4714.2016v19n3p544.12.

[4] LUCENA, Karina de Castilhos. A carta atenagórica de Sor Juana Inés de la Cruz. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Porto Alegre, v. 24, n. 47, p. 171-190, set./dez. 2022. DOI: 10.1590/2596-304x20222447kcl.

[5] PIMENTA, Vilmar Douglas de Souza; MASSIMI, Marina. A palavra e a imagem na pregação do século XVII: um sermão de Antônio Vieira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 138-147, 2007. DOI: 10.1590/S0102-79722007000100018.

[6] RUIZ, Rafael; THEODORO DA SILVA, Janice. La *Carta Atenagórica*: sor Juana Inés de la Cruz y los caminos de una reflexión teológica. *Estudios de Historia Novohispana*, México, n. 29, p. 77-95, 2003. DOI: 10.22201/iih.24486922e.2003.029.3596.

[7] SORIANO VALLÈS, Alejandro. Un género supremo de providencia: sor Juana Inés de la Cruz y la tesis de los beneficios negativos en la Carta atenagórica. *Literatura Mexicana*, México, v. 14, n. 1, p. 23-62, 2003. DOI: 10.19130/iifl.litmex.14.1.2003.438.

[8] VÉLEZ MARQUINA, Elio. Sor Juana Inés de la Cruz y la nueva ortodoxia del saber: acerca de la educación femenina en el debate sobre la Carta atenagórica. *Revista de Literatura*, Madrid, v. 78, n. 156, p. 623-635, 2016. DOI: 10.3989/revliteratura.2016.02.026.

[9] CRUZ, Sor Juana Inés de la. Respuesta a Sor Filotea de la Cruz. In: CRUZ, Sor Juana Inés de la. *Obras completas. t. IV: Comedias, sainetes y prosa*. Edição, introdução e notas de Alberto G. Salceda. México: Fondo de Cultura Económica, 1957. p. 440-475.

[10] VIEIRA, Antônio. Sermão do Mandato. In: VIEIRA, Antônio. *Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu, pregador de Sua Magestade: septima parte*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1692.

Capítulo 11

A escada como metáfora da imobilidade social em Historia de Una Escalera, de Antonio Buero Vallejo

Mirian Raquel Nepomuceno de Oliveira Silva

Resumo: Este artigo analisa a escada como metáfora da imobilidade social em *Historia de una escalera* (1949), de Antonio Buero Vallejo, considerando a articulação entre espaço dramático, temporalidade e trajetória das personagens. Parte-se da hipótese de que a escada transcende sua função cenográfica e configura-se como um dos principais eixos simbólicos da obra, ao representar a permanência das desigualdades sociais e as dificuldades enfrentadas pelas personagens para transformar suas condições de existência. Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada na análise do texto dramático e no diálogo com estudos sobre a dramaturgia de Buero Vallejo, o teatro espanhol do século XX e o contexto histórico da Espanha do pós-guerra. Os resultados demonstram que a permanência da escada, em contraste com a passagem do tempo e a sucessão das gerações, reforça a representação de uma mobilidade que ocorre no plano físico, mas não se concretiza plenamente no âmbito social. A repetição de sonhos, conflitos e frustrações entre pais e filhos revela, ainda, a persistência de determinantes econômicos, históricos e sociais que restringem as possibilidades de ascensão das personagens. Conclui-se que a escada funciona simultaneamente como elemento estruturador e simbólico da obra, condensando a relação entre espaço, tempo, memória e repetição geracional por meio da qual Buero Vallejo constrói sua crítica à desigualdade e à limitada mobilidade social.

Palavras-chave: Antonio Buero Vallejo; *Historia de una escalera*; espaço dramático; imobilidade social; teatro espanhol.

1. INTRODUÇÃO

Antonio Buero Vallejo consolidou-se como um dos principais dramaturgos espanhóis do século XX ao desenvolver uma produção marcada pela reflexão sobre a condição humana e pela representação crítica da sociedade espanhola do pós-Guerra Civil (RUIZ RAMÓN, 1988; DOMÉNECH, 1973). Produzida em grande parte durante o regime franquista, sua dramaturgia aborda questões como desigualdade social, pobreza, frustração, alienação, esperança e liberdade, recorrendo frequentemente ao simbolismo como estratégia estética para representar uma realidade histórica atravessada pela censura e pelas restrições à liberdade de expressão. Nesse sentido, seu teatro ultrapassa a dimensão do entretenimento e configura-se como espaço de reflexão acerca dos conflitos individuais e coletivos que marcaram a sociedade espanhola durante a ditadura franquista. Entre suas obras mais representativas encontra-se *Historia de una escalera*, vencedora do Prêmio Lope de Vega e estreada em 1949, amplamente reconhecida como um marco da dramaturgia espanhola contemporânea (DOMÉNECH, 1973; SERRANO, 1999). Estruturada em três atos que abrangem aproximadamente três décadas, a peça acompanha diferentes gerações de moradores de um edifício popular e expõe a permanência das dificuldades econômicas, dos conflitos familiares e das expectativas constantemente frustradas (BUERO VALLEJO, 2006). Por meio dessas experiências cotidianas, Buero Vallejo representa as limitações enfrentadas pelas classes populares da Espanha do pós-guerra e mostra como as condições históricas e sociais interferem nos projetos de vida, nas relações interpessoais e nas possibilidades de ascensão social das personagens.

Embora *Historia de una escalera* possa ser abordada sob perspectivas históricas, existenciais e sociais, a escada, reconhecida como elemento de forte valor simbólico, possibilita aprofundar uma dimensão particularmente significativa da peça: a relação entre espaço, tempo, repetição geracional e imobilidade social. Desde a rubrica inicial, Buero Vallejo concentra a ação dramática em um espaço cotidiano e compartilhado, a modesta escada de uma casa de vizinhos (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I). Ao longo dos três atos, esse mesmo espaço acolhe encontros, conflitos, declarações amorosas, despedidas, sonhos, projetos e frustrações. As personagens envelhecem, estabelecem novas relações, constituem famílias e são sucedidas por uma nova geração, enquanto a escada permanece praticamente inalterada. O contraste entre a transformação dos indivíduos e a permanência do espaço contribui para a construção de um dos sentidos fundamentais da obra: a passagem do tempo não garante uma transformação efetiva das condições materiais e sociais de seus habitantes. Desse modo, o espaço dramático deixa de ser simplesmente o lugar em que os acontecimentos se desenvolvem e passa a participar ativamente da construção dos sentidos da peça.

A própria configuração arquitetônica da escada introduz uma tensão fundamental para a interpretação proposta neste estudo. Uma escada pressupõe movimento vertical e permite subir e descer entre diferentes níveis; simbolicamente, a ideia de subir pode ser associada ao progresso, à transformação e à ascensão. Em *Historia de una escalera*, entretanto, as personagens percorrem continuamente os degraus sem que esse deslocamento físico corresponda a uma efetiva transformação de suas condições sociais. A escada permite o movimento dos corpos, mas permanece como cenário da repetição da pobreza, das frustrações e das expectativas de uma vida melhor que, geração após geração, encontram obstáculos para se concretizar. Essa relação é reforçada pela organização temporal da peça, uma vez que os três atos abrangem aproximadamente trinta anos, período suficiente para que as personagens envelheçam, constituam novas

famílias e sejam progressivamente substituídas pelos filhos. Entretanto, a nova geração reproduz sonhos, conflitos e expectativas semelhantes aos da anterior, indicando que as dificuldades representadas não podem ser atribuídas exclusivamente às decisões individuais, pois estão relacionadas também a fatores econômicos, históricos e sociais mais amplos (BUERO VALLEJO, 2006).

A partir dessas considerações, este artigo orienta-se pela seguinte questão de pesquisa: de que maneira a escada se configura como metáfora da imobilidade social em *Historia de una escalera*? Parte-se da hipótese de que a escada representa um dos principais eixos simbólicos da obra, uma vez que transcende sua função cenográfica para representar a permanência das desigualdades sociais e a repetição dos ciclos de frustração experimentados pelas classes populares. O objetivo geral consiste, portanto, em analisar de que maneira a escada se configura como metáfora da imobilidade social, considerando a relação entre espaço dramático, temporalidade e trajetória das personagens na construção da crítica social presente na peça. Especificamente, busca-se examinar a função do espaço dramático na construção simbólica da escada; analisar a relação entre passagem do tempo, repetição geracional e permanência das condições sociais; interpretar as trajetórias das personagens em relação às expectativas de ascensão e às limitações que condicionam sua realização; e relacionar o simbolismo da escada à representação das desigualdades sociais na Espanha do pós-guerra.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. ANTONIO BUERO VALLEJO E O TEATRO ESPANHOL DO PÓS-GUERRA

Antonio Buero Vallejo (1916–2000) é reconhecido como um dos mais importantes dramaturgos espanhóis do século XX e desempenhou papel fundamental na renovação do teatro espanhol do pós-guerra (RUIZ RAMÓN, 1988; DOMÉNECH, 1973). Sua produção desenvolveu-se em um contexto marcado pelas consequências da Guerra Civil Espanhola (1936–1939), pela consolidação da ditadura de Francisco Franco e pelas profundas transformações políticas, sociais e culturais vivenciadas pela Espanha (PRESTON, 2011; CASANOVA, 2007). A trajetória pessoal do dramaturgo encontra-se estreitamente relacionada a esse contexto histórico. Durante a Guerra Civil, Buero Vallejo apoiou a causa republicana e, após a vitória das tropas franquistas, foi preso e condenado à morte. Embora a pena tenha sido posteriormente comutada, permaneceu encarcerado durante vários anos (DOMÉNECH, 1973). Questões como liberdade, esperança, responsabilidade moral e dignidade humana passaram a ocupar lugar significativo em sua produção e se integraram à representação crítica da sociedade espanhola do pós-guerra. Nesse cenário, o autor desenvolveu uma dramaturgia que relaciona elaboração estética, reflexão ética e crítica social, tornando-se uma das principais referências do teatro espanhol contemporâneo.

A Espanha que emergiu da Guerra Civil encontrava-se profundamente marcada pela destruição econômica, pela polarização política e pelo controle exercido pelo novo regime sobre a vida pública. Sob o governo de Francisco Franco, instaurou-se um sistema autoritário caracterizado pela centralização do poder político e por significativas restrições às liberdades civis, circunstâncias que também condicionaram a produção cultural (PRESTON, 2011; CASANOVA, 2007). A censura passou a exercer forte influência sobre a atividade artística e impôs limites à circulação de obras consideradas incompatíveis com os valores oficiais. Tais condições tiveram impacto direto sobre a produção teatral do período e favoreceram o emprego de diferentes estratégias indiretas

de representação da realidade. Nesse contexto, o teatro ocupou posição singular, pois sua natureza coletiva e o contato direto com o público possibilitavam a exploração de recursos que ultrapassavam o texto escrito. Gestos, silêncios, iluminação, cenografia e elementos simbólicos podiam ampliar os sentidos da representação e participar da construção da crítica social. A dramaturgia espanhola do pós-guerra recorreu, assim, à alegoria, ao simbolismo e à representação de conflitos humanos como formas de estabelecer relações com a realidade histórica em um contexto marcado pela censura (RUIZ RAMÓN, 1988).

A produção teatral de Buero Vallejo insere-se nesse horizonte histórico e estético. Em vez de fundamentar sua dramaturgia exclusivamente em uma denúncia política explícita, o autor constrói personagens complexas, conflitos cotidianos e espaços simbólicos por meio dos quais desenvolve uma reflexão crítica sobre a sociedade espanhola. As experiências aparentemente particulares de suas personagens adquirem, desse modo, uma dimensão coletiva, combinando elaboração estética, reflexão ética e crítica social (DOMÉNECH, 1973). Embora sua dramaturgia seja frequentemente associada ao chamado teatro social, ela não se restringe à denúncia das desigualdades econômicas ou das injustiças sociais. Suas personagens são constituídas como indivíduos marcados por desejos, contradições, fragilidades, esperanças e frustrações, de modo que os conflitos históricos e coletivos se manifestam na própria experiência cotidiana. Essa dimensão humanista permite que a crítica social não se apresente como elemento externo à ação dramática, mas se desenvolva por meio das escolhas, dos conflitos e das limitações experimentadas pelas personagens (RUIZ RAMÓN, 1988).

2.2. HISTORIA DE UNA ESCALERA E A REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE DO PÓS-GUERRA

Vencedora do Prêmio Lope de Vega e estreada em 1949, *Historia de una escalera* consolidou Antonio Buero Vallejo como um dos principais renovadores do teatro espanhol do pós-guerra e passou a ocupar posição de destaque na dramaturgia espanhola contemporânea (RUIZ RAMÓN, 1988; DOMÉNECH, 1973). Ao concentrar a ação na vida cotidiana de famílias pertencentes às classes populares, o dramaturgo transforma experiências aparentemente comuns em matéria de reflexão dramática e social. Distribuída em três atos que abrangem aproximadamente trinta anos, a obra acompanha diferentes gerações de moradores do mesmo edifício e revela como a passagem do tempo transforma as relações familiares e afetivas sem produzir mudança equivalente nas condições materiais de existência (BUERO VALLEJO, 2006). As personagens envelhecem, casam-se, formam famílias e constroem novos projetos, mas continuam enfrentando dificuldades econômicas e limitações sociais semelhantes. A repetição de determinadas experiências entre as gerações converte-se, assim, em um dos recursos dramáticos pelos quais Buero Vallejo representa a permanência das desigualdades e as dificuldades de mobilidade social.

O contexto histórico e social do pós-guerra adquire dimensão concreta na peça por meio das condições de vida dos habitantes do edifício. Embora Buero Vallejo não introduza referências políticas explícitas nem personagens históricas, a realidade do período projeta-se sobre a construção das personagens, seus conflitos, suas relações e suas expectativas de futuro. Os anos posteriores à Guerra Civil foram marcados por graves dificuldades econômicas, destruição material, isolamento internacional e intenso controle político exercido pelo regime franquista, enquanto problemas como desemprego, baixos salários, precariedade habitacional e reduzidas possibilidades de mobilidade social

atingiam especialmente os setores populares (PRESTON, 2011; CARR, 1982). Na obra, contudo, essa realidade não é reproduzida por meio de uma descrição histórica direta, mas incorporada às experiências cotidianas das personagens. A pobreza interfere nas relações familiares e afetivas, limita decisões, condiciona projetos e estabelece diferenças entre os próprios moradores, fazendo com que o contexto histórico se integre à estrutura dramática.

Essa dimensão torna-se perceptível desde as primeiras cenas, quando a cobrança da conta de luz revela as dificuldades econômicas enfrentadas por diferentes famílias. Generosa manifesta preocupação com o valor da tarifa, Paca protesta contra o aumento dos preços e Doña Asunción encontra-se em situação ainda mais vulnerável, pois não dispõe do dinheiro necessário para quitar a dívida (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I). A situação de Doña Asunción é especialmente significativa, uma vez que ela depende da ajuda econômica de Don Manuel, pai de Elvira, para resolver momentaneamente o problema. A intervenção soluciona a necessidade imediata, mas não elimina a desigualdade revelada pela cena; ao contrário, torna visível a diferença entre aqueles que dispõem de recursos para prestar auxílio e aqueles que precisam recorrer a essa ajuda para atender às necessidades básicas. A precariedade econômica adquire, com isso, uma dimensão relacional, pois não afeta somente as condições materiais de existência: estabelece também vínculos de dependência entre os próprios moradores. Nessa perspectiva, o edifício pode ser compreendido como um microcosmo social no qual convivem famílias com trajetórias particulares, mas submetidas, em diferentes graus, a dificuldades econômicas e a possibilidades limitadas de transformação (DOMÉNECH, 1973).

2.3. ESPAÇO DRAMÁTICO, MEMÓRIA E SIMBOLISMO

Entre as estratégias dramáticas empregadas por Buero Vallejo destaca-se a importância atribuída ao espaço cênico. O espaço não funciona apenas como suporte da ação, mas participa da construção dos sentidos da obra e pode adquirir significados relacionados às experiências das personagens, às relações sociais e aos conflitos históricos. Essa compreensão estabelece diálogo com a concepção de espaço literário proposta por Gaston Bachelard (2008), segundo a qual os espaços podem ultrapassar sua dimensão estritamente material e adquirir significados relacionados à memória, à experiência e à imaginação. A partir dessa perspectiva, a escada de Historia de una escalera pode ser compreendida como espaço que, além de organizar a ação dramática, conserva as marcas das sucessivas gerações e reúne, em um mesmo lugar, sonhos, conflitos, lembranças e frustrações. Sua permanência material contrasta com a passagem do tempo e contribui para relacionar o espaço dramático à memória coletiva dos moradores do edifício.

Essa concepção é particularmente produtiva para a análise da obra porque a escada permanece praticamente inalterada enquanto as personagens envelhecem, desaparecem e são substituídas por outras. O espaço converte-se, desse modo, em testemunha silenciosa da história coletiva daquela comunidade e em elemento capaz de relacionar diferentes temporalidades. A escada que acolhe as brincadeiras da infância é também o lugar das declarações amorosas da juventude, dos conflitos da vida adulta e, posteriormente, das promessas formuladas pela geração seguinte. O espaço não apenas recebe acontecimentos distintos, mas acumula simbolicamente suas marcas, fazendo com que passado e presente se encontrem continuamente. É justamente essa permanência que permite compreender por que a escada adquire papel tão importante na representação da imobilidade social: enquanto o tempo biográfico avança, a estrutura espacial permanece e, com ela, persistem também determinados conflitos e limitações.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter interpretativo, tendo como corpus principal o texto dramático *Historia de una escalera*, de Antonio Buero Vallejo. O procedimento analítico fundamenta-se na leitura da peça e na observação de elementos relacionados aos diálogos, às rubricas, à organização espacial, à estrutura temporal e à construção das personagens, privilegiando a escada como categoria central de interpretação. A análise busca compreender de que maneira a permanência desse espaço ao longo dos três atos participa da construção da crítica social desenvolvida na obra e como sua função cenográfica se conecta progressivamente a significados relacionados à memória, à repetição geracional e à dificuldade de ascensão social. Para isso, foram consideradas especialmente as situações dramáticas relacionadas à precariedade econômica das famílias, às expectativas de transformação das personagens, às relações afetivas condicionadas pelas circunstâncias materiais, à permanência do espaço cênico e à reprodução de determinadas experiências entre diferentes gerações.

A leitura do texto literário é realizada em diálogo com estudos dedicados à dramaturgia de Antonio Buero Vallejo e ao teatro espanhol do século XX, especialmente Doménech (1973), Ruiz Ramón (1988) e Serrano (1999). Para a contextualização histórica da Espanha da Guerra Civil e do franquismo, são considerados Carr (1982), Casanova (2007) e Preston (2014), enquanto a interpretação da dimensão simbólica do espaço estabelece diálogo com Bachelard (2008). A investigação fundamenta-se, dessa forma, na relação entre texto literário, contexto histórico e interpretação simbólica, sem separar artificialmente a construção formal da peça das condições históricas às quais ela se relaciona. Ao privilegiar a escada como eixo interpretativo, procura-se identificar de que maneira Buero Vallejo transforma um espaço cotidiano e aparentemente funcional em um elemento estruturador da dramaturgia e em uma representação simbólica das desigualdades e das dificuldades de mobilidade experimentadas pelas classes populares.

4. RESULTADOS

A análise do texto dramático revela, inicialmente, que a escada desempenha uma função estruturadora que ultrapassa significativamente sua condição de cenário. Desde o título da obra e da rubrica inicial, que apresenta “Un tramo de escalera con dos rellanos, en una casa modesta de vecindad” (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I), toda a ação é concentrada nesse espaço compartilhado. Declarações amorosas, discussões familiares, rivalidades, reencontros, despedidas, projetos e frustrações ocorrem nos mesmos degraus e patamares, transformando a escada no ponto de convergência das experiências individuais e coletivas. Ao longo dos três atos, o cenário permanece praticamente inalterado enquanto os habitantes envelhecem, constituem famílias, enfrentam frustrações e são progressivamente substituídos pelos filhos. A organização temporal, que abrange aproximadamente trinta anos, acentua esse contraste entre transformação e permanência: o tempo modifica os indivíduos e suas relações, mas o espaço continua reconhecível e as condições sociais não apresentam alteração proporcional. A escada, dessa forma, organiza a circulação das personagens e estabelece uma continuidade espacial que permite ao espectador perceber a repetição dos conflitos ao longo do tempo.

Outro resultado fundamental decorre da contradição entre a função arquitetônica da escada e o significado social que ela assume na peça. Em sua dimensão física, a escada possibilita um movimento vertical: as personagens sobem e descem continuamente entre

os diferentes níveis do edifício. Simbolicamente, subir pode ser associado ao progresso, à melhoria das condições de vida e à ascensão social. Entretanto, Buero Vallejo subverte essa expectativa ao mostrar que o deslocamento espacial não corresponde a uma efetiva transformação das condições materiais das personagens. Fernando representa um dos exemplos mais expressivos dessa contradição. Durante a juventude, deseja abandonar “esta pobreza” e “este sucio ambiente” e promete a Carmina uma existência diferente em “otro barrio, en un pisito limpio y tranquilo” (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I). Seu projeto reúne amor, realização profissional, estabilidade econômica e mudança de espaço, revelando a crença de que o futuro permitirá romper com a precariedade do presente. Contudo, ao afirmar “desde mañana voy a trabajar de firme por ti” (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I), Fernando também revela sua tendência a projetar a transformação continuamente para o futuro, estabelecendo uma distância entre desejo e realização. Ele percorre fisicamente a escada, mas não concretiza a ascensão social imaginada, fazendo com que o movimento vertical do corpo contraste com a permanência de sua condição social.

A trajetória de Urbano amplia esse resultado porque apresenta uma resposta diferente às mesmas condições. Enquanto Fernando deposita grande parte de suas expectativas na inteligência, na ambição e nos projetos individuais, Urbano valoriza o trabalho disciplinado, a responsabilidade e a ação coletiva. A oposição entre os dois impede que a obra ofereça uma explicação simplista para o fracasso das personagens, pois estratégias distintas de enfrentamento da realidade encontram obstáculos semelhantes. Buero Vallejo não elimina a importância das escolhas individuais, mas mostra que elas se desenvolvem dentro de um horizonte social que restringe as possibilidades concretas de transformação. Diante disso, a análise revela que a imobilidade representada na peça não pode ser compreendida apenas como resultado da falta de iniciativa de Fernando, tampouco como consequência exclusiva das decisões pessoais de cada personagem. A permanência das dificuldades econômicas, mesmo diante de atitudes distintas, introduz uma dimensão estrutural que amplia o alcance da crítica social.

A repetição geracional representa outro resultado decisivo. No terceiro ato, Fernando e Carmina, pertencentes à geração dos filhos, retomam sentimentos, projetos e expectativas semelhantes aos vivenciados por seus pais (BUERO VALLEJO, 2006, Ato III). Não se trata de uma reprodução absolutamente idêntica das trajetórias anteriores, mas da reaparição de sonhos e conflitos em circunstâncias que permanecem significativamente semelhantes. Os filhos passam a ocupar literalmente o espaço dos pais e formulam promessas de futuro no mesmo cenário em que a geração anterior viu suas expectativas serem frustradas. O procedimento transforma a repetição em recurso estrutural da dramaturgia e mostra que a passagem do tempo, isoladamente, não garante transformação social. Nesse sentido, a imagem da leiteira derramada ao final do primeiro ato adquire especial relevância: imediatamente após Fernando descrever um futuro de sucesso profissional e uma vida diferente ao lado de Carmina, a leiteira cai ao chão e seu conteúdo é derramado diante do casal (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I). A ruptura abrupta do discurso idealizado confronta a promessa de futuro com a materialidade do presente e antecipa simbolicamente a frustração que marcará a trajetória das personagens.

A análise das personagens femininas também revela como as condições materiais interferem nas possibilidades de realização individual e nas relações afetivas. Carmina encontra-se profundamente vinculada aos projetos de Fernando, que afirma: “Necesito que me quieras y que me consueles. Si no me ayudas, no podré salir adelante” (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I). A fala insere a personagem feminina no projeto masculino como

fonte de apoio emocional, ao mesmo tempo que seus próprios desejos permanecem condicionados pelas circunstâncias familiares e econômicas. Elvira, por sua vez, dispõe de uma situação econômica relativamente mais favorável em razão da posição financeira de Don Manuel, mas essa vantagem material não elimina seus conflitos afetivos, mostrando que a estabilidade econômica não equivale automaticamente à realização pessoal. Generosa e Paca ampliam a representação da precariedade a partir da experiência cotidiana das mulheres das classes populares. Quando Paca afirma “¡Pobres de nosotras, Generosa, pobres de nosotras!... Sufrir y nada más” (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I), uma experiência particular assume dimensão coletiva e revela como dificuldades econômicas, responsabilidades familiares e sofrimento cotidiano atravessam também a experiência feminina. Assim, os resultados indicam que as relações amorosas e familiares não constituem uma esfera isolada da realidade social, pois são continuamente condicionadas pelas circunstâncias materiais que estruturam a existência das personagens.

5. DISCUSSÃO

Os resultados permitem compreender que a escada exerce simultaneamente funções espaciais, estruturais, temporais e simbólicas e que sua importância não decorre simplesmente do fato de toda a ação ocorrer nesse ambiente. A permanência física do espaço diante das sucessivas transformações biográficas das personagens converte a escada em um elemento capaz de articular diferentes temporalidades e preservar simbolicamente as experiências daquela comunidade. Essa interpretação estabelece diálogo com a concepção de espaço apresentada por Bachelard (2008), segundo a qual os espaços podem ultrapassar sua dimensão material e relacionar-se à memória e à experiência dos sujeitos. Em *Historia de una escalera*, os degraus acumulam simbolicamente as marcas das diferentes gerações e tornam-se depositários de sonhos, conflitos, relações amorosas e frustrações. A lembrança de Fernando sobre sua relação com Carmina torna esse aspecto particularmente evidente quando ele recorda: “Nos sentábamos aquí, en ese escalón, cansados de jugar..., a seguir jugando a los novios” (BUERO VALLEJO, 2006, Ato I). O mesmo degrau relacionado às brincadeiras da infância torna-se espaço da relação amorosa na juventude e, posteriormente, testemunha das expectativas que não se realizam. A escada adquire, desse modo, uma dimensão memorialística, pois permite que diferentes momentos da trajetória das personagens permaneçam simbolicamente reunidos em um mesmo lugar.

A relação entre espaço e tempo conduz diretamente à compreensão da escada como metáfora da imobilidade social. Durante aproximadamente três décadas, as personagens envelhecem, casam-se, constituem famílias e são substituídas pelos filhos, mas a passagem do tempo não produz uma transformação equivalente das condições sociais. A arquitetura da escada torna essa contradição especialmente expressiva, uma vez que sua função material pressupõe justamente o deslocamento vertical. Os moradores sobem e descem continuamente, mas esse movimento não se converte em ascensão econômica e social. A força simbólica da imagem reside precisamente nessa oposição: existe deslocamento, mas não necessariamente progresso; existe passagem do tempo, mas não superação das desigualdades; existe renovação das gerações, mas determinados conflitos permanecem. Assim, o espaço cênico materializa dramaticamente a distância entre a expectativa de mudança e as limitações que impedem sua concretização.

A repetição entre as gerações amplia o alcance dessa crítica porque impede que o fracasso seja explicado exclusivamente pelas escolhas individuais. Se apenas Fernando não conseguisse concretizar seus projetos, seria possível atribuir sua trajetória à tendência de adiar ações, às suas contradições pessoais ou às escolhas realizadas ao longo da vida. Entretanto, quando expectativas semelhantes reaparecem entre os filhos, a interpretação necessariamente se amplia. Isso não significa que Buero Vallejo elimine a responsabilidade individual ou apresente suas personagens como inteiramente determinadas pelas circunstâncias sociais. Fernando, Urbano, Carmina e Elvira realizam escolhas que interferem em suas trajetórias e possuem diferentes formas de responder às dificuldades. Contudo, essas decisões são tomadas dentro de condições históricas, econômicas e sociais que delimitam as possibilidades disponíveis. Nesse aspecto, a análise dialoga com as leituras de Doménech (1973) e Ruiz Ramón (1988), que destacam a relação entre a dimensão humana das personagens e a crítica social presente na dramaturgia de Buero Vallejo. As personagens não funcionam como simples representantes abstratas de grupos sociais, mas como indivíduos complexos, marcados por desejos, contradições, fragilidades, esperanças e frustrações.

Essa relação entre experiência individual e determinação social manifesta-se também nas situações aparentemente mais banais da peça. A cobrança da conta de luz, por exemplo, transforma uma necessidade doméstica em revelação das diferenças econômicas existentes entre os moradores. A incapacidade de Doña Asunción de pagar a dívida e sua dependência da ajuda de Don Manuel mostram que a precariedade não se restringe à falta de recursos, mas produz relações de dependência e revela posições econômicas distintas dentro da própria comunidade. De maneira semelhante, as relações afetivas são atravessadas pelas condições materiais: o amor entre Fernando e Carmina associa-se à expectativa de escapar da pobreza; a posição econômica de Elvira interfere nas relações estabelecidas ao seu redor; e as experiências de Generosa e Paca revelam como dificuldades financeiras e responsabilidades familiares se incorporam ao cotidiano das mulheres. A crítica social de *Historia de una escalera*, nesse quadro, não depende de discursos políticos explícitos, mas emerge da própria organização dramática e das experiências ordinárias das personagens. Uma conta que não pode ser paga, um projeto continuamente adiado, uma promessa amorosa e a repetição de expectativas entre pais e filhos tornam visíveis conflitos sociais mais amplos.

A dimensão humanista da dramaturgia de Buero Vallejo impede, ao mesmo tempo, que essa interpretação se transforme em determinismo social. As circunstâncias históricas e econômicas limitam as possibilidades das personagens, mas não anulam completamente sua capacidade de escolha. A obra estabelece uma tensão permanente entre liberdade e condicionamento, responsabilidade individual e estrutura social, esperança e frustração. É justamente essa complexidade que confere força à metáfora central da escada. Como espaço físico, ela oferece continuamente a possibilidade de subir; como construção simbólica, registra a dificuldade de converter esse movimento em efetiva ascensão. Ao permanecer enquanto as gerações passam, a escada preserva a memória das experiências anteriores e permite que o espectador reconheça no presente as marcas do passado. Dessa maneira, espaço, tempo, personagens e repetição deixam de ser elementos independentes e convergem para a construção de uma mesma crítica: a existência do desejo de transformação não significa que as condições necessárias para realizá-lo estejam igualmente disponíveis.

6. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste estudo permite concluir que *Historia de una escalera*, de Antonio Buero Vallejo, ultrapassa os limites de um drama centrado nos conflitos familiares para construir uma reflexão mais ampla sobre a sociedade espanhola do pós-guerra. Inserida no contexto do franquismo, a obra representa pobreza, desigualdade, precariedade das condições de vida e possibilidades limitadas de mobilidade social, revelando como esses elementos interferem nas trajetórias individuais e transformam experiências aparentemente particulares em uma crítica de dimensão coletiva. A hipótese que orientou a pesquisa, segundo a qual a escada representa um dos principais eixos simbólicos da obra, mostrou-se consistente com os elementos analisados, pois esse espaço não desempenha apenas uma função cenográfica: organiza a ação dramática, articula a passagem do tempo, concentra os principais conflitos das personagens, preserva simbolicamente a memória das sucessivas gerações e materializa a permanência de condições sociais que dificultam a mobilidade. Em diálogo com a concepção de espaço de Bachelard (2008), a escada pode ser compreendida, dessa forma, como lugar no qual se acumulam experiências, sonhos, frustrações e marcas deixadas pelos habitantes ao longo do tempo.

A organização temporal da peça reforça essa interpretação ao mostrar que aproximadamente três décadas são suficientes para transformar os indivíduos, mas não para modificar de maneira equivalente as condições sociais que estruturam suas existências. Fernando, Urbano, Carmina, Elvira, Generosa, Paca e os demais habitantes apresentam personalidades, escolhas e maneiras distintas de enfrentar a realidade, mas suas trajetórias convergem na dificuldade de romper os limites impostos pelas circunstâncias em que vivem. A repetição de sonhos, conflitos afetivos e expectativas entre pais e filhos revela que os fracassos não podem ser explicados exclusivamente pelas decisões individuais, embora a obra também não elimine a responsabilidade das personagens por suas escolhas. Buero Vallejo constrói, assim, uma relação complexa entre liberdade individual e condicionamento social, evitando tanto uma interpretação baseada unicamente no comportamento das personagens quanto uma leitura determinista na qual elas seriam inteiramente submetidas às estruturas históricas e econômicas.

Um dos principais resultados desta pesquisa encontra-se, dessa maneira, na compreensão da escada como elemento estruturador da própria organização dramática e como síntese visual da contradição central da peça. Os moradores sobem e descem continuamente seus degraus, mas o deslocamento físico não se converte em verdadeiro ascenso econômico ou social. Movimento e permanência coexistem no mesmo espaço, da mesma maneira que esperança e frustração se repetem ao longo das gerações. Ao privilegiar esse elemento como eixo interpretativo, o estudo mostra que a construção do espaço dramático participa ativamente da crítica social elaborada por Buero Vallejo: a escada não apenas acolhe a história das personagens, mas contribui decisivamente para produzir o significado dessa história. Sua permanência diante da passagem do tempo transforma-a em testemunha das expectativas humanas e, simultaneamente, em representação das estruturas que dificultam sua concretização.

Por fim, *Historia de una escalera* mantém sua força crítica porque as questões problematizadas pela obra ultrapassam o contexto específico da Espanha franquista. A desigualdade social, a precariedade das condições de vida, a limitação das oportunidades e a dificuldade de romper ciclos históricos de exclusão constituem problemas que podem ser reconhecidos em diferentes sociedades e períodos. Ao transformar um espaço cotidiano em símbolo da permanência dessas estruturas, Antonio Buero Vallejo constrói

uma dramaturgia na qual espaço, tempo, memória e repetição convergem para representar a tensão entre o desejo humano de ascensão e as condições que dificultam sua realização. Como possibilidade de continuidade, pesquisas futuras poderão aprofundar o simbolismo espacial da peça em diálogo com categorias como memória, gênero e classe social, bem como estabelecer comparações com outras obras do teatro espanhol do pós-guerra em que o espaço cênico participe diretamente da representação das desigualdades e dos conflitos históricos.

REFERÊNCIAS

- [1] BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- [2] BUERO VALLEJO, Antonio. *Historia de una escalera*. Edição e guia de leitura de Virtudes Serrano. 51. ed., 1. nesta apresentação. Pozuelo de Alarcón (Madrid): Espasa Calpe, 2006.
- [3] CARR, Raymond. *España: 1808-1975*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1982.
- [4] CASANOVA, Julián. *República y guerra civil*. Barcelona: Crítica; Marcial Pons, 2007.
- [5] DOMÉNECH, Ricardo. *El teatro de Buero Vallejo*. Madrid: Gredos, 1973.
- [6] PRESTON, Paul. *El holocausto español: odio y exterminio en la Guerra Civil y después*. Tradução de Catalina Martínez Muñoz e Eugenia Vázquez Nacarino. Barcelona: Debate, 2011.
- [7] RUIZ RAMÓN, Francisco. *Historia del teatro español: siglo XX*. 7. ed. Madrid: Cátedra, 1988.
- [8] SERRANO, Virtudes. *Antonio Buero Vallejo*. Madrid: Síntesis, 1999.

Capítulo 12

Monchão do Vaz: um elo entre o passado e o presente

Hyago Ernane Gonçalves Squiave

Resumo: Pensar a constituição da formação espacial de um lugar requer conexões entre os diferentes elementos constitutivos que, com mais ou menos tensões, resulta na materialidade que se encontra no presente. Partimos do pressuposto que a geografia estuda o espaço geográfico. Sendo assim, o espaço geográfico para nós, é o contínuo resultado das relações do homem com a natureza, transformando-a. Por ser contínuo, não significa que ele é somente linear, mas sim, um contínuo em movimento. A formação espacial do território brasileiro teve alguns momentos distintos, mas que refletiram numa configuração espacial quase que homogênea quanto à formação dos municípios e povoados. O primeiro momento remete ao ciclo do Pau-Brasil, seguido da cana de açúcar e, posteriormente, do ciclo do ouro, que é responsável pela ocupação das terras em Goiás. O anseio pelas riquezas minerais, sobretudo o ouro, era considerado a primeira instância que reunia um povo em um determinado lugar, pois o mineiro trazia consigo a família para se abrigar nos arredores das minas. Quanto mais esses minerais eram duradouros (sua quantidade), mais sólido e estável se tornava o arraial ou núcleo urbano. Essa foi a condição para a formação espacial do Monchão do Vaz, que posteriormente se transformou em Israelândia. A origem de alguns municípios goianos está associada aos garimpos rudimentares de ouro e diamantes. Nas margens dos rios e córregos onde se encontravam os minerais se formavam pequenos aglomerados de núcleos urbanos denominados, na linguagem coloquial, de “currutelas”. Os garimpos iam de um lado para outro conforme a produtividade, fazendo com que o povoado aparecesse e desaparecesse com o fim da exploração, causando uma dinâmica tanto espacial quanto populacional. Do ponto de vista da materialidade, as casas eram feitas sem muita estrutura e, em muitos casos, acabavam sendo abandonadas pela falta dos minérios. A partir dessas proposições, o objetivo deste trabalho é analisar a formação espacial do Monchão do Vaz, núcleo urbano a priori do que hoje é a cidade de Israelândia – GO. A formação espacial do município em questão pode ser analisada, segundo Braudel (1984), a partir de uma perspectiva de longo prazo, já que o município traz em si reminiscências do século XVIII, período auge da mineração em Goiás. O recurso metodológico da geo-história permite analisar os diferentes usos da conformação espacial num determinado período de tempo. Neste sentido, é pesquisar o espaço numa perspectiva contínua, sem ruptura, buscando no tempo algumas explicações para a organização geográfica atual de um determinado lugar ou fenômeno.

Palavras chave: Mineração. Formação Espacial. Israelândia – GO. Geo-história.

1. INTRODUÇÃO¹

A dinâmica espacial na perspectiva em que propõe Santos e Silveira (2001), está relacionada ao espaço geográfico como sinônimo de território usado. Sendo assim, nos permite a compreensão dos diferentes usos que estão contidos na conformação espacial. Os usos, ainda conforme os autores, estão associados às condições de apropriação da natureza e sua transformação em território usado. É preciso se atentar, pois, o território usado deve ser periodizado, pois, os usos são distintos nos diferentes momentos históricos.

De acordo com Santos (2014, p. 31), o espaço é “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social”. Sendo assim, o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, onde, de um lado temos um arranjo de objetos, sejam eles sociais, naturais ou geográficos, e por outro a vida que os anima e os preenche, sendo, pois, a sociedade em movimento.

O território usado por sua vez, é constituído por “objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994, p. 16). Ou seja, o território usado recebe influências de ações passadas já materializadas, que, logo, participará no espaço atual. Sendo assim, o espaço é, e será sempre histórico. A junção entre a materialidade territorial e as ações torna-o histórico através das ações humanas no decorrer de sua existência, Santos (1994). Segundo Silveira (2011), o território usado compreende tudo aquilo que o constitui materialmente;

Por isso o território usado é tudo aquilo que o constitui materialmente, isto é, as infraestruturas que chamamos sistemas de engenharia, a agricultura, a indústria, o meio construído urbano, as densidades demográficas e técnicas, mas também o que o constitui imaterialmente, as ações, normas, leis, culturas, movimentos da população e fluxos de toda ordem, incluindo ideias e dinheiro. (SILVEIRA, 2011, p. 155).

O território usado sendo histórico, precisa-se estabelecer um recurso para entender as ações em um determinado tempo. Ou seja, o recorte temporal depende quase que exclusivamente do recuo necessário para compreender como uma dada realidade se materializa no presente. Neste sentido, as pesquisas que propõe uma investigação em que seu fenômeno tem no tempo uma maior duração (longa ou média), precisam de recursos teóricos-metodológicos que se enquadram a este tipo de análise.

É importante lembrar que, como destaca Abreu (2006, p. 240), “pensar o passado do espaço não significa fazer geografia antiquária. Significa buscar em tempos já idos as chaves de interpretação do presente”. Entretanto, não se trata aqui de tomar “tempos congelados” em um sítio espacial como fenômenos que se acumulam sem nenhuma participação na realidade atual. É, então, fazer um resgate histórico mantendo as conexões existentes nos diferentes momentos para entender o presente momento estudado, ou seja, é resgatar os fatos e não os isolar. É importante ressaltar ainda que, os usos espaciais que são herdados, trazem consigo os seus conteúdos, que, com mais ou menos tensões, participam da dinâmica espacial presente.

A histografia sobre Goiás, em um plano geral, descreve a ocupação dessa porção do território nacional em: um período dinâmico com a mineração no início até meados do

¹ Este trabalho é parte da dissertação de Mestrado de Hyago Ernane Gonçalves Squiave. Para maiores informações, a versão completa está na página do Programa de Pós-graduação da UFG/REJ.

século XVIII; seguindo de um longo período de estagnação que cobre, praticamente, todo o século XIX, quando prevaleceu atividade agropastoril, voltada para o consumo local/regional, e só depois das primeiras décadas do século XX, esses “sertões” foram inseridos na economia nacional com a Marcha para Oeste, a construção de Goiânia e, especialmente, com a transferência da capital federal para o Planalto Central.

As políticas públicas implementadas a partir da década de 1970, dão o último grande “toque” na ocupação do Cerrado. Hoje, a produção de commodities praticamente “encobrem” os acontecimentos que envolvem às áreas do Cerrado e os espaços de períodos anteriores. Entretanto, muitas áreas dos Cerrados não foram ocupadas por esse modelo técnico e, por isso, ainda, mantêm no presente partes das formas passadas.

A partir dessas proposições teóricas-metodológicas, o objetivo deste trabalho é analisar a formação espacial do Monchão do Vaz, núcleo urbano a priori do que hoje é a cidade de Israelândia – GO.

2. MONCHÃO DO VAZ: O PASSADO

A organização espacial brasileira se formou por diferentes momentos/períodos que, com mais ou menos tensões, resultaram na organização e na dinâmica espacial atual. Primeiro com a conquista e a expansão do território brasileiro baseadas na produção de açúcar, café e outros produtos. Em seguida, com as missões, sobretudo do bandeirantismo para conquista/reconhecimento do interior do país e extração de minérios. E, por último, mas não menos importante, a apropriação das terras no interior do território do país.

Esses períodos, chamados por Moreira (2014) de fases e vetores da formação espacial brasileira, culminaram no arranjo espacial das cidades que compõem o urbano nacional. Especificamente em Goiás, as cidades se formaram em uma mistura entre o processo da prática da mineração, sobretudo nos arraiais que sobreviveram às crises e estagnações econômicas, e a apropriação das terras que deram origem a povoados que posteriormente viraram cidades.

A transição de uma economia com base na mineração, para uma economia praticamente de subsistência, com base na agropecuária, levou Goiás não apenas a uma reestruturação fundiária, mas provocou também alterações nas relações de produção. Há uma nova forma de leitura do espaço geográfico goiano, baseada em Santos (2014), em que o processo produtivo muda e as formas de adaptação ao mesmo também mudam, além, é claro, das novas funções com o novo “modelo” de economia. Hoje, a maioria das cidades que “nasceram” do período de mineração pouco herdaram desse momento, pois é uma economia baseada na saída da riqueza para fora da província. A organização econômica que sucede a mineração se volta mais para dentro (economia de mercado interno ou de subsistência), baseada nas atividades agropecuárias. O controle das terras, apropriadas, na maior parte das vezes de forma irregular, vai dar uma nova conformação espacial, baseada no poder local.

Retomemos sobre Monchão do Vaz. Para entender sobre a sua formação, precisamos fazer um recuo ainda no século XVIII, para compreender como a região de seu entorno começa a transformar o espaço.

Goiás foi sendo formado a partir das inúmeras entradas e bandeiras que percorreram o seu território em busca de metais preciosos e aprisionamento de indígenas. Bartolomeu Bueno da Silva, bandeirante paulista, encontrou metais preciosos no Rio Vermelho em

1682 e retornou a São Paulo para comunicar a Coroa Portuguesa do fato. Porém, já velho, Bueno acaba morrendo e não consegue voltar aos achados para realizar a exploração. Quem vai retornar é seu filho, que o acompanhou na primeira expedição e que possui mesmo nome. Nesse retorno, já no século XVIII, Bueno (filho) se perde no caminho e passa mais a Oeste do Rio Vermelho e encontra ouro em um rio que logo batizariam de Claro (por suas águas cristalinas). Porém, após divergências na bandeira, sobretudo com seu genro, Bueno reorganiza sua expedição e acaba encontrando o rio que o pai visitara a quase 40 anos atrás. Dessa forma, o primeiro núcleo urbano a ser formado em Goiás foi o arraial de Sant'Anna, por volta de 1723, nas margens do rio Vermelho (atual Cidade de Goiás – GO). (PALACÍN E MORAES, 1994).

Após a construção do primeiro núcleo urbano, diversas outras expedições continuaram a percorrer todo o território goiano a fim de encontrar riquezas, sejam elas de qualquer espécie. Um grupo se lembrou dos achados no rio Claro, e começou uma expedição para encontrar minerais naquele lugar. Dessa forma, em 1746, é construído o arraial de Bom Fim, para abrigar mineiros (sobretudo escravos) que trabalhassem na exploração. Mas, no ano 1749, os índios Cayapó em retaliação aos bandeirantes, destruíram o arraial de Bom Fim. Porém, a Coroa Portuguesa, em 1751, manda construir um novo arraial, agora com o nome de Pilões.

Sobre a formação do arraial de Pilões, Pohl (1976) descreve que:

Gomes Freire de Andrade, que exercia o governo de todas as capitânias do Sul, viajou no ano de 1749 para Goiás, para firmar contrato sobre as lavras de diamantes descobertas no Rio Claro e em Pilões, onde trabalhavam 100 escravos. Mas, comparativamente com as despesas necessárias, a produção era pouca e os contratantes logo regressaram para Minas Gerais. Apesar disso, o governo estava tão interessado nesse importante ramo de produção, que várias ordenações foram expedidas, proibindo, sob pena de pesados castigos, quaisquer trabalhos de mineração num raio de 40 léguas do indicado distrito diamantífero. (POHL, 1976, p. 132).

E Saint-Hilaire (1975) relata:

Parece que logo depois da descoberta de Goiás já se admitia a existência de diamantes no Rio dos Pilões e Claro. Quando em 1749 os irmãos Joaquim e Felisberto Caldeira Brant arremataram o contrato dos diamantes do Tijuco, na Província de Minas Gerais, foi-lhes imposta a condição de fornecerem um serviço diamantino de duzentos escravos para exploração dos rios diamantíferos da província de Goiás. Quarenta léguas de terra foram reservadas a eles no distrito de Pilões, formando-se um povoado às margens do Rio Claro com o nome de Bom Fim. Infelizmente os resultados não corresponderam às esperanças dos dois irmãos. Eles não tardaram a ir embora e o arraial de bom fim foi destruído pelos Caiapós. Não obstante, as quarenta léguas continuaram interditadas aos mineradores, e as terras foram vigiadas com todo o cuidado com que é possível guardar uma região desértica. E agora não havia em Pilões senão o destacamento militar encarregado de impedir que as determinações do governo fossem violadas [...]. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 79).

A narrativa de Pohl (1976) diverge mais uma vez da de Saint-Hilaire (1975), pois esse relata que o arraial de Pilões é o mesmo de Bonfim. Entretanto, o de Bonfim foi construído em 1746 e destruído em 1749, diferentemente do que ele descreve. Além disso, diverge de muitos autores sobre o número de escravos que trabalhavam para os irmãos Brant nas minas do arraial de Pilões. De acordo com Pohl (1976), são 100 escravos que trabalhavam, mas Palacín e Moraes (1994), Taunay (1931), Silva e Souza (1967), entre outros, relatam que o número mínimo de escravos era 200 para a assinatura do contrato.

Os irmãos Brant pouco ficaram em Pilões. Do ponto de vista da materialidade, ficaram as pequenas choupanas, além de todo os estragos causados nas margens do rio Claro. Por um longo período, Pilões ficou com a sua mineração interdita pela Coroa. A liberação da mineração em Pilões ocorreu em 1801 (agora com o nome de Distrito Diamantino do rio Claro), por conta do próprio período de estagnação da economia mineratória em Goiás. Acompanhando esse ritmo econômico, um novo modelo surge em Goiás para subsidiar o declínio da mineração, a atividade pecuária e a ocupação das terras.

Aos poucos, o Distrito vai tendo uma dinâmica econômica e populacional estável, não ultrapassando uma população de mil e quinhentas pessoas. A economia se baseia nos achados da mineração e agora, na produção de alimentos ou criação de gado. O século XIX vai permanecer estagnado para a população do Distrito, levando a sua decadência aos poucos (apesar de uma estagnação). Por este motivo, o Distrito passa a se chamar Comércio Velho.

3. DO COMÉRCIO VELHO AO MONCHÃO DO VAZ: O PARALELO ATÉ ISRAELÂNDIA – GO.

A crise da mineração em Goiás que provocou, de forma geral, um “esvaziamento” dos núcleos populacionais da mineração, não revela que, em alguns lugares, houve uma retomada da mineração, mesmo que dentro de outras lógicas.

A continuidade do povoamento existente no Comércio Velho caminha sob perspectivas econômicas distintas. A mineração desencadeia pequenas riquezas com os achados e dinamiza uma economia que movimenta o mercado tanto dentro do distrito como fora, enquanto a pecuária se consolida com a apropriação das terras e com a prática da agricultura.

A exploração mineral foi o principal fator da dinâmica espacial para a região do Rio Claro, marcadamente durante o século XVIII e a partir das primeiras décadas de século XX. Como analisado até o momento, no século XVIII, sob o domínio do período colonial, a mineração que fora conduzida pela extração voltava-se para fora, extraíndo tudo que se podia. O século XIX foi marcado pelas consequências da decadência da mineração, quando a economia regional se volta para dentro, baseada em uma pecuária extensiva e uma produção agrícola de mercado interno.

Na província mineradora de Pilões/Rio Claro/Comércio Velho, a decadência da economia mineira não significou o esgotamento das reservas minerais, especialmente do diamante, que vai dinamizar essa região a partir das primeiras décadas de século XX. Essas explorações minerais, marcadas por contextos diferentes, estão separadas por um século, o XIX, e várias contradições. Assim, não se trata de um retorno à mineração um século depois, mas uma exploração com novas características.

Com a apropriação das terras, vários posseiros começam a ocupar as terras da região do rio Claro, formando assim uma oligarquia de coronéis na região. Vários desses coronéis, começaram a ter um embate, já no século XX, com Israel Amorim, líder dos garimpeiros do Comércio Velho. Para tentar manter o controle das terras, os coronéis tentam criar uma nova cidade, Itajubá, para tirar o controle de Amorim e continuar como mandatários da região. Porém, Amorim era correligionário do interventor em Goiás Pedro Ludovico Teixeira, que permitiu o processo da transferência do distrito, porém, nomeou Amorim para articular todo o processo. Foi um tiro no pé para os coronéis que queriam, a todo custo, o poder local.

O novo povoado (Itajubá), que cresceu 655,91% em população da década de 1940 para a de 1950, estava se consolidando enquanto distrito e cidade. A área do município correspondia a 2900 km². Como a mineração e as disputas territoriais continuavam na região, sobretudo no ainda Comércio Velho, a região que sempre teve o seu ponto de partida com a mineração começa a receber alguns “desbravadores” que percorreram alguns córregos com olhares mais atentos para o ouro e o diamante. É o caso da família de Benedito Marquez Guimarães.

Benedito Marquez Guimarães, garimpeiro, nasceu no distrito do Comércio Velho. Como o sonho de todo garimpeiro era se “bamburar”, Benedito inicia uma busca por minerais nos córregos que pertencem à bacia do rio Claro. E é num córrego batizado de Vaz que é encontrada pelo garimpeiro uma vasta quantidade de ouro de aluvião. Como a condição para a formação espacial dos arraiais de mineração era a quantidade de ouro e/ou diamante encontrado, no córrego do Vaz, nos anos 1942/1943, com os descobertos, além da família de Benedito, outros garimpeiros também se apropriaram do território na busca por minerais.

Logo surgiu o garimpo do Monção do Vaz, junto ao córrego “Vaz”. A figura 1 ilustra o local em que se originou o garimpo que deu origem ao povoamento que viria a ser o município de Israelândia – GO.

Figura 1 - Antigo Monção do Vaz.



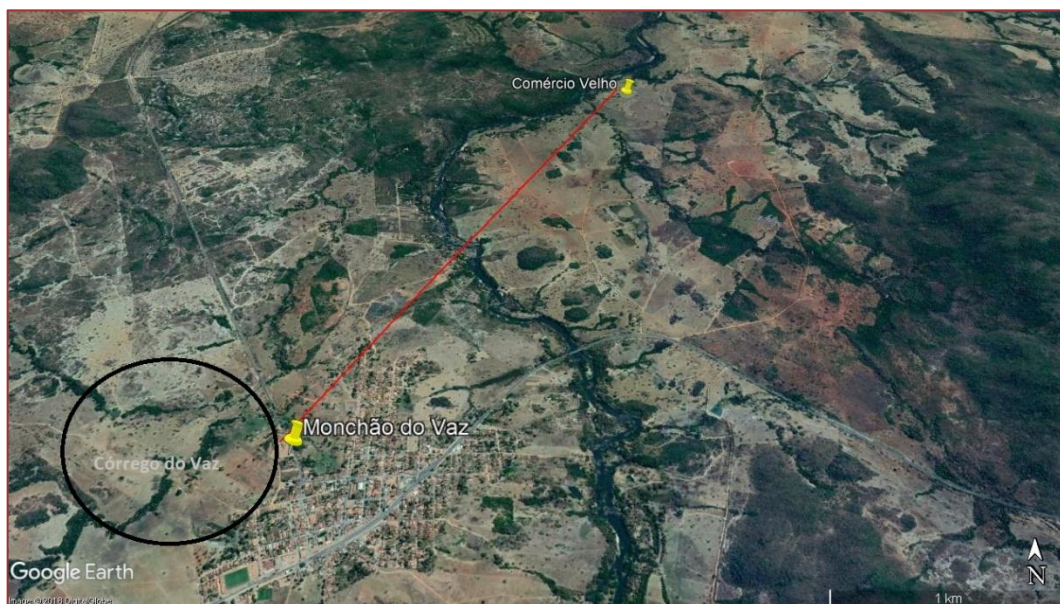
Fonte: Squiave (2015).

Entre os anos 1944 e 1945, a notícia dos minerais encontrados no Monchão do Vaz se espalhou pela região, atraindo pessoas de todas as partes do Brasil, sobretudo baianos. Em pouco tempo casas foram sendo construídas nos arredores do Monchão do Vaz para abrigar os garimpeiros que permaneciam no lugar com um tempo de resistência maior. A formação do povoamento, de alguma forma, traz o passado minerador dos tempos anteriores, mas as construções remissivas já estavam “corroídas” pelo tempo. O Comércio Velho já não guardava a vitalidade de outros tempos, quando foi o principal lugar de referência da mineração, antes do seu povoado ser transferido para o município de Iporá. Mas o que está posto aqui é que esse povoamento não surge do nada, há sim formas herdadas, elas não são imaginárias, são realidades concretas, que atravessaram o tempo cronológico e se colocam como realidades concretas na estrutura fundiária, nas delimitações territoriais da fragmentação espacial; são espaços colocados na instituição de novos municípios, normalmente decorrentes das disputas dos poderes locais/regionais. Portanto, o repovoamento é construído como uma realidade de uma natureza (re)apropriada, colocada em bases de um território usado.

As mudanças e as técnicas da época condicionam um novo modelo de urbanização. Os barracos que eram construídos ao lado dos garimpos no século XVIII e XIX foram imprimindo novas camadas que adensam os espaços construídos. Essa “urbanização” que é configurada no Monchão do Vaz acompanha uma espacialidade que traduz o seu tempo, com formas urbanas como o uso de plano de arruamento e construções das edificações com novas técnicas.

Essa produção espacial pode ser analisada a partir da visão de Milton Santos (1978, p. 116), que explica que: “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”, sendo que a “produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido”. A composição do trabalho para a produção espacial fica evidenciada. Pensando na urbanização do Monchão do Vaz, é possível observarmos a produção deste “novo” espaço a partir da utilização do trabalho humano tanto na prática da garimpagem quanto na construção do núcleo urbano.

Do antigo Comércio Velho existiam, neste período (1940/1945), poucas casas e uma pequena população que sobrevivia à base da agricultura de subsistência. A grande maioria migrou para Itajubá e uma parte dessa população se mudou para o Monchão do Vaz. A figura 2 ilustra a distância entre o antigo Comércio Velho e o Monchão do Vaz.

Figura 2 - Distância entre o Comércio Velho e o Monchão do Vaz.

Fonte: Google Earth. Adaptado por Squiave (2018).

A distância entre o antigo Comércio Velho e o Monchão do Vaz é de 3 quilômetros. Como no início de todo povoamento, a condição para a apropriação e a transformação da natureza eram os recursos minerais encontrados. Primeiro nos rios Claro e Pilões e, após duzentos e cinquenta anos de povoamento na região, no Córrego do Vaz.

Já o Monchão do Vaz toma um forte caminho rumo a um desenvolvimento e a um crescimento populacional, seja pela atividade mineradora ou pela atividade agropastoril que se desenvolvia na região para abastecer as minas e também fixar uma economia. Neste sentido, começam a chegar ao povoado alguns comerciantes que se instalam e que deram suporte para o núcleo urbano servir de local para abastecimento da região.

Em razão do desenvolvimento alcançado pelo povoado, em 19 de setembro de 1953, através da Lei Municipal de nº. 54, foi criado o Distrito de Monchão do Vaz, situado ao leste de Iporá e que pertencia ao município supracitado. É daí então que, em 14 de novembro de 1958, no governo de José Ludovico de Almeida, através da Lei Estadual de nº. 2.114, o distrito do Monchão do Vaz foi elevado à condição de município com autonomia própria, recebendo nome de Israelândia em homenagem a Israel de Amorim.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elo entre passado e presente traz em si diferentes elementos que resultaram na formação espacial do Monchão do Vaz, que hoje é a cidade de Israelândia – GO. Pensar a lógica dessa formação, é identificar que os processos produtivos como a mineração e a pecuária tiveram papel decisivo na formação do núcleo urbano bem como da sua emancipação política.

Israelândia, a “cidade de Israel”, como dito alhures, já nasce com o espaço herdado dos outros períodos, ou seja, traz em si os usos desse território, do período da mineração, da

pecuária e, quiçá, dos povos autóctones que, infelizmente, entre todos foi o que deixou menos rugosidades.

A posição de Israelândia, ou seja, o seu lugar de construção vem do período minerador originário e se reafirma com o novo ciclo de mineração das primeiras décadas do século XX. A sua estrutura fundiária vem da ocupação agropecuária que foi sendo constituída na pós-mineração do século XIX. A dinâmica econômica resulta desse processo de expansão e contração, amalgamado em uma formação espacial que fora se desenvolvendo em um tempo lento.

REFERÊNCIAS

- [1] ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- [2] BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1984.
- [3] MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuições crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- [4] PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Santana. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.
- [5] POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1976.
- [6] SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira, apresentação de Mário Guimarães – Belo Horizonte. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- [7] SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- [8] _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- [9] _____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- [10] SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- [11] SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. 1849. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva. [2ª. edição 1872]. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/sousa-1849-memoria/sousa_1849_memoria.pdf>. Acesso em: 26/04/2017.
- [12] SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século 21 - a história de um livro**. 2011.
- [13] TAUNAY, Visconde. **Goyaz**. 2. ed. São Paulo: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 1931. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cb000002.pdf>>. Acesso em: 26/04/2017.

Capítulo 13

A constituição do sujeito entre poder, discurso e ideologia: aproximações e deslocamentos entre Michel Foucault e Michel Pêcheux

Mírian Raquel Nepomuceno de Oliveira

Resumo: Este artigo analisa a constituição do sujeito a partir de um diálogo entre Michel Foucault e Michel Pêcheux, considerando as relações entre poder, discurso, ideologia, subjetivação e resistência. O estudo parte do problema de como compreender a possibilidade de deslocamento e transformação quando o sujeito não é concebido como origem soberana de seus atos e sentidos, mas como constituído em relações históricas que o antecedem e o atravessam. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, interpretativa e comparativa, cujo corpus é composto por “O sujeito e o poder” e “Tecnologias de si”, de Foucault, “Delimitações, inversões, deslocamentos” e capítulos de Semântica e discurso, de Pêcheux. A análise demonstra que ambos os autores recusam a concepção de um sujeito autônomo, transparente e anterior às relações sociais, embora desenvolvam essa crítica a partir de referenciais distintos. Em Foucault, a constituição do sujeito é examinada pelas relações de poder, práticas de objetivação e tecnologias de si, mantendo-se uma relação fundamental entre poder, liberdade e resistência. Em Pêcheux, a constituição do sujeito e do sentido é compreendida por meio da ideologia, das formações discursivas, dos esquecimentos e do pré-construído. Conclui-se que a aproximação entre os autores permite compreender o sujeito como efeito de processos históricos e, simultaneamente, preservar a questão da transformação, uma vez que nem as relações de poder nem os processos discursivo-ideológicos constituem sistemas absolutamente fechados à resistência, à contradição e ao deslocamento.

Palavras-chave: sujeito; poder; discurso; ideologia; Michel Foucault; Michel Pêcheux.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o sujeito ocupa posição central em diferentes campos das ciências humanas e dos estudos da linguagem, sobretudo quando se questiona a concepção de um indivíduo autônomo, consciente e plenamente capaz de controlar os sentidos que produz. Em perspectivas que problematizam essa evidência, o sujeito deixa de ser entendido como ponto de partida para ser investigado como resultado de processos históricos, sociais e discursivos. É nesse horizonte que se situam, por caminhos teóricos distintos, Michel Foucault e Michel Pêcheux. Foucault desenvolve sua reflexão a partir da análise das relações de poder, das práticas históricas e dos modos de subjetivação, enquanto Pêcheux articula linguística, materialismo histórico e teoria da ideologia para compreender a constituição discursiva do sujeito e do sentido. Apesar das diferenças entre seus projetos, uma questão atravessa as leituras aqui mobilizadas: se o sujeito não existe como origem soberana anterior ao poder, à linguagem e à ideologia, de que maneira se constitui aquilo que ele reconhece como identidade, vontade, autonomia e possibilidade de ação?

Nos textos “O sujeito e o poder” e “Tecnologias de si”, Foucault desloca a discussão de uma teoria abstrata do sujeito para a investigação das práticas pelas quais os seres humanos são historicamente constituídos como sujeitos. Em “O sujeito e o poder”, o autor afirma que seu objetivo não foi propriamente elaborar uma teoria do poder, mas compreender os diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos (FOUCAULT, 1995). Já em “Tecnologias de si”, o problema é retomado a partir das práticas por meio das quais os indivíduos estabelecem determinadas relações consigo mesmos, mostrando que até aquilo que parece pertencer à interioridade mais íntima possui uma história e depende de técnicas, saberes e relações socialmente constituídas (FOUCAULT, 2004). Pêcheux, por sua vez, problematiza a evidência de um sujeito que se percebe como fonte de seu próprio dizer. Em Semântica e discurso, a interpelação ideológica, as formações discursivas, os esquecimentos e o pré-construído permitem explicar por que o sujeito experimenta como evidente e natural aquilo que resulta de processos discursivos e ideológicos (PÊCHEUX, 1997). Em “Delimitações, inversões, deslocamentos”, essa problemática adquire dimensão histórica e política mais explícita, alcançando também a constituição discursiva dos sujeitos coletivos e os processos de transformação (PÊCHEUX, 1990).

A aproximação entre esses autores, entretanto, não deve apagar as diferenças conceituais que organizam seus trabalhos. Foucault não fundamenta sua análise na teoria da ideologia e atribui papel decisivo à relação entre poder e liberdade, enquanto Pêcheux formula sua teoria do discurso em diálogo com o materialismo histórico e com a tese althusseriana da interpelação ideológica. Por isso, o interesse deste estudo não consiste em produzir uma equivalência entre poder e ideologia ou entre subjetivação e interpelação, mas em investigar um problema comum a partir das diferenças entre os dois referenciais: a crítica ao sujeito soberano e as consequências dessa crítica para pensar a possibilidade de resistência e transformação. A questão de pesquisa que orienta o artigo pode, assim, ser formulada nos seguintes termos: como Foucault e Pêcheux explicam a constituição não soberana do sujeito e que possibilidades suas formulações oferecem para pensar deslocamentos nas formas de subjetivação e identificação? Parte-se da hipótese de que ambos desconstruem a evidência do sujeito como origem, mas não conduzem necessariamente à eliminação de toda possibilidade de ação, uma vez que a liberdade e a resistência, em Foucault, e a contradição e o deslocamento, em Pêcheux, impedem que a constituição do sujeito seja compreendida como determinação absolutamente fechada.

A aproximação entre Foucault e Pêcheux possui uma tradição crítica própria no campo da Análise do Discurso. Gregolin (2004) reconstrói os diálogos e os confrontos entre os dois

projetos, mostrando que suas trajetórias teóricas apresentam pontos de encontro sem se reduzirem a um mesmo quadro conceitual. Puech (2014), por sua vez, situa ambos no contexto da emergência da noção de discurso na França e evidencia a especificidade de suas leituras e deslocamentos teóricos. Partindo desse debate, o presente artigo não pretende reiterar uma aproximação geral entre os autores, mas concentrar-se em um problema específico: como a crítica ao sujeito soberano permite pensar, em cada referencial, possibilidades de resistência, contradição e transformação sem restituir ao sujeito a posição de origem.

O objetivo geral é analisar comparativamente a constituição do sujeito em Foucault e Pêcheux, considerando as relações entre poder, discurso e ideologia e examinando as possibilidades de resistência e deslocamento presentes nos textos selecionados. Como objetivos específicos, busca-se compreender os modos de objetivação e subjetivação discutidos por Foucault; examinar a relação entre poder, liberdade e resistência; analisar, em Pêcheux, a interpelação ideológica, as formações discursivas, os esquecimentos e o pré-construído; identificar aproximações e diferenças entre os dois autores; e discutir em que medida suas formulações permitem pensar a transformação sem restituir ao sujeito a posição de origem soberana que ambos problematizam. Ao desenvolver essa questão ao longo do artigo, pretende-se ampliar o eixo comparativo já estabelecido entre os autores e explicitar sua relevância para os estudos do discurso, particularmente para a compreensão das relações entre constituição histórica do sujeito, produção de sentidos e possibilidade de transformação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. FOUCAULT: PODER, SUBJETIVAÇÃO E TECNOLOGIAS DE SI

Em “O sujeito e o poder”, Foucault (1995) esclarece que seu percurso intelectual não teve como finalidade principal estudar o poder como objeto autônomo, mas investigar os modos pelos quais os seres humanos são transformados em sujeitos. Para desenvolver essa questão, o autor identifica diferentes formas de objetivação: aquelas relacionadas às ciências que constituem o ser humano como objeto de conhecimento; as práticas divisoras que classificam e separam os indivíduos, como ocorre nas oposições entre louco e são, doente e saudável; e os processos pelos quais o próprio indivíduo se reconhece e se constitui como sujeito. Essa formulação desloca o sujeito de uma posição originária, pois aquilo que ele é não pode ser explicado por uma essência anterior às relações históricas. A subjetividade passa a ser investigada a partir de práticas que produzem modos específicos de conhecer, classificar e relacionar o indivíduo consigo mesmo. Nesse quadro, a questão do poder torna-se indispensável, não porque o poder seja uma substância possuída por determinados grupos ou instituições, mas porque ele se exerce nas relações entre sujeitos e atua sobre o campo possível de ações.

Essa concepção permite distinguir poder de violência. Enquanto a violência pode agir diretamente sobre corpos e coisas, destruindo ou reduzindo possibilidades, a relação de poder pressupõe que aquele sobre quem ela se exerce permaneça reconhecido como sujeito capaz de agir. O poder atua sobre ações possíveis, procurando conduzir, facilitar, dificultar, induzir ou limitar comportamentos; por essa razão, a liberdade não aparece simplesmente como exterior ou oposta ao poder, mas como condição de sua existência (FOUCAULT, 1995). Essa relação é particularmente importante para a discussão proposta neste artigo porque impede que a constituição do sujeito seja compreendida como submissão mecânica a uma força unilateral. Se o poder se exerce sobre sujeitos que

possuem um campo de possibilidades, então as relações de poder comportam também tensões, recusas e resistências. Foucault não restitui, com isso, um sujeito soberano anterior às relações históricas, mas permite pensar a ação no interior dessas próprias relações.

A discussão sobre o poder pastoral amplia essa perspectiva. Foucault (1995) mostra como uma forma de poder originada em instituições cristãs, voltada simultaneamente ao indivíduo e ao conjunto, foi incorporada e transformada pelo Estado moderno. A combinação de procedimentos individualizantes e totalizantes participa da constituição de sujeitos vinculados a determinadas identidades e formas de reconhecimento. É nesse contexto que o autor situa as lutas contra a sujeição: elas não consistem em libertar uma identidade verdadeira que existiria escondida sob as imposições sociais, mas em questionar as formas pelas quais os indivíduos são ligados a identidades específicas. A resistência não se orienta, portanto, para a recuperação de uma essência perdida; ela pode assumir a forma de recusa de determinadas maneiras de ser sujeito e de abertura para outras formas de subjetividade. Essa formulação é decisiva porque desloca a transformação do modelo de uma libertação de algo preexistente para o problema histórico da modificação das relações pelas quais os sujeitos são constituídos.

Em “Tecnologias de si”, Foucault (2004) examina esse problema a partir de outro recorte histórico, concentrando-se nas práticas por meio das quais os indivíduos agem sobre si mesmos. Na Grécia e em Roma antigas, o cuidado de si envolvia exercícios, escrita, exames cotidianos e preparação para as dificuldades da existência. Embora se trate de um trabalho do sujeito sobre si, esse trabalho não é apresentado como atividade isolada ou puramente interior, pois depende de técnicas, ensinamentos e relações com os outros. Com o cristianismo, as práticas de si sofrem transformações significativas: a relação consigo passa a envolver a obrigação de revelar a verdade sobre si diante de outra pessoa, como ocorre na penitência e na confissão dos pensamentos ao mestre espiritual. Conhecer e verbalizar a verdade sobre si articulam-se, nesse contexto, à renúncia de si. O que aparece como interioridade revela-se, assim, historicamente produzido por práticas específicas. A contribuição dessa análise para o problema do sujeito consiste em demonstrar que a relação consigo mesmo também possui condições históricas e não pode ser tomada como expressão imediata de uma essência individual.

2.2. PÊCHEUX: SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIA

Pêcheux aborda a constituição do sujeito a partir de um campo teórico distinto, articulando linguagem, ideologia e materialismo histórico. Em Semântica e discurso, a retomada da formulação althusseriana segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos permite problematizar a evidência da autonomia subjetiva (PÊCHEUX, 1997). A interpelação não se apresenta ao sujeito como uma determinação exterior claramente reconhecível; ao contrário, produz a evidência de que ele sempre já foi sujeito. É nesse ponto que Pêcheux mobiliza a imagem do “efeito Münchhausen”, por meio da qual ironiza a representação de um sujeito que seria causa de si mesmo e origem de suas próprias determinações. A crítica dirige-se, portanto, à ilusão de uma subjetividade autossuficiente: o sujeito se reconhece como origem justamente porque as condições de sua constituição não lhe aparecem como tais.

A noção de formação discursiva permite compreender como esse processo se realiza no funcionamento da linguagem. Para Pêcheux (1997), as palavras e expressões não carregam sentidos fixos que permaneceriam os mesmos independentemente das

condições de produção. Os sentidos se constituem de acordo com as posições inscritas nas formações discursivas, relacionadas às formações ideológicas. Desse modo, sujeito e sentido não são duas entidades previamente constituídas que posteriormente entram em relação; ambos se produzem no processo discursivo. O sujeito identifica-se com uma formação discursiva sem dominar plenamente as condições dessa identificação, e é nesse quadro que os chamados esquecimentos adquirem importância. O esquecimento nº 1 corresponde ao apagamento do processo pelo qual o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, enquanto o esquecimento nº 2 se relaciona à impressão de que ele controla plenamente as formulações empregadas e poderia escolher livremente a maneira de dizer aquilo que pretende dizer. Esses mecanismos ajudam a explicar a experiência subjetiva de autonomia sem pressupor que essa autonomia seja a origem efetiva do discurso.

A noção de pré-construído aprofunda a crítica à evidência ao mostrar que determinados elementos comparecem no discurso como se já estivessem dados, anteriores e independentes do processo em que são retomados. Aquilo que se apresenta como óbvio, natural ou previamente conhecido possui, entretanto, condições históricas de constituição. A análise do discurso desloca, assim, a pergunta sobre o significado de uma palavra ou formulação para as condições em que determinados sentidos podem aparecer como evidentes. Esse deslocamento possui consequências diretas para a concepção de sujeito, pois a própria evidência de “quem fala” e “o que quer dizer” passa a ser interrogada. O sujeito não desaparece da teoria, mas deixa de ocupar a posição de fundamento transparente do sentido. Ele se constitui em processos de identificação atravessados por formações discursivas e ideológicas que não controla plenamente (PÊCHEUX, 1997).

Em “Delimitações, inversões, deslocamentos”, Pêcheux (1990) confere dimensão histórica e política mais explícita à relação entre discurso e constituição do sujeito. Ao examinar discursos revolucionários da Revolução Francesa às experiências políticas do século XX, o autor mostra que expressões como “o povo” e “as massas” não podem ser tratadas apenas como nomes que designariam coletividades previamente constituídas e estáveis. Esses termos participam dos próprios processos históricos em que sujeitos coletivos adquirem existência e sentido. A figura do porta-voz é especialmente significativa porque aquele que fala em nome de um coletivo não se limita a representar uma unidade pronta; sua fala participa também da produção discursiva dessa unidade. A constituição discursiva do sujeito ultrapassa, portanto, o indivíduo e alcança sujeitos políticos e históricos. Ao mesmo tempo, a atenção aos deslocamentos e às contradições permite perceber que os processos ideológicos e discursivos não se limitam à reprodução homogênea do já estabelecido, aspecto fundamental para pensar a transformação sem recorrer à imagem de um sujeito exterior à história.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, interpretativa e comparativa. O corpus foi delimitado a quatro conjuntos de textos selecionados em função do problema de pesquisa: “O sujeito e o poder”, de Michel Foucault (1995); “Tecnologias de si”, de Foucault (2004); “Delimitações, inversões, deslocamentos”, de Michel Pêcheux (1990); e os capítulos de Semântica e discurso mobilizados para a discussão da interpelação ideológica, das formações discursivas, dos esquecimentos e do pré-construído (PÊCHEUX, 1997). A escolha desse corpus decorre da presença, nos quatro

textos, de problemas relacionados à constituição não soberana do sujeito, ainda que formulados a partir de tradições teóricas distintas. O procedimento analítico consistiu na identificação dos conceitos centrais empregados por cada autor, na reconstrução das relações estabelecidas entre sujeito e condições históricas de constituição e, posteriormente, na comparação entre aproximações, diferenças e tensões que emergem desse conjunto.

A comparação não pressupõe equivalência conceitual entre os referenciais. Por essa razão, poder não é tratado como sinônimo de ideologia, subjetivação não é reduzida à interpelação e resistência não é automaticamente identificada ao deslocamento discursivo. O método comparativo adotado busca preservar a especificidade dos conceitos e, ao mesmo tempo, colocá-los em relação a partir de uma questão comum: como pensar a constituição do sujeito sem tomá-lo como origem e como compreender a possibilidade de transformação quando as próprias formas de reconhecimento, identificação e produção de sentidos são historicamente constituídas? A análise desenvolve-se, assim, em dois movimentos complementares. O primeiro reconstrói os modos pelos quais Foucault e Pêcheux desestabilizam a evidência do sujeito soberano; o segundo examina as aberturas existentes em seus textos para pensar resistência, contradição e deslocamento. Não são mobilizados exemplos empíricos externos ao corpus. A bibliografia crítica é utilizada para situar historicamente o diálogo entre Foucault e Pêcheux e delimitar a contribuição do estudo, enquanto os resultados e a discussão permanecem centrados nos textos teóricos selecionados.

4. RESULTADOS

A leitura comparativa evidencia, como primeiro resultado, uma convergência decisiva entre Foucault e Pêcheux: ambos recusam a ideia de que o sujeito possa ser tomado como origem transparente de suas ações, de seus sentidos e de sua identidade. Em Foucault, essa recusa se manifesta na investigação dos processos históricos de objetivação e subjetivação. O indivíduo torna-se sujeito por meio de práticas de saber, classificações, relações de poder e técnicas pelas quais estabelece uma relação consigo mesmo (FOUCAULT, 1995; 2004). Em Pêcheux, a crítica incide sobre a evidência de que o sujeito seria fonte autônoma de seu dizer. A interpelação ideológica, as formações discursivas e os esquecimentos explicam como ele se reconhece como origem justamente porque as condições discursivas e ideológicas de sua constituição são apagadas (PÊCHEUX, 1997). Embora os caminhos conceituais sejam diferentes, os dois autores deslocam a análise da pergunta “quem é o sujeito em sua essência?” para a investigação dos processos que tornam possíveis determinadas formas de subjetividade e identificação.

O segundo resultado diz respeito à relação entre constituição e historicidade. Nos dois referenciais, aquilo que parece mais individual não se forma fora da história. Em Foucault, as práticas de si variam historicamente e produzem diferentes modos de relação consigo, como evidencia a comparação entre as práticas greco-romanas e as tecnologias cristãs de confissão e renúncia de si (FOUCAULT, 2004). Em Pêcheux, os sentidos e as posições de sujeito dependem das formações discursivas e ideológicas e não podem ser compreendidos como propriedades naturais das palavras ou dos indivíduos (PÊCHEUX, 1997). Essa historicização alcança também as identidades coletivas: em “Delimitações, inversões, deslocamentos”, termos políticos como “povo” e “massas” participam dos processos pelos quais os próprios sujeitos coletivos são discursivamente constituídos (PÊCHEUX, 1990). A consequência comum é a desnaturalização da identidade: aquilo que

se apresenta como evidente, íntimo ou espontâneo passa a ser compreendido em relação a práticas e processos históricos.

A comparação também revela uma diferença importante na maneira como a possibilidade de ação é formulada. Em Foucault, a relação entre poder e liberdade é explicitamente constitutiva da análise. O poder, ao atuar sobre ações possíveis, pressupõe um campo no qual diferentes respostas podem ocorrer; por isso, a resistência não é simplesmente exterior ao poder, mas emerge no interior das relações em que ele se exerce (FOUCAULT, 1995). Em Pêcheux, a ênfase recai sobre a constituição ideológica e discursiva do sujeito, o que pode produzir, em uma leitura inicial, a impressão de uma determinação mais intensa. Entretanto, “Delimitações, inversões, deslocamentos” impede reduzir sua perspectiva a um modelo de reprodução absoluta, pois a própria atenção às contradições históricas e aos deslocamentos discursivos indica que as formações ideológicas não constituem sistemas homogêneos e imutáveis (PÊCHEUX, 1990). Assim, embora resistência e deslocamento não sejam conceitos equivalentes, ambos permitem recusar a ideia de uma constituição completamente fechada.

Um quarto resultado decorre da análise da transformação. A questão formulada ao final da resenha original pode ser aprofundada à luz do próprio corpus: se o sujeito é constituído em relações históricas, a transformação não pode ser explicada pela simples decisão de um indivíduo exterior a essas relações. Em Foucault, a recusa de formas de individualização e a criação de outras maneiras de ser sujeito pressupõem a transformação das relações e práticas pelas quais determinadas identidades são produzidas. Em Pêcheux, a possibilidade de deslocamento não decorre de um sujeito plenamente consciente que se colocaria fora da ideologia, mas das contradições que atravessam os processos históricos e discursivos. Desse modo, os textos analisados convergem em um ponto metodologicamente relevante: pensar transformação exige abandonar tanto a imagem de um sujeito absolutamente livre quanto a de um sujeito completamente imóvel diante das condições que o constituem.

5. DISCUSSÃO

Os resultados permitem sustentar que a principal produtividade do diálogo entre Foucault e Pêcheux reside menos na busca de correspondências terminológicas do que na possibilidade de interrogar a evidência do sujeito a partir de duas problematizações diferentes. Foucault mostra que as relações de poder e as práticas de saber não incidem sobre um indivíduo previamente pronto, mas participam da constituição dos modos pelos quais ele é reconhecido, classificado e conduzido a relacionar-se consigo mesmo. Pêcheux demonstra, por sua vez, que o sujeito que se imagina origem de seu dizer se constitui em processos discursivos e ideológicos cujo funcionamento depende precisamente do apagamento das condições que o tornam possível. Em ambos, a crítica à soberania subjetiva não significa simplesmente substituir um sujeito livre por um sujeito passivo. O que se modifica é o próprio nível da pergunta: em vez de explicar práticas e discursos pela intenção de uma consciência originária, torna-se necessário investigar as condições históricas em que certas formas de sujeito podem emergir e reconhecer-se como evidentes.

Essa mudança possui implicações importantes para os estudos do discurso. Se o sujeito não domina plenamente as condições de produção do que diz, a análise não pode limitar-se à intenção declarada do falante nem considerar o sentido como simples tradução de uma interioridade. A contribuição de Pêcheux é especialmente direta nesse ponto, pois as

formações discursivas, os esquecimentos e o pré-construído permitem compreender como sentidos aparecem como evidentes e como o sujeito se reconhece naquilo que diz sem controlar integralmente os processos que sustentam essa evidência (PÊCHEUX, 1997). A aproximação com Foucault amplia a questão ao mostrar que a produção histórica do sujeito não se restringe ao funcionamento discursivo em sentido estrito, mas envolve práticas, técnicas, saberes e relações de poder por meio das quais determinadas formas de subjetividade se tornam possíveis (FOUCAULT, 1995; 2004). O diálogo entre os autores permite, assim, compreender que discurso e subjetividade não se relacionam a partir de duas entidades previamente prontas, pois a própria possibilidade de alguém reconhecer-se como determinado tipo de sujeito possui condições históricas.

A diferença entre os autores torna-se particularmente produtiva quando se considera o problema da transformação. Em Foucault, a liberdade é condição das relações de poder e, por isso, a resistência pode ser pensada sem recorrer à ideia de uma essência subjetiva exterior às práticas históricas. A recusa de determinadas identidades não consiste em reencontrar um “verdadeiro eu”, mas em questionar as formas de individualização que ligam os sujeitos a modos específicos de existência (FOUCAULT, 1995). Essa formulação evita que a resistência seja concebida como retorno a uma autenticidade anterior ao poder. Em Pêcheux, a questão se apresenta de maneira diferente. A interpelação ideológica explica a evidência do sujeito e do sentido, mas os processos históricos não são homogêneos; as contradições e os deslocamentos impedem que a reprodução seja entendida como fechamento absoluto (PÊCHEUX, 1990; 1997). Nesse caso, a transformação também não depende de um sujeito exterior à ideologia que, por um ato de consciência, passaria a dominar integralmente suas determinações.

É justamente nesse ponto que a questão central desenvolvida neste artigo ganha maior densidade. Perguntar em que condições as formas de subjetivação podem ser transformadas exige reconhecer que a resposta não pode recolocar no centro o mesmo sujeito soberano que os autores criticam. Se a transformação fosse explicada apenas pela vontade individual, a análise retornaria à concepção de sujeito como origem. Por outro lado, se poder, discurso e ideologia fossem concebidos como sistemas absolutamente fechados, nenhuma mudança histórica poderia ser explicada. Os textos selecionados permitem escapar dessa oposição. Em Foucault, a abertura encontra-se na estrutura relacional do poder e na presença da liberdade; em Pêcheux, nas contradições e deslocamentos que atravessam os processos discursivos e históricos. Isso não oferece uma fórmula simples para explicar toda transformação concreta, mas estabelece um princípio teórico importante: ser constituído historicamente não equivale a estar definitivamente determinado.

A comparação também evidencia a necessidade de cautela diante de uma aproximação excessiva entre os dois autores. Foucault não organiza sua reflexão pela categoria de ideologia tal como mobilizada por Pêcheux, e Pêcheux não formula a constituição do sujeito a partir da mesma analítica das relações de poder encontrada em Foucault. Preservar essa diferença é fundamental para que o diálogo não produza uma síntese artificial. A produtividade da comparação está justamente em observar como dois referenciais distintos desconstróem, cada um a seu modo, a evidência de uma subjetividade originária e enfrentam o problema decorrente dessa desconstrução: como compreender ação, resistência e transformação sem restituir ao sujeito uma autonomia absoluta? Para os estudos do discurso, essa questão permanece especialmente relevante porque permite pensar a produção de sentidos como processo histórico no qual os sujeitos são constituídos, mas no qual também podem ocorrer rupturas, reconfigurações e deslocamentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite concluir que Michel Foucault e Michel Pêcheux convergem na recusa de uma concepção de sujeito soberano, transparente e anterior às relações históricas, embora construam essa crítica a partir de projetos teóricos distintos. Foucault investiga os modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos por meio de práticas de objetivação, relações de poder e tecnologias de si, demonstrando que até a relação aparentemente mais íntima do indivíduo consigo mesmo possui condições históricas de constituição (FOUCAULT, 1995; 2004). Pêcheux, por sua vez, problematiza a evidência do sujeito como origem do dizer ao mostrar que sujeito e sentido se constituem em processos discursivos e ideológicos. A interpelação, as formações discursivas, os esquecimentos e o pré-construído tornam visível teoricamente aquilo que se apaga na experiência subjetiva: o fato de que a autonomia percebida pelo sujeito não pode ser separada das condições históricas que possibilitam sua identificação e seu discurso (PÊCHEUX, 1997).

A aproximação entre os autores mostrou-se produtiva justamente porque não depende da eliminação de suas diferenças. Poder e ideologia não foram tratados como categorias equivalentes, assim como subjetivação e interpelação mantêm funções específicas em cada referencial. A convergência mais relevante encontra-se no deslocamento da pergunta sobre a essência do sujeito para a investigação de seus processos de constituição. Esse movimento possui consequências importantes para os estudos do discurso, pois impede que os sentidos sejam explicados exclusivamente pela intenção individual e exige considerar as condições históricas, discursivas e sociais em que determinadas posições se tornam possíveis. Ao mesmo tempo, a análise demonstrou que reconhecer o sujeito como efeito não implica necessariamente negar toda possibilidade de ação. A liberdade e a resistência em Foucault, bem como a contradição e o deslocamento em Pêcheux, impedem que a constituição histórica seja confundida com determinação absoluta.

A questão central que orientou o artigo pode, portanto, ser respondida a partir dessa tensão. As possibilidades de transformação não precisam ser localizadas em um sujeito exterior ao poder, ao discurso ou à ideologia; elas podem ser pensadas no interior das próprias relações históricas que constituem os sujeitos. Em Foucault, isso significa considerar que as relações de poder pressupõem liberdade e podem ser contestadas, modificadas e reorganizadas. Em Pêcheux, significa reconhecer que os processos discursivos e ideológicos são atravessados por contradições e não se reduzem à reprodução homogênea do já existente. Em ambos os casos, a transformação deixa de ser compreendida como expressão pura de uma vontade originária e passa a exigir a análise das condições em que formas de subjetivação, identificação e produção de sentidos podem deslocar-se.

Por fim, o diálogo entre Foucault e Pêcheux evidencia uma questão que permanece aberta e produtiva: compreender concretamente como determinados deslocamentos se estabilizam, se desfazem ou produzem novas formas de subjetividade e identificação em conjunturas históricas específicas. O corpus analisado oferece instrumentos teóricos para formular esse problema, mas não desenvolve, nos textos selecionados, uma análise empírica de situações contemporâneas que permita acompanhá-lo em funcionamento. Essa delimitação não reduz a contribuição do estudo; ao contrário, indica uma possibilidade de continuidade. Pesquisas futuras poderão mobilizar as categorias discutidas para analisar acontecimentos discursivos específicos e investigar como relações de poder, processos ideológicos, resistências e contradições participam da produção e da transformação de posições de sujeito.

REFERÊNCIAS

- [1] FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- [2] FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. Tradução de André Degenszajn. Verve, São Paulo, n. 6, p. 321-360, 2004.
- [3] PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.
- [4] PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- [5] GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- [6] PUECH, Christian. A emergência da noção de “discurso” na França: Foucault e Pêcheux leitores de Saussure. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (org.). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

Capítulo 14

Trayectorias de las izquierdas colombianas y emergencia de nuevas subjetividades políticas: del fin de la Guerra Fría al Estallido Social de 2021

Juan Felipe Quintero Leguizamon

Alba Lucía Lucumí Silva

Estefan Baleta López

Resumen: Comprender la historia de las izquierdas es imprescindible para entender la historia de un país; pues en ella se evidencia las tensiones y los conflictos sociales entre los grupos hegemónicos y los grupos subalternos, así como las relaciones entre el Estado y sociedad civil. De allí, que el presente artículo aborde las trayectorias de las izquierdas en Colombia desde finales de la década de los ochenta hasta el estallido social en abril de 2021. Destaca en todo este proceso que las izquierdas han tenido un viraje con relación a sus bases programáticas, pues de la inminente concepción sobre la revolución socialista se dio paso a la lucha por la democratización del Estado, del abstencionismo de ciertas izquierdas en la década de los ochenta a la participación electoral y a la construcción de un partido político en el marco de la unidad a mediados de la primera década del 2000. El estallido social de abril demostró la emergencia de nuevas subjetividades demandan un nuevo país y formas más democráticas en los procesos de construcción de la política, donde la democracia participativa sea el eje de la articulación entre el Estado y la sociedad civil; en dicho contexto las izquierdas se vieron desbordadas por los acontecimientos, en tal sentido, las izquierdas tienen la tarea de deconstruirse para poder avanzar en las articulaciones con las nuevas subjetividades que se expresaron en el paro.

Palabras Claves: Izquierdas, movilización social, elecciones, paro, subjetividades

1. INTRODUCCIÓN

Retomar un análisis sobre las izquierdas en un país tan impredecible y tan cambiante como en Colombia es una tarea titánica, no obstante, es importante examinar que ha pasado con las izquierdas en estos últimos 29 años y entender los desafíos que le deparan; esta la finalidad del presente artículo, aunque sólo sea un a apertura al debate.

Son 29 años en la que acontecieron muchos procesos, de una parte, La disolución de la Unión Soviética fue una tragedia para gran parte de los Partidos Comunistas y de las izquierdas a nivel continental, pues dejó sin retaguardia y sin proyecto político en el que apoyarse a las izquierdas de la región. Esto provocó una escalada ideológica de las derechas a nivel mundial ,que declaraban con Francis Fukuyama, el fin de la historia y el triunfo del sistema mundo capitalista.

Pero de otra parte, mientras que a nivel internacional el “socialismo real” dejaba de existir, en nuestro país el autoritarismo y las fuerzas conservadoras sufrían un duro tropiezo y revés con la Constitución de 1991, pues ampliaba los espacios y mecanismos de participación. No obstante, las élites políticas y económicas se negaron a perder su hegemonía y arremetieron a través de violencia sobre partidos de izquierda y movimientos sociales, llevando al exterminio del partido Unión Patriótica y destruyendo gran parte del tejido social.

A pesar de la violencia, en el marco de la apertura democrática, las izquierdas han venido ganando espacios electorales e institucionales, tal vez los más importantes, han sido el de ganar la alcaldía de Bogotá 4 de las últimas 5 elecciones; y el de disputar en segunda vuelta, 2 de las 4 últimas elecciones presidenciales. Este hecho contrasta con la incapacidad de la izquierda por mantener un proyecto solido y consolidado, demostrando una vez más la debilidad de las izquierdas colombianas, pues en la actualidad hay más de 4 organizaciones políticas que se disputan el centro y la izquierda. En tal sentido, la fragmentación de las izquierdas es un hecho que no se puede desconocer y hace parte de su trayectoria.

En el contexto regional, desde mediados de la década de los noventa se empezó a reconstruir nuevos tejidos sociales y movilizaciones producto del aumento de las desigualdades que el neoliberalismo había dejado en el continente; en México aparece el Ejército Zapatista de Liberación Nacional en 1994; las movilizaciones de los Indígenas en Bolivia contra la privatización de agua y del gas; las movilizaciones Indígenas en Ecuador contra los gobierno neoliberales de ; las protestas y el paro en Argentina contra el corralito financiero en el 2001. Posterior a dicho ciclo de protestas llegaron los gobiernos de carácter progresistas, los cuales recogieron ciertas demandas de los movimientos sociales, y lograron, aunque fuese sólo parcialmente contener el neoliberalismo.

Uno de los cambios más significativos para las izquierdas en estos últimos 29 años, fue el acuerdo de paz alcanzado entre las FARC-EP y el Estado Colombiano, en cabeza de Juan Manuel Santos en noviembre de 2016. Como parte de los acuerdos, con el acuerdo se abrió el camino para que las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia en transformarse en partido político; este hecho que pudo hacer que las izquierdas construyeran un pacto de unidad en torno a la paz pero fue malogrado. mientras las izquierdas se disputan el terreno de lo electoral hay una emergencia de actores sociales que reivindican otro tipo de democracia y sociedad.

Tal situación nos lleva a preguntarnos sobre las trayectorias de las izquierdas en estos últimos 29 años y la emergencia de una nueva movilización que pone en duda los métodos

organizativos y la estrategia electoral de las izquierdas tradicionales. Es decir, aunque las izquierdas han ido avanzando en el escenario electoral mantienen una debilidad organizativa y una transformación en su programa pues han priorizado la lucha por la democratización y la redistribución del ingreso, su explicación obedece a dos líneas convergentes: la primera, es que existe una ciudadanía emergente que interpela las formas tradicionales de hacer y construir la política y la sociedad. Esta ciudadanía se expresa en las votaciones presidenciales, a la alcaldía pero también se hace sentir en las calles, aunque se mantiene alejada de las formas organizativas de las izquierdas; la segunda, es que las izquierdas han mantenido un programa liberal-social y anti-neoliberal pero no prioritariamente anticapitalista.

Ello no significa que las izquierdas no hagan parte de las protestas, pues a través de los sindicatos han estado presentes; sin embargo, el paro del 21 de noviembre colocó en entredicho la capacidad de dirección de las izquierdas sobre la diversidad de movimientos sociales y populares con reivindicaciones propias y con aspiraciones de construir una nueva forma de hacer política y democracia; en las que las izquierdas no se sienten del todo cómodas. Hay pues la necesidad de reinventar las izquierdas, de construir y adaptar nuevas formas de hacer la política recuperando para ello la capacidad de potenciar las subjetividades, la organización, la unidad en la pluralidad y la formas democráticas

Por último, es necesario indicar que son pocos los estudios que existen sobre las izquierdas en Colombia, lamentablemente las reflexiones sobre sus prácticas, estrategias, programas y experiencias no constituyen un ejercicio de reflexión político o académica salvo por contados trabajos. Las izquierdas deberían propender por hacer reflexiones sobre sus propias experiencias, que le permitan construir no sólo su historia sino sus acumulados y fracasos, los cuales los lleven reinventarse.

2. DE LA REVOLUCIÓN SOCIALISTA A DEMOCRATIZAR LA SOCIEDAD COLOMBIANA

Los años ochenta del siglo XX fueron tal vez de los años más peligrosos para la actividad política de izquierda, aunque la represión sobre movimientos campesinos, obreros, estudiantes y las izquierdas estuvo presente desde la década del veinte; entre ellos cabe recordar la masacre de la huella de las bananeras (1928); el asesinato de estudiantes 8 de junio de 1929, 1954 y 1973 conocido como el día del estudiante caído en honor Gonzalo Bravo Pérez (1929) y Uriel Gutierrez (1954); sólo fue hasta la declaratoria del Estado de Sitio en el que el país empezó a vivir su épocas más oscuras y tenebrosas.

La crisis de legitimidad del Frente Nacional se expresó de manera contundente en 1970, cuando el candidato de la ANAPO (Alianza Nacional Popular) Roja Pinilla, iba ganando las elecciones ante el candidato del Frente Nacional Misael Pastrana Borrero; pero el establecimiento le ordenó a la prensa dejar de transmitir datos no oficiales y el conteo se terminó de realizar durante la noche; el robo de las elecciones fue apenas la antesala de lo que estaba por venir, pues inmediatamente se declaró el Estado de sitio en el país ante las intensas movilizaciones y protestas sociales que se desarrollaron, las cuales hicieron temblar los cimientos del régimen político bipartidista.

Gustavo Gallón (1979) analizando el periodo del Frente Nacional (1958-1978) afirmaba que una medida excepcional se convirtió en una figura permanente; pues de los 20 años que oficialmente duró el Frente Nacional el país tuvo 15 años de Estado de sitio. Sin embargo, dicha figura encontró su máximo desgaste en el gobierno de Turbay Ayala (1978-1982), dado que la situación de los derechos humanos en el país se deterioro

severamente; el personal castrense mandaba en la vida social del país, pero por esta misma circunstancia, la política estatal cambio su manera de actuar bajo la figura del Estatuto de Seguridad Nacional se fueron desarrollando estrategias encubiertas para limpiarle la cara al régimen político y exterminar a las izquierdas.

Fue así, que mientras se desarrollaba el proceso de paz entre el gobierno de Belisario Betancur (1982-1986) y las FARC, bajo la mesa el terrorismo de Estado se encontraba afianzando una estrategia para aniquilar las fuerzas de izquierda; fue a partir de entonces que se crearon los escuadrones de la muerte, como la triple A (Alianza Anticomunista Americana). Esta ola de arrestos y asesinatos colocó en la agenda de la sociedad civil (iglesia, sindicatos, ONGS) y de las organizaciones de izquierda la defensa de los derechos humanos.

Si en la décadas de los sesenta y setenta las izquierdas se habían caracterizado por una radicalización programática, al concebir la revolución socialista, en la que se veía como posible un proceso de transformación radical, y si bien, en los años ochenta se mantienen ambigüamente dicha postura, también se coloca a la orden del día dos grandes debates: la defensa de los derechos humanos y la democratización de la sociedad. Ello debido justamente a las condiciones sociopolíticas por las que atravesaba el país: el aumento de la violencia paramilitar y los estados de sitio amparado en la figura de la doctrina de la seguridad nacional.

Ante esta situación, el M-19 realizó la Toma de la Embajada de la República Dominicana el 27 de febrero de 1980, y colocó tres condiciones para la liberación de los embajadores: “una amnistía general sin condiciones, el levantamiento del estado de sitio y un diálogo abierto y sin condiciones” (cuesta: 1997, p. 30). La importancia de dicho evento, fue el que abrió la posibilidad de encontrar una salida no violenta al conflicto armado, es decir, colocó en la agenda del país la Solución Política y Negociada al Conflicto Armado –SNPCA-.

La bandera de la paz encontró un eco en el gobierno de Belisario Betancur (1982-1986), pues el régimen político venía manifestando serios signos de desgaste; inicialmente las insurgencias de las FARC y el M-19 firmaron una acuerdo en abril de 1983 para negociar juntos ante el gobierno; no obstante, por diferentes circunstancias rompieron el pacto y negociaron por separado.

Jaime Bateman (1984), comandante del m-19, anticipaba que “la guerra la ganaría quien ganara la bandera de la paz). En tal sentido, Las FARC lograría establecer un diálogo con el gobierno de Belisario Betancur hacía 1983 y materializarse en 1984; donde se dio vida a la Unión Patriótica –UP-. En el acuerdo de la Uribe (Meta) se establecieron 3 puntos: el primero trató sobre el cese al fuego y fin del secuestro como arma de financiación; el segundo, la posibilidad de que las FARC pudieran participar en la política mediante un nuevo movimiento; y tercero, la democratización del país.

La postura de las izquierdas partidistas fue disimiles ante el proceso de paz; de una parte, el PCC reconocía la necesidad de democratizar la sociedad colombiana hacía el XIII Congreso en 1980 y en su XIV Congreso hablaba ya de la necesidad de una democracia avanzada, así quedó plasmado en su XIII Congreso:

La cuestión esencial ahora no es de elaborar consignas “muy revolucionarias”, de grandes transformaciones “socialistas” y de elevados objetivos que nos lleven a identificarnos con pequeños grupos sectarios y aislados. Lo importante es levantar posiciones concretas, de signo progresista, que busquen la unidad, con las corrientes populares en primer lugar; pero también con todos los que puedan aportar algo ahora

al giro democrático del país, para profundizar la lucha popular contra la reacción y el militarismo... (p. 28).

Mientras que ¡A Luchar! Surgía como movimiento político hacía 1986 para avanzar en una propuesta que colocará la revolución a la orden del día y no en los procesos de negociación, ni en lo electoral, los que a su juicio eran desmovilizadores de la luchas social y popular que para entonces se estaba desarrollando en el país, por ello rechazaban aún como táctica los procesos electorales; por ello en entrevista Arroyabe (2010) manifestaría:

Nosotros teníamos algunas consignas diríamos que señalaban prácticamente nuestra inconformidad a esos diálogos de paz; es ese tiempo veíamos los diálogos de paz como un acuerdo de unidad nacional con los sectores de la burguesía tradicional e históricamente conservadora, retrograda y, además una posición desmovilizadora ideológica y políticamente.

Ahora bien, las esperanzas de la paz con las FARC quedaron sepultadas por cuenta del terrorismo de Estado, dada la creación de grupos paramilitares de la mano del Estado y el aumento exponencial de asesinatos y desapariciones sobre dirigentes de la izquierda. No obstante, el PCC y el M-19 sabían que a pesar de dichas circunstancias no habrían sino dos opciones: o recrudecer la guerra; en el caso del PCC alzarse en armas y pasar la clandestinidad, y en el caso del M-19 escalar el conflicto; o insistir en una salida negociada al conflicto armado que fue la que terminó primando, incluso en ¡A Luchar!, lo que condujo a su disolución.

La solución por la que se inclinaron las izquierdas partidistas y el movimiento insurgente del M-19 a final de la década del ochenta, es lo que podríamos denominar el reencuentro entre las izquierdas y lo nacional popular; el conflicto armado para entonces se encontraba en una escalada sin precedentes; los asesinatos, las desapariciones y torturas sobre dirigentes y militantes de izquierda ocurrían a diario y el país transitaba por una democracia sin participación, en la que el terror y el miedo eran parte de la escena socio-política. Sin embargo, ante la posibilidad de establecer una nueva Constitución, propuesta lanzada por el M-19, las izquierdas partidistas y los movimientos insurgentes del Ejército Popular de Liberación y Quintim Lame entendieron la importancia histórica de lo que estaba por venir y decidieron apoyar dicha salida.

3. DE LA DISOLUCIÓN DE LA URSS Y LA CONSTITUYENTE AL FRENTE SOCIAL Y POLÍTICO

La caída del muro del Berlín en 1989 fue el preludio de lo que iba a acontecer con la URSS, es decir, con la disolución del socialismo histórico europeo. El derrumbe se produjo de manera acelerada entre marzo de 1990 y el 25 de diciembre de 1991, fecha en la que se reconoció la desaparición formal de la URSS. No obstante, fueron décadas donde el autoritarismo, la ausencia de democracia en las organizaciones de base (sindicatos, campesinos y estudiantes), la concentración de las decisiones en el jefe del partido, el papel del Comité de Seguridad del Estado (KGB) sobre el control de la sociedad, el modelo desarrollista centrado en la competencia con el capitalismo, la represión de la diversidad y el colonialismo de izquierda fueron el eje de la propuesta que intento construirse como

alternativa al capitalismo occidental. Todas estas características fueron socavando la legitimidad del proyecto soviético.

Para las izquierdas en América Latina, la debacle del socialismo trajo un retroceso sobre las propuestas enarboladas, pues imperó en la gran mayoría de Partidos Comunistas y Organizaciones Socialistas y Revolucionarias un sentimiento de derrota, el cual generó grandes confusiones; las izquierdas se debatían entre su disolución y abrazar la social democracia o la reafirmación de sus organizaciones y propuestas. Fue tal el impacto de la disolución de la URSS que terminó con todo un ciclo revolucionario en Centro América, pues de una parte en Nicaragua donde había triunfado la revolución sandinista se encontró con grandes dificultades: la amenaza latente de los contras con apoyo del gobierno norteamericano, la delicada situación económica en la que se encontraba el país, a ello se le debía sumar los apoyos que la URSS le podía brindar se esfumaron y terminaría perdiendo las elecciones con Violeta Barrios en 1990. Así mismo, la situación de las insurgencias del FFMLN (Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional) pactó un acuerdo de paz en 1992, ante el agotamiento de la guerra librada. En el caso cubano, la mayoría de sus exportaciones e importaciones se hicieron con la Unión Soviética, este hecho hizo que la economía cubana fuese dependiente directamente con lo que sucediera con el socialismo realmente existente.

La confusión sobre las izquierdas se produjo debido a dos características fundamentalmente; el primero, tiene que ver con la influencia que tenía la URSS sobre los partidos comunistas y la izquierdas que la reivindicaban como un proyecto liberador, esto va ocasionar que junto con la disolución desapareciera las verdades construidas en torno a una noción de tiempo lineal; en el que el futuro sería de las revoluciones obreras-campesinas y que las revoluciones existentes no eran reversibles; es decir, que la gran marcha que habrían emprendido el movimiento bolchevique no tendría vuelta atrás.

La segunda, es que mientras las izquierdas soportaban los embates de las derechas a nivel mundial, Fukuyama y Huntington declaraban el fin de la historia y el triunfo del capitalismo sobre el socialismo, y colocaban en la agenda el modelo neoliberal. Existía desconcierto en la medida en que, no se sabía como hacerle frente a este proyecto, no se tenía una propuesta de modelo económico alternativo y lo único que se pudo hacer para entonces fue resistir.

Ahora bien con respecto a las izquierdas colombianas, el derrumbe de la Unión Soviética afectó en el imaginario de la construcción de un proyecto socialista en el corto plazo, esto hizo modificar las estrategias y los programas dado que la correlación de fuerzas en el ámbito internacional se inclinaron a un modelo unipolar; en el que los Estados Unidos se encontraron por primera vez, como única potencia. El Partido Comunista ya para su Congreso de 1988 proponía una economía mixta en la que priorizará la construcción de un mercado interno; “es necesario proponer un modelo económico democrático alternativo al del neoliberalismo imperialista. (Partido Comunista Colombiano B, 1991, p. 14). Su estrategia también se modificaría, como hemos señalado acá no sólo productos de los acontecimientos internacionales sino de la propia experiencia en lo nacional:

El Partido Comunista tiene su razón de ser en su misión histórica que, en lo inmediato, se concreta en esta propuesta. La estrategia de la convergencia democrática exige un partido fortalecido presente en todos los escenarios de la lucha social y política de masas, a su vez, polo de las fuerzas identificadas en los objetivos revolucionarios. La convergencia en el plano de los revolucionarios puede tener formas diversas pero sólo un elemento esencial: una línea política única que haga coherente la lucha por las reformas esenciales, la

negociación como salida hacía la democracia y la construcción de un nuevo poder con la participación popular. (PCC, XVI Congreso, 1991, p. 64).

Así mismo, ¡A Luchar! si bien tenía grandes diferencias con el proyecto de la URSS, reconocía la fase de defensa en la que se encontraba las resistencias en el mundo; en la III convención nacional en 1991 sostendrían que:

Es preciso reconocer entonces, que hoy los revolucionarios del mundo atravesamos por un periodo defensivo, que asistimos al derrumbe del campo socialista, en el cual muchos nos miramos, viéndole como el paradigma, y en su momento, como la “retaguardia” segura de la revolución mundial. (p. 24).

Así mismo, replantearan su programa político:

Una organización en transición que tiene hoy su razón de ser fundamental en el impulso decidido a la construcción de un Nuevo Movimiento Político Unitario, Popular, Alternativo, Autónomo y Pluralista, cuya base programática sea democrática, que impulse y propicie la solución política negociada al conflicto político, social y armado que vive el país... que tenga como principio el ejercicio de la democracia en todos y para todos, y que estimule y organice la protesta social en contra de los planes neoliberales y por un plan de desarrollo económico alternativo (p. 5).

Si a ello le agregamos que para entonces la guerra sucia promovida por el terrorismo de Estado ya había cobrado la vida de miles de militantes y dirigentes de izquierda, la sensación de derrota fue abismal. A pesar de ello, el papel desempeñado por las izquierdas en la Constituyente fue de lo más loable.

El Partido Comunista apostó todo el acumulado político que le quedaba en el país a su participación en la misma, y fue así como llegaron a la constituyente Alfredo Vázquez Carrizosa y Aida Abella por la UP con el 2.9% de los votos, lista que entre otras fue apoyada por A Luchar; por su parte, el M-19 conseguiría 19 curules mediante el 27.1% de los votos.

Es resultado no pudo ser peor para el conjunto de las izquierdas. Sin embargo, la labor del partido en el congreso fue de lo más rescatable, pues junto con la Alianza Democrática M-19 (AD-M 19), logró pactar el Estado Social de Derecho, por el cual se ampliaron los mecanismos de participación popular, tales como el referéndum y los plebiscitos, y a su vez se reconocería derechos sociales, como el acceso a la salud y la educación de manera universal, y el movimiento indígena junto con las izquierdas lograrían una serie de derechos y reconocimiento de los pueblos afrodescendientes e indígenas.

En la constituyente se promulgaría la revocatoria del congreso, elegido en 1990, y se convocaría a nuevas elecciones para los mismos cargos el 27 de octubre de 1991. Entonces la mayor derrota la tendría la AD-M-19, pues los 19 constituyentes con una cifra de 992,000 votos aproximadamente, tan sólo llegarían a la mitad de esta votación y sólo saldrían elegidos nueve al senado y 13 a la Cámara de Representantes². La derrota se debió a que no podían aspirar al senado en las elecciones. Por su parte el partido mediante la Unión Patriótica alcanzaría sacar un senador y tres representantes a la cámara. En las elecciones para congreso de 1994, tan sólo saldrá elegido Manuel Cepeda Vargas, quien

² Periódico El Espectador, García Segura, Hugo Una cadena de afectos, sección de política 3 de diciembre de 2011. En: <http://www.elespectador.com/impreso/politica/articulo-314766-una-cadena-de-afectos>.

fue asesinado el 1º de agosto del mismo año. Así se cerraría un ciclo en la izquierda socialista, pero también su participación en las elecciones y por transformar la democracia en Colombia dejaría valiosas lecciones como la apertura a nuevos movimientos sociales, acercarse a los problemas del país con propuestas concretas, repensarse desde América Latina y pasar de lo extrainstitucional a tener ejercicios de gobierno locales.

No obstante, los espacios político alcanzados en la Constituyente fueron rápidamente dilapidados, ya fuese por ingenuidad, dado que quienes habían participado de la constituyente no podían presentarse a las elecciones de senado que se realizaron después de la constituyente; por el terror y el miedo sembrado por el terrorismo de estado y el paramilitarismo, en el caso de la Unión Patriótica; incluso por el transformismo, Navarro Wolf, quien había sido candidato del M-19 a la presidencia, terminó aceptando el Ministerio de Salud en gobierno de Cesar Gaviria, el cual habría abierto las puertas de Colombia al neoliberalismo. De esta manera el caudal electoral y la consolidación de una tercera fuerza política que le disputará al bipartidismo se dilapido en pocos años, como queda evidenciado en la tabla 1.

Tabla 1. Votación para Senado por la AD-M-19 (1991, 1994, 1998)

Año	Nº de listas	Nº de votos	%	Curules
1991	1	454.467	8.3	9
1994	12	140.819	2.6	-
1998	3	32.333	0.3	-

Fuente: León Pizarro (2001: 112).

Si bien, las izquierdas aportaron al proceso de la constituyente, la década de los noventa fue un proceso de derrotas e incertidumbres en los que tanto en el contexto internacional (caída de la URSS) como en el escenario nacional (la guerra sucia) y el ingreso del proyecto neoliberal jugaron en contra de una propuesta alternativa; así mismo, las desconfianzas se apoderaron de las izquierdas y cada una optó por sobrevivir a tan cruenta represión. Si las izquierdas en las décadas de los sesenta y setenta se había caracterizado por su apuesta la revolución socialista, la cuál se veía a la vuelta de la esquina, al final de los años ochenta se caracterizara por una transición a la revalorización de los espacios electorales.

Pasaron cerca de siete años para que se reconstruyera una nueva alternativa, se trató del Frente Social y Político (FSP) surgido en 1998. Tres razones explican el surgimiento de esta nueva agrupación; la primera, son las experiencias que se constituyeron en América Latina, el Partido de los Trabajadores en Brasil, fue una experiencia novedosa surgida para disputarse los espacios electorales en Brasil, habiendo ganado las alcaldías de las principales ciudades de este país; igualmente el Frente Amplio de Uruguay, fue una apuesta de Unidad de las izquierdas uruguayas que se creó como un espacio de articulación con el movimiento social y que basó su táctica tanto en la lucha social como en lo electoral. La segunda explicación, fue la necesidad de las izquierdas de articularse en un espacio de unidad para hacerle frente a una derecha que se había consolidado en el espacio político; la tercera, se trató de la necesidad de articular la lucha política y social, dado la emergencia de movimientos sociales, revalorando el papel de los movimientos sociales. No es de extrañar entonces, que la propuesta de la creación del FSP viniera de la Central Unitaria de los Trabajadores (CUT).

La primera participación electoral del FSP al senado arrojó un balance positivo, si tenemos en cuenta que las posibilidades de la izquierda socialista se habían desvanecido por cuenta del terrorismo de Estado y las balas de las mafias locales. De esta manera hacía el 2002 serían electos a la Cámara de Representantes: Wilson Borja (32.028 mil votos) y Alexander López Maya (38.530 mil votos), mientras que al Senado fue electo Carlos Gaviria Díaz con 116.067 mil votos. La campaña de “Lucho” Garzón a la presidencia de la República en el 2002, aunque obtendría una modesta suma de votos, ubicó al FSP como una tercera fuerza política, ante un panorama en el que el paramilitarismo controlaba el 35% del senado y la extrema derecha llegaba al gobierno con Álvaro Uribe Vélez.

Cuadro 1. Resultados Electorales a la Presidencia 2002. Colombia

Potencial de participación 24.208.311		Total votación: 11.249.734		Porcentaje de Participación 46.47%	
Candidato	Partido	Votación	Porcentaje		
Álvaro Uribe Vélez	Primero Colombia	5.862.655	53.04		
Horacio Serpa	Partido Liberal	3.514.779	31.80		
Luis Eduardo Garzón	FSP, Anapo, P. Social Demócrata	680.245	6.15		
Noemí Sanín	Movimiento Si Colombia	641.884	5.80		

Fuente: Elaboración del autor con datos de la Registraduría Nacional, Colombia, 2002

A pesar de la excelente posición alcanzada por el FSP y la coalición de organizaciones políticas alrededor de la figura de Luis Eduardo Garzón con el 6.1% de los votos, el FSP se fue desgastando en la disputa electoral, en las luchas internas, en el transfuguismo, pues Lucho Garzón terminó deslindándose de la izquierda y terminó ingresando al Partido de la Unidad, creado por Alvaro Uribe Vélez.

A diferencia de los años ochenta momentos en los que la UP tenía un fuerte arraigo en los sectores campesinos, por el contrario el FSP obtuvo su principal votación en 4 departamentos y la capital, en el Departamento de Cundinamarca sacó 8.734, en el Departamento de Antioquia sacó 26.378, en el Valle del Cauca 11.995, Santander con 4.333 y en Bogotá con 40.263, el resto de departamentos tuvieron una cifra inferior a los 2.000 votos. Sin embargo, esta votación fue suficiente para que después de 8 años la izquierda socialista volviese a tener parlamentarios.

4. DE LA CREACIÓN DEL PDA, COMO ALTERNATIVA ELECTORAL A LAS RUPTURAS Y LA FRAGMENTACIÓN

Ahora bien, el Polo Democrático Alternativo surgió como una alternativa electoral y de lucha social en un contexto internacional favorable a los procesos de cambio, específicamente en Latinoamérica; pero en un escenario nacional completamente adverso. En tal sentido, la experiencia internacional enseñaba que la llegada de gobiernos progresistas a los gobiernos nacionales era necesario los procesos de unidad; mientras que las condiciones sociales y políticas del país se enmarcaron en el cierre de las oportunidades y la derechización de la sociedad colombiana.

Hay que señalar que la llegada de los gobiernos progresistas en América Latina fue el resultado de un acumulado de una década de luchas sociales contra el neoliberalismo y

los rezagos del autoritarismo que se habían implementado en la región desde finales de la década del setenta, pero que sus consecuencias se sintieron en la década del noventa. Así es como surgen proyectos como el Ejército Zapatista de Liberación Nacional en México (EZLN) el 1 de enero de 1994, en el momento en que se firmaba y entraba en vigencia el Tratado de Libre Comercio para América del Norte; aunque situaron dicha fecha para su alzamiento, sus demandas fueron más allá que a la simple denuncia de un tratado injusto. Se trató en primer lugar, de ubicar un sujeto que había sido invisibilizado por la política mexicana y que ha sufrido durante siglos de opresión y miseria; en segundo lugar, recuperó otra forma de entender la democracia y denunció el autoritarismo; en tercer lugar, situó otra forma de construir la política y de entender lo político desde la pluralidad.

En América Latina, los pueblos indígenas fueron de los primeros sujetos en recobrar la movilización social contra el neoliberalismo; no se trató de las organizaciones de izquierdas sino un sujeto que había sido invisibilizado por el racismo estructural; cabe recordar las intensas movilizaciones en Bolivia de la Coordinadora del Agua y del Gas en 1999 y 2003; las movilizaciones contra los gobiernos neoliberales en Ecuador contra los presidentes Abdalá Bucaram en 1996, Fabián Alarcón en 1997, Jamil Mahuad en el 2000, Lucio Gutiérrez en el 2005; para una ampliación de las movilizaciones sociales en Ecuador ver Raúl Borja (2011).

Por su parte, la revolución bolivariana de Venezuela representó un cambio para América Latina. La victoria en las urnas alcanzada por Hugo Rafael Chávez Frías en 1998, inauguró la posibilidad de transformar la sociedad por medio de los mecanismos legales y representativos. La primera tarea desarrollada por el Chavismo fue la institucionalización de las demandas del pueblo que se venía expresando en las calles. De esta manera, “La Asamblea Constituyente de 1999 será el primer vehículo a través del cual diversos actores emergentes impulsaron cambios profundos a los principios y estructuras del Estado plasmadas en la Constitución de 1961 y el marco jurídico legal derivado de esta” (Maya & Lander, 2010: 203).

Hugo Chávez inauguró un ciclo conocido como los gobiernos progresistas en América Latina; en Brasil por primera vez ganó las elecciones presidenciales un sindicalista perteneciente al Partido de los Trabajadores, se trató de Luiz Inácio da Silva en el 2002; así mismo, Néstor Kirchner se alzó con la presidencia en el 2003, proveniente del movimiento peronista y que se opuso al ALCA junto con otros presidentes de la región; el Frente Amplio ganaría las elecciones presidenciales en Uruguay en el 2004. En Bolivia llegó a la presidencia un líder social ligado al movimiento cocalero y de ascendencia Aymara en el 2006 y en Ecuador el académico, Rafael Correa se haría con la presidencia en el 2006, siendo apoyado por los pueblos indígenas.

No obstante en el caso colombiano se asistió a un proceso de recomposición de la hegemonía de la extrema derecha, representado en el Gobierno de Álvaro Uribe Vélez. Su gobierno no sólo representaba a la clase política conservadora, su figura es la expresión de un sector social en acenso, vinculado al narcotráfico y el paramilitarismo. Este sector se fue posesionando en el país con la política de tierra arrasada, implementada por el paramilitarismo con el beneplácito de terratenientes, políticos y empresarios; en complicidad con la oligarquía del país (Santos, Sarmiento Angulo, Puyana, Lule, Pastrana, Gómez) encontraron el momento preciso para presionar por una salida militar al conflicto social y armado, pero también para insertarse en la economía global. En palabras de Oscar Mejía Quintana “el Estado comunitario uribista es el espacio en que confluyen elites nacionales tradicionales, elites regionales (civiles y pre-institucionales) y la consolidación de una cultura política mafiosa predominante” (82). La emergencia de la nueva clase

social, compuesta por jefes de los paramilitares y mafiosos, y las presiones por una salida guerrista al conflicto social y armado generó un gobierno autoritario, en el que la principal característica residió en una reconfiguración del poder político en las regiones.

El precipitado proceso de unidad se produjo en un periodo de 2 años, entre la conformación de la Gran Coalición Democrática en el 2004 para enfrentar el referendo convocado por Álvaro Uribe Vélez, y el cual congregó a las izquierdas partidistas agrupadas en el FSP, sectores de liberalismo, al Movimiento Obrero Independiente Revolucionario (MOIR) y la corriente social demócrata agrupada en el Polo Democrático Independiente. El encuentro de estas fuerzas políticas y sociales fue posible alrededor de unos acuerdos programáticos, la cual sirvieron de plataforma política para el PDA:

“1. Defensa del Estado social de derecho, las libertades y la soberanía; 2. Contra las neoliberales reformas constitucionales, económicas y sociales del gobierno; 3. El Tratado de Libre Comercio (TLC) con Estados Unidos; 4. La reelección presidencial y 5. La solución política del conflicto armado y los acuerdos humanitarios” (MOIR: 2004, 23 de julio).

Los acuerdos alcanzados en la Gran Coalición Democráticos sirvieron de base a la plataforma política para el Polo Democrático Alternativo en el 2006; pero en el fondo dichos acuerdos se hicieron por las dirigencias y no involucraron ni a las bases y ni al conjunto de la militancia. Dicha organización política surgió en su momento, con el propósito de frenar la reelección y presentar una plataforma política electoral que lograra aglutinar a los sectores democráticos.

Además, en el fondo del proceso de Unidad estaba el Acto Legislativo 01 de 2003, el cual obligaba a los partidos políticos a sacar el 2% de la votación nacional a cámara o senado para continuar con la personería jurídica. El FSP al senado obtuvo el 1,1% de la votación, Vía Alterna representada por Navarro Wolf obtuvo el 2%; la ANAPO el 1,1%; el MOIR el 0,45%; Unidad Democrática Popular 0,46% y el Partido socialdemócrata 0,45%. Es decir, que era probable que ninguno de los partidos inscritos en la registraduría nacional del estado civil alcanzara la votación necesaria para mantener su personería jurídica como partido.

El 1 de marzo de 2005 el periódico Voz del PCC en primera plana titulaba “Soplan vientos de Unidad” sin embargo agregaron que “No se trata de la fusión de los partidos de la izquierda, sino de una coalición con perspectivas de poder y sin criterios excluyentes”. Sin embargo, el proceso de Unidad de las izquierdas, fue un acuerdo por arriba, es decir, en el que las dirigencias de las distintas organizaciones políticas participaron pero no el conjunto de la militancia.

Muestra de ello, fue el conflicto originado unos meses antes porque la mesa directiva del Polo Democrático Alternativo –PDI- consideró que la Mesa de Unidad debía estar integrada por 18 miembros, 6 de PDI, 6 de Alternativa Democrática –AD- y 6 a los recién llegados; AD consideraba que la mesa debía estar constituida por 12 miembros, como era el plan original para definir las reglas del Congreso de la nueva organización, pues la entrada de 6 nuevos miembros podía modificar sustancialmente los acuerdos alcanzados y dejar en una posición de inferioridad a los miembros de AD, el periódico El Tiempo reseñó para entonces: “En Alternativa temen que con la llegada de lo que ellos denominan ‘paracaidistas’, estos se sumen al Polo en la Mesa de Unidad, con lo que AD quedaría en inferioridad numérica. En AD consideran que esto les puede afectar

a la hora de conformar las listas únicas al Senado y la Cámara, y en otras decisiones importantes de la unión”. (El Tiempo, 2005, 29 de noviembre de 2005).

Finalmente, después de mucho trasegar, el 26 de noviembre de 2005 se concretó el primer borrador del Acuerdo de Unidad³, los puntos programáticos de este documento expresaron el sentir de una izquierda reformista que buscó una sociedad más equitativa y democrática, la propuesta estuvo basada en 7 puntos:

1. Soberanía Nacional y Unidad Latinoamericana: El programa habla de que defenderán la soberanía nacional frente a cualquier centro de poder extranjero y promoverán la unidad y hermandad de los pueblo latinoamericanos.
2. Estado y régimen político: Su propuesta estuvo enfocada a hacer realidad el Estado Social de Derecho, un estado soberano y pluralista.
3. Democracia Económica: se propuso un modelo de Estado de Bienestar, en el que los principales sectores estratégicos de la economía estuvieran a cargo del Estado, en este sentido, se menciona la recuperación de la soberanía nacional y aunque también se mencionó la inserción de Colombia en el comercio mundial se habla de una interrelación, pero procurando que ello no afecte a los productores nacionales.
4. Derechos sociales, culturales y ambientales: se reconocerá y prevalecerá todos los derechos de los ciudadanos en clara armonía con una paz con justicia social, que sea incluyente y que respete la diversidad étnica, sexual y los derechos del medio ambiente.
5. Paz, Justicia y Seguridad: la solución del conflicto armado interno colombiano se buscara a través del dialogo entre el Estado y la insurgencia.
6. Política Nacional de Drogas: las política nacional de drogas estuvo enfocada primero, a no criminalizar al productor de hoja de coca, es decir, al campesino, sino por el contrario trataron de impulsar una política de sustitución de cultivos y de negociación con las comunidades; por su parte, el problema de consumo de drogas se planteó como un problema de salud pública.
7. Lucha de Masas Democrática: apoyaremos e impulsaremos las movilizaciones populares, contra la rapiña del capitalismo internacional, así como, contra las políticas y la reelección del gobierno de Uribe.

Un programa como bien reconoce Becerra (2012) reformista y antineoliberal, su ideario de unidad se centró en la soberanía y la democratización del sistema político, la búsqueda de la paz y las reformas económicas (p. 105).

El acuerdo entre las dirigencias tuvo como primer propósito encarar las elecciones a senado y presidencia en el 2006 y sólo después de pasadas las elecciones se realizó el primer Congreso de Unidad del partido; frente a las elecciones volvieron aparecer las disputas internas, esta vez por cuenta de quien debía encabezar la lista al senado, Héctor Valencia, recuerda este hecho en el periódico del MOIR:

Muestra de ello es que en las primeras semanas posteriores a la constitución del PDA no tardaron en aparecer cuestiones neurálgicas que exigían solución. Los episodios de debate sobre los primeros puestos de la lista al Senado, que al final redundaron en una acertada decisión,

³ Polo Democrático Independiente & Alternativa Democrática (2005). Por una Colombia digna y democrática: Ideario de Unidad, Bogotá D.C

tuvieron aspectos aleccionadores sobre la proyección y marcha de la recién creada organización (Tribuna Roja: 2006, 24 de febrero).

La primera participación electoral del PDA al senado y la presidencia arrojó un balance positivo para dicha organización política; sin embargo poco a poco el partido entraría en un estancamiento e incluso en un descenso electoral, lo que se explica tanto por la fragmentación de las izquierdas, la intolerancia política y las purgas en el partido, los actos de corrupción en la administración de la Alcaldía de Bogotá de Samuel Moreno, y la ausencia de la participación del Polo para apoyar el proceso de paz con las FARC, salvo por algunas corrientes del partido representadas en Iván Cepeda.

Tabla 2. Votación al senado del PDA (2006-2018)

	Votación total al senado	Número de Votación del PDA	Porcentaje de la votación del PDA	Número de candidatos presentados	Número de candidatos elegidos
2006	10,955,853	566,823	9,52	66	10
2010	10,588,261	824,948	7,79	49	8
2014	11,672,251	541,145	3,78	66	6
2018	17,818,185	736,637	4,80	69	5

Elaboración propia, fuente: Registraduría General de la Nación

La distintas fragmentaciones de las izquierdas como hemos señalado hasta acá han sido históricas, sólo que en años recientes dichas rupturas más que obedecer a diferencias sustanciales en torno a un proyecto estratégico y a la concepción del cambio pasan fundamentalmente por el tema electoral; por quien encabeza la lista o si se deben hacer o no coaliciones con la derecha o el centro, esto a propósito de la ruptura de Gustavo Petro con el PDA en las elecciones de 2010, o el silencio e incluso el llamado al voto en blanco que hizo el MOIR⁴ en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales de 2018, en donde Gustavo Petro estaba disputando la elección contra Iván Duque representante de la extrema derecha; y en la que se estaba disputando el proceso de paz alcanzado con las FARC.

En tal sentido, las aspiraciones de las izquierdas partidistas por ser poder político se redujeron llegar al gobierno por medio del escenario electoral, descuidando la hegemonía, es decir, la dirección moral sobre el conjunto de la sociedad; la ausencia de la formación política y de organización en territorio, la solidaridad con los procesos sociales y de base, fueron aminorando la capacidad de aglutinar al movimiento social y de las izquierdas. De igual manera, el surgimiento del partido de centro Partido verde en el 2010, le fue disputando a las izquierdas aquellos sectores sociales hastiados de la política tradicional. Como bien lo explica Mantilla (2015) con respecto al triunfo de Peñalosa a la alcaldía de Bogotá:

⁴ En entrevista al periódico El Espectador el 2 de junio de 2018, el Senador Jorge Enrique Robledo, dirigente del MOIR, manifestaba en torno a su llamado a votar en blanco: Si vamos a votar en blanco es porque consideramos que ninguno de los dos proyectos presidenciales en disputa, cumple con los requisitos mínimos que, creemos, debe cumplir una candidatura para respaldarla. La decisión y la responsabilidad de escoger al próximo Presidente la tomarán quienes voten por el uno o por el otro, de acuerdo con las reglas del juego; el voto en blanco es en blanco, no por nadie.

En muchas ocasiones las concepciones morales de las mayorías coinciden con valores políticos igualitaristas o solidarios, pero si la izquierda no tiene la capacidad de promover tales valores para el conjunto de la sociedad, no podrá avanzar en la disputa por el poder político. Creo que uno de los factores que explican la reciente derrota de Clara López, radica en la incapacidad de llegar a los sectores de opinión que apoyaron las candidaturas progresistas de años anteriores. La izquierda bogotana hoy cuenta con medio millón de votos, pero parece que esos apoyos hacen parte de los sectores más fieles al Polo, la Unión Patriótica, Progresistas, MAIS y los Verdes de izquierda; así que hoy los sectores de izquierda en Bogotá consolidan un ejercicio disciplinado de voto alternativo, pero no logran convencer a sectores que otrora simpatizaron con las propuestas de nuevo gobierno. (Mantilla: 2015)

Tabla 3. Votación al Senado por el centro y la izquierdas (2006-2018)

	% de la votación obtenida al Senado 2006	Número de escaños obtenidos 2006	% de la votación obtenida al Senado 2010	Número de escaños obtenidos 2010	% de la votación obtenida al Senado 2014	Número de escaños obtenidos 2014	% de la votación obtenida al Senado 2018	Número de escaños obtenidos 2018
PDA	9,52	10	7,79	8	3,78	5	4,80	5
Alianza Verde	N.E	N.E	4.92	5	3,94	5	8,60	10
Coalición Lista de la Decencia	N.E	N.E	N.E	N.E			3,41	4
Partido FARC	N.E	N.E	N.E	N.E			0,34	0
Total	9,52	10	12,71	13	7,72%	10	17,15	19

Elaboración propia, fuente: Registraduría General de la Nación (N.E: No Existía).

No obstante, las votaciones al senado muestran altibajos por la fragmentación de las izquierdas, pero si sumamos las votaciones por todas las izquierdas muestran una tendencia al aumento aunque se muy reducido y paulatino, e incluso el aumento se ubica más cerca al centro del espacio político, tal y como queda evidenciado con el Partido Verde. Así mismo, las elecciones a la presidencia en las que han participado las izquierdas desde el 2002 exponen que hay una tendencia al aumento, pero este hecho tiene otras explicaciones.

Tabla 4. Porcentaje de la votación total obtenida a la presidencia (2002-2018)

	Primera Vuelta 2002	Primera Vuelta 2006	Primera Vuelta 2010	Segunda Vuelta 2010	Primera Vuelta 2014	Primera Vuelta 2018	Segunda Vuelta 2018
Luís Eduardo Garzón (FSP)	6.15						
Carlos Gaviria (PDA)		22.02					
Gustavo Petro (PDA)			9.13				
Antanas Mockus (Partido Verde)			21.51	27.47			
Clara López (PDA)					15.23		
Gustavo Petro (Colombia Humana)						25.08	41.77
Sergio Fajardo (Partido Verde-PDA)						23.78	
Total	6.15	22.02	30.64	27.47	15.33	48.86	41.77

Elaboración propia, Fuente: Registraduría General de la Nación.

El voto al senado refleja un mayor compromiso de quienes se encuentran cercanos a las izquierdas, así como el reconocimiento de ciertas figuras políticas en la defensa de los derechos de los más vulnerables; mientras que las votaciones presidenciales recogen el llamado voto de opinión, es decir, el de una ciudadanía cansada y hastiada de los políticos tradicionales ligados a los grandes empresarios y terratenientes; y a quienes identifican como corruptos.

De igual manera, las votaciones presidenciales evidencian una tendencia hacia la concienciación de grandes sectores en la sociedad colombiana, es decir, lejos del discurso incrustado en los medio de comunicación colombianos sobre la polarización producto del castro-chavismo o el mal llamado populismo, sectores poblacionales como lo jóvenes, las mujeres, pueblos indígenas y afrodescendientes, campesinos y obreros han venido ganando en la movilización social, lo que llevado a que se genere una ruptura con el establecimiento. Definitivamente no son las épocas en las élites tradicionales gobernaban a su antojo, las elecciones presidenciales de los últimos años muestran una tendencia hacia la inconformidad con el modelo neoliberal y el autoritarismo propio de las élites colombianas, las cuales han sido incapaces de comprender las nuevas demandas sociales.

5. EL PARO NACIONAL DE 2019, EL ESTALLIDO SOCIAL DE 2021 Y LA EMERGENCIA DE NUEVAS SUBJETIVIDADES

Con el desplome de la unión Soviética se abrió paso a otra serie de conflictos sociales que hasta ese momento fueron invisibilizados y quedaban supeditados en el escenario de la guerra fría desde una mirada funcionalista o por los análisis clasistas marxistas de la década del setenta; las movilizaciones indígenas, las protestas campesinas, estudiantiles, los afrodescendientes, las mujeres, ecologistas y pobladores urbanos dan cuenta de unas subjetividades que han venido emergiendo con potencial emancipatorio y que no necesariamente pasa bajo la óptica de las izquierdas. Archila (2001) manifestaba que: De un lado, la crisis de los paradigmas los afecta, en la medida en que socava su potencial político, al limitar las pretensiones de cambios radicales. Pero, al mismo tiempo, nuevos

espacios de participación se abren en la política cotidiana que ofrecen logros, pequeños pero valiosos. (p. 33).

Al respecto del potencial emancipatorio de las nuevas subjetividades podemos situar tres grandes debates: la descolonización del Estado y de la sociedad, las alternativas al desarrollo y las nuevas formas de concebir la democracia. El primer debate, hace alusión a dos grandes sectores sociales los pueblos indígenas y afrodescendientes que denuncian el racismo estructural estatal y han venido movilizándose por un Estado plurinacional que reconozca los territorios y las autonomía de dichas comunidades. Otro sector social que ha recobrado importancia en los último años alrededor de la descolonización del Estado y la sociedad, es el movimiento feminista, que ha denunciado insistentemente el mandato de la masculinidad y el patriarcado, como eje articulador de una globalización neoliberal y de aumento de la violencia; ejemplo de ello han sido las movilizaciones que se han realizado en Argentina 2018 y Chile en el 2019.

El segundo debate, de alternativas al desarrollo, articula a los pueblos indígenas y afrodescendientes con comunidades campesinas, sectores urbanos y militantes del ecologismo que han venido denunciando tanto a las gobiernos de derechas como a los gobiernos progresistas; puesto que el énfasis productivo de estos gobiernos ha sido la extracción de los recursos naturales, lo que los ubica en el desarrollismo, así en el caso de los gobiernos progresistas acudan a la redistribución de los ingresos derivados de dicha explotación.

El tercer debate, es el gira sobre las formas de concebir y construir la democracia; las nuevas subjetividades (mujeres, indígenas, afrodescendientes, jóvenes, ecologistas) son procesos organizativos que se articulan por medio democracia radical en espacios locales, su apuesta es la pluralidad, el reconocimiento de la diferencia, la autonomía para decidir sobre sus territorios y formas de vida, el respeto y la solidaridad por otros pueblos tal y como comenta Esteva (2006):

Al mismo tiempo, queremos gobernarnos a nosotros mismos: que el pueblo pueda ejercer en todo momento su poder para resolver los predicamentos colectivos. En vez de transferir al Estado ese poder, para que gobierne a través de representantes que inevitablemente se corrompen, queremos reconstituarnos desde la base social, en cuerpos políticos en que el pueblo pueda ejercer su poder. Ciertas funciones limitadas, que no puedan ser absorbidas por esos cuerpos políticos, se encomendarían a nuevas instituciones, en que se harían valer los principios de mandar obedeciendo... (p. 21)

Nos recuerda Boaventura de Sousa (s.f) que las nuevas movilizaciones y militancias políticas por causas históricamente pertenecientes a las izquierdas se están realizando sin ninguna referencia a ellas (con excepción, tal vez, de la tradición anarquista) e incluso, muchas veces, en oposición a ellas. (p. 144). Los procesos organizativos en Colombia no han sido ajenos a las movilizaciones y formas organizativas que han sido impulsado por las nuevas subjetividades en América Latina; dichos procesos hoy no pasan por el liderazgo de las izquierdas, aunque están sean convocantes, tal y como aconteció con el paro convocado por la Central Unitaria de Trabajadores –CUT- para el 21 de noviembre de 2019.

La CUT convocó a un paro nacional contra el gobierno de Duque el 21 de noviembre de 2019, las demandas del movimiento se dirigieron básicamente contra la reforma laboral,

pensional, las privatizaciones, el tarifazo nacional, la corrupción y por el derecho a la protesta. El tamaño del paro sorprendió no sólo a los convocantes sino a las propias élites políticas y económicas.

No obstante, hay que aclarar que el gobierno de Duque ya venían presentando síntomas de agotamiento, las movilizaciones estudiantiles en 2018 lograron sentar a un gobierno de extrema derecha y hacerlo negociar; por cuenta de las multitudinarias movilizaciones de los jóvenes, la educación superior logrará recibir 4 billones de pesos en los próximos 4 años (2018-2022); aunque no es una política pública de largo aliento, al menos logró paliar la crisis de las universidades públicas. Pero así mismo, las marchas estudiantiles desde del 2011 lograron renovar las convocatorias y los repertorios de protesta, tal y como menciona Aguilar (2016): Así pues, el potencial disruptivo que tuvieron las revueltas del 2011 en gran parte radica en la manera como se llegó a amplios sectores sociales, no solo de izquierda, mediante otros lenguajes, otras formas organizativas, otras maneras de actuar y liderar, y otras prácticas comunicativas que se desplegaron desde distintos espacios (las calles, las plazas, los cuerpos, el ciberespacio) y se apoyaron en tecnologías digitales haciendo de la acción política una potencia de afectación, de interpelación y de entrada y salida de la web. (p. 160).

Así mismo, las movilizaciones del 21 de noviembre tuvieron que ver con la indignación de la ciudadanía ante las denuncias de las comunidades indígenas del Cauca, las cuales informaban a la opinión pública el asesinato de 50 de sus miembros en lo corrido del 2019; y por el bombardeo ordenado por el Ministro de Defensa contra un campamento de las disidencias de las FARC en el que fueron asesinados 8 niños y presentados como parte de las disidencias.

Volviendo al paro del 21 de noviembre, la CUT (21 de noviembre de 2019), al finalizar las movilizaciones ese día, hacían una llamado a la ciudadanía “a estar prestos a desarrollar nuevas acciones en la calle si el gobierno nacional mantiene la desatención a los reclamos y anuncia y prepara sus regresivas reformas. Esto no significaba otra cosa, que la CUT daba por finalizada la jornada, sin embargo, la noche del 21 fue de intensas protestas, en las principales ciudades del país se hicieron plantones en los barrios y las personas salieron a apoyar al paro con cacerolazos. Las protestas, los cacerolazos y las tomas de calles continuaron a lo largo de la semana y duraron hasta mediados de diciembre, la respuesta del gobierno fue el de la militarización de Bogotá a partir del 22 de noviembre y el 23 de noviembre el ESMAD asesinan al joven Dilan Cruz en la ciudad de Bogotá, lo que hizo recrudescer las protestas.

En las calles habían padres de familias con sus hijos, los músicos hicieron tocar sus instrumentos en cada plantón, las mujeres denunciaron la violencia patriarcal, los jóvenes exigían la renuncia de Iván Duque, los ecologistas pedían el fin de las explotaciones mineras y los trabajadores exigían un trabajo en condiciones dignas; en fin fueron días de protestas y de fiestas en los que una ciudadanía activa se tomaba las calles después de 42 años (el último paro de incidencia nacional llevado a cabo en 1977). No hubo transporte en la principales ciudades y se esperaba que en el 2020 se siguieran desarrollando las protestas contra un gobierno neoliberal, conservador y represivo.

No obstante, queda claro que las exigencias del Comité de Paro Nacional fueron desbordadas por una serie de subjetividades que poco han sido consideradas por las izquierdas; queda en definitiva muchos retos y aprendizajes para el conjunto del movimiento popular y para las izquierdas, en tal sentido Gutierrez (2019) señalaba entre otros:

Quedan varios desafíos para el movimiento popular, el primero es convertir la rabia en organización. Sin organización no hay nada. Eso significa fortalecer los sindicatos, significa formar comités de estudiantes, pensionados, mujeres, de todo el mundo que tenga algo que protestar y exigir. La acción directa sigue siendo un mecanismo fundamental para avanzar en las luchas populares.

El segundo es la capacidad para mantener la movilización popular y lograr la convergencia de diversos sectores. Esto requiere encontrar mecanismos diversos que permitan a diferentes actores participar del descontento colectivo y expresarse.

Un tercer desafío es mantener la unidad del movimiento. Por ningún motivo se puede quebrar el Comité Nacional del Paro.

El último desafío es, precisamente, convertir las demandas puntuales en una propuesta de modelo alternativa, que modifique las bases mediante las cuales en un país rico la mayoría debe sobrevivir con toda clase de malabares, mientras una minoría ínfima vive en una riqueza obscena. (Gutiérrez: 2019).

Pero la movilización no se detuvo allí. A finales de abril de 2021 se produjo el estallido social colombiano, que llevó a las calles a nuevos sujetos que nunca antes se habían movilizado. De esta manera, el estallido social no fue un evento aislado, sino la culminación de un descontento acumulado y generalizado. La pandemia agravó las condiciones materiales de los sectores más vulnerables y, con ello, resquebrajó la tolerancia moral de la sociedad en su conjunto. Al menos tres situaciones fueron percibidas por los jóvenes como una afrenta; la primera de ellas, la permanencia de un discurso de odio frente al acuerdo de paz entre las FARC y el Estado colombiano. En respuesta a este clima se produjo la movilización llamada "marcha del silencio" el 6 de octubre de 2016, tras la victoria del No en el plebiscito sobre dicho acuerdo: una marcha convocada por jóvenes universitarios, sectores políticos, culturales y mujeres, con el fin de exigir un acuerdo entre los dos actores armados y expresar el rechazo a un regreso a la guerra.

El detonante inmediato fue la reforma tributaria propuesta por Iván Duque y respaldada por el Centro Democrático y los partidos de gobierno. La primera respuesta organizada corrió por cuenta del Comité Nacional del Paro, integrado por los sindicatos Central Unitaria de Trabajadores (CUT) y Central General de Trabajadores, por estudiantes agrupados en la Unión Nacional de Estudiantes de Educación Superior (UNEES), y por pueblos indígenas y comunidades campesinas, quienes convocaron a un paro nacional el 28 de abril de 2021 «bajo la consigna: "Es el momento de parar por vida, paz, democracia y contra el nuevo paquetazo de Duque"» (García y Garcés, 2021, párr. 1).

La pandemia actuó, así, como catalizador y amplificador de una vulnerabilidad socioeconómica preexistente; sin embargo, fueron las mentiras, el abuso y el hastío frente a la presión de las condiciones de vida los que llevaron al estallido. La reforma tributaria fue la chispa que encendió la movilización del 28 de abril, pero su raíz era la desesperación de una población que se moría de hambre y carecía de acceso a educación, salud y trabajo digno.

Este descontento trascendió las divisiones sociales y generó una "juntanza", una suerte de armonización de dolores que congregó espontáneamente a personas muy distintas entre

sí, desde estudiantes universitarios endeudados hasta vendedores ambulantes que vivían del día a día. Así lo recuerda Alicia:

Yo creo que no es algo que uno pueda describir como estructural, o sea, una persona que se pare y diga "ocurre esto", sino esa fuerza, esa solidaridad que ocurrió —y voy a usar una palabra un poco pachamamística, perdóneme eso—, se hizo juntanza, ¿sí?, se hizo una armonización de esos dolores con la desaparición, con la violación que venía alrededor de todo el ejercicio represivo de la fuerza pública... (comunicación personal, 3 de diciembre de 2023).

Fue un movimiento impulsado por la frustración y por el sentirse "abandonados" y "estigmatizados" por el Estado. Se produjo una digna rabia que movilizó a sectores tradicionalmente apáticos: vendedores ambulantes, jóvenes sin acceso a la educación o al trabajo, jóvenes vinculados a redes de microtráfico, mujeres cabeza de hogar y una ciudadanía que vio cómo los más jóvenes ponían el pecho a las balas, a los gases lacrimógenos y a la macana del ESMAD, es decir, a la represión estatal. Cabe resaltar que ni el gobierno de Iván Duque ni los organizadores del paro nacional imaginaron la magnitud que alcanzaría la movilización social, ni su posterior desbordamiento.

El logro más evidente de esta lucha fue el hundimiento de la reforma tributaria en 2021: la resistencia de un pueblo, y en particular de sus jóvenes, condujo al derrocamiento de una reforma lesiva tanto para las clases medias como para las más populares. Pero, además, el estallido social abrió una fisura en un sistema político colombiano caracterizado por el control hegemónico de las tres ramas del poder. Solo ese estallido logró modificar la correlación de fuerzas sociales a favor de un candidato progresista, y así, por primera vez, la izquierda accedió al gobierno con la victoria de Gustavo Petro en la presidencia de la república (2022-2026). Las élites perdieron, de este modo, la legitimidad sobre el conjunto de la sociedad, mientras que sectores populares e intelectuales de las clases medias contribuyeron a construir otro sentido histórico: el de colocar la vida digna en el centro.

6. CONCLUSIONES

Las izquierdas colombianas transitaron, en estas casi tres décadas, de la proclama revolucionaria a la apuesta por la democratización del Estado. Los años ochenta, marcados por el terrorismo de Estado, obligaron a este viraje: los acuerdos de La Uribe, la presión del M-19 y la séptima papeleta estudiantil abrieron paso a la elección popular de alcaldes y gobernadores y, finalmente, a la Constitución de 1991. Partidos como el PCC y ¡A Luchar! reorientaron entonces sus programas hacia la solución política del conflicto, un giro impulsado, en buena medida, por el exterminio de sus propios militantes.

El derrumbe de la URSS y la guerra sucia sumieron a las izquierdas en un repliegue durante los noventa, del que resurgieron —ya entrado el nuevo siglo— con procesos de unidad centrados casi exclusivamente en lo electoral, en detrimento de la organización territorial y de la disputa por la hegemonía cultural. El resultado es una paradoja persistente: crecen en votos —cuatro de las últimas cinco alcaldías de Bogotá, dos segundas vueltas presidenciales— pero no logran consolidar un proyecto alternativo respaldado por el conjunto de la sociedad, ni sostener el poder una vez alcanzado, como lo demuestra la pérdida de la alcaldía capitalina en 2015. A diferencia del FA uruguayo, el PT brasileño, el MAS boliviano o el kirchnerismo argentino, las izquierdas colombianas no supieron construir el músculo social que antecede y sostiene a un gobierno.

Los paros del 21 de noviembre de 2019 y del 28 de abril de 2021 confirmaron esta distancia: no fueron producto del esfuerzo organizativo de las izquierdas, sino la irrupción de una sociedad politizada que ya no tolera la desigualdad, la represión, el patriarcado y el racismo. Las izquierdas deben leer ese desborde no como un triunfo propio, sino como una advertencia: si insisten en la vía exclusivamente electoral, sin un movimiento popular movilizado que la respalde y la exija, cualquier gobierno alcanzado —como advierten los casos de Chile en 1973 o Venezuela en 2002— corre el riesgo de perderse. Las derechas, después de todo, están dispuestas a tomar por la fuerza lo que no logran por el consenso.

El desafío, entonces, es doble. Hacia adentro, superar el vanguardismo y abrirse a las subjetividades emergentes sin renunciar a la unidad ni imponerla. Hacia afuera, retomar el anticapitalismo como horizonte, incorporar la descolonización del poder —lo que implica desplazar el centro de gravedad del Estado hacia proyectos más autónomos— y asumir las demandas feministas contra el patriarcado, garantizando la participación paritaria de las mujeres en la dirección de sus organizaciones. Solo así podrán las izquierdas dejar de ser desbordadas por la historia que ellas mismas ayudaron a poner en movimiento.

BIBLIOGRAFÍA

- [1] Aguilar-Forero, Nicolás J.C. (2016). La renovación de las izquierdas en Colombia: ¿una cuestión de jóvenes? *Univeristas*, XIV(1), pp. 143-171.
- [2] Archila, Mauricio Neira. (2001). Vida, pasión y... de los movimientos sociales en Colombia. En: Archila, Neira y Pardo, Mauricio, *Movimientos sociales, Estado y democracia en Colombia. Idas y venidas, vueltas y revueltas: Protestas sociales en Colombia 1958-1990*, Bogotá: CINEP, pp. 16-51.
- [3] Bateman Cayon, Jaime. (1984). *Oiga hermano*. Bogotá: Macondo.
- [4] Becerra Yañez, Gabriel. (2012). La nueva izquierda latinoamericana y la experiencia del Polo Democrático Alternativo. Tesis de maestría en Estudios Políticos e Internacionales. Universidad del Rosario, Colombia.
- [5] Borja, Raúl, (2011). Los movimientos sociales en los 80 y 90 : la incidencia de las ONG, la Iglesia y la Izquierda. Quito: Observatorio de la Cooperación al Desarrollo en Ecuador Centro de Investigaciones CIUDAD
- [6] Comité Ejecutivo ¡A Luchar! *I Pleno de la Dirección Nacional de ¡A Luchar! de la II Convención Nacional*, 1988.
- [7] Comité Ejecutivo ¡A Luchar! *Circular No. 90. Conclusiones de la Dirección Nacional de ¡A Luchar!, La Constituyente, Nuestro Proyecto de Unidad, conquistemos el registro legal para ¡A Luchar! y sobre Dirección Nacional*. Bogotá, 1990.
- [8] Cuesta, José. (1997). *Corinto un diálogo de sordos*. Bogotá: Tiempos de Paz.
- [9] CUT (21 de noviembre de 2019). Declaración del Comité Nacional del Paro. Tomado de: <https://cut.org.co/declaracion-del-comite-nacional-de-paro/>
- [10] Esteva, G. (diciembre, 2006). *Los ámbitos sociales y la democracia radical*. Ponencia presentada en la Conferencia Internacional sobre Ciudadanía y Comunes, Ciudad de México.
- [11] Gallón, Gustavo. (1979). *Quince años del Estado de Sitio en Colombia: 1958-1978*. Bogotá: América Latina.
- [12] Gutierrez, José Antonio. (25 de noviembre de 2019). Reflexiones en caliente sobre el paro cívico en Colombia. <https://rebelion.org/reflexiones-en-caliente-sobre-el-paro-civico-en-colombia/>
- [13] Holguin, Alfredo (2007). *Ellos son grises, nosotros el arco iris: lo que piensa la izquierda colombiana del surgimiento del PDA*. Colombia,
- [14] De Sousa, Boaventura. *¿Reinventar las izquierdas?*

- [15] Mantilla, Alejandro (2015). La adversidad y la reinención. Notas para un debate sobre la izquierda hoy. Tomado de: <https://prensarural.org/spip/spip.php?article18081>
- [16] Medina Gallego, Carlo. (S.F). Ejército de Liberación Nacional. Notas para una historia de la ideas políticas. Tomado de: http://www.cedema.org/uploads/Medina_Gallego_ELN.pdf
- [17] Orozco, Cecilia. (2 de junio de 2018). “Están criminalizando el voto en blanco”: Jorge Enrique Robledo. El Espectador. Tomado de: <https://www.elespectador.com/noticias/politica/estan-criminalizando-el-voto-en-blanco-jorge-enrique-robledo/>
- [18] Partido Comunista Colombiano. El XIII Congreso del PCC: lección de unidad y autocrítica, Editorial Suramericana: Bogotá, 1980.
- [19] Partido Comunista Colombiano. XIV Congreso del por un gran partido comunista para una democracia avanzada. Informe Central presentado por el Secretario General Gilberto Vieira, Colombia Nueva Ltda., Bogotá, 1988.
- [20] Partido Comunista Colombiano. Programa del Partido Comunista Colombiano 1991: Por la democracia avanzada y el socialismo humanista, Colombia Nueva, Bogotá 1991.
- [21] Pizarro, Eduardo. (1991). Elementos para una sociología de la guerrilla en Colombia. Análisis político, No. 12, pp. 7-22.
- [22] Polo Democrático Independiente & Alternativa Democrática (2005). Por una Colombia digna y democrática: Ideario de Unidad, Bogotá D.C
- [23] Uribe, María Tila (2010) *Los años escondidos: sueños y rebeldías en la década del veinte. 3a edición*. Centro de Estudios e Investigaciones del Trabajo –CESTRA, Bogotá

Autores

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

ELIANA SOUSA TREVISAN

Arquiteta e urbanista, especialista em acessibilidade no ambiente construído e consultora em ESG (Environmental, Social and Governance). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), em 2006, atualmente complementa sua formação com um MBA em ESG pelo IPOG. Possui mais de 15 anos de atuação profissional no segmento da arquitetura e da acessibilidade. CEO da Conexão Acessível, empresa referência em soluções especializadas para acessibilidade edificada, acumula mais de nove anos de experiência no desenvolvimento, diagnóstico e implementação de projetos voltados à inclusão, à conformidade normativa e ao desenho universal. Sua atuação abrange auditorias técnicas, laudos de conformidade, consultorias e projetos de acessibilidade para ambientes corporativos, institucionais, comerciais e residenciais. Possui formação complementar em acessibilidade arquitetônica, inclusão em espaços residenciais, soluções para a terceira idade e acessibilidade em hotéis, pousadas e estabelecimentos comerciais, além de especialização em Paisagismo e em Gestão e Liderança de Equipes. Coautora do livro "14 Profissionais e um Propósito" (2022), dedica sua trajetória profissional à construção de espaços mais acessíveis, seguros e inclusivos, alinhando princípios de sustentabilidade, responsabilidade social e valorização da diversidade.

FABRÍCIO LUIZ LIMA CAVALCANTE DE OLIVEIRA

Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade La Salle Manaus

FELIPH KEVIN GONÇALVES MOTA

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas

HELÍSSIA COIMBRA DE SOUZA

Bacharela em Direito pelo atual Centro - Universitário FIBRA. Mestra em Direitos Fundamentais, com ênfase em Democracia Digital pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente, sou Doutoranda em Direito Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pelo Centro - Universitário do Pará (CESUPA). Nesta mesma instituição, sou Pesquisadora de Laboratório no Grupo de Pesquisa Teorias da Justiça e Violência Estrutural (CESUPA/CNPq) e Análise Econômica do Direito (CESUPA/CNPq). E-mail para contato: helissiacoirbrads@icloud.com

MARIANA FARIA FILARD

Doutora em Ciência Jurídica UNIVALI/SC, Mestra em Ciência Jurídica pela UNIVALI/SC. Especialista em Direito Processual Civil pela UFAM e Especialista em Direito das Relações Sociais pelo CIESA/AM. Graduada em Direito pela UNINILTON LINS/AM. Ex-Assistente Jurídica de Gabinete no Tribunal de Justiça do Amazonas, Advogada desde 2000. Professora e Coordenadora do NPJ do Curso de Direito da Faculdade La Salle Manaus. Ex-Conselheira Estadual Suplente da OAB/AM. Membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/AM – 2025/2027. Ex-Coordenadora Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade Martha Falcão Wyden, Ex-Coordenadora do Curso de Direito, do Curso Tecnólogo de Gestão de Serviços Judiciários e Notariais e dos Cursos de Pós Graduação em Direito da UNINORTE/AM. Foi Professora do Curso de Direito da UNINORTE, Professora do Núcleo de Práticas Jurídicas e Curso de Direito da Faculdade Martha Falcão Wyden, Professora da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO/AM, Professora da Universidade Paulista -UNIP, Professora do CIESA e Professora da UNINILTON LINS. Professora de Programas de Pós Graduação do IDA Instituto, UNINILTON LINS, Faculdade Martha Falcão Wyden, Instituto Moraes e do Mestrado em

Ciências Jurídicas da Universidad de la Integración de las Américas - UNIT Paraguay. Parecerista do Guia do Estudante 2016/2017, Membro do Corpo Avaliativo da Revista Ponto de Vista Jurídico da UNIARP/SC, Membro do Conselho Editorial do EDEC - Educadores pela Democratização do Conhecimento, Membro do Conselho Editorial e Conselho de Pareceristas da Revista de Direito Sanitário do Conselho Nacional do Ministério Público. Membro Fundadora da Academia de Literatura Artes e Cultura da Amazônia.

MILVÂNIA MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA

Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade La Salle Manaus

MIRIAN RAQUEL NEPOMUCENO DE OLIVEIRA SILVA

Pedagoga, psicopedagoga, graduanda em Letras: Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola e mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia

RICARDO CHAGAS FERNANDES

Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade La Salle Manaus

THAÍS LIMA TRINDADE

Doutora em Ciência da Informação (UnB), com estágio pós-doutoral em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA). Mestre em Ciências da Comunicação (UFAM). Graduada em Biblioteconomia (UFAM), Museologia (UNIASSELVI) e Análise e Desenvolvimento de Sistemas (UNICESUMAR).

TYSSIA RÉGIA RAYOL CAVALCANTE DE OLIVEIRA

Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade La Salle Manaus

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

